

SONAE.COM



RELATÓRIO  
E CONTAS

# '12

# ÍNDICE

## 01

### 1 O NOSSO GRUPO

- 1.1 IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO
- 1.2 PRINCIPAIS INDICADORES
- 1.3 MENSAGEM DO CEO
- 1.4 PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS COORPORATIVOS EM 2012
- 1.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 1.6 AGRADECIMENTOS

## 02

### 2 O NOSSO NEGÓCIO

- 2.1 EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO
- 2.2 OPTIMUS
- 2.3 SSI
- 2.4 ONLINE E MEDIA
- 2.5 RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE
- 2.6 O NOSSO COMPROMISSO
- 2.7 O NOSSO SERVIÇO AO CLIENTE
- 2.8 A NOSSA REDE
- 2.9 AS NOSSAS PESSOAS

## 03

### 3 AS NOSSAS AÇÕES

- 3.1 O MERCADO DE CAPITAIS
- 3.2 EVOLUÇÃO DO PREÇO DA AÇÃO EM 2012
- 3.3 ESTRUTURA ACIONISTA
- 3.4 AÇÕES PRÓPRIAS

## 04

### 4 A NOSSA GESTÃO

- 4.1 A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO
- 4.2 HABILITAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 4.3 OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 4.4 ARTIGO 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

## 05

### 5 O NOSSO MODELO DE GOVERNAÇÃO

- 5.0 INTRODUÇÃO
- 5.1 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
- 5.2 ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
- 5.3 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 5.4 IPOLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO GRUPO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 5.5 GESTÃO DE RISCO
- 5.6 OUTRAS INFORMAÇÕES
- 5.7 ARTIGOS 447º E 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS
- 5.8 ANEXO

## 06

### 6 O NOSSO DESEMPENHO

- 6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA SONAE COM
- 6.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
- 6.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAE COM
- 6.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAE COM



07

7 DECLARAÇÃO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



08

8 GLOSSÁRIO



09

9 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO DE AUDITORIA



10

10 RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL





01. O NOSSO  
GRUPO

# 01. O NOSSO GRUPO

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO SUMÁRIA DO GRUPO

A carteira de negócios da Sonaecom compreende fundamentalmente duas unidades de negócio: a Optimus, cuja ambição é tornar-se no melhor operador integrado de telecomunicações em Portugal; e a área de *Software* e Sistemas de Informação (SSI). As mais-valias da Sonaecom decorrem da ambição, da inovação, das capacidades de marketing e de execução, qualidades que operam em conjunto com a infra-estrutura de telecomunicações, bem como com a capacidade de compreender e superar as expectativas dos clientes.

### 1.1.1 SOBRE A SONAECOM

#### MISSÃO

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, cuja ambição é ser a melhor prestadora de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura, de uma forma determinada, criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

### 1.1.2 OS NOSSOS VALORES

#### ÉTICA E CONFIANÇA

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

#### AS PESSOAS NO CENTRO DO NOSSO SUCESSO

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um, através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa.

Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, é crucial para a atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

#### AMBIÇÃO

É a nossa força orientadora, corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resilien-

te e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

#### INOVAÇÃO

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado.

Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este fator dentro dos padrões regulares de risco.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

#### FRUGALIDADE E EFICIÊNCIA

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

#### COOPERAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

Adotamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

### 1.1.3 HISTÓRIA E PRINCIPAIS MARCOS

#### OPTIMUS

As atividades de comunicações móveis da Sonaecom são desenvolvidas pela marca Optimus, lançada em 1998, após ter ganho a terceira licença móvel GSM em Portugal.

Após um longo caminho de integração dos nossos negócios de telecomunicações, a Optimus é, atualmente, a marca que abrange todas as atividades de telecomunicações, tendo uma presença significativa em todos os segmentos de mercado. Com o objetivo de obter sinergias, criámos, em 2001, alguns serviços partilhados entre as equipas de fixo e móvel. Posteriormente, fomos pioneiros na convergência técnica ao fundir a infra-estrutura de rede e as respetivas equipas. Constituído a alternativa ao incumbente, a Optimus, ao antecipar as



necessidades do segmento de *Corporate* e PMEs, apresenta agora equipas comerciais e de *marketing* totalmente integradas, prestando simultaneamente serviços móveis e fixos a este segmento. Em resultado da estratégia de integração seguida, a Optimus, SGPS, S.A. é a empresa que controla atualmente o negócio de telecomunicações da Sonaecom.

A Optimus oferece, em Portugal, uma vasta gama de serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, incluindo ofertas tradicionais de voz, dados, televisão móvel e um amplo conjunto de soluções móveis e serviços de *roaming*, assim como serviços grossistas a terceiros.

Através do seu inovador produto de convergência fixo-móvel, o Optimus Home, da sua oferta líder de serviços de banda larga móvel, o Kanguru, bem como do seu produto inovador e direcionado para um público jovem, o TAG (que se materializa em chamadas gratuitas dentro de uma comunidade), a Optimus consolidou, em 2012, a sua posição no mercado português, com 3,57 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 21%.

No que respeita às atividades de comunicações fixas, a Optimus está presente tanto no mercado residencial, como no mercado empresarial, oferecendo serviços de voz, de dados e de televisão. As operações fixas foram levadas a cabo após a liberalização, em 2000, do mercado de comunicações fixas em Portugal, tendo sido a nossa subsidiária Novis Telecom, S.A. a desenvolver, até 2007, as atividades neste segmento. Em 2007, a Novis Telecom, S.A. foi objeto de fusão, tendo integrado a Optimus Telecomunicações, S.A. e adotado a designação social de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.. Também em 2007,

fortalecemos os nossos serviços de comunicações fixas através da aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residencial e SOHO de um dos nossos concorrentes.

Ao longo dos anos, temos vindo a fortalecer a nossa posição enquanto operador alternativo e integrado, líder em Portugal, fornecendo serviços de televisão, voz e Internet a clientes residenciais e empresariais, e fornecendo capacidade e serviços de conectividade de voz e dados a operadores de telecomunicações de todo o mundo.

Na sequência do leilão ocorrido no final de 2011, a Optimus assegurou uma combinação ideal de espetro LTE em três bandas: 800MHz, 1800MHz e 2600MHz, permitindo, deste modo, o máximo de eficiência e desenvolvimento de rede. No final de 2012, 80% da população Portuguesa estava já coberta com a rede 4G da Optimus, um passo fundamental para assegurar a liderança da Optimus num futuro de dados móveis.

Este ano ficou marcado pelo anúncio, a 14 de dezembro de 2012, de um acordo alcançado entre a Sonaecom e a Unitel International Holdings para promover uma fusão entre a Optimus e a Zon, ao qual se sucedeu a aprovação do projeto de fusão, a 21 de janeiro de 2013, pelos conselhos de Administração das duas empresas. O Conselho de Administração considerou a fusão como sendo um passo lógico e essencial para o desenvolvimento de uma plataforma de crescimento comum, que irá potenciar e maximizar o elevado potencial de cada uma das empresas.

#### SOFTWARE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SSI)

Criada no final de 2002, a divisão da SSI é constituída por quatro empresas: WeDo Technologies, Bizdirect, Mainroad e Saphety.

A WeDo Technologies é uma empresa fornecedora de soluções de *business assurance*, focando a sua atividade na otimização de sistemas e processos de desempenho e de gestão de risco. Ao longo dos últimos dez anos, a empresa instalou as suas soluções em mais de 180 empresas em 80 países espalhados pelos cinco continentes e prestou serviços de consultoria a mais de 100 operadores de todo o mundo através da bem-sucedida divisão de consultoria, a Praesidium. As *software houses* da WeDo Technologies estão atualmente localizadas em Braga (Portugal) e em Washington (EUA). Desde 2007, com a aquisição da Cape Technologies Limited (uma empresa com sede na Irlanda), a WeDo Technologies tornou-se líder mundial no mercado de *software* integrado de *revenue assurance*.

Finalmente, em abril de 2012, com a aquisição da Connectiv Solutions, a WeDo Technologies assegurou uma base sólida nos EUA com uma operação de *Software as a Service* (SaaS), reforçando, deste modo, a sua posição no mercado de *business assurance* em telecomunicações.

A Bizdirect, cujos acionistas minoritários são o BPI e a AITEC, é uma das empresas de referência na comercialização de soluções TI multimarca, suportada em parcerias com os principais fabricantes do mercado, e na gestão de contratos corporativos de licenciamento de *software*, baseada em novos modelos de negócio.

A Mainroad é uma empresa líder em tecnologias de informação, fornecendo serviços e soluções de *IT managed services*, *IT security*, *business continuity*, e consultoria ITIL, apoiada nos seus *data centres*.

A Saphety, uma empresa criada em 2006 a partir das nossas operações de telecomunicações fixas, é um fornecedor de serviços de certificação, faturação eletrónica e segurança em transações B2B. É também uma empresa de referência em automatização de processos de negócio.

No final do ano de 2008, foi tomada a decisão de integrar a anterior unidade B2B da Bizdirect na Saphety, uma reestruturação concebida para capitalizar as sinergias entre as duas empresas.

Com a nova e alargada escala e capacidade, o negócio integrado cresceu em varias áreas do B2B, com soluções que abrangem a faturação eletrónica, a segurança de transações eletrónicas, escritórios "sem papel" e soluções de faturação totalmente integradas.

Em julho de 2010, a Saphety Level – Trusted Services, S.A., chegou a um acordo com a Softlimits para a aquisição da sua unidade de negócio B2B "Mercados Eletrónicos". Este acordo teve como objetivo reforçar a posição da Saphety no mercado de faturação eletrónica, uma das suas principais áreas estratégicas.

## 1.1.4 FATORES DE SUCESSO

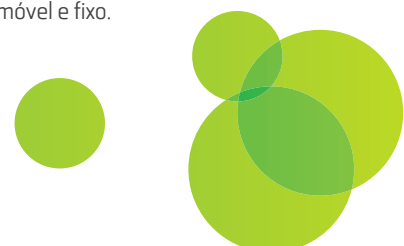
Desde a criação da Sonaecom e o lançamento dos nossos vários negócios, temos vindo a surpreender o mercado com novos produtos e serviços, melhor segmentação, ganhos operacionais significativos, melhoria contínua e exploração de sinergias entre os nossos negócios.

Tendo em consideração as características do mercado e os nossos concorrentes, os nossos fatores de sucesso não poderiam basear-se em aspetos de escala, poder de mercado ou dimensão. Acreditamos, pelo contrário, que as nossas vantagens competitivas e os nossos fatores de diferenciação assentam nos seguintes elementos fundamentais, desenvolvidos ao longo dos anos:

- conhecimento e compreensão dos nossos mercados e das necessidades dos nossos clientes;
- elevadas capacidades de *marketing* e distribuição, assim como uma abordagem integrada do mercado;
- uma infraestrutura de telecomunicações de ponta, de âmbito nacional, que tem permitido uma redução contínua da dependência relativa ao operador incumbente;
- organização simplificada, robusta e ágil, capaz de uma rápida adaptação, assim como de antecipar as dinâmicas de mercado;
- capacidade da nossa equipa jovem e motivada, com um currículo comprovado de inovação e dinamismo, de trabalhar em equipa e perseguir objetivos comuns;
- capacidade de perspetivar os problemas de forma diferente, envolvendo uma inovação contínua, promovendo a diferenciação e surpreendendo os nossos clientes;
- base de acionistas clara e estável, capaz de desafiar constantemente os nossos negócios, de forma a alcançar valor superior.

O nosso posicionamento como operador integrado de telecomunicações (serviços móvel, fixo, banda larga e TV), presente em todos os segmentos de mercado (residencial, empresarial e *Wholesale*) permitiu-nos obter importantes sinergias comerciais entre os vários negócios do grupo, o que resultou na criação de oportunidades de *cross-selling* e geração de valor acrescentado para os nossos clientes.

A procura de eficiência operacional, de melhoria de processos e de sinergias levou a uma gestão integrada e a uma estrutura organizacional que inclui uma divisão de serviços partilhados e um serviço ao cliente integrado, uma plataforma comum de TI/SI e uma equipa técnica (gestão de rede) integrada. Implementamos a nossa estratégia com três objetivos em mente: maximizar a nossa capacidade de desenvolver novas oportunidades de negócios, encorajar o desenvolvimento de produtos e promover oportunidades de *marketing* transversais ao móvel e fixo.





## 1.2 PRINCIPAIS INDICADORES

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

MILHÕES DE EUROS	2012	2011	Varição
<b>Demonstração de Resultados Consolidados</b>			
Volume de Negócios	825,4	863,6	(4,4)%
Móvel	528,1	570,7	(7,5)%
Fixo	222,5	220,4	1,0%
SSI	103,8	108,5	(4,3)%
Outros e eliminações	(29,1)	(36,0)	(19,2)%
<b>EBITDA</b>	<b>246,0</b>	<b>235,5</b>	<b>4,5%</b>
Móvel	227,8	218,6	4,2%
Fixo	14,8	13,0	13,6%
SSI	12,0	8,7	38,9%
Outros e Eliminações	(8,7)	(4,8)	(79,5)%
Margem EBITDA (%)	29,8%	27,3%	2,5pp
EBIT	92,6	82,2	12,7%
Resultados Financeiros Líquidos	(14,0)	(8,9)	57,6%
EBT	78,6	73,3	7,2%
Resultado Líquido atribuível ao Grupo <sup>(1)</sup>	75,4	62,3	21,1%
<b>CAPEX e FCF alavancado</b>			
CAPEX Operacional <sup>(2)</sup> (excl. investimento espetro)	133,2	127,9	4,1%
CAPEX Operacional como % do volume de negócios (excl. investimento espetro)	16,1%	14,8%	1,3pp
EBITDA - CAPEX Operacional (excl. investimento espetro)	112,8	107,6	4,9%
CAPEX Total (excl. investimento espetro)	133,2	127,9	4,1%
CAPEX Operacional <sup>(2)</sup>	133,2	238,3	(44,1)%
CAPEX Total	143,2	238,5	(39,9)%
Cash Flow operacional <sup>(3)</sup>	3,4	70,6	(95,1)%
FCF alavancado <sup>(4)</sup>	(44,5)	38,8	-
<b>Balço Consolidado</b>			
Total do Ativo Líquido	1900,9	2037,5	(6,7)%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	962,3	972,5	(1,1)%
Liquidez	62,4	189,4	(67,0)%
Capital Próprio	1083,2	1034,4	4,7%
Interesses Minoritários	0,4	0,5	(24,9)%
Dívida Bruta	406,2	459,2	(11,6)%
Dívida Líquida	343,8	269,9	27,4%
Dívida Líquida / EBITDA últimos 12 meses	1,4x	1,1x	0,3x
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Capital Próprio)	27,3%	30,7%	(3,5)pp

	2012	2011	Varição
<b>Indicadores Operacionais - Móvel</b>			
Clientes (EOP) ('000)	528,1	570,7	(7,5)%
Novos clientes ('000)	(70,7)	35,3	-
Dados como % Receitas de Serviço	31,8%	32,5%	(0,7)pp
MOU <sup>(5)</sup> (min.)	123,2	126,1	(2,4)%
ARPU (euros)	12,0	12,9	(7,2)%
<b>Indicadores Operacionais - Fixo</b>			
Total Acessos (EOP)	334.939	375.826	(10,9)%
Corporate e PMEs	158.472	158.449	0,0%
Residencial	176.467	217.377	(18,8)%
Receita Média por Acesso (retalho)	22,6	23,3	(3,2)%
<b>Indicadores Operacionais - SSI</b>			
Receitas Serviços / Colaborador <sup>(6)</sup> ('000 euros)	139,3	135,3	3,0%
EBITDA / Colaborador ('000 euros)	19,9	15,3	29,6%
Número de Colaboradores	641	550	16,5%
<b>Indicadores Operacionais - Sonaecom</b>			
Número de Colaboradores	2.025	2.016	0,4%

<sup>(1)</sup> Resultado Líquido após interesses minoritários;

<sup>(2)</sup> Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e outros investimentos não operacionais;

<sup>(3)</sup> Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros;

<sup>(4)</sup> FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos;

<sup>(5)</sup> Minutos de utilização por Cliente por mês;

<sup>(6)</sup> Exclui colaboradores alocados a Vendas de Equipamento.



Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

### 1.3 MENSAGEM DO CEO

Em 2012, a Sonaecom aumentou a sua rentabilidade e reforçou a posição competitiva em Portugal ao mesmo tempo que cresceu nos mercados internacionais e promoveu a fusão da Optimus com a Zon, redesenhando de novo o mapa das telecomunicações em Portugal.

Os resultados deste ano estão na continuidade dos obtidos nos últimos 5 anos em que o resultado operacional evoluiu sustentadamente à taxa média de 8,0% até 246 milhões de euros, o resultado líquido cresceu em média perto dos 100% ao ano até 75,4 milhões de euros e o investimento acumulado ultrapassou os 1.000 milhões de euros, sem prejudicar a situação financeira da empresa que se mantém ao nível das mais conservadoras do setor, com um rácio de dívida sobre EBITDA de 1,4x.

A estratégia definida para a área das telecomunicações continuou a ser executada com notável eficácia e rigor permitindo uma forte alavancagem de recursos, com resultados reconhecidos na qualidade das redes 2G e 3G, na eficiência de promoção da marca, no carácter diferenciador do serviço ao cliente e na permanente liderança em inovação com destaque, neste ano, para o desenvolvimento da rede LTE/4G, que já cobre mais de 80% da população portuguesa com mais de metade a beneficiar de velocidades até 150Mbps.

Na SSI (Software e Sistemas de Informação), alargamos a presença internacional por crescimento orgânico e pela aquisição da Connectiv Solutions que nos abriu a oportunidade do mercado americano e reforçou a liderança da WeDo Technologies no segmento de Business Assurance em telecomunicações. Além do crescimento em receitas de serviços, esta área também melhorou significativamente a rentabilidade e a capacidade de libertar cash flow.

O ano de 2013 apresenta-se como um ano de grandes oportunidades nomeadamente as que se abrem com o projeto de fusão entre a Optimus e a Zon que tem decorrido de forma exemplar, apoiado no incedível empenho e profissionalismo das equipas de ambas as empresas que estão preparadas e motivadas para servir ainda melhor uma base alargada de clientes, criando valor para todos os stakeholders.

## 1.4 PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS CORPORATIVOS EM 2012

### ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

#### 27 ABRIL 2012

Foram deliberados pelos acionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da sociedade, realizada a 27 de abril de 2012, os seguintes pontos:

1. Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2011, tal como apresentados.
2. Aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos seguintes termos:
  - (i) Resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 7.960.681,56 euros negativos, aplicado em Reservas Livres;
  - (ii) O montante global de 25.637.280,76 euros, da rubrica de Reservas Livres, distribuído pelos acionistas, correspondendo a um dividendo de 0,07 euros ilíquidos por ação emitida, excluindo as ações próprias detidas pela sociedade à data de pagamento;
  - (iii) Reservas Livres no montante remanescente.

Foi ainda aprovado que, considerando que não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclarece-se que:

- (i) A cada ação emitida corresponderá um dividendo ilíquido de 0,07 euros;
  - (ii) O montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,07 euros ilíquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Reservas Livres.
3. Aprovação de um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2011.
  4. Eleição dos membros para integrar os órgãos sociais durante o quadriénio 2012-2015.
  5. Eleição do Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o quadriénio 2012-2015: Deloitte & Associados, SROC, representada por António Manuel Martins Amaral que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.
  6. Aprovação da declaração relativa à política de remuneração dos membros do órgão de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus dirigentes, bem como sobre o plano de

atribuição de ações e respetivo regulamento, a aplicar pela Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta por esta apresentada e previamente divulgada.

7. Aprovação da remuneração da Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta previamente divulgada.
8. Autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição e à alienação de ações próprias, dentro do limite legal de 10%, nos termos da proposta apresentada por este órgão e previamente divulgada.
9. Autorizar a aquisição e/ou detenção de ações próprias da sociedade por sociedades dela dependentes, no período de 18 meses e dentro dos limites legais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

### AQUISIÇÃO DA CONNECTIV SOLUTIONS

#### 30 ABRIL 2012

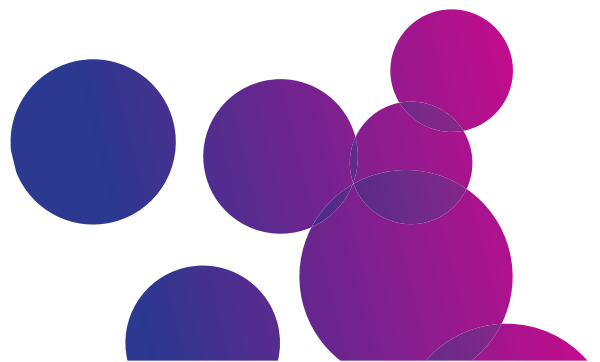
A WeDo Technologies adquiriu a *Connectiv Solutions*, uma empresa sediada nos EUA que fornece soluções de gestão de custos em redes de telecomunicações. Este negócio irá reforçar a posição da WeDo Technologies no mercado Norte-americano, impulsionando a estratégia de expansão internacional e permitindo o reforço da posição da empresa nas áreas de *revenue* e *business assurance*.

### ACORDO ENTRE A SONAECOM E A UNITEL INTERNATIONAL HOLDINGS

#### 14 DEZEMBRO 2012

A 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (companhia cujo nome foi entretanto alterado para Unitel International Holdings, BV), as últimas duas detidas pela Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos, anunciaram que alcançaram um acordo com o objetivo de recomendar aos conselhos de administração da ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e da Optimus SGPS, S.A., uma fusão entre as duas companhias, através da incorporação da Optimus SGPS, S.A. na ZON.

Com o objetivo de completar a operação, a Sonaecom e a Unitel International Holdings solicitaram às equipas de gestão da Optimus e da ZON que, em conjunto analisassem os benefícios e a oportunidade desta transação, tendo em consideração os interesses das duas empresas.



## 1.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 103.229.835,43 euros, seja aplicado como segue:

- i) Reserva Legal, no montante de 5.161.491,77 euros;
- ii) Distribuição pelos acionistas, no montante global de 43.949.624,16 euros, correspondendo a um dividendo ilíquido de 0,12 euros por ação emitida, excluindo as ações próprias detidas pela sociedade à data de pagamento;
- iii) Reservas Livres, no montante remanescente.

Considerando que não será possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, esclarece-se que:

- a cada ação emitida corresponderá um dividendo ilíquido de 0,12 euros;
- o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,12 euros ilíquidos por ação emitida) não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Reservas Livres.

## 1.6 AGRADECIMENTOS

A Sonaecom gostaria de agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2012 e ao Conselho Fiscal pelo acompanhamento próximo dos nossos negócios. Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio do grupo, pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança mais uma vez demonstrada na nossa organização.

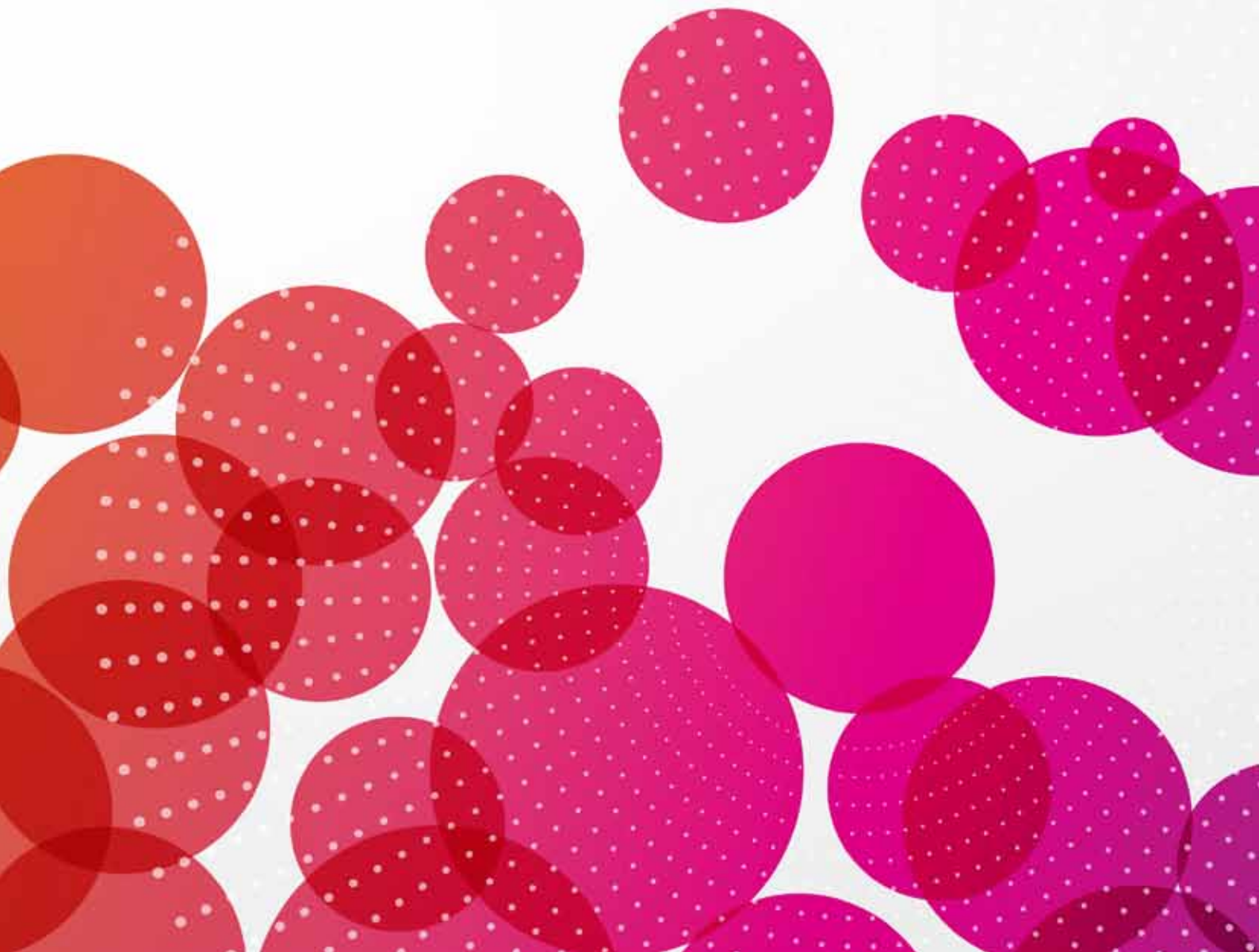
A Comissão Executiva da Sonaecom gostaria de expressar a sua gratidão aos administradores não-executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores, que constituem o recurso mais importante da organização e que, mais uma vez, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso continuado da Sonaecom e dos resultados alcançados durante o ano.





02. O NOSSO  
**NEGÓCIO**



## 02. O NOSSO NEGÓCIO

### 2.1 EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

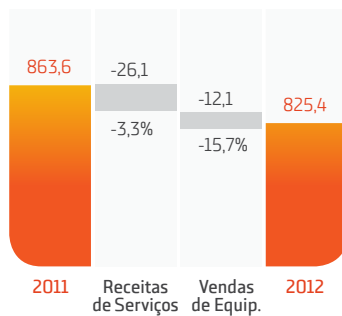
#### 2.1.1 RESULTADOS CONSOLIDADOS DA SONAECOM

##### VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2012, o Volume de Negócios da Sonaecom ascendeu a 825,4 milhões de euros, 4,4% abaixo de 2011. Esta evolução deveu-se a uma descida de 3,3% nas Receitas de Serviços e de 15,7% nas Vendas de Equipamento.

A Optimus tem vindo a ser impactada negativamente pelas tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e *roaming in*), bem como pelo ambiente económico de austeridade em Portugal, que tem influenciado negativamente os níveis de consumo.

Na SSI, o aumento de 10,9% nas Receitas de Serviço não foi suficiente para compensar a quebra verificada nas Vendas de Equipamento da Bizdirect. Esta quebra resultou do final, durante o 1T11, do programa governamental e-iniciativas, assim como do ambiente macroeconómico.



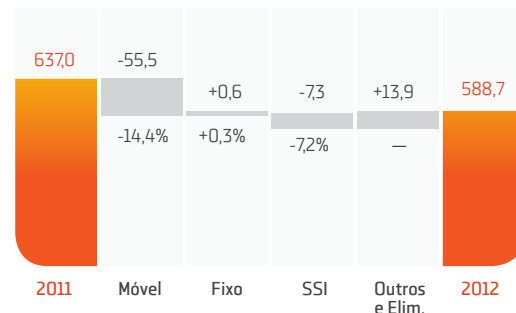
##### CUSTOS OPERACIONAIS

Os Custos Operacionais ascenderam a 588,7 milhões de euros, menos 7,6% face a 2011.

Os Custos Operacionais da Sonaecom beneficiaram do programa transversal de otimização em vigor na Optimus, iniciado há três anos atrás, assim como do menor Custo das Vendas registado na SSI, consequência da evolução das Vendas de Equipamentos.

Com efeito, com o plano de otimização em curso, a Optimus tem conseguido reduzir de forma significativa a sua estrutura de custos. Com um conjunto abrangente de medidas já concluído, continuaremos a implementar novas iniciativas, focando-nos, simultaneamente, em áreas cruciais para a organização, tais como *brand awareness*, qualidade de serviço e experiência do consumidor.

Entre 2011 e 2012, os Custos Operacionais como percentagem do Volume de Negócios diminuíram 2,4pp, evidenciando que a tendência registada no Volume de Negócios foi mais do que compensada pela redução dos Custos Operacionais.

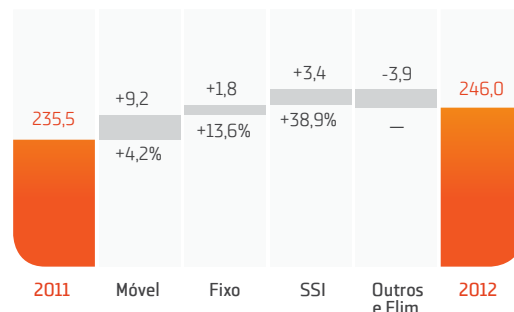


##### EBITDA

O EBITDA consolidado aumentou 4,5%, para os 246,0 milhões de euros. Todas as áreas de negócio apresentaram uma evolução positiva no EBITDA entre os dois anos, tendo o negócio móvel registado a maior evolução em termos absolutos.

É importante destacar que, excluindo o efeito da reestruturação do Público, o EBITDA Consolidado da Sonaecom teria ascendido a 248,8 milhões de euros, aumentando 5,7% face a 2011.

A margem EBITDA aumentou 2,5pp, de 27,3% para 29,8% (ou 2,8pp, para 30,1%, se excluirmos os custos de reestruturação do Público).



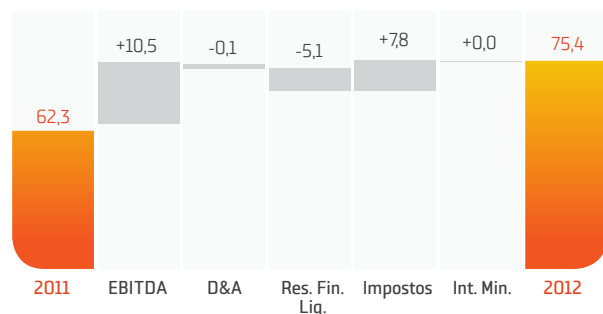


## RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 75,4 milhões de euros, um aumento de 21,1% quando comparado com 2011, em resultado de uma melhoria do desempenho ao nível do EBITDA e uma diminuição dos Impostos.

A evolução do Resultado Financeiro Líquido advém de Custos Financeiros mais elevados, consequência de um maior nível médio da dívida líquida e de um maior custo da dívida.

A linha de Imposto apresentou um custo de 3,1 milhões de euros face aos 11,0 milhões de euros registados em 2011, consequência do reconhecimento de impostos diferidos.



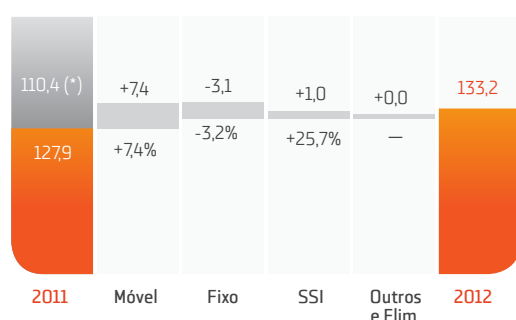
## CAPEX OPERACIONAL

O CAPEX Operacional diminuiu 44,1% entre 2011 e 2012. Excluindo os 110,4 milhões de euros relativos à aquisição de espectro 4G, o CAPEX Operacional aumentou 4,1% entre 2011 e 2012. Este aumento deveu-se, essencialmente, ao investimento no desenvolvimento da infraestrutura de 4G no negócio móvel, tendo a Optimus excedido os objetivos de cobertura delineados inicialmente para 2012.

No 4T12, a Optimus continuou a implementar soluções que permitem a redução de custos de *backhaul*, assim como a redução da dependência da infraestrutura de terceiros. Deste modo, 80% dos sites da Optimus estão já sobre a nossa própria rede, com fibra, nas zonas urbanas, e micro-ondas, nas zonas rurais.

A rede de LTE da Optimus abrange já a maioria da população portuguesa, sendo de destacar que a Optimus lidera com avanço significativo na cobertura de 150Mbps.

Excluindo o efeito da aquisição de espectro, o CAPEX Operacional como percentagem do Volume de Negócios aumentou 1,3pp, para 16,1%.

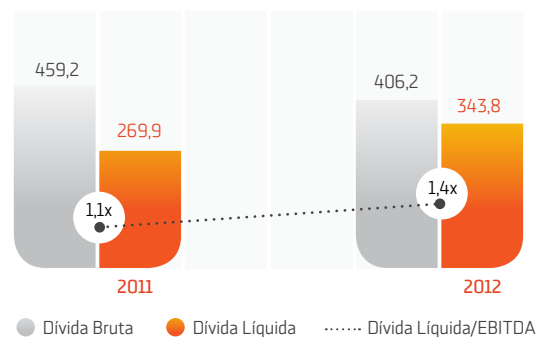


(\*) NPV pagamento espectro

## ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 2012, a Dívida Líquida Consolidada atingiu os 343,8 milhões de euros, aumentando 27,4% face ao ano anterior. Esta evolução justifica-se sobretudo pelo pagamento, em janeiro, de 83,0 milhões de euros relativo à aquisição de espectro no final de 2011 e pelos 25,2 milhões de euros distribuídos sob a forma de dividendos, em maio de 2012.

Em 2012, as linhas de crédito disponíveis ascenderam a 444,8 milhões de euros, enquanto o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,27%.



## FREE CASH FLOW (FCF)

O FCF atingiu os 44,5 milhões de euros negativos, impactado (i) pelo pagamento de 20,0 milhões de euros relativo à operação de securitização; (ii) pelo pagamento de 83,0 milhões de euros durante o mês de janeiro, relativo à aquisição do espectro; (iii) por um pagamento de 6,0 milhões de euros referentes à aquisição da Connectiv Solutions, no final de abril de 2012, e (iv) por um *outflow* de 2,4 milhões de euros relacionados com a reestruturação do Público.

Excluindo estes efeitos, o FCF em 2012 ascendeu a 66,9 milhões de euros positivos, um aumento de 13,8% face aos 58,8 milhões de euros alcançados em 2011 (excluindo a operação de securitização).



## 2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SONAECOM

Milhões de euros	2012	2011	Varição
<b>Volume de negócios</b>	<b>825,4</b>	<b>863,6</b>	<b>(4,4)%</b>
Móvel	528,1	570,7	(7,5)%
Fixo	222,5	220,4	1,0%
SSI	103,8	108,5	(4,3)%
Outros & eliminações	(29,1)	(36,0)	(19,2)%
<b>Outras receitas</b>	<b>9,3</b>	<b>8,8</b>	<b>5,5%</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>588,7</b>	<b>637,0</b>	<b>(7,6)%</b>
Custos com Pessoal	91,1	92,4	(1,5)%
Custos Diretos Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	237,3	247,2	(4,0)%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	112,1	138,4	(19,0)%
Outros custos operacionais <sup>(3)</sup>	148,2	158,9	(6,7)%
<b>EBITDA</b>	<b>246,0</b>	<b>235,5</b>	<b>4,5%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>29,8%</b>	<b>27,3%</b>	<b>2,5pp</b>
Móvel	227,8	218,6	4,2%
Fixo	14,8	13,0	13,6%
SSI	12,0	8,7	38,9%
Outros & eliminações	(8,7)	(4,8)	(79,5)%
Depreciações e Amortizações	153,4	153,3	0,1%
<b>EBIT</b>	<b>92,6</b>	<b>82,2</b>	<b>12,7%</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(14,0)</b>	<b>(8,9)</b>	<b>(57,6)%</b>
Proveitos financeiros	6,7	8,6	(21,8)%
Custos financeiros	20,7	17,5	18,6%
<b>EBT</b>	<b>78,6</b>	<b>73,3</b>	<b>7,2%</b>
Resultado de imposto	(3,1)	(11,0)	71,3%
<b>Resultado líquido</b>	<b>75,4</b>	<b>62,3</b>	<b>21,0%</b>
Atribuível ao Grupo	75,4	62,3	21,1%
Atribuível a interesses minoritários	0,0	0,0	(66,5)%

<sup>(1)</sup> Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

<sup>(2)</sup> Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

<sup>(3)</sup> Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.



## 2.1.3 BALANÇO CONSOLIDADO DA SONAECOM

Milhões de euros	2012	2011	Varição
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>1.900,9</b>	<b>2.037,5</b>	(6,7)%
<b>Ativos não correntes</b>	<b>1.584,4</b>	<b>1.598,0</b>	(0,8)%
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	962,3	972,5	(1,1)%
Goodwill	518,3	521,1	(0,5)%
Investimentos	0,2	0,2	(1,7)%
Impostos diferidos ativos	101,1	103,9	(2,6)%
Outros	2,4	0,3	826,8%
<b>Ativos correntes</b>	<b>316,5</b>	<b>439,5</b>	(28,0)%
Clientes	148,0	146,1	1,3%
Liquidez	62,4	189,4	(67,0)%
Outros	106,1	104,0	2,0%
<b>Capital próprio</b>	<b>1.083,2</b>	<b>1.034,4</b>	4,7%
Grupo	1.082,9	1.033,9	4,7%
Interesses minoritários	0,4	0,5	(24,9)%
<b>Total passivo</b>	<b>817,7</b>	<b>1.003,1</b>	(18,5)%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>297,6</b>	<b>441,9</b>	(32,7)%
Empréstimos bancários	196,4	320,2	(38,7)%
Provisões para outros riscos e encargos	43,6	48,5	(10,2)%
Outros	57,5	73,2	(21,4)%
<b>Passivo corrente</b>	<b>520,1</b>	<b>561,2</b>	(7,3)%
Empréstimos bancários	187,2	118,4	-
Fornecedores	169,0	172,6	(2,1)%
Outros	164,0	270,2	(39,3)%
CAPEX operacional <sup>(1)</sup>	133,2	238,3	(44,1)%
CAPEX operacional como % do Volume de negócios	16,1%	27,6%	(11,5)pp
CAPEX total	143,2	238,5	(39,9)%
EBITDA –CAPEX operacional	112,8	(2,8)	-
Cash Flow Operacional <sup>(2)</sup>	3,4	70,6	(95,1)%
FCF <sup>(3)</sup>	(44,5)	38,8	(214,6)%
Dívida bruta	406,2	459,2	(11,6)%
Dívida líquida	343,8	269,9	27,4%
Dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,4x	1,1x	0,3x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	15,2x	15,3x	(0,1)x
Dívida/(Dívida + Capital próprio)	27,3%	30,7%	(3,5)pp
<b>Excluindo a operação de securitização:</b>			
Dívida líquida	360,6	309,5	16,5%
Dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5x	1,3x	0,2x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	15,2x	15,3x	(0,1)x

<sup>(1)</sup> CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros;

<sup>(2)</sup> Cash Flow Operacional = EBITDA-CAPEX Operacional – Variação de Fundo de Maneio – Itens não Monetários e Outros;

<sup>(3)</sup> FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos;

<sup>(4)</sup> Cobertura de Juros.

## 2.1.4 FCF CONSOLIDADO DA SONAECOM

Milhões de euros	2012	2011	Varição
EBITDA – CAPEX operacional	112,8	(2,8)	-
Varição de fundo de manei	(105,0)	51,7	-
Itens não monetários & outros	(4,4)	21,8	-
<b>Cash flow operacional</b>	<b>3,4</b>	<b>70,6</b>	<b>(95,1)%</b>
Operação de Securitização	(20,0)	(20,0)	0,0%
Investimentos	(6,0)	0,0	-
Ações próprias	(3,4)	(2,2)	(52,2)%
Resultado financeiro	(12,4)	(6,6)	(87,6)%
Impostos	(6,1)	(3,0)	(103,9)%
<b>Free Cash Flow</b>	<b>(44,5)</b>	<b>38,8</b>	<b>-</b>



## 2.2 OPTIMUS

### 2.2.1 O NEGÓCIO EM 2012

Em 2012, a Optimus fez progressos muito significativos na estratégia definida, com um reforço importante nos eixos de marca, dados móveis, convergência, 4G, inovação e experiência de cliente.

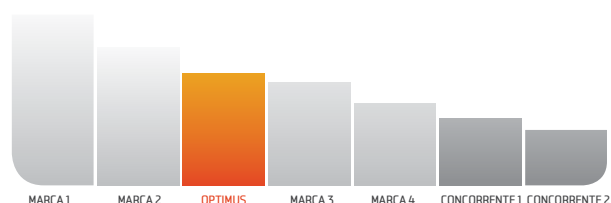
Marcando o ritmo na dinâmica do mercado no que diz respeito à inovação e qualidade de serviço e competindo de igual para igual com os seus concorrentes, a Optimus manteve-se focada nos seus objetivos estratégicos de liderança nos dados móveis e liderança no segmento empresarial, no qual se apresenta com uma abordagem totalmente convergente.

O sucesso da estratégia definida refletiu-se de forma inequívoca num desempenho consistente, que resultou no crescimento das quotas de receitas e de EBITDA no mercado móvel em Portugal.

#### A MARCA ESCOLHIDA PELOS CONSUMIDORES

Em 2012, de acordo com a *Marktest*, a Optimus foi consecutivamente líder em recordação no universo de marcas de serviços móveis, com uma recordação cerca de 70% acima do concorrente mais próximo, apesar de um nível de investimento inferior ao dos seus concorrentes.

#### TOP RECORDAÇÃO ESPONTÂNEA



Fonte: Marktest / Publivaga (Média 2012)

O *soft rebranding* iniciado em final de 2011, que apresentou uma nova assinatura e uma nova linha de comunicação, revelou-se uma aposta importante na estratégia da marca, com impactos muito significativos na recordação e no apelo da marca.

A força da marca Optimus ficou também patente no facto de ter sido a operadora móvel preferida pelos consumidores portugueses, tendo sido reconhecida pela qualidade dos seus serviços, atendimento ao cliente, diversidade da sua oferta, bem como pelas promoções e ofertas que disponibiliza no mercado.



Esta escolha resultou da avaliação "Escolha do Consumidor", levada a cabo pela *Consumer Choice* - Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor. Neste âmbito, foram avaliadas mais de 200 marcas/empresas, envolvendo mais de 17300 avaliações.



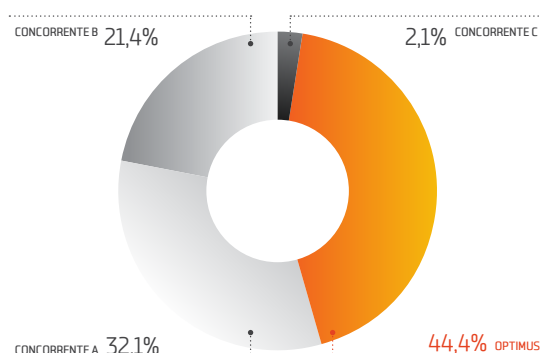
#### A LIDERANÇA NO FUTURO DOS DADOS MÓVEIS

O desenvolvimento tecnológico a que temos vindo a assistir, quer ao nível de infraestruturas de rede, quer ao nível de equipamentos, torna cada vez mais óbvio que o futuro da indústria será mais móvel e mais assente em dados. Esta é, sem dúvida, uma alavanca de crescimento futuro fundamental e a sua relevância será tanto maior quanto menos se fizerem sentir os impactos do chamado "efeito de rede".

A Optimus soube, desde cedo, antecipar esta tendência e desenvolver produtos e serviços que hoje lhe permitem reclamar liderança em várias categorias, como é o caso da Banda Larga Móvel, na qual detinha, no quarto trimestre de 2012, uma quota de 44,4% do tráfego de dados.

O crescimento da penetração de *smartphones*, que é hoje em Portugal inferior à registada no resto da Europa, representa também uma oportunidade única no fomento da utilização de dados móveis. A este nível, a Optimus tem sabido gerir a oportunidade e lançar ofertas disruptivas - de que são exemplo as campanhas de "desbloqueados" e o lançamento de uma gama própria de terminais - que lhe têm permitido crescer de forma consistente a sua base de clientes utilizadores de *smartphones*.

#### QUOTAS DE TRÁFEGO DE BANDA LARGA MÓVEL



### LIDERANÇA DA CONVERGÊNCIA EMPRESARIAL

No mercado empresarial, a Optimus é hoje uma verdadeira alternativa. A sua abordagem integrada e convergente às necessidades das empresas, sob uma única marca, com equipas dedicadas e com uma arquitetura de rede totalmente convergente e de última geração têm-lhe permitido liderar, de forma consistente, o movimento das empresas portuguesas para soluções integradas e convergentes, mais eficientes e indutoras de maior produtividade.

O crescimento de quota no negócio móvel, nas PME's, tem sido claro e consistente e a liderança no caminho de convergência, uma evidência. No final de 2012, 42,8% da base de clientes empresariais já tinha ofertas integradas fixo-móvel com a Optimus, um crescimento muito significativo quando comparado com os 29,2% em 2010. O sucesso registado na oferta de soluções integradas e convergentes ficou também a dever-se à forte alavancagem na infraestrutura própria (fibra e móvel 2G, 3G e agora 4G), resultante da integração da arquitetura de rede. Em 2012, 40% da base e 60% da aquisição empresarial de fixo foi já feita sobre infraestrutura própria, com melhorias significativas na qualidade de entrega e serviço, e com impactos importantes na margem do negócio.

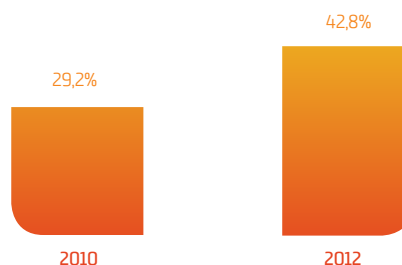
De registar, ainda, o assinalável progresso no modelo operativo. O *mix* de canais foi otimizado, o *churn* registou uma redução considerável, os custos comerciais foram fortemente desafiados e o tempo de entrega e de resposta em serviço sofreu melhorias significativas, apesar da já elevada fasquia de partida. Nos segmentos mais exigentes do mercado, como é o caso do segmento de grandes empresas e administração pública, a Optimus tem crescido de forma consistente através de ofertas integradas e de uma base crescente de clientes convergentes (cerca de 45% no final de 2012).

Neste segmento, a Optimus tem sido capaz de entregar com elevada qualidade e robustez, soluções complexas de telefonia e dados, reforçando a solidez e o potencial das suas parcerias e conseguindo níveis crescentes de produtividade comercial. Em menos de três anos a Optimus dobrou o número de circuitos e equipamentos sob sua gestão e foi pioneira em projetos-bandeira de virtualização de PBX, de redes de dados e de gestão de redes (p.ex. WiFi). A qualidade de entrega e serviço conseguidas, levaram a um *churn* negligenciável e a um arranque sólido nas áreas vizinhas de IT.

Também no *Wholesale* o desempenho da Optimus excedeu as expectativas. Apesar da pressão regulatória sobre terminação e *roaming*, foi possível atingir recordes de tráfego e contribuir fortemente para o regresso da Optimus ao crescimento no Fixo, pela primeira vez desde 2008. De salientar também, o reforço das parcerias com operadores *Tier 1* e o lançamento do seu primeiro MVNO.

Destaque ainda para a posição de coliderança da Optimus no segmento de M2M, e para o reforço da sua capacidade no mercado de ICT.

### CLIENTES EMPRESARIAIS CONVERGENTES (%)



### NA LINHA DA FRENTE NO 4G

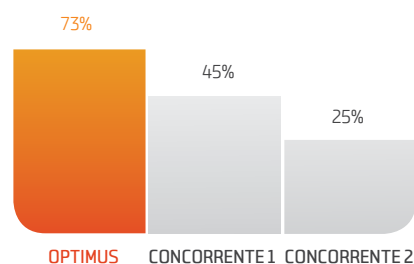
Depois de garantir a combinação perfeita das três bandas de LTE, a Optimus está já bastante avançada na *deployment* da sua rede 4G nas bandas de 800MHz e 1800MHz, ultrapassando a cobertura inicialmente prevista, com 80% da população portuguesa coberta, com mais de metade a beneficiar de velocidades até 150Mbps.

O 4G é um *driver* crítico para a liderança da Optimus no futuro dos dados móveis, assim como para o crescimento das suas categorias de substituição fixo-móvel e para a transformação eficiente da sua arquitetura de rede e modelo operativo na construção de um futuro all-IP, ainda mais integrado e autónomo.

No final do ano passado, a Optimus finalizou uma profunda transformação da sua arquitetura *core* para suportar os processos e as ofertas de que dependerão os dados no futuro, com destaque para o Real-time *charging and Control System* e o novo Core de dados IP.

Com os investimentos realizados e com o trabalho superior realizado pela equipa técnica da Optimus no 4G, a empresa está hoje preparada para tirar pleno partido desta nova tecnologia, quer numa perspetiva de crescimento, quer no reforço do seu modelo operativo e, não menos importante, na consolidação da qualidade da experiência dos seus clientes.

### FREGUESIAS COBERTAS @150 MBPS (% POPULAÇÃO NACIONAL)



Fonte: website operadores (Set. 2012)

## INOVAÇÃO COMO CHAVE DE DIFERENCIAÇÃO

A Optimus tem um *track record* de inovação – tecnológico, de marketing e operacional – inquestionável, numa indústria onde este é um fator crítico de sucesso. Em 2012, a Optimus voltou a deixar claro que inovação não é incompatível com foco no cliente nem com eficiência operacional e financeira.

Para mencionar apenas alguns dos marcos mais significativos do ano, a rede 4G da Optimus foi galardoada como o projeto mais inovador no universo Orange, pela vanguarda no *deployment* da sua rede 4G e pelos serviços de voz sobre soluções 4G.

Na frente dos serviços móveis, a Optimus criou uma fortíssima categoria de banda larga – o Optimus Kanguru Hotspot, que conquistou 25% das novas aquisições em dezembro e foi já eleito “Produto do Ano”. Já em 2013, a Optimus lançou o novo SMART, uma oferta de comunicações ilimitadas para todas as redes e tráfego intensivo de dados, assumindo-se como a melhor oferta do mercado para uso de *smartphones* e mitigando o efeito de rede.

No retalho, a Optimus voltou a inovar com a implementação de um modelo de *franchising*, bem como com a remodelação de todo o desenho logístico das suas lojas, serviços e um novo sistema POS.

Dirigido ao segmento empresarial, a Optimus lançou soluções claramente inovadoras de voz, ADSL, RDIS ou *Ethernet* sobre 4G. A par com este esforço centrado em 4G, registaram-se implementações pioneiras de virtualização de PBX e de redes geridas, como o projeto de rede WiFi aberta do concelho de S. João da Madeira.

Em paralelo, a Optimus desenvolveu ainda um novo *front-end* de serviço ao cliente com impactos muito significativos na produtividade e no tempo de resposta, assim como com um acréscimo do potencial de aproveitamento destes canais para venda cruzada.

Adicionalmente, a Optimus fortaleceu em 2012 o seu motor de inovação. Estruturou as linhas estratégicas em 3 grandes projetos transversais que envolveram ativamente mais de 200 colaboradores da companhia na sua transformação e garantiu um espaço de destaque consequente para a inovação *bottom-up* e incremental, com o Optimus Ignite e o programa de melhoria contínua.



## EXPERIÊNCIA DE CLIENTE DE EXCELÊNCIA

Proporcionar uma experiência de cliente superior, que seja a melhor do mercado, é um objetivo central do posicionamento da Optimus.

Assim, e desde logo, foi importante ver uma vez mais reconhecida pela ANACOM, no seu relatório publicado em Maio, a superioridade da qualidade da rede 2G e 3G da Optimus.

Foi também motivo de enorme satisfação, ser galardoada com o prémio de melhor Serviço ao Cliente do mundo, no World Contact Center Award e pela terceira vez consecutiva como o melhor em Portugal, na categoria de telecomunicações.

Estes reconhecimentos são o coroar dos importantes esforços transformacionais, levados a cabo desde 2010, para redesenhar o modelo operativo e a experiência de cliente e dão ainda novo alento ao lançamento, em 2012, de um novo e mais abrangente programa de transformação do Serviço no contexto do 4G.

## MODELO OPERATIVO COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA

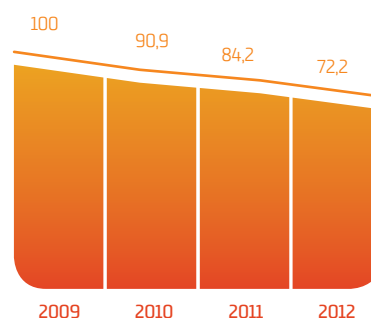
Em 2010, a Optimus lançou um ambicioso programa transversal à empresa, com vista à transformação radical do seu modelo operativo. Deste então, sob um forte plano de eficiência operacional, a Optimus tem conseguido importantes conquistas em diversos indicadores-chave. De salientar que, em paralelo com a implementação deste programa e com a consequente redução da sua estrutura de custos, a Optimus tem mantido a liderança em termos de marca, qualidade de serviço, experiência de cliente e inovação.

Em 2012, a Optimus reduziu os custos operacionais em 8,4%, representando poupanças de 45 milhões de euros.

Em resultado deste programa, a Optimus mais do que duplicou o peso de infraestrutura própria na sua rede de transporte, que cresceu de 28% para 72%, consolidou as suas plataformas de IT/IS, com um impacto importante quer no seu OPEX quer nas suas necessidades de investimento neste domínio, e reduziu significativamente os seus tempos de resposta a pedidos de cliente, aumentando de forma igualmente expressiva a capacidade de resposta em primeira linha e no primeiro contacto.

A Optimus tem hoje uma operação *future-proof*, eficiente e robusta e uma capacidade operacional ímpar dentro e para além do universo setorial nacional e internacional.

## EVOLUÇÃO CUSTOS OPERACIONAIS - EXCL. CUSTOS INTERLIGAÇÃO (2009=ÍNDICE 100)



## 2.2.2 NEGÓCIO MÓVEL

Em 2012, as condições macroeconómicas continuaram a deteriorar-se, com os efeitos das medidas de austeridade a refletirem-se nos principais indicadores, nomeadamente no consumo público e privado, bem como na taxa de desemprego. Como resultado deste contexto, as receitas de clientes móveis da Optimus foram significativamente afetadas, registando um decréscimo de 5,9% face ao ano anterior. No entanto, de acordo com a informação pública conhecida, acreditamos que o desempenho da Optimus foi melhor que o do mercado, o que resulta num ganho de quota de mercado medida em receitas. Não obstante a tendência negativa na evolução das receitas de clientes, a área móvel da Optimus atingiu uma margem EBITDA de 43,1% em 2012, um valor *benchmark*, entre os operadores móveis europeus, e que resulta das medidas de eficiência implementadas pela empresa.

### 2.2.2.1 DADOS OPERACIONAIS

	2012	2011	Varição
Clientes (EOP) ('000)	3.568,6	3.639,4	(1,9)%
Clientes pré-pagos ('000)	2.379,5	2.435,6	(2,3)%
Clientes pós-pagos ('000)	1.189,1	1.203,8	(1,2)%
Novos Clientes ('000)	(70,7)	35,3	-
Dados como % receitas de serviço	31,8%	32,5%	(0,7)pp
Receitas Dados não SMS como % Receitas Dados	76,3%	76,0%	0,3pp
Total # SMS/mês/Cliente	41,7	42,8	(2,7)%
MOU <sup>(1)</sup> (min.)	123,2	126,1	(2,4)%
ARPU <sup>(2)</sup> (euros)	11,97	12,89	(7,2)%
Cliente	10,58	11,18	(5,4)%
Interligação	1,38	1,71	(19,2)%
ARPM <sup>(3)</sup> (euros)	0,10	0,10	(4,9)%

<sup>(1)</sup> Minutos de utilização por cliente por mês;

<sup>(2)</sup> Receita média mensal por utilizador;

<sup>(3)</sup> Receita média por minuto.

#### BASE DE CLIENTES

A base de clientes móvel da Optimus situou-se nos 3,57 milhões, menos 1,9% que no ano passado, não obstante o ligeiro crescimento de adições líquidas verificado no terceiro e quarto trimestre de 2012. Esta redução foi motivada pela já esperada erosão do programa e-iniciativas e pelo impacto das medidas de austeridade, nomeadamente no segmento pessoal.

A base de clientes de pós-pagos atingiu 1,19 milhões, menos 1,2% que em 2011, totalmente motivado pelo fim do programa e-iniciativas. Se excluirmos este efeito, a base de clientes de pós-pago aumentou 4,2%.

Em 2012, os minutos de utilização (MOU) e os SMS/mês/Cliente reduziram-se 2,4% e 2,7%, respetivamente, em contraste com o consumo crescente de dados através de *smartphones*.

A receita média por cliente ou ARPU nos clientes de móvel situou-se nos 12,0 euros. A queda registada em 2012 explica-se pelas menores receitas de interligação, com um decréscimo de 1,7 euros para 1,4 euros e a uma menor faturação mensal ao cliente que desceu de 11,2 euros para 10,6 euros, refletindo sobretudo a forte concorrência no mercado.

#### DADOS E BANDA LARGA MÓVEL

As receitas de dados representaram 31,8% das receitas de serviços em 2012, ou seja, menos 0,7pp quando comparado com 2011. O impacto do fim do programa e-iniciativas nas receitas de dados não foi totalmente compensado pelo aumento da penetração de *smartphones*, que aumentou 5,3pp.

O peso dos dados não SMS aumentou 0,3pp, atingindo 76,3% em 2012.



## 2.2.2.2 DADOS FINANCEIROS

Milhões de euros	2012	2011	Varição
<b>Volume de negócios</b>	<b>528,1</b>	<b>570,7</b>	<b>(7,5)%</b>
Receitas de serviço	500,6	542,4	(7,7)%
Receitas de Clientes	442,7	470,4	(5,9)%
Receitas de operadores	57,9	72,0	(19,6)%
Vendas de equipamento	27,6	28,3	(2,6)%
<b>Outras receitas</b>	<b>28,5</b>	<b>32,2</b>	<b>(11,5)%</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>328,8</b>	<b>384,3</b>	<b>(14,4)%</b>
Custos com Pessoal	44,2	51,0	(13,5)%
Custos Diretos Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	110,6	130,9	(15,5)%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	70,8	87,3	(18,9)%
Outros custos operacionais <sup>(3)</sup>	103,2	115,1	(10,3)%
<b>EBITDA</b>	<b>227,8</b>	<b>218,6</b>	<b>4,2%</b>
Margem EBITDA (%)	43,1%	38,3%	4,8pp
CAPEX operacional <sup>(4)</sup>	107,5	210,5	(48,9)%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	20,4%	36,9%	(16,5)pp
EBITDA - CAPEX operacional	120,3	8,1	-
CAPEX total	108,7	210,7	(48,4)%

<sup>(1)</sup> Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

<sup>(2)</sup> Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

<sup>(3)</sup> Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos;

<sup>(4)</sup> CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios da área móvel reduziu 7,5%, quando comparado com 2011, para 528,1 milhões de euros, devido à quebra das receitas de serviços e de venda de equipamentos. A descida nas receitas de serviços explica-se pela combinação de menores receitas de clientes e de operadores. Como já referido, as receitas de clientes caíram 5,9% para 442,7 milhões de euros, devido ao fim do programa do Governo e-iniciativas e devido ao impacto negativo das medidas de austeridade nos níveis de consumo, sobretudo no segmento pessoal, e ao conseqüente impacto na fatura mensal. Os níveis de concorrência no mercado, nomeadamente no segmento jovem, com o lançamento de planos tarifários agressivos, favorecendo o efeito de rede, também marcaram negativamente a evolução das receitas no mercado móvel nacional.

As receitas de operadores diminuíram 19,6% no mesmo período para 57,9 milhões de euros. Não obstante o nível elevado de tráfego, esta diminuição é totalmente explicada pela descida das tarifas reguladas, quer sejam de terminação (que em média caíram 35%) quer sejam de *roaming*.

### CUSTOS OPERACIONAIS

Como resultado dos esforços da Optimus na implementação de uma estrutura mais eficiente, os custos operacionais da área móvel reduziram-se significativamente. Em 2012, os custos operacionais verificaram uma redução de 14,4% para 328,8 milhões de euros, beneficiando da descida de custos com pessoal de 13,5%, e da descida dos Custos Diretos com Serviços de 15,5%, devido ao menor número de linhas alugadas e dos custos da rede, dado a Optimus continuar a reduzir a dependência de infraestruturas alugadas, e devido aos menores custos de interligação, dada a redução nas tarifas de terminação. Os custos comerciais reduziram-se em 18,9%, devido à combinação de menores custos de publicidade e de venda de equipamentos (como resultado de menor venda de equipamentos e de subsídio de terminais). Os outros custos operacionais também se reduziram em 10,3%, sobretudo devido a menores custos gerais e administrativos.



## EBITDA

O EBITDA da área móvel aumentou 4,2% para 227,8 milhões de euros, sobretudo devido à quebra de 14,4% dos custos operacionais, que mais do que compensou a tendência negativa de quebra de receitas de clientes. Esta evolução no EBITDA é bastante significativa, tomando em consideração não só a situação económica que o país atravessa mas também quando comparada com a tendência europeia. De acordo com a informação pública, continuamos a aumentar a nossa quota de mercado em termos de EBITDA.

A margem EBITDA atingiu, em 2012, 43,1%, contra 38,3% em 2011, um aumento de 4,8pp e um valor *benchmark* entre operadores móveis.

## EBITDA- CAPEX OPERACIONAL

O EBITDA-CAPEX Operacional aumentou de 8,1 milhões de euros em 2011, para 120,3 milhões de euros em 2012, sobretudo devido ao aumento de 4,2% no EBITDA e explicado pela aquisição de espectro 4G em 2011. Excluindo este último, o EBITDA - CAPEX Operacional aumentou 1,5% quando comparado com o período homólogo, inteiramente devido ao aumento de 4,2% do EBITDA, que mais do que compensou o aumento do CAPEX operacional registado em 2012. Este aumento ficou a dever-se à aceleração dos planos de cobertura da nossa rede de 4G, excedendo os objetivos anteriormente estabelecidos para este ano.

## 2.2.3 NEGÓCIO FIXO

As nossas soluções integradas e convergentes para clientes Corporate e PME continuam a ser aceites e reconhecidas pelo mercado. No final de 2012, como já referido, a percentagem de clientes convergentes na nossa base de clientes ultrapassou os 42%, um significativo aumento quando comparado com 2011, continuando a companhia a apostar no crescimento da nossa oferta fixa e móvel nestes segmentos.

No segmento residencial, a nossa performance continua a ser impactada pela decisão, tomada em 2011, de abandonar a aquisição de novos clientes no mercado residencial através de ofertas reguladas sobre infraestruturas alugadas.

### 2.2.3.1 DADOS OPERACIONAIS

	2012	2011	Varição
Total de Acessos	334.939	375.826	(10,9)%
Corporate e PMEs	158.472	158.449	0,0%
PTSN/RDIS	114.798	113.643	1,0%
Banda Larga	30.998	34.681	(10,6)%
Outros e Dados	12.676	10.125	25,2%
Residencial	176.467	217.377	(18,8)%
PTSN/RDIS	72.505	100.254	(27,7)%
Banda Larga	67.542	81.654	(17,3)%
TV	36.420	35.469	2,7%
Receita média por acesso - Retalho	22,6	23,3	(73,5)pp

## BASE DE CLIENTES

O impacto do ambiente económico desafiante, sentido durante 2012, traduziu-se numa pressão adicional no segmento de PME e Corporate. Não obstante, a evolução do número de acessos neste segmento permaneceu em linha com o verificado no período homólogo de 2011, registando-se no entanto que, em termos trimestrais, o número de acessos aumentou 1,0% entre o terceiro e o quarto trimestre de 2012, para 158 mil. No seu conjunto, o número de serviços no mercado empresarial é negativamente afetado pelo menor número de serviços de banda larga, uma vez que é cada vez maior o número de empresas que supre as suas necessidades de banda larga recorrendo à tecnologia móvel, nomeadamente ao 4G.

O número total de acessos recuou 10,9% para 335 mil, totalmente explicado pelo decréscimo de 18,8% no segmento residencial. A receita média por acesso, não obstante a menor percentagem de clientes residenciais, continua a recuar, tendo-se reduzido em 3,2% (apesar do aumento de 2,9% quando comparamos a variação trimestral).

### 2.2.3.2 DADOS FINANCEIROS

Milhões de euros	2012	2011	Varição
<b>Volume de negócios</b>	<b>222,5</b>	<b>220,4</b>	<b>1,0%</b>
Receitas de serviço	217,2	216,9	0,1%
Receitas de Clientes	89,9	103,6	(13,3)%
Receitas de operadores	127,3	113,3	12,3%
Vendas de equipamento	5,4	3,5	55,4%
<b>Outras receitas</b>	<b>1,3</b>	<b>1,0</b>	<b>25,3%</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>209,0</b>	<b>208,4</b>	<b>0,3%</b>
Custos com Pessoal	3,7	2,8	29,9%
Custos Diretos Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	156,5	152,8	2,4%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	13,0	12,1	6,7%
Outros custos operacionais <sup>(3)</sup>	35,9	40,6	(11,5)%
<b>EBITDA</b>	<b>14,8</b>	<b>13,0</b>	<b>13,6%</b>
Margem EBITDA (%)	6,6%	5,9%	0,7pp
CAPEX operacional <sup>(4)</sup>	20,3	23,4	(13,4)%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	9,1%	10,6%	(1,5)pp
EBITDA –CAPEX operacional	(5,5)	(10,4)	47,1%
CAPEX total	20,3	23,4	(13,4)%

<sup>(1)</sup> Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

<sup>(2)</sup> Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

<sup>(3)</sup> Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos;

<sup>(4)</sup> CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

#### VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios do negócio fixo aumentou 1,0% face a 2011, para 222,5 milhões de euros, beneficiando de um aumento de 12,3% nas receitas de operadores. Este aumento ficou a dever-se a um crescimento dos níveis de tráfego, apesar do decréscimo dos preços para o tráfego *wholesale*. A venda de equipamentos também contribuiu para a evolução positiva do Volume de Negócios, aumentando 55,4% entre 2011 e 2012, para 5,4 milhões de euros, como consequência de uma maior dinâmica no mercado empresarial. É de destacar que é a primeira vez, desde 2008, que as receitas do negócio Fixo da Optimus têm uma evolução anual positiva, com o crescimento a ser originado no mercado de *wholesale* e empresarial, compensando o comportamento negativo do mercado residencial.

#### CUSTOS OPERACIONAIS

A evolução dos custos operacionais do segmento fixo foi em linha com o ocorrido em 2011, tendo atingido 209,0 milhões de euros. Os custos com pessoal aumentaram cerca de 30%, tendo em conta que já não está a ser efetuada a capitalização dos custos de desenvolvimento do FTTH. A evolução no quarto trimestre apresenta-se estável quando comparada com o trimestre homólogo de 2011, sobretudo devido à necessidade de recursos humanos adicionais relacionados com a atividade no segmento empresarial. Os custos diretos com os serviços prestados aumentaram 2,4% para 156,5 milhões de euros, relacionados com a performance positiva das receitas de operadores. Os custos comerciais aumentaram 6,7%, devido a um maior custo com a aquisição de equipamentos para o segmento de empresas. Os outros custos operacionais recuaram 11,5%, devido sobretudo a menores custos de *outsourcing*.

#### EBITDA

O EBITDA do segmento fixo aumentou 13,6% face a 2011, atingindo 14,8 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou de 5,9% para 6,6%, ou seja, mais 0,7pp, apesar do aumento do peso das receitas de operadores.

#### EBITDA-CAPEX OPERACIONAL

O EBITDA-CAPEX Operacional aumentou cerca de 50% entre 2011 e 2012, atingindo 5,5 milhões negativos. Este valor deve-se ao efeito conjugado de um maior EBITDA e simultaneamente a um menor CAPEX Operacional que, para além do investimento em rede, é sobretudo impactado pelo crescimento da base de clientes.

## 2.2.4 CONTEXTO REGULATÓRIO

Apresentam-se, de seguida, os principais desenvolvimentos regulatórios ocorridos em 2012:

### PRIMEIRO TRIMESTRE 2012

#### CONSULTA PÚBLICA SOBRE MERCADOS 4 E 5

O ICP-ANACOM lançou uma consulta pública acerca da revisão e análise dos mercados 4 (acesso grossista à rede) e 5 (acesso grossista em banda larga). Quanto ao mercado 4, o regulador propõe a imposição do acesso à fibra (acesso virtual) em todo o país, com exceção de 17 concelhos. Quanto ao mercado 5, o regulador mantém a segmentação geográfica entre zonas competitivas e não competitivas, com base na conclusão de que nenhuma alteração significativa foi identificada no ambiente competitivo para justificar ajustamentos regulatórios. Como tal, a obrigação de fornecer uma oferta *bitstream* apenas em áreas não competitivas é mantida. Uma oferta com funcionalidade *multicast* pode também ser aplicada, dependendo do interesse explícito de operadores alternativos e da viabilidade económica. O regulador decidiu também não incluir fibra nas obrigações *bitstream*, justificando esta decisão com a falta de investimento em fibra pelo incumbente em zonas não competitivas.

### SEGUNDO TRIMESTRE 2012

#### TARIFAS DE TERMINAÇÃO MÓVEL

2 maio 2012

O ICP-ANACOM publicou a decisão final sobre Tarifas de Terminação Móvel, que estabeleceu uma diminuição das tarifas desde 7 de maio até 30 dezembro de 2012.

Decisão final - 2 de maio de 2012

	TTM/€
Anteriormente	0,0350
7 maio 2012	0,0277
30 junho 2012	0,0227
30 setembro 2012	0,0177
30 dezembro 2012	0,0127

Esta decisão final surgiu na sequência da indicação por parte da Comissão Europeia, em 26 de abril, de não ter comentários à proposta que lhe havia sido notificada previamente pelo ICP-ANACOM.

#### RENOVAÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FREQUÊNCIAS: 900 E 1800 MHZ

24 maio 2012

O ICP-ANACOM aprovou a renovação dos direitos de utilização das frequências nas bandas dos 900 e 1800 MHz, atribuídos à Optimus em 1997.

Os direitos de utilização foram alargados por mais 15 anos, ou seja, até novembro de 2027. As condições de renovação incluem a obrigação de manter os atuais níveis de cobertura dos serviços de voz e dados até 9600 bps e, ainda, de cobrir locais ou áreas específicas determinadas pelo regulador.

### TERCEIRO TRIMESTRE 2012

#### FINANCIAMENTO DO SERVIÇO UNIVERSAL (SU)

23 agosto de 2012

O Governo publicou a lei que institui o fundo de compensação do SU e que visa o financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do SU.

De acordo com a proposta, devem contribuir para o fundo os operadores de comunicações eletrónicas cujo volume de negócios elegível represente pelo menos 1% do volume de negócios elegível do setor, sendo que o volume de negócios elegível corresponde



ao valor das vendas e dos serviços prestados no território nacional, deduzido dos valores correspondentes a receitas provenientes de atividades não relacionadas com a oferta de serviços de comunicações eletrónicas, receitas de transações entre entidades pertencentes ao mesmo grupo e venda de equipamentos terminais.

Adicionalmente, esta lei determina que o fundo deverá financiar os custos excessivos do SU antes e após a nomeação do novo prestador de SU.

### **CONSULTA PÚBLICA**

**3 setembro 2012**

O ICP-ANACOM lançou uma consulta pública acerca das obrigações dos operadores móveis no que respeita à cobertura de banda larga móvel de freguesias atualmente sem ou com baixa cobertura. Esta consulta pública surgiu de acordo com as instruções previstas no regulamento do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências nos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz e 2,6 GHz.

O documento lista um total de 480 freguesias, a ser distribuídas em número igual entre os três operadores: TMN, Vodafone e Optimus. O processo para escolha das freguesias será implementado de acordo com os critérios definidos no regulamento, o que significa que serão atribuídas à Optimus as 160 freguesias não escolhidas pela Vodafone e TMN.

### **QUARTO TRIMESTRE 2012**

#### **ADENDA À PORTABILIDADE**

**15 novembro 2012**

A Optimus assinou uma adenda ao contrato para o provisionamento dos serviços de portabilidade com a Portabil (entidade de referência).

A necessidade de assinar a adenda ao contrato resulta da definição de novos preços e de um novo esquema de custos com a Portabil, que irão impactar diretamente os preços associados com remunerações mensais e custos por número portado. Estas novas condições implicarão uma redução de cerca de 15% nos custos mensais em que a Optimus incorre com os serviços prestados pela Portabil.

#### **REVOGAÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FREQUÊNCIAS PARA O FWA**

**17 dezembro 2012**

A 17 de dezembro de 2012, a ANACOM garantiu à Optimus a aplicação da revogação do direito de utilização de frequências para a operação de acesso fixo via rádio (FWA).

Esta decisão aplica-se a 31 de dezembro de 2012. Foram devolvidos dois blocos: um de 2x56 MHz e outro de 2x28 MHz na banda de 24-25 GHz. Note-se que os clientes que antes eram servidos por esta tecnologia foram migrados previamente.





## 2.3 SSI



### 2.3.1 O NEGÓCIO EM 2012

#### WEDO TECHNOLOGIES

A WeDo Technologies encerrou 2012 com sólidos resultados, o que evidencia que a estratégia de negócio para o período 2011-2015 está a ser executada com sucesso. Como principais concretizações, destacamos o crescimento das suas encomendas e receitas em 20% e 19%, respetivamente. O EBITDA aumentou 55%, para 8,7 milhões de euros e, mais importante, a empresa alcançou 30 novos clientes em 16 países, encerrando o ano de 2012 com mais de 180 clientes em mais de 80 países.

Dadas estas concretizações, estamos confiantes de que a WeDo Technologies irá reforçar a sua posição de liderança no mercado internacional de *software* de *revenue assurance* e gestão de fraude, aumentando a sua quota de mercado global e tornando-se numa empresa de *software* multi-indústria através de seu *software* de *business assurance* - RAID.

Recentemente lançada, a versão 7.0 do RAID tem vindo a registar fortes progressos, estando totalmente alinhada com a nossa estratégia. Esta versão, disponibilizada no início de 2013, tem recolhido um feedback extremamente positivo, e será a melhor versão de sempre do *software* empresarial de *business assurance*, já líder mundial neste espaço – desde o *back-end* até ao *front-end*. Tal só foi possível devido à efetiva colaboração registada entre clientes, equipas de desenvolvimento de *software* e equipas de vendas e de *marketing* nas diferentes regiões geográficas.

Após a aquisição, em maio de 2012, da Connectiv Solutions, sediada nos EUA, o panorama parece-nos ainda mais promissor, sendo que a importância de disponibilizar o RAID através de um modelo de negócio de SaaS é já clara.

A região do Médio Oriente e da África tem revelado um excelente crescimento, acima da média também no mercado alvo da indústria de telecomunicações. Ao mesmo tempo, as encomendas e receitas da WeDo Technologies aumentaram, respetivamente, 91% e 80% nos setores de energia, retalho e finanças.

O ano de 2012 foi muito importante no setor de retalho, já que a WeDo contou com dois importantes novos clientes nos EUA e na Rússia. A acumulação de clientes e *know-how* neste setor já tem justificado o investimento realizado através de vendas diretas e indiretas.



A WeDo Technologies registrou, também, realizações notáveis nos seus dois setores-alvo: energético, no Brasil, e financeiro, no Reino Unido.

Durante a última década, a WeDo Technologies instalou as suas soluções em mais de 180 empresas em mais de 80 países nos cinco continentes, oferecendo serviços de consultoria para mais de 100 operadores em todo o mundo através da sua bem-sucedida divisão de consultoria, Praesidium.

A WeDo Technologies irá reforçar a sua liderança mundial no mercado de *revenue assurance* de telecomunicações, complementando o seu portfólio com soluções de gestão de fraude e *business assurance*, tanto no setor das telecomunicações, como noutros setores.

#### MAINROAD

Ao longo de 2012, a Mainroad centrou as suas atividades e recursos na melhoria da satisfação dos clientes e na rentabilidade do negócio, ampliando a sua presença internacional no sentido de manter o crescimento contínuo que conquistou ao longo dos últimos anos. Focando-se no já extenso *know-how* e na sua infraestrutura, a empresa apostou no desenvolvimento da sua oferta, assim como no desenvolvimento de novas soluções, onde se incluem as novas soluções *cloud-based computing*.

As soluções de *cloud computing*, com base no conceito de *trusted cloud*, foram lançados no mercado Português pela Mainroad em parceria com a Fujitsu. A *trusted cloud* da Mainroad disponibiliza soluções para auxiliar as empresas portuguesas no seu processo de internacionalização (tais como IaaS, Desktop as a Service and Managed Mobile Solutions) e funciona como uma das extensões locais da Fujitsu *Global Cloud*, no sentido de responder aos desafios das empresas no mercado global. Todas as soluções lançadas pela Mainroad estão disponíveis através do seu novo website - [www.mainroad.pt/trustedcloud](http://www.mainroad.pt/trustedcloud).

Com o objetivo de melhorar continuamente os seus serviços e soluções, a Mainroad atualizou o seu nível de certificação de SAP Hosting Partner para Advanced Hosting Partner SAP. Esta certificação irá permitir à empresa a lançar novas ofertas no mercado, complementares e em exclusivo. Adicionalmente, a Mainroad obteve também a certificação de Microsoft Hosting Silver Partner em Portugal, permitindo-lhe oferecer serviços na *cloud* para os produtos da Microsoft e suas plataformas. A empresa obteve, adicionalmente, a renovação da certificação de qualidade 9001.

É de destacar que, em 2012, a Mainroad reforçou o relacionamento com a Computer Associates (CA), através do desenvolvimento de uma solução *on demand* de monitorização (Main IT Monitoring), cujo objetivo é disponibilizar soluções de monitori-

zação de infraestruturas novas e mais apelativas a CIOs e diretores de TI em todo o mundo.

O investimento das equipas de marketing e vendas da Mainroad em países como Espanha e Angola ganhou impulso graças à sua proximidade e potencial de crescimento. No seu modelo de internacionalização, a Mainroad focou-se no seu *know-how* distintivo em soluções de IT Service Management (ITSM), segurança e *data centers*. A Mainroad irá continuar a investir no desenvolvimento de novas soluções nestas áreas de conhecimento com o objetivo de ir crescendo internacionalmente.

The advertisement for Mainroad features a dynamic image of a rowing team in blue uniforms on a track. The text is arranged as follows: the Mainroad logo (an orange square with a white 'M' shape) and the word 'mainroad' in white lowercase letters on a dark blue background at the top. Below this, the slogan 'We make IT work' is written in large white letters, with 'IT' in orange. Underneath, 'Align IT with your BUSINESS needs' is written in smaller white letters. At the bottom right, the website 'www.mainroad.pt' is displayed in white on a dark blue background.

### BIZDIRECT

Em 2012, a Bizdirect manteve a sua liderança no mercado de soluções de IT multimarca e gestão de contratos de licenciamento de *software* corporativo. A Bizdirect reforçou a sua posição em duas áreas distintas: na consultoria à gestão de ativos de *software* (SAM), e na integração e desenvolvimento de soluções utilizando tecnologia Microsoft.

O ano de 2012 foi um ano desafiante para a Bizdirect. A empresa teve que se concentrar em manter as vantagens competitivas no mercado de IT e, simultaneamente, garantir a sua posição como *player* diferenciado, suportada por parcerias com os principais fabricantes. A Bizdirect atingiu ambos os objetivos graças ao seu profundo conhecimento do mercado.

Como destaque às realizações mais importantes da Bizdirect em 2012, está o desenvolvimento de um serviço de apoio ao cliente, SAM, baseado num modelo de consultoria adaptado às suas necessidades individuais. A adoção desta estratégia tem-se revelado fundamental para diferenciar o desempenho da Bizdirect no mercado.

Como resultado do esforço para crescer nas soluções oferecidas durante 2012, a Bizdirect adquiriu os ativos e competências para integrar e desenvolver soluções de negócio baseados na tecnologia Microsoft. Esta decisão estratégica ampliou o âmbito de atividade da Bizdirect no mercado, criando sinergias com o seu negócio tradicional.

De seguida, destacamos os quatro pilares estratégicos da Bizdirect:

- **Infraestrutura** – Desenho e fornecimento de *hardware*, apoiado por parcerias multimarca certificadas que oferecem retorno, eficiência no investimento e confiança para os clientes;
- **Licenciamento** – A gestão operacional de contratos de licenciamento das empresas, maximizando os benefícios para o cliente por centralizar o processo de gestão e de negociação num único contacto. Os principais fabricantes cobertos são a Microsoft, CA, IBM e Oracle;
- **Soluções** - Integração e desenvolvimento de soluções de negócio focadas na utilização de tecnologias da Microsoft, com base em plataformas tecnológicas como Dynamics CRM (gestão de relacionamento com o cliente); SharePoint (portais e colaborações); e BizTalk (gestão de processos e integração);
- **SAM** – Um processo de apoio à validação da conformidade de *software* que envolve a análise e otimização de *software*, consolidando as licenças e / ou propondo novos modelos de licenciamento.

Com o objetivo de oferecer ainda mais valor ao mercado, a Bizdirect continuará a implementar uma estratégia de crescimento gradual e sustentado, assente em elevados níveis de satisfação do cliente, apoiada pela excelência dos seus colaboradores.







### SAPHETY

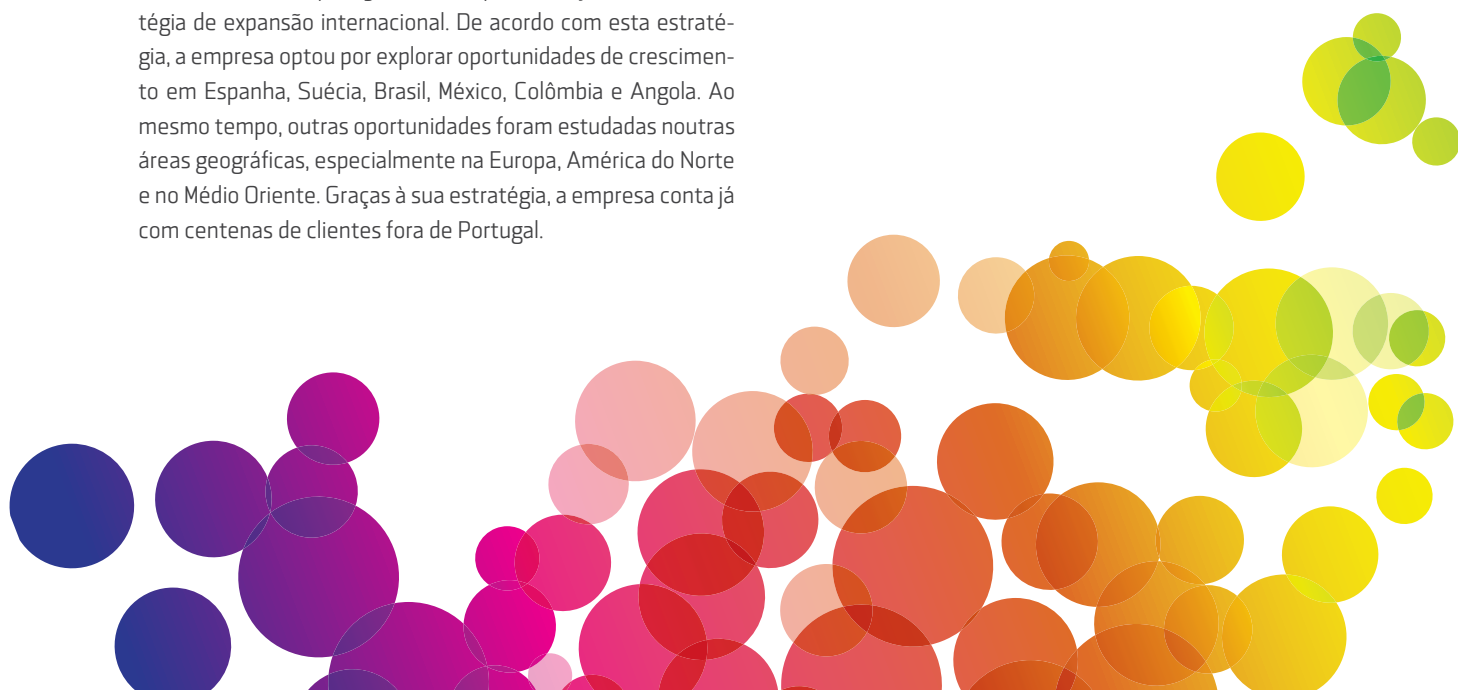
Em 2012, a Saphety continuou a ampliar a sua presença nos mercados nacional e internacional, no segmento de serviços de transações eletrónicas. O negócio focou-se principalmente em Portugal, embora os mercados internacionais não tenham sido colocados de parte.

Apesar do difícil ambiente macroeconómico, a carteira de clientes da Saphety cresceu 139% durante 2012, ascendendo, no final do ano, a cerca de 6.800 empresas pertencentes ao setor privado e à administração pública.

Durante 2012, a Saphety iniciou a implementação da sua estratégia de expansão internacional. De acordo com esta estratégia, a empresa optou por explorar oportunidades de crescimento em Espanha, Suécia, Brasil, México, Colômbia e Angola. Ao mesmo tempo, outras oportunidades foram estudadas noutras áreas geográficas, especialmente na Europa, América do Norte e no Médio Oriente. Graças à sua estratégia, a empresa conta já com centenas de clientes fora de Portugal.

Em resposta ao nível de adoção das suas soluções, a Saphety atualizou a sua ferramenta de facturação eletrónica, SaphetyDoc. Paralelamente, investiu significativamente na obtenção de interoperabilidade entre a solução SaphetyGov e vários sistemas externos utilizados pelos seus clientes, juntamente com outros sistemas pertencentes ao setor público, tais como a nova versão do portal único de Contratos Públicos.

Em 2013, a Saphety pretende estabelecer-se como uma referência de excelência no mercado internacional de serviços de transações eletrónicas.



## 2.3.2 DADOS OPERACIONAIS

	2012	2011	Varição
Receitas de serviços IT /colaborador <sup>(1)</sup> ('000 euros)	139,3	135,3	3,0%
Vendas de equipamento como % do Volume de negócios	21,7%	32,4%	(10,7)pp
Vendas de equipamento/colaborador <sup>(2)</sup> ('000 euros)	960,4	1,466,3	(34,5)%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	19,9	15,3	29,6%
Colaboradores	641	550	16,5%

<sup>(1)</sup> Excluindo colaboradores afetos a Vendas de equipamento;

<sup>(2)</sup> Bizdirect.

As Receitas de Serviço alcançaram 139,3 mil euros em 2012, 3,0% acima de 2011, com a evolução positiva das Receitas de Serviços a mais do que compensar o aumento de 16,5% no número de colaboradores.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 32,4%, em 2011, para 21,7%, em 2012, devido à evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

## 2.3.3 DADOS FINANCEIROS

Milhões de euros	2011	2010	Varição
<b>Volume de negócios</b>	<b>103,82</b>	<b>108,49</b>	<b>(4,3)%</b>
Receitas de serviço	81,26	73,29	10,9%
Vendas de equipamento	22,57	35,19	(35,9)%
<b>Outras receitas</b>	<b>1,51</b>	<b>0,72</b>	<b>107,9%</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>93,28</b>	<b>100,54</b>	<b>(7,2)%</b>
Custos com Pessoal	30,72	28,59	7,4%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	23,73	35,51	(33,2)%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	38,83	36,44	6,6%
<b>EBITDA</b>	<b>12,05</b>	<b>8,67</b>	<b>38,9%</b>
Margem EBITDA	11,6%	8,0%	3,6pp
CAPEX operacional <sup>(3)</sup>	4,90	3,90	25,7%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	4,7%	3,6%	1,1pp
EBITDA – CAPEX operacional	7,15	4,78	-
CAPEX total	14,93	3,90	-

<sup>(1)</sup> Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede;

<sup>(2)</sup> Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

<sup>(3)</sup> Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

## VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2012, o Volume de Negócios da SSI diminuiu 4,3%, para 103,8 milhões de euros, fruto de uma quebra de 35,9% nas Vendas de Equipamento, devido à Bizdirect. A evolução registada na Bizdirect deve-se ao final do programa e-iniciativas, assim como ao impacto negativo do ambiente macroeconómico neste setor de atividade.

Pelo terceiro trimestre consecutivo, as Receitas de Serviço mais do que compensaram a quebra registada nas Vendas de Equipamento. Em 2012, as Receitas de Serviço aumentaram 10,9%, já beneficiando, entre outros efeitos, da aquisição da Connectiv Solutions. Desde 1 de maio de 2012, os resultados da Connectiv Solutions têm sido consolidados nas contas da SSI. Numa base comparável, as Receitas de Serviço da SSI teriam aumentado 5,5% face a 2011.

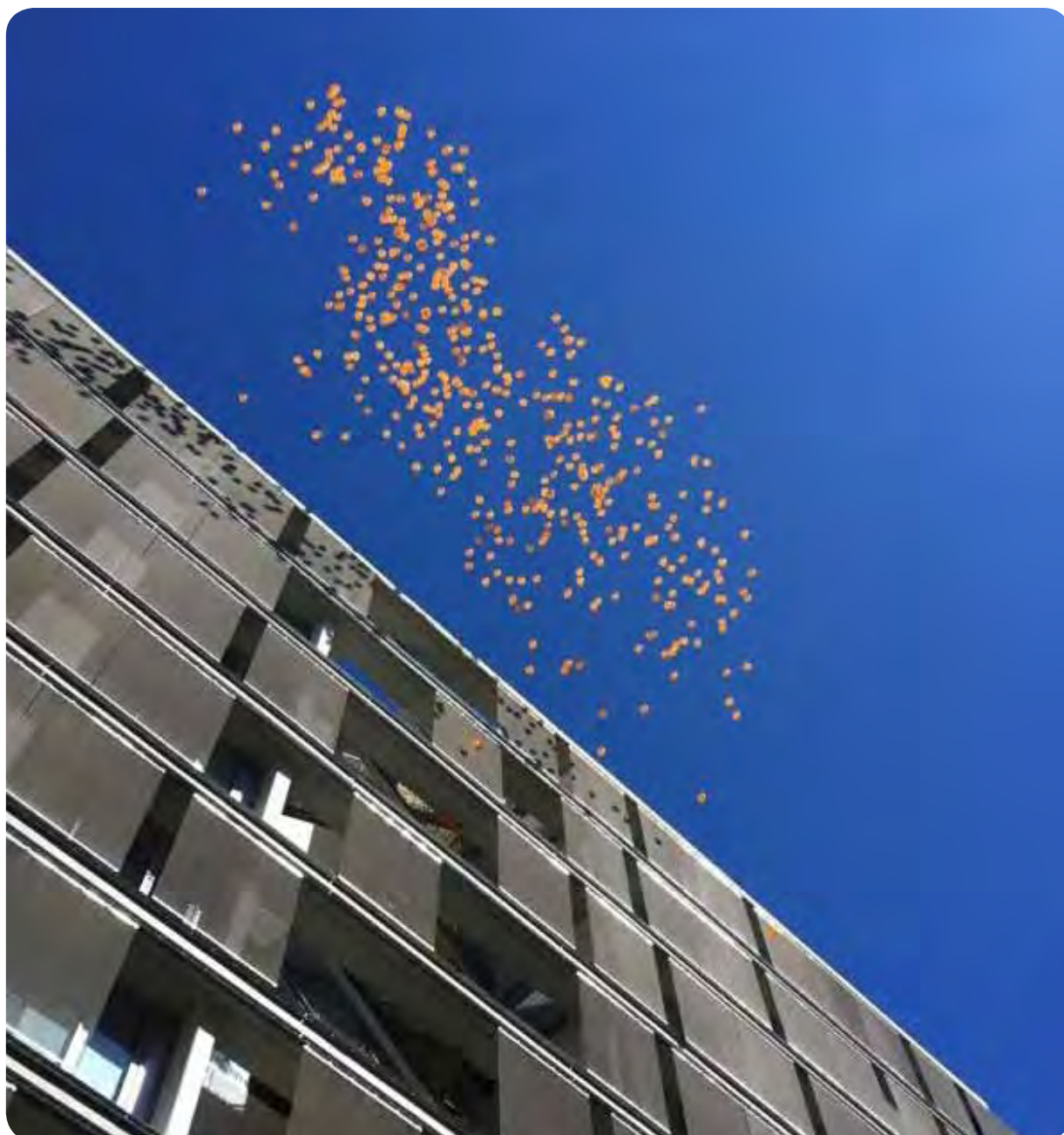
### CUSTOS OPERACIONAIS

Os Custos Operacionais da SSI diminuíram 7,2%, para 93,3 milhões de euros. A diminuição de 33,2% nos Custos Comerciais é, em larga medida, resultado de um menor nível de Custos das Mercadorias Vendidas na Bizdirect. Os Custos com o Pessoal aumentaram 7,4%, devido, maioritariamente, ao crescimento da WeDo Technologies e à integração dos colaboradores da Connectiv Solutions. O aumento nos Outros Custos Operacionais deve-se, sobretudo, a maiores custos de *outsourcing*, em resultado de um maior número de projetos, tal como evidenciado pela evolução das Receitas de Serviço.

### EBITDA

Em 2012, o EBITDA alcançou 12,0 milhões de euros, aumentando 38,9% quando comparado com 2011. Tal deveu-se a um maior nível de Receitas de Serviço e menores Custos Operacionais. Como consequência, a margem EBITDA evoluiu de 8,0% para 11,6%, mais 3,6pp.

Excluindo o efeito da consolidação da Connectiv Solutions, o EBITDA teria aumentado 28,3% face a 2011.



## 2.4 ONLINE E MEDIA

O negócio de *online* e *media* inclui um conjunto de negócios que contempla o Público e o Miao.pt. O Público é um jornal líder na imprensa diária generalista, com uma história de 23 anos, sendo o Público.pt líder no setor da imprensa digital nacional.

Em 2012, as Receitas de Publicidade do negócio de *online* e *media* continuaram a deteriorar-se, impactando negativamente o desempenho do negócio ao nível do EBITDA. Apesar do crescimento do Público no digital, as Receitas *online* do negócio não são ainda suficientes para superar a quebra verificada no Volume de Negócios, consequência do menor nível de Receitas de Publicidade e de Circulação offline.

Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o papel do Público como referência independente de informação em Portugal, a Sonaecom implementou, no início de outubro de 2012, um projeto de reestruturação, que preconiza uma diminuição dos Custos Operacionais, assim como a saída de 48 colaboradores.

No 4T12, os custos de reestruturação tiveram um impacto negativo nas contas do Público de cerca de 2,8 milhões de euros. Como consequência, o EBITDA do Público ascendeu a 7,13 milhões de euros negativos em 2012.

## 2.5 RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAECOM

### 2.5.1 DADOS OPERACIONAIS

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os períodos findos a 31 de dezembro 2012 e 2011 podem ser resumidos como segue:

Milhões de euros	2011	2012	Variação	%
Receitas de Serviço	3,9	3,5	(0,4)	(10,0)%
Custos Operacionais <sup>(1)</sup>	(4,7)	(4,3)	0,4	(8,3)%
EBITDA	(0,9)	(0,9)	(0,0)	1,3%
EBIT	(0,9)	(0,9)	(0,0)	0,4%
Dividendos recebidos	0,0	129,5	129,5	-
Atividade Financeira Líquida	3,5	1,2	(2,3)	(66,5)%
Outros Resultados Financeiros	(10,1)	(26,6)	(16,5)	163%
EBT	(75)	103,1	110,7	-
Resultado Líquido	(8,0)	103,2	111,2	(14,0)%

<sup>(1)</sup> Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões

A 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom SGPS tinha quatro administradores executivos (os mesmos do ano anterior). Para informação adicional, ver Secção 4 – A nossa equipa de gestão.

#### RECEITAS DE SERVIÇO

As receitas de serviço totalizaram 3,5 milhões de euros, que comparam com 3,9 milhões de euros em 2011, e dizem essencialmente respeito a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias.

#### TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS

O total de custos operacionais, excluindo amortizações, depreciações e provisões, ascendeu a 4,3 milhões de euros, que comparam com 4,7 milhões de euros em 2011, sendo esta diminuição maioritariamente explicada pelos menores custos com pessoal.

#### EBITDA

O EBITDA foi negativo em 0,9 milhões de euros, em linha com o valor de 2011. O nível de Custos Operacionais compensou a diminuição das receitas de serviço compensada pela redução dos custos operacionais.

### DIVIDENDOS RECEBIDOS

A principal fonte de rendimento da Sonaecom SGPS, em 2012, foram os 129,5 milhões de euros de dividendos recebidos da Optimus – Comunicações, S.A. (68,2 milhões de euros), Optimus SGPS S.A. (29,7 milhões de euros), Sontária (0,6 milhões de euros) e da Sonaecom Sistemas de Informação (31,0 milhões de euros). Em 2011, a Sonaecom não recebeu dividendos das suas subsidiárias.

### ATIVIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA

A atividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva em 1,2 milhões de euros, significativamente abaixo de 2011 (3,5 milhões de euros) devido ao maior nível de custos de financiamento e ao menor nível de empréstimos às subsidiárias, que resultaram em menores juros recebidos.

### OUTROS RESULTADOS FINANCEIROS

Os Outros Resultados Financeiros foram negativos em 26,6 milhões de euros, quase totalmente justificados pelas imparidades reconhecidas nos investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes.

### RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2012 foi positivo em 103,2 milhões de euros, significativamente acima de 2011, devido ao elevado nível de dividendos recebidos.

## 2.5.2 DADOS FINANCEIROS

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o 2012:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de euros
<b>Liquidez a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>61,3</b>
Caixa e Depósitos Bancários	0,1
Aplicações de tesouraria	61,2
Bancária	60,0
Subsidiárias	1,2
<b>Variação da Dívida Bruta Nominal</b>	<b>(80,8)</b>
Dívida Externa	(68,2)
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	(12,6)
<b>Suprimentos concedidos</b>	<b>(296,4)</b>
<b>Dividendos pagos</b>	<b>(25,2)</b>
<b>Free Cash Flow</b>	<b>444,8</b>
Juros pagos	(14,4)
Juros recebidos	12,1
Aquisição de acções próprias	(2,2)
Alienação de partes de capital (líquida de aquisições)	331,6
Dividend received	129,5
Free cash flow operacional e outros	(11,9)
<b>Liquidez a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>103,7</b>
Caixa e Depósitos Bancários	0,0
Aplicações de tesouraria	103,7
Bancária	5,0
Subsidiárias	98,7

Durante 2012, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 42,4 milhões de euros, para os 103,7 milhões de euros, devido aos seguintes movimentos:

- (i) A Dívida Externa diminuiu 68,2 milhões de euros;
- (ii) O FCF foi positivo em 444,8 milhões de euros.

No entanto:

- (i) As aplicações de tesouraria efetuadas pelas subsidiárias na Sonaecom SGPS diminuíram 12,6 milhões de euros (maioritariamente justificadas pela Optimus -10 milhões de euros);
- (ii) Os empréstimos concedidos às subsidiárias aumentaram 296,8 milhões de euros (devido essencialmente à Optimus SGPS: 312,8m); e,
- (iii) Foram pagos dividendos no montante de 25,2 milhões de euros.

No final de dezembro de 2012, a dívida líquida da Sonaecom SGPS era de 272,9 milhões de euros, composta por:

- (i) Liquidez de 103,7 milhões de euros;
- (ii) Aplicações de tesouraria nas subsidiárias de 6,3 milhões de euros; e,
- (iii) Dívida externa de 370,3 milhões de euros.



## 2.6 O NOSSO COMPROMISSO

O nosso compromisso para com o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à ambição que temos de sermos o melhor operador de comunicações em Portugal.

Em conjunto com os nossos colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e organizações do terceiro setor, continuamos a explorar novas oportunidades, que se traduzem em ganhos para a sociedade e todas as partes envolvidas.

O ano de 2012 significou para a Sonaecom o início da implementação de um novo ciclo da nossa estratégia consubstanciados em três eixos de atuação:



No primeiro eixo, a Sonaecom, através dos seus colaboradores, clientes e parceiros, compromete-se a atuar de forma responsável, assegurando que os princípios éticos e deontológicos que subscreve estão presentes diariamente na nossa atividade. Neste sentido, procurando promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e de regras comportamentais alinhadas com estes princípios, ao longo dos próximos três anos iremos efetuar uma análise profunda do nosso Código de Conduta, tornando-o mais claro, simples e perceptível, de forma a clarificar temas que possam eventualmente ainda estar menos presentes no quotidiano das nossas pessoas. Em simultâneo, desenvolveremos um programa de comunicação e formação sobre ética e postura responsável que abrangerá todos os colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio. Em 2012, iniciámos este programa com um curso em e-learning, para colaboradores, no qual se destacaram quatro temas: conflito de Interesses; confidencialidade, privacidade e integridade da informação; relacionamento com colaboradores e relacionamento com fornecedores e parceiros.

Ao nível ambiental, Green life, a Sonaecom continuará a investir na redução dos impactos do seu negócio e, simultaneamente, procurará tornar mais eficientes os impactos das outras organizações e da sociedade em geral, através do desenvolvimento de produtos e serviços tecnologicamente avançados. Em 2012, prosseguimos com a implementação de medidas para melhorar a eficiência energética, através da redução do consumo de energia, da utilização de equipamentos com menor consumo energético e da alavancagem na utilização de energias renováveis. Entre outros, destacamos a modernização de sites da rede sul, que implicou a substituição de equipamentos e tecnologias, e o Projeto SavEnergy, desenvolvido em consórcio com a EFACEC e a Fraunhofer Portugal, com o objetivo de investigar

e desenvolver soluções de otimização para a autonomia energética das estações de comunicação móvel. Estas medidas permitiram-nos reduzir o consumo de energia em 7%.

Como resultado do nosso envolvimento na minimização do nosso impacto ao nível das alterações climáticas e das emissões de gases de efeito de estufa, a Sonaecom obteve o segundo melhor desempenho, a nível ibérico, no setor das telecomunicações no CDP Iberia 125 Climate Change Index 2012.

O nosso terceiro desafio, e-life, que se baseia no compromisso em desenvolver produtos e serviços com impacto na qualidade de vida das pessoas e que visa responder a três objetivos: assegurar o acesso a todos os clientes independentemente da idade, capacidade, língua, cultura e literacia em tecnologias de informação, através do desenvolvimento de produtos e serviços com elevado valor social e ambiental; contribuir para o aumento de atividades que gerem valor económico na comunidade local (recrutamento local, investimentos na comunidade, fornecedores locais, etc.); e, fazer das TIC um fator de inovação e contribuir para a sociedade de informação.

Esta preocupação com as comunidades leva-nos a celebrar parcerias fortes com empresas como a ISA Intellicare, para o desenvolvimento de soluções como o One Care, uma solução que permite uma monitorização contínua e à distância de doentes crónicos, e com organizações do terceiro setor, como a Acreditar, Associação Salvador, Abraço e a Fundação do Gil, que apoiam crianças e jovens que sofrem de doenças graves ou crónicas, para, através da nossa tecnologia, aumentar a qualidade de vida destas pessoas.

Para mais informações sobre o nosso desempenho ambiental, económico e social, consulte-se o nosso relatório de sustentabilidade, que estará disponível no sítio da Internet da Sonaecom, a partir de maio de 2013.



## 2.7 O NOSSO SERVIÇO AO CLIENTE

O nosso objetivo é liderar na qualidade de serviço, para sermos reconhecidos pelos nossos clientes e parceiros como o melhor serviço ao cliente em Portugal. Em 2011, a nossa estratégia de serviço foi redefinida com base num único princípio - "Make it Easier" - simplificar ao máximo o processo de contacto para promover a satisfação de cliente. Seguindo esta estratégia, demos, este ano, passos significativos na reestruturação do nosso modelo operacional, atuando nas equipas, processos e sistemas. Os prémios obtidos, tal como o *Best Customer Service - EMEA* e *Best Customer Service in the World*, atribuídos pelo *Contact Centre World*, reforçam que a Optimus se encontra no caminho certo, como o melhor operador de telecomunicações em Portugal.



### VOZ DO CLIENTE COMO PONTO DE PARTIDA PARA MELHORIAS OPERACIONAIS

Em 2011, foi lançado um programa de Voz do Cliente, com o objetivo de recolher o *feedback* dos clientes relativamente aos processos de serviço e assim garantir que as ações de melhoria contínua das operações incorporam a perspetiva dos nossos clientes. Com o objetivo de sustentar a nossa estratégia de serviço ao cliente, foi incluído o indicador-chave Customer Effort Score (CES). Este ano, implementámos um sistema de monitorização integrado que combina indicadores operacionais e indicadores do programa de Voz do Cliente. Periodicamente, estes resultados são comparados com os dos nossos concorrentes. Este sistema integrado de monitorização é a base para os Ciclos de Melhoria Contínua (CIC) que visam a melhoria estruturada das operações, orientada para o cliente. Como consequência, o indicador de CES registou uma queda de 5%.

### REVISÃO DE PROCESSOS A PARTIR DO MOMENTO DE CONTACTO COM O CLIENTE

Para dar maior consistência à entrega de serviço, iniciámos uma revisão exaustiva dos nossos processos a partir do momento de contacto. Foram desenhados guias passo a passo para simplificar o processo de resolução aos assistentes, melhorar a qualidade de informação disponibilizada aos clientes e promover o *next issue avoidance*. Pensada inicialmente para o canal de apoio telefónico, esta iniciativa permitiu a avaliação dos processos nos diferentes canais de contacto, reforçando a consistência global da experiência de serviço prestada aos nossos clientes. Ao longo do último ano, a taxa de resolução no momento de contacto atingiu os 94%.

Implementámos novas equipas multidisciplinares, que centralizam um conjunto alargado de competências técnicas e processuais, completamente focadas na qualidade de resolução. Esta alteração organizacional permitiu melhorar significativamente a qualidade da resolução de reclamações e assegurar uma resposta mais rápida aos nossos clientes. Como consequência, reduzimos a taxa de reincidência de reclamações em 5% e o tempo de resolução em 31%.



Continuámos a desenvolver esforços para reduzir o número de aplicações que disponibilizamos aos assistentes do serviço de apoio ao cliente para gestão das interações com os clientes. Um dos resultados mais significativos foi a integração das principais aplicações numa só, que integra um conjunto de informação relevante do cliente, tal como, a sua informação pessoal, o histórico de contactos através de diferentes canais, o portfólio de serviços subscritos e o perfil de pagamento. A disponibilização desta visão integrada ao assistente permite uma contextualização prévia do cliente, que facilita a experiência de interação no momento de contacto.

### PROMOVER A AUTONOMIA DE CLIENTES ATRAVÉS DE SELF-SERVICING

Lançámos a área de clientes convergente que permite a gestão dos diferentes serviços subscritos pelo cliente de forma integrada através de único *login*. A nova área de clientes assegura as anteriores funcionalidades com uma experiência de utilização melhorada, no que respeita a apresentação da informação, navegação e usabilidade. Utilizando o programa de Voz do Cliente continuámos a identificar de oportunidades de melhoria em termos de navegação e a qualidade de conteúdos, e a avaliar a inclusão de novas funcionalidades relevantes.

A crescente necessidade de acesso fácil à informação combinada com o aumento da utilização de *smartphones* levou-nos a desenhar e implementar aplicações móveis de apoio aos clientes para os segmentos particular e empresarial. Através da aplicação «Cliente Optimus», os clientes podem gerir convenientemente a sua conta - monitorizar a utilização do serviço de voz e de dados, controlar carregamentos ou pagamento de faturas e verificar ou alterar o seu tarifário - onde e quando mais lhes for mais adequado.

### ENVOLVER OS ASSISTENTES ATRAVÉS DE NUMA CULTURA DE SERVIÇO ORIENTADA PARA O CLIENTE

No centro de uma verdadeira cultura de serviço está o compromisso de envolver os colaboradores em todos os níveis da organização e, em particular, as equipas de atendimento que interagem diariamente com os nossos clientes.

Em 2011, foi inaugurada a Academia de Formação do Serviço ao Cliente, com o objetivo de gerir de forma centralizada as sessões de formação e de *coaching* de todas as operações. Em 2012, implementámos um programa de formação comportamental que define as competências que os assistentes devem adquirir ao longo da sua evolução no Serviço de Apoio a Clientes da Optimus. Entre estas competências incluem-se a utilização de linguagem positiva, a reformulação orientada à ação e a resolução baseada no perfil do cliente.

Uma verdadeira cultura de serviço está fortemente relacionada com o sentido de responsabilidade individual na interação com clientes. Neste contexto, lançámos indicadores de desempenho individual centrados na qualidade e no *feedback* dos clientes. A monitorização destes indicadores individuais permite-nos preparar sessões de formação personalizadas, em competências comportamentais e técnicas, de forma a desenvolver comportamentos capazes de conduzir a desempenhos de excelência.



## 2.8 A NOSSA REDE



«LTE» e «4G» foram as duas expressões mais comuns na Optimus em 2012. Depois da fase de aquisição de espectro em 2011, as nossas atividades centraram-se, no início de 2012, em concluir a escolha do nosso parceiro tecnológico e em iniciar a instalação da rede a

tempo do lançamento comercial a 15 de março. As significativas atualizações realizadas nos elementos da rede de core e serviços deram-nos a possibilidade de disponibilizar ligações de dados até 100 Mbps através de PENS USB e serviços de voz em smartphones 4G desde o primeiro dia.



A preparação da instalação da rede LTE começou ainda em 2011. Os upgrades realizados na rede de transporte de fibra e de micro-ondas abriram o caminho para o rápido desenvolvimento das estações de rádio LTE durante 2012. Além dos upgrades na rede de transpor-

te, a modernização da rede de acesso 2G e 3G na zona sul, iniciada em 2011, permitiu uma implementação muito mais rápida do LTE, maximizando as sinergias no que respeita ao consumo de energia, à configuração dos sites, entre outros.



No início de 2012, as nossas unidades técnicas, de marketing e comerciais começaram a conceber e a desenvolver serviços e ofertas a ser suportadas pelas novas funcionalidades da rede de nova geração. O enfoque incidiu na melhoria da experiência de cliente e

no desenvolvimento de uma oferta abrangente e diversificada. O LTE abre uma gama alargada de novas oportunidades, não só no mercado de particulares, como nos clientes empresariais de pequenas e grandes empresas, que procuram soluções de comunicações mais eficientes e flexíveis. 2012 foi o ano em que o LTE passou de projeto a realidade.

### 2.8.1 A CONSTRUÇÃO DO LTE

O LTE foi lançado comercialmente em março de 2012. Começámos pela apresentação pública de um conjunto de serviços iniciais concebidos para demonstrar as suas capacidades e o seu potencial. Transmissão de vídeo em alta definição, navegação na Internet a alta velocidade e jogos online são apenas alguns exemplos das novas experiências que a

Optimus acredita que proporcionarão maior procura nas plataformas móveis.

**Espectro:** desde cedo, a Optimus identificou o potencial da banda de 1800 MHz para a implementação do LTE, dadas as suas vantagens de propagação relativamente à banda de 2600 MHz ao mesmo tempo que permite uma capacidade semelhante. A aquisição dos direitos de utilização da banda de 1800 MHz implicou o planeamento de frequências e a otimização de toda a rede de rádio, de forma a libertar o espectro na banda de 1800 MHz que vinha sendo utilizado para serviços de voz/dados GSM. A Optimus acredita que esta estratégia é um elemento diferenciador fundamental no que respeita ao desempenho da rede e dos terminais. Prevê-se que a banda de 800 MHz se tornará fundamental para proporcionar uma experiência superior em zonas rurais/suburbanas com menor densidade populacional, onde é necessário cobrir uma área maior.

**Implementação dos eNodeB LTE:** a introdução de uma tecnologia adicional nos sites da Optimus colocou vários desafios a nível infraestrutural. Em 2011, a Optimus renegociou os contratos de arrendamento num esforço de minimizar o impacto nos custos decorrente da introdução dos equipamentos LTE. No que concerne às infraestruturas físicas das estações existentes, estas sofreram adaptações mínimas para introduzir os componentes LTE, conseguindo-se em paralelo sinergias em termos de consumo de energia e partilha de conectividade com as redes 2G e 3G. Os projetos de modernização das redes 2G e 3G serviram de base para a instalação rápida e otimizada dos equipamentos LTE.

**Seleção de equipamento de LTE/parcerias com fornecedores:** os dois anos de fase de preparação permitiram à Optimus a seleção e a otimização de equipamento e de antenas de LTE de última geração. Aquando da escolha de vendedores, foi dada atenção especial àqueles que apresentassem as soluções técnicas com o melhor desempenho rádio possível, e, ao mesmo tempo, que disponibilizassem nos seus planos de desenvolvimento, a introdução do serviço de voz em LTE e a disponibilização da tecnologia LTE-advanced em linha com os objetivos comerciais da Optimus. Além disto, a Optimus fomenta o intercâmbio de experiência tecnológica com os seus fornecedores, participando ativamente nos testes conjuntos necessários para a introdução de novas funcionalidades com o objetivo de melhorar a experiência dos seus clientes e a oferta de serviços.

**Otimização da rádio:** a seleção das bandas LTE exigiu que a Optimus revisse os seus processos de planeamento e otimização. Entre outras tarefas, foi necessário preparar a adaptação das ferramentas e definir procedimentos que foram sendo validados durante os primeiros ensaios nas redes de teste LTE, durante 2010 e 2011. Todas as alterações introduzidas pelo LTE

foram testadas e otimizadas antes do lançamento comercial, de forma a assegurar uma experiência e um desempenho de rede em linha com o pretendido.

**Novas antenas LTE:** foi executado um trabalho minucioso para garantir que o novo *design* das antenas era capaz de suportar o LTE e que era possível reduzir ao mínimo o número de antenas em telhados e mastros, bem como o impacto visual e o campo de radiação eletromagnética das mesmas. É importante salientar que a distribuição do LTE na banda dos 1800 MHz permitiu-nos a reutilização de um número substancial de antenas, o que ajudou a reduzir os custos de implementação.

**Desenvolvimento da rede de transporte Micro Ondas e Fibra Ótica:** em 2012, a Optimus continuou a realizar *upgrades* na rede de transporte, nomeadamente pela expansão dos sites ligados com fibra e ligações de micro-ondas de alta capacidade. Estas ligações, que contemplam uma migração para tecnologia IP, permitem maximizar a capacidade, assim como obter sinergias nas ligações com as estações 2G e 3G. A implementação do LTE exigiu também a redefinição e otimização da rede de sincronismo. Da mesma forma, 80% dos nossos sites estão já ligados através da nossa própria infraestrutura: fibra nas áreas mais densas e micro-ondas em áreas rurais.

## 2.8.2 INOVAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE SERVIÇO

O LTE criou várias oportunidades de inovação, particularmente do lado da tecnologia. As melhorias significativas em termos de capacidade e experiência permitem desenvolver novos serviços para os nossos clientes, ao mesmo tempo que suportam o desenvolvimento de novas ofertas integradas. Independentemente das ações desenvolvidas para o LTE, as redes 2G e 3G continuaram a evoluir de forma a responder às necessidades dos clientes, nomeadamente na melhoria da qualidade do serviço de voz, ritmos de transmissão de dados e experiência de utilização com *smartphones*.

**Histórico de qualidade e experiência:** os nossos esforços de reforço contínuo da qualidade da nossa rede sem fios já mereceram o reconhecimento de terceiros e entidades independentes. Por exemplo, a Optimus apresenta um excelente desempenho em serviços de voz, sendo o melhor operador na zona de Lisboa. Estes resultados são o resultado do sucesso dos processos de otimização de rede implementados durante o ano, que resultou num aumento da taxa de terminação de chamadas, a melhores indicadores de voz e a uma melhoria global do desempenho da rede.

**Inovação de infraestruturas:** em 2012, a Optimus concluiu a modernização das suas redes 2G e 3G, e conta agora com uma rede 2G, 3G e 4G de vanguarda, que explora em pleno. Utilizan-

do esta nova infraestrutura, foram implementadas novas funcionalidades para melhorar a capacidade, a resistência e a experiência, designadamente a migração de IP — uma base para a implementação eficiente e otimizada do LTE. No que respeita à eficiência energética, foram colocadas em prática várias iniciativas inovadoras, incluindo a SavEnergy — um consórcio nacional de investigação e desenvolvimento dedicado à exploração do uso de energias renováveis em sites de rede móvel.

**Smartphones e aumento de tráfego:** o ano de 2012 pôs-nos perante vários desafios, uma vez que o número de *smartphones* aumentou de forma significativa neste período, colocando pressão sobre os recursos de rede. Foram implementadas funcionalidades e atualizações específicas para melhorar a experiência do cliente.

**FTTH e serviço fixo:** em 2012, a Optimus continuou a explorar a sua parceria FTTH com a Vodafone nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ligando novos clientes a ambas as redes. Também em 2012, foi validado e introduzido na rede novos equipamentos de cliente, com melhores funcionalidades reduzindo simultaneamente os problemas após instalação em casa do cliente. No segmento empresarial, consolidámos o nosso posicionamento integrado e convergente para PME e grandes empresas. A percentagem de clientes convergentes na nossa base de clientes aumentou de forma sustentada e continua a conduzir ao crescimento dos serviços móveis e fixos nestes segmentos. No segmento residencial, o nosso desempenho continua a sofrer o impacto da decisão de abandonar a aquisição de clientes sobre a infraestrutura do operador incumbente.



### 2.8.3 OTIMIZAÇÃO DA REDE

Como consequência dos esforços continuados da Optimus no sentido de implementar uma organização mais ágil, os custos da operação móvel diminuíram consideravelmente durante 2012. Entre outras razões, esta descida deveu-se a uma diminuição do nível de custos de serviço direto; das negociações contratuais; das linhas arrendadas e dos custos relacionados com a rede; bem como a uma redução da dependência em infraestruturas arrendadas e a custos de interligação mais baixos como resultado de tarifas de terminação móvel mais reduzidas.

**Plataformas modernizadas (2G e 3G):** como referido acima, a Optimus modernizou a metade sul restante do seu acesso à rede 2G e 3G em 2012, o que levou a uma diminuição significativa no custo de propriedade, a uma redução substancial dos níveis de consumo de energia e a melhorias consideráveis no desempenho e na capacidade da rede rádio. Em geral, o novo equipamento instalado conduziu a um aumento considerável do tráfego de rede 2G e 3G, proporcionando novas funcionalidades rádio e uma melhoria na qualidade que, em última instância, reforçará a experiência dos nossos clientes e uma diminuição na pegada de carbono da nossa rede.

**Otimização de energia/contractos de arrendamento dos sites:** em linha com o respetivo plano de sustentabilidade, a Optimus reviu os seus contratos de fornecimento de energia, procurando alcançar uma redução no consumo de energia e novas

tarifas de eletricidade. Investimos um esforço considerável na renegociação dos arrendamentos dos espaços/sites, tendo revisado contratos existentes e promovido acordos especiais com os proprietários dos sites. Juntamente com outras iniciativas de conservação de energia ao nível do equipamento rádio, a Optimus implementou funcionalidades de poupança de energia com resultados muito positivos.

**Migração de IP e rede de transporte própria:** ao longo de 2012, a Optimus continuou a instalar a sua rede de fibra e de micro-ondas de alta capacidade, substituindo ligações arrendadas e investindo mais em redes de transporte/acesso próprias. Graças à modernização da rede 2G e 3G e à introdução do LTE, a migração de IP foi alargada, o que permitiu alcançar sinergias importantes e fornecer soluções de conectividade para as três tecnologias usando uma única ferramenta de transporte. Além de utilizar a fibra como uma solução natural para o LTE em áreas urbanas e suburbanas, a Optimus atualizou ainda a sua rede de micro-ondas de alta capacidade de forma a suportar os requisitos do LTE, especialmente em zonas rurais, tendo aumentado a capacidade, mas minimizado os custos de licenciamento do espectro. Foram concluídos desenvolvimentos significativos no *design* e no *footprint* da rede de *packet-backhaul* da Optimus, tendo sido alargada a rede de metro *Ethernet*. No final de 2012, a Optimus era proprietária da infraestrutura compatível com Gbps num grande número de sites móveis, o que nos permitirá responder aos desafios de capacidade que encontraremos ao longo dos próximos anos.



## 2.9 AS NOSSAS PESSOAS

A Sonaecom possui uma cultura de desafio constante dos seus limites. Valorizamos e apoiamos pessoas apaixonadas, inovadoras, arrojadas, ambiciosas e que tenham vontade de ultrapassar todos os obstáculos.

### 2.9.1 QUEM SOMOS

A natureza do negócio da Sonaecom, combinada com a sua presença internacional, são fatores apelativos para todos aqueles que procuram integrar uma organização jovem e dinâmica, que investe no desenvolvimento profissional, contínuo e sustentado, dos seus colaboradores.

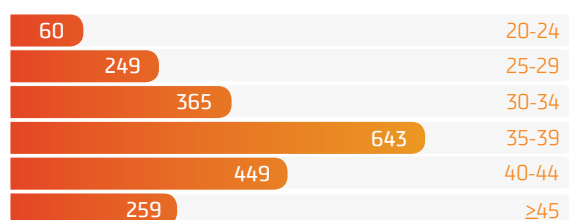
A 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom contava com 2.025 pessoas, distribuídas pelo centro corporativo, serviços partilhados e, pelas suas três áreas de negócio: Optimus, Online e Media e Software e Sistemas de Informação.



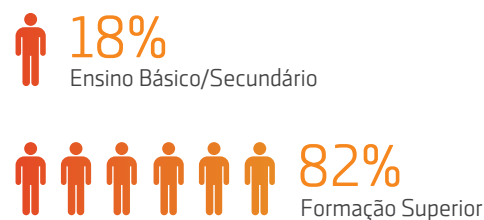
### TEMOS UMA EQUIPA JOVEM E QUALIFICADA

A 31 de dezembro de 2012, a idade média dos nossos colaboradores era de 37 anos, sendo que quase 35% dos funcionários tinham menos de 34 anos de idade. Em relação à formação académica dos colaboradores, 85% dos colaboradores da Sonaecom possui formação superior (licenciatura, pós-graduação, mestrado ou do doutoramento).

#### DISTRIBUIÇÃO ETÁRIO DOS COLABORADORES



#### FORMAÇÃO ACADÉMICA DOS COLABORADORES

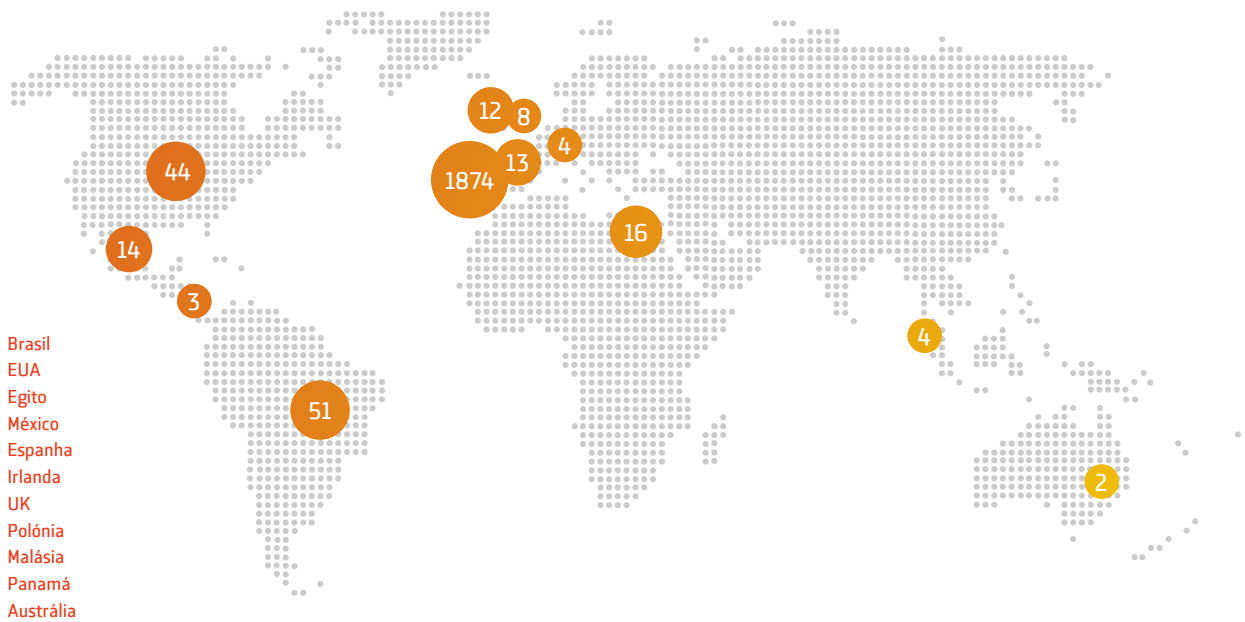


**PROMOVEMOS A ESTABILIDADE DOS NOSSOS COLABORADORES**

No que respeita à tipologia dos contratos de trabalho, 95% dos nossos contratos eram permanentes, sendo que, apenas 5% dos nossos colaboradores possuíam contratos a termo. Acreditamos que a estabilidade profissional promove a prossecução dos nossos objetivos profissionais e pessoais, permitindo-nos atingi-los de uma forma mais rápida e inteligente.

**ESTAMOS GEOGRAFICAMENTE DISPERSOS**

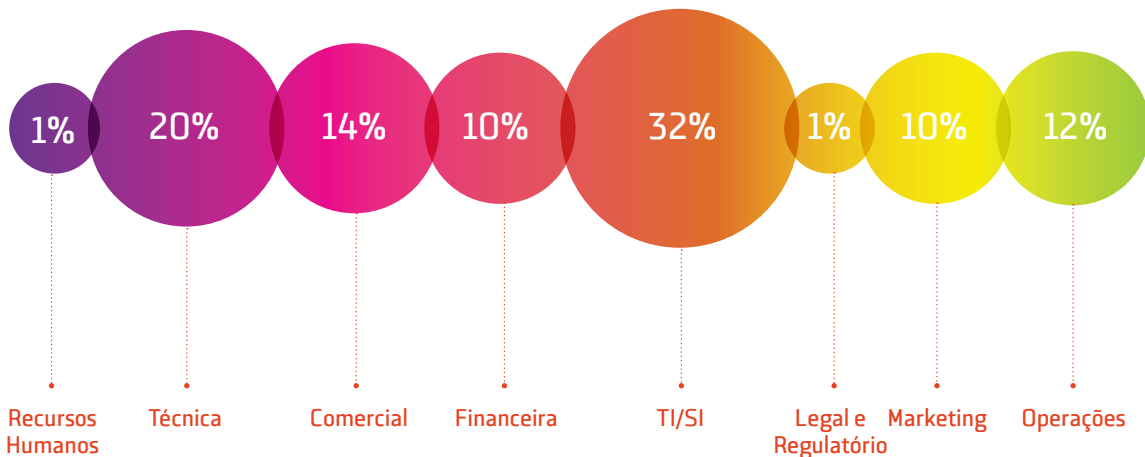
Marcamos presença em 12 países, espalhados pelos cinco continentes. No total, cerca de 92% da nossa força de trabalho é portuguesa, contudo, empregamos também pessoas de diferentes países, tais como: Brasil, EUA, Egito, México, Espanha, Irlanda, Reino Unido, Polónia, Malásia, Panamá, Austrália:



**TEMOS DIVERSIDADE DE COMPETÊNCIAS.**

Acreditamos que desenvolver um grupo de profissionais com competências diversas, nos permitirá atingir e ultrapassar os nossos objetivos.

Contamos, por isso, com oito áreas de carreira distintas, organizadas da seguinte forma:



## 2.9.2 ATRAÇÃO DE TALENTO

Com uma cultura interna que promove a meritocracia, acreditamos que a nossa forma de trabalhar, combinada com a nossa forma de ser, nos permite atrair, manter e desenvolver pessoas com um enorme potencial.

Em 2012, a nossa plataforma de recrutamento *online* registou um total de 9.203 candidaturas (4.286 mulheres, 4.917 homens), mais 648 candidaturas do que em 2011.

Para reforçar a nossa imagem de marca empregadora, bem como a nossa capacidade de atrair talento, mantivemos a nossa presença em feiras de emprego, organizadas pelas melhores universidades portuguesas. Entre elas, o Porto de Emprego da FEP, a FEUP First Job, a ISEG Career Week e o Career Forum do ISCTE.

Ao longo de 2012, recebemos 46 novos estagiários, 76% integrados na Optimus e 24% na WeDo. Quase 60% dos formandos da Sonaecom foram integrados de forma permanente nas diferentes áreas de negócio.

- Na Optimus, lançámos a segunda edição do Start@Optimus, que foi reconhecido pela Masters Capital Humano com o Prémio de Melhor Política de Recrutamento e Retenção de Talentos.

Utilizando a Rede Contacto da Sonae, a Sonaecom reforçou os seus laços com os alunos do ensino superior, lançando-lhes novos desafios e partilhando com eles, todas as novidades relativas à Sonaecom.

Atualmente, a Rede Contacto coloca 20.000 alunos "em contacto" com o grupo Sonae.

**MASTERS**  
**capital humano**



### 2.9.3 GESTÃO DE TALENTO

Uma parte importante da nossa cultura consiste em dar aos nossos colaboradores a liberdade de perseguirem as suas ambições de carreira. Acreditamos que o desenvolvimento da carreira deverá ser sustentado de forma intencional e proativa, apoiando-se em processos e ferramentas organizacionais.

Em 2012, continuámos a incentivar o desenvolvimento de carreiras, em diferentes empresas do grupo, acreditando que o reforço da mobilidade interna e de competências em diferentes áreas, irá fortalecer a nossa cultura, produtividade e sucesso. Ao longo de 2012, 110 funcionários (5%) mudaram de departamento; seis colaboradores mudaram de empresa, dentro do grupo Sonaecom; e quatro foram transferidos para outras empresas do grupo Sonaecom.



### 2.9.4 DESENVOLVIMENTO DE TALENTO

Na Sonaecom, investimos no desenvolvimento das nossas pessoas. Temos como objetivo enriquecer continuamente a proposta de valor que apresentamos aos nossos colaboradores, reforçando a nossa imagem enquanto empregador, apelativo e prestigiado, que rege as suas relações de trabalho com base na confiança, no compromisso e na lealdade.

#### FORMAÇÃO

Valorizamos o conhecimento.

Em 2012, a Sonaecom investiu aproximadamente 1,1 milhões de euros em formação, ministrando um total de 39.400 horas (horas de formação x número de formandos) através de vários canais.

Através da nossa Universidade Corporativa:

O Sonaecom Learning Center (SCLC) é a nossa Universidade Corporativa. Funciona como um recurso educativo centralizado, cujos programas são concebidos para responder às necessidades de formação da Sonaecom.

A oferta do SCLC divide-se entre o Management Learning Centre e o Technical Learning Centre, de acordo com os objetivos e o conteúdo, dos diferentes cursos.

Acreditamos que o processo de acolhimento é um dos momentos mais importantes e determinantes, para o sucesso na integração de qualquer colaborador. Assim, durante o ano de 2012, 87 pessoas das diferentes empresas da Sonaecom, frequentaram os nossos Programas de Acolhimento e Integração.

Em 2012, reforçámos a nossa oferta de formação interna, tendo ministrado 2.450 horas de formação.

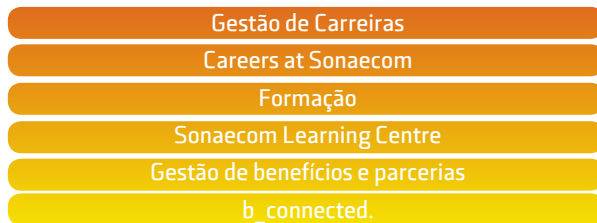
Através de um formato que privilegia a prática, os nossos programas de formação interna pretendem que os colaboradores sejam ativos no seu processo de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de executar as suas tarefas/processos aprendidos.

#### FERRAMENTAS DO RH ONLINE

O nosso perfil internacional combinado com a nossa força de trabalho, altamente conhecedora da tecnologia, levou-nos a desenvolver o RH Online: um portal de informação sobre Recursos Humanos que está acessível *online*. Aqui, os funcionários podem encontrar todas as ferramentas de apoio ao seu desenvolvimento na Sonaecom.



O RH Online permite que os nossos colaboradores acedam a diversos micro-sites de apoio a diferentes processos de Recursos Humanos são eles:



#### QUESTIONÁRIO SOBRE CULTURA ORGANIZACIONAL

Em 2012, a Optimus levou a efeito um inquérito de cultura organizacional, que registou uma taxa de participação de 84%.

Os resultados do estudo deram insights muito relevantes para consolidação de uma cultura forte e diferenciadora, demonstrando um sólido alinhamento das nossas pessoas com as metas e objetivos da companhia. É nossa convicção que com este ponto de partida estaremos em melhores condições para responder aos desafios com que diariamente nos deparamos.

# QUEREMOS VER-TE CRESCER



 Sonaecom  
Learning Centre  
THINK · LEARN · LEAD

**SONAECOM**





03. AS NOSSAS  
AÇÕES

# 03. AS NOSSAS AÇÕES

## 3.1 O MERCADO DE CAPITALIS

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisbon – desde junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das ações da Sonaecom em 2012.

### AÇÕES DA SONAECOM NO MERCADO DE VALORES EM 2012

MERCADO DE CAPITALIS	Euronext Lisbon
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNC0AM0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNCL.S
Número de ações cotadas	366.246.868
Capital Social	366.246.868
Preço por ação no último dia de dezembro (em euros)	1,481
Preço por ação - Máximo (em euros)	1,568
Preço por ação - Mínimo (em euros)	1,070
Volume de transações médio diário em 2012 (em nº ações)	24.7056
Volume de transações médio diário em 2011 (em nº ações)	352.919
Capitalização bolsista no último dia de dezembro (em euros)	542.411.612

### PERFORMANCE DO MERCADO

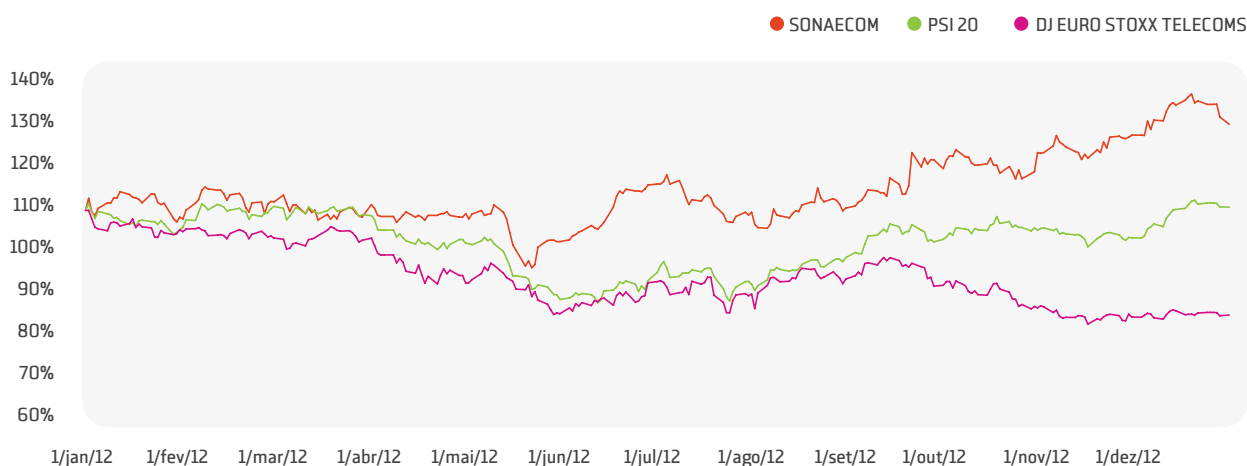


Gráfico 1 – Performance da Sonaecom vs PSI 20 e DJ Euro Stoxx Telecoms em 2012

O ano de 2012 marcou o regresso dos índices bolsistas às valorizações, mas com duas fases distintas.

No primeiro semestre do ano, os índices da Europa do Sul estiveram mais pressionados, devido à escalada dos juros soberanos, que levantaram rumores de que Espanha poderia solicitar ajuda financeira.

Já no segundo semestre do ano, os principais índices recuperaram, assim como a moeda única da zona Euro.

No que respeita ao mercado português, o índice de referência do mercado de capitais (PSI 20) terminou o ano de 2012 com 5.655,15 pontos, o que reflete uma variação positiva de aproximadamente 2,1% face ao final de 2011. Esta variação quase neutral evidencia, por um lado, a valorização de várias das empresas que constituem o índice e, por outro, a desvalorização de outras. Mais especificamente, doze das vinte empresas constituintes do índice terminaram o ano registando uma variação positiva.

Em 2012, o volume de negócios total do índice PSI 20 ascendeu a 19,8 mil milhões de euros, menos 37,4% quando comparado com os 27,2 mil milhões de euros alcançados em 2011. Esta queda reflete o menor nível de liquidez de grande parte das empresas. Também em virtude de uma menor liquidez, a Sonaecom viu o seu volume de negócios diminuir 2,0% no período em questão.

O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2012 com uma quebra de 25,8%, em virtude da desvalorização de mais de metade das empresas que o constituem, das quais destacamos alguns operadores incumbentes da Europa Ocidental.



## 3.2 EVOLUÇÃO DO PREÇO DA AÇÃO EM 2012

### DESEMPENHO DAS AÇÕES DA SONAECOM

A cotação dos títulos da Sonaecom aumentou 21,9% entre 2011 e 2012.

Consideramos provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelos eventos que de seguida se listam:

- 7 de março de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2011;
- 8 de março de 2012: publicação de anúncio de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2011;
- 27 de abril de 2012: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Anual de Acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 3 de maio de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2012;
- 24 de julho de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2012;
- 31 de julho de 2012: emissão de um empréstimo obrigacionista de 20 milhões de euros;
- 25 de setembro de 2012: clarificação, a pedido da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), acerca de declarações efetuadas por um dos Administradores Executivos da Sonaecom;
- 23 de outubro de 2012: clarificação, a pedido da CMVM, de notícia veiculada pelo Diário Económico;
- 30 de outubro de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2012;
- 14 de dezembro de 2012: anúncio relativo a acordo acerca de recomendação conjunta da Sonaecom SGPS, S.A., Kento Holding Limited e Jadeium BV.

### EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS AÇÕES DURANTE 2012

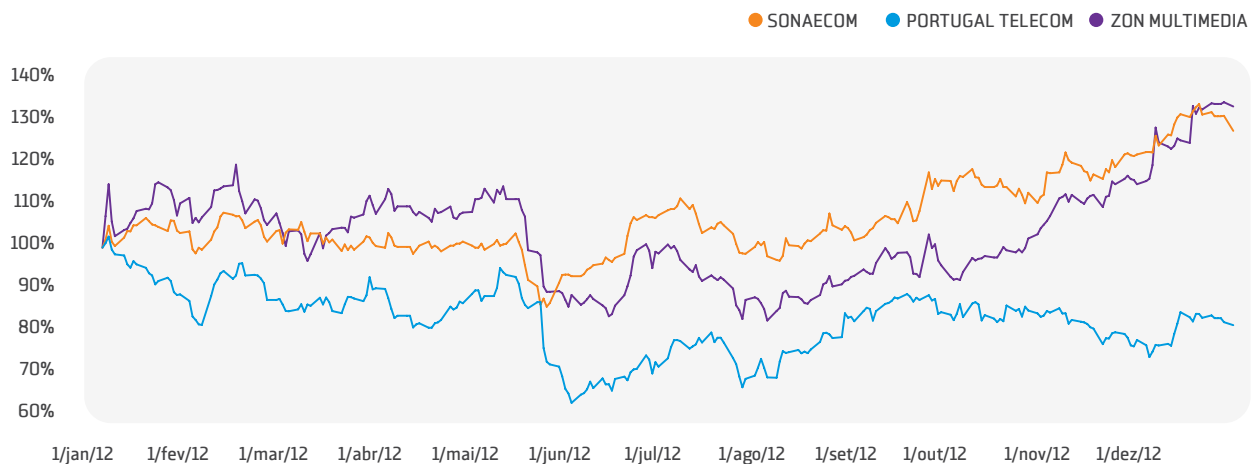


Gráfico 2 – Performance do mercado de telecomunicações em Portugal em 2012

No final de 2012, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 1,481 euros por ação, 21,9% acima da cotação de fecho de 1,215 euros por ação, em 30 de dezembro de 2011. A cotação atingiu um máximo de 1,568 euros por ação, a 19 de dezembro de 2012, e um mínimo de 1,070 euros por ação, a 23 de maio de 2012.

No que respeita às restantes empresas do setor, a Portugal Telecom registou o pior desempenho, encerrando o ano de 2012 com um declínio de 16,5%. Já a Zon Multimédia valorizou 27,9% no mesmo período.

No dia 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV, estas duas últimas sociedades detidas pela Eng.ª Isabel dos Santos, tornaram público ter alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia, SGPS, S.A., e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus na Zon. Após o anúncio e até ao final de 2012, as ações da Sonaecom desvalorizaram 3,6%, tendo as ações da Zon Multimédia valorizado 5,5%.

No final de 2012, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 542 milhões de euros. O volume médio de transações diárias atingiu 247 mil ações, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 30,0% face a 2011 (353 mil ações).

### 3.3 ESTRUTURA ACIONISTA

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,67% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Em 2012, não ocorreram transações a destacar.

#### ESTRUTURA ACIONISTA SIMPLIFICADA DA SONAECOM

ACIONISTA	Número de ações detidas	% Participação a 31 dez. 2012
Sonae-SGPS, S.A.	197493.119	53,92%
France Télécom	73.249.374	20,00%
BCP S.A.	12.500.998	3,41%
Ações Próprias	4.321.038	1,18%
Free Float	78.682.339	21,48%

Os principais acionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae SGPS, um grupo multinacional português com interesses nos setores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 53,92% e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20,00%.

Em 31 de dezembro de 2012, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 21,48%, em comparação com 20,95% no final de 2011.

Em 2012, não houve alterações no número de ações emitidas pela Sonaecom.

### 3.4 AÇÕES PRÓPRIAS

Ao longo do ano de 2012, de acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de accionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu um total de 2.808.226 ações próprias através da Euronext Lisbon Stock Exchange, a um preço médio de 1,205 por ação. Estas aquisições representaram aproximadamente 0,77% do seu capital social.

Como resultado destas aquisições, assim como da distribuição de ações pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Incentivo de Médio Prazo, a Sonaecom era titular, no final de 2012, de 4.321.038 ações próprias, representativas de cerca de 1,18% do seu capital social.







04. A NOSSA  
GESTÃO



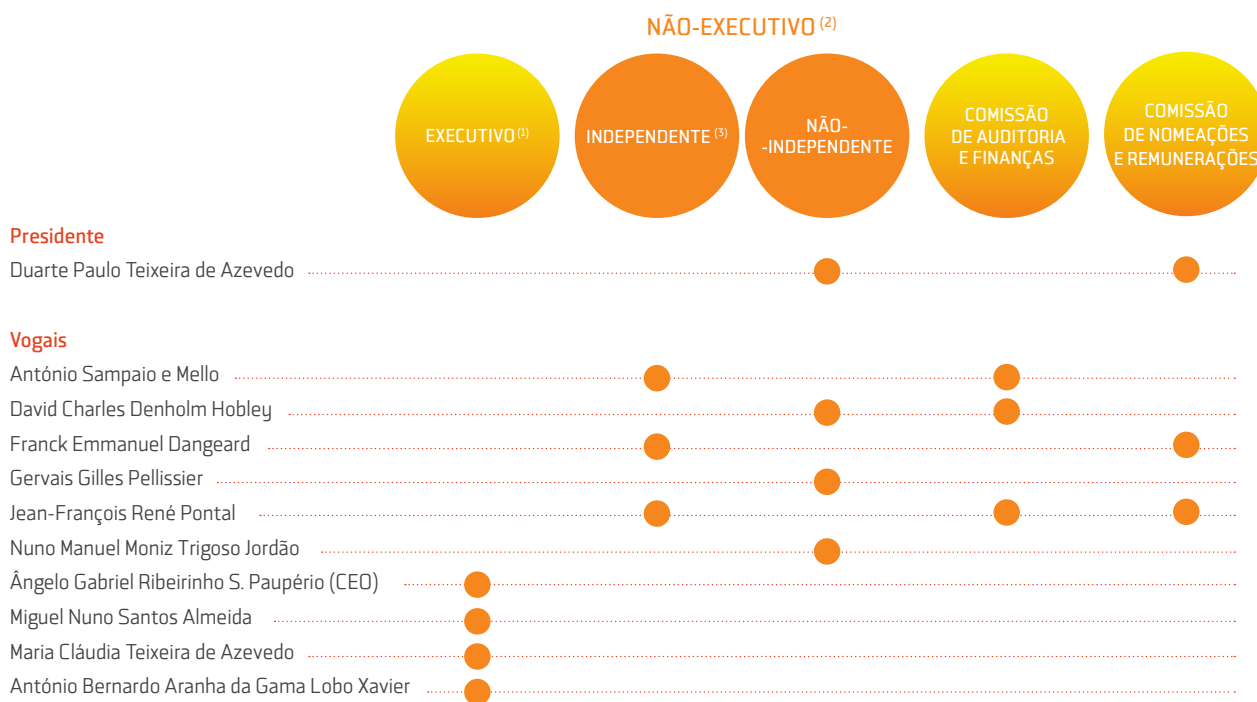
# 04. A NOSSA GESTÃO

## 4.1 A NOSSA EQUIPA DE GESTÃO

### ALTERAÇÕES NA EQUIPA DE GESTÃO EM 2012

Os atuais órgãos sociais da sociedade foram eleitos na Assembleia Geral de acionistas de 27 de abril de 2012, por um mandato de quatro anos (2012-2015). Atualmente, a Sonaecom possui quatro administradores executivos e sete administradores não-executivos.

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RESPECTIVAS COMISSÕES:



<sup>(1)</sup> Administradores executivos = Membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, com funções de gestão;

<sup>(2)</sup> Administradores não-executivos = Membros do Conselho de Administração, sem funções executivas;

<sup>(3)</sup> Administradores não-executivos Independentes = Administradores não associados a interesses específicos na empresa ou outros grupos que afetem, sob qualquer circunstância, a sua objetividade.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da Sonaecom, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados. O Conselho de Administração constituiu igualmente duas comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) e a Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR). A CAF é apenas constituída por administradores não-executivos os quais, durante o ano de 2012, se reuniram periodicamente e exerceram uma influência significativa sobre o processo de tomada de decisões e o desenvolvimento da estratégia e política da Sonaecom, não tendo encontrado quaisquer impedimentos na execução das suas funções.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A principal função do Conselho de Administração é supervisionar a gestão dos negócios da Sonaecom, avaliar os riscos e ajudar a desenvolver os objetivos e a estratégia do grupo. É ainda responsável pela política de remuneração e outras compensações dos colaboradores do grupo.

As qualificações e experiência profissional dos elementos do Conselho de Administração são apresentadas de forma detalhada no ponto 4.2..

### PRESIDENTE



Paulo Teixeira de Azevedo

### ADMINISTRADORES EXECUTIVOS



Ângelo Paupério (CEO)



Miguel Almeida



Cláudia Teixeira de Azevedo



António Lobo Xavier

### ADMINISTRADORES NÃO-EXECUTIVOS



António Sampaio e Mello



David Hobley



Jean-François Pontal



Gervais Gilles Pellissier



Franck E. Dangeard



Nuno Trigos Jordão

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afetar a análise ou o processo de tomada de decisão dos administradores não-executivos independentes. Todos os nossos administradores não-executivos, independentes e não independentes, exercem uma influência importante no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento da estratégia e política da empresa. Como tal, o Conselho de Administração da Sonaecom reflete um equilíbrio saudável entre o número total de administradores não-executivos e o número de administradores não-executivos independentes.

## COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva da Sonaecom garante a gestão e execução das tarefas operacionais diárias, tal como estabelecido na delegação de competências que lhe foi atribuída formalmente pelo Conselho de Administração.

As funções e responsabilidades da equipa de gestão encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

## EQUIPA DE GESTÃO E RESPECTIVAS FUNÇÕES

Ângelo Paupério

CEO

Miguel Almeida

Deputy CEO  
CEO da Optimus

Cláudia Azevedo

CEO SSI  
CEO Online & Media

António Lobo Xavier

Administrador  
executivo

## 4.2 HABILITAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

**Data de nascimento:** 31 de dezembro de 1965

**Habilitações Literárias:** licenciatura em engenharia química pela École Polytechnique Federal de Lausanne; MBA pela Porto Business School.

**Experiência profissional:** CEO da Sonae-SGPS, S.A.; membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e MDS SGPS, S.A.; administrador da Sonae Indústria.

**Anteriormente:** CEO da Sonaecom, SGPS, S.A.; CEO da Optimus - Telecomunicações, S.A.; diretor executivo do Modelo Continente Hipermercados, S.A..

Membro da APGEl – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial; membro do Board of Trustees da AEP – Associação Empresarial de Portugal; presidente do Oporto University Board of Trustees; membro do ERT – European Round Table of Industrialists e membro do Board of Founders da Fundação Casa da Música.

**Responsabilidades na Sonaecom:** presidente do Conselho de Administração da Sonaecom; presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações; presidente da Comissão de administradores não-executivos.

### Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

**Data de nascimento:** 14 de setembro de 1959

**Habilitações Literárias:** licenciatura em engenharia civil pela universidade do Porto; MBA pela Porto Business School.

**Experiência profissional:** vice-presidente executivo da Sonae-SGPS, administrador da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., MDS, SGPS, S.A. e Sonae Sierra, SGPS. vice-presidente da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A., Sonae – Retail Espesializado, S.A. e Sonaerp – Retail Properties, S.A..

**Anteriormente:** CEO da Sonae Capital SGPS, S.A., CEO da Sonae Turismo, SGPS, S.A. e administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A..

Professor convidado da Porto Business School.

**Responsabilidades na Sonaecom:** CEO da Sonaecom, presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A., Optimus - Comunicações, S.A. e Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.

### Miguel Nuno Santos Almeida

**Data de nascimento:** 15 de março de 1967

**Habilitações literárias:** licenciatura em engenharia mecânica pela faculdade de engenharia da universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

**Experiência profissional:** diretor executivo da Optimus-Comunicações, S.A..

**Anteriormente:** diretor de marketing da Modelo Continente, SGPS, S.A..

**Responsabilidades na Sonaecom:** membro do Conselho de Administração e administrador executivo da Sonaecom, SGPS, S.A., CEO da Optimus - Comunicações, S.A., presidente do Conselho de Administração da Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A., Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. e Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A.; membro do Conselho de Administração da PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.; Público – Comunicação Social, S.A.; S.A.; Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A., Optimus, SGPS, S.A.; Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. e WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A..

### Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

**Data de nascimento:** 13 de janeiro de 1970

**Habilitações literárias:** licenciatura em gestão pela universidade católica da universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

**Experiência profissional:** membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; presidente do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão S.A..

**Anteriormente:** diretora executiva da unidade residencial da Sonae Matrix Multimedia e diretora de marketing da Optimus.

**Responsabilidades na Sonaecom:** diretora executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.; diretora executiva da Sonae com Sistemas de Informação; diretora não-executiva da Optimus – Comunicações, S.A..

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier**

**Data de nascimento:** 16 de outubro de 1959

**Habilitações literárias:** licenciatura em direito e mestrado em direito económico pela universidade de Coimbra.

**Experiência profissional:** *partner* e membro do Conselho de Administração da MLGTS; administrador não-executivo do Conselho de Administração do BPI, SGPS, S.A., Riopele, S.A. e da Mota-Engil, SGPS, S.A..

**Responsabilidades na Sonaecom:** diretor executivo da Sonaecom, SGPS, S.A., membro do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, S.A., Optimus-Comunicações, S.A. e Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A..

**António Sampaio e Mello**

**Data de nascimento:** 29 de janeiro de 1955

**Habilitações literárias:** doutoramento em economia pela London Business School, MBA pela Columbia University, EUA; mestrado em Economia pela Columbia University, EUA; licenciatura em engenharia pela universidade técnica de Lisboa.

**Experiência profissional:** professor de finanças na universidade de Wisconsin-Madison; diretor executivo da RiverRock investidores; diretor do Banco Robert Baird; diretor de *Corporate Finance* do Banco Comercial Português; diretor de investigação económica e estatística do Banco de Portugal; diretor executivo da Finpro, SGPS; membro do Conselho de Administração da Associação de Gestão Financeira dos EUA; professor do MIT; presidente da Comissão das Ciências Sociais e Humanidades da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

**Responsabilidades na Sonaecom:** administrador não-executivo independente da Sonaecom; membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

**David Charles Denholm Hobley**

**Data de nascimento:** 9 de dezembro de 1946

**Habilitações literárias:** Fellow pelo Institute of Chartered Accountants of England and Wales.

**Experiência profissional:** diretor do Deutsche Bank AG, Londres; administrador de diversas empresas do grupo Orange.

**Responsabilidades na Sonaecom:** administrador não-executivo da Sonaecom; membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

**Gervais Gilles Pellissier**

**Data de nascimento:** 14 de maio de 1959

**Habilitações literárias:** licenciatura em direito pela Université Paris XI; graduado pelo HEC em gestão internacional – programa conjunto da Berkeley University e da University of Cologne.

**Experiência profissional:** deputy CEO da France Télécom - Orange.

**Anteriormente:** supervisor da integração operacional e geográfica dos negócios da France Télécom em Espanha e vice-presidente do Board of Bull (2004-2005).

**Responsabilidades na Sonaecom:** diretor não-executivo da Sonaecom.

**Franck Emmanuel Dangeard**

**Data de nascimento:** 25 de fevereiro de 1958

**Habilitações literárias:** licenciatura em direito económico pela École des Hautes Études Commerciales; licenciatura pelo Institut d'Études Politiques de Paris; Fulbright Scholar pela Harvard Law School LL.M.; Fellow pela Harvard Law School.

**Experiência profissional:** *partner* da Harcourt; presidente e CEO da Thomson; vice-presidente sénior executivo da France Télécom; chairman do SBC Warburg France.

**Responsabilidades na Sonaecom:** administrador independente não-executivo da Sonaecom; membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

**Jean-François René Pontal**

**Data de nascimento:** 17 de abril de 1943

**Habilitações literárias:** licenciatura em engenharia pelo Centre d'Études Supérieures des Techniques Industrielles, em França.

**Experiência profissional:** CEO da subsidiária espanhola do Carrefour – PRYCA; membro do Conselho de Administração do Carrefour; vice-presidente executivo do grupo Mass Market Products & Services da France Télécom; CEO da Orange.

**Responsabilidades na Sonaecom:** administrador independente não-executivo da Sonaecom; presidente da Comissão de Auditoria e Finanças; membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

**Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão**

**Data de nascimento:** 27 de abril de 1956

**Habilitações literárias:** licenciatura em economia pelo ISCTE – universidade de Lisboa.

**Experiência profissional:** vice-presidente executivo da Sonae-SGPS, S.A., membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.; Sonaerp – Retail Properties, S.A. e Modelo – Distribuição de Materiais de Construção.

**Anteriormente:** membro do Conselho de Administração e CEO da Sonae Distribuição, SGPS, S.A..

**Responsabilidades na Sonaecom:** diretor não-executivo da Sonaecom.



## 4.3 OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

**Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:**

**Efanor Investimentos, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imparfin, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**MDS, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Migracom, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonae Indústria, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Investimentos, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonae, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração, CEO)

**Sonae Sierra, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonaerp – Retail Properties, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonae – Retalho Especializado, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

### Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

**Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

**Optimus – Comunicações, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Público – Comunicação Social, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Optimus, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**ZOPT, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Outros cargos:**

**Cooper Gay (Holdings) Limited**

(membro do Conselho de Administração)

**MDS, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae-SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Center Serviços II, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Investments, B.V.**

(diretor executivo)

**Sonae Investimentos, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonaerp – Retail Properties, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Sierra, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae – Retalho Especializado, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sontel B.V.**

(diretor Executivo)

**Enxomil, SGPS, S.A.**

(diretor Executivo)

**Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(diretor Executivo)

**Lapidar, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Love Letters – Galeria de Arte, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

### Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

**Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

**Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Lugares Virtuais, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**PCJ – Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Público - Comunicação Social, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Saphety Level – Trusted Services, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Optimus – Comunicações, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Optimus, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae com Sistemas de Informação, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonaecom – Serviços Partilhadas, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**ZOPT, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**WeDo Technologies (UK) Limited**

(presidente do Conselho de Administração)

**Praesidium Services Limited**

(presidente do Conselho de Administração)

**WeDo Technologies Americas Inc.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Connectiv Solutions Inc.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Cape Technologies Limited**

(presidente do Conselho de Administração)

**Sonaecom – Sistemas de Información Espana, S.L.**

(diretor)

**WeDo Poland Sp. Z.o.o.**

(diretor)

**WeDo Technologies Egypt**

(diretor)

**Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.**

(diretor)

**WeDo Technologies Chile, Spa**

(diretor)

**WeDo Technologies Panama, S.A.**

(diretor)

**WeDo Technologies Singapore Pte Ltd**

(diretor)

**WeDo Technologies Australia PTY Limited**

(presidente do Conselho de Administração)

#### **Outros cargos:**

**Sonae Capital, SGPS, S.A**

(membro do Conselho de Administração)

**Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Efanor Investimentos SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Fundação Belmiro de Azevedo**

(membro do Conselho de Administração)

**Imparfin, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Linhacom, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier**

#### **Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

**Optimus – Comunicações S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Público-Comunicação Social, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

#### **Outros cargos:**

**MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados**

(partner e membro do Conselho de Administração)

**BPI, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Mota-Engil, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Riopele, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**EPM, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Vallis Capital Partners**

(membro do Conselho de Administração)

**Douro Old Chaps, SGPS, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.**

(presidente da Mesa da Assembleia Geral)



**Miguel Nuno Santos Almeida****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

**Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A.**

(presidente do Conselho de Administração)

**PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Público – Comunicação Social, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Optimus, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Optimus - Comunicações, S.A.**

(CEO)

**WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae com, Sistemas de Informação, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae com, Serviços Partilhados, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Outros cargos:**

Não exerce outros cargos em outras companhias

**António Sampaio e Mello****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:**

**Nakoma Capital Management**

(membro do Conselho de Administração)

**David Charles Denholm Hobley****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:**

**Orange Brand Services Limited**

(membro do Conselho de Administração)

**Westgate Nominees Hall Limited**

(membro do Conselho de Administração)

**Velti plc**

(membro do Conselho de Administração)

**Still Standing Ltd**

(membro do Conselho de Administração)

**Nectar Global Alpha Fund**

(membro do Conselho de Administração)

**Incadea PLC**

(membro do Conselho de Administração)

**Franck Emmanuel Dangeard****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:**

**Harcourt**

(membro do Conselho de Administração)

**Atari**

(presidente do Conselho de Administração)

**Crédit Agricole – Commercial and Investment Bank**

(diretor)

**Goldbridge Capital Partners**

(presidente do Conselho de Administração)

**Moser Baer**

(administrador)

**Moser Baer Projects**

(administrador)

**PricewaterhouseCoopers (França)**

(presidente da Comissão de Estratégia)

**Symantec**

(administrador)

**Telenor**

(administrador)

**HEC**

(membro do Conselho Consultivo)

**HBS**

(membro do Conselho Consultivo Internacional)

**Gervais Gilles Pellissier****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:**

**France Télécom Espanha**

(membro do Conselho de Administração)

**Médi Télécom**

(membro do Conselho de Administração)

**Everything Everywhere**

(membro do Conselho de Administração)

**Fram**

(membro do Conselho Consultivo)

**Studio 37**

(membro do Conselho de Administração)

**Jean-François René Pontal****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom****é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:****ING Direct, França**

(membro do Conselho Consultivo)

**Oger Télécom, Dubai**

(membro do Conselho de Administração)

**Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão****Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom****é acionista:**

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

**Outros cargos:****Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Investimentos, SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae-SGPS, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonaerp – Retail Properties, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Canasta, Empreendimentos Imobiliários, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Carnes do Continente, Indústria e distribuição de Carnes, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Continente Hipermercados, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Infofield – Informática, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Modelo Continente Hipermercados, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Modelo Hiper Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.**

(membro do conselho de administração)

**Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sonae Retalho Espanã – Servicios Generales, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sondis Imobiliária, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Sport Zone España - Comercio de Articulos de Deporte, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Star – Viagens e Turismo, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Todos os Dias - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Valor N, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)

**Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.**

(membro do Conselho de Administração)



## 4.4 ARTIGO 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

### Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e dirigentes e respetivas transações durante o ano de 2012:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Data	Quantidade	Cotação €	Quantidade	31 dezembro 2012
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo</b>					
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>					1
Migracom, SGPS, S.A. <sup>(3)</sup>					1.96 9.996
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>					3.293 a)
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	30.03.2012	451.068	0,00		
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	27.04.2012	619.326	0,00		
Alienação	27.04.2012			1.068.101	0,405
<b>Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério</b>					
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>					584.562
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	229.329	0,00		
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>					440.070
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	14.7984	0,00		
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>					
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>					127.168
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	6.7715	0,00		
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>					138.779 b)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	6.7971	0,00		
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>					
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup>					1
Linhacom, SGPS, S.A. <sup>(4)</sup>					99.996
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>					-
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	48.884	0,00		
Alienação	21.05.2012			48.884	0,398
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>					170 c)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.069	0,00		
Alienação	21.05.2012			49.069	1,120
<b>António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier</b>					
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>					130.077
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	59.848	0,00		
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>					61.937
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	60.074	0,00		
Alienação	02.04.2012			80.000	1,206
Aquisição	02.04.2012	56.232	1,250		

a) Este saldo inclui 1.000 ações detidas por descendentes a seu cargo;

b) Este saldo inclui 90 ações detidas pelo cônjuge;

c) Ações detidas pelo cônjuge;

## Artigo 447º (continuação)

## DIRIGENTES

	Aquisições			Alienações		Saldo em
	Data	Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	31 dezembro 2012
<b>David Graham Shenton Bain</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						20.000
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						15.000
<b>Ana Paula Garrido Pina Marques</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						11.000 d)
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						96.855 e)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	30.202	0,00			
	27.12.2012	23.306	0,00			
	27.12.2012	15.106	0,154			i)
<b>Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes</b>						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						25.264
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	34.149	0,00			
	27.12.2012	25.264	0,00			
Alienação	30.03.2012			49.687	1,202	
<b>David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						11.141 f)
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						16.9.754 g)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	49.306	0,00			
	27.12.2012	37.015	0,00			
	27.12.2012	3.962	0,154			i)
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	8.615	0,00			
<b>Rui José Gonçalves Paiva</b>						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						105.235 h)
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	30.03.2012	40.658	0,00			
	27.12.2012	63.535	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	582	0,00			
<b>Paulo Joaquim Santos Plácido</b>						
Sonae-SGPS, SA <sup>(6)</sup>						10.000
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						115.258
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	21.396	0,00			
	27.12.2012	15.969	0,00			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	28.072	0,00			
<b>José Manuel Pinto Correia</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						3.905
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						219.870
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	54.446	0,125			
	27.12.2012	41.562	0,154			
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	17.05.2012	2.394	0,114			
<b>Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						6.625
<b>Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares</b>						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						30.092
Ações entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	09.03.2012	13.305	0,00			
	27.12.2012	10.070	0,00			

d) Ações detidas pelo cônjuge;

e) Este saldo inclui 23.063 ações detidas pelo cônjuge;

f) Este saldo inclui 6.141 ações detidas pelo cônjuge;

g) Este saldo inclui 10.805 ações detidas pelo cônjuge;

h) Este saldo inclui 460 ações detidas pelo cônjuge;

i) Ações atribuídas ao cônjuge.

## Artigo 447º (continuação)

## NOTAS:

	Aquisições			Alienações		Saldo em 31 dezembro 2012
	Data	Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A.</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						200.100.000
Aquisição	10.05.2012	77700.000	0,400			
Pareuro, BV <sup>(2)</sup>						2.000.000
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						1.000
<b>(2) Pareuro, BV</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						849.533.095
Alienação	28.03.2012			10.016.905	0,456	
Alienação	10.05.2012			77700.000	0,400	
<b>(3) Migracom, SGPS, S.A.</b>						
Imparfin, SGPS, S.A. <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						2.908.204
Aquisição	27.04.2012	1.068.101	0,405			
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						387.342
<b>(4) Linhacom, SGPS, S.A.</b>						
Imparfin, SGPS, S.A. <sup>(5)</sup>						150.000
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						439.314
Aquisição	21.05.2012	48.884	0,398			
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						120.300
Aquisição	21.05.2012	49.069	1,120			
<b>(5) Imparfin, SGPS, S.A.</b>						
Sonae-SGPS, S.A. <sup>(6)</sup>						4.105.280
<b>(6) Sonae-SGPS, S.A.</b>						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						3.430.000
Aquisição	mai-12	88.500	1,132			
Aquisição	jun-12	2.691.500	1,175			
Sonae Investments BV <sup>(7)</sup>						2.894.000
Sontel BV <sup>(8)</sup>						32.745
<b>(7) Sonae Investments BV</b>						
Sontel BV <sup>(8)</sup>						43.655
<b>(8) Sontel BV</b>						
Sonaecom, SGPS, S.A. <sup>(9)</sup>						194.063.119
<b>(9) Sonaecom, SGPS, S.A.</b>						
Ações entregues no âmbito dos Planos de Incentivo de Curto e Médio Prazo	09.03.2012			571.990	0,00	
	09.03.2012			4.114.996	0,125	
	30.03.2012			40.658	0,00	
	30.03.2012			19.298	0,122	
	17.05.2012			38.703	0,00	
	17.05.2012			42.589	0,114	
	27.12.2012			257.463	0,00	
	27.12.2012			2.446.691	0,154	
Aquisição	mar-12	722.271	1,223			
	abr-12	1.026.829	1,219			
	mai-12	931.725	1,176			
	ago-12	127.401	1,907			

**Artigo 448º**

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

	Número de ações em 31 dezembro 2012
<b>Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>(1)</sup></b>	
Sonae-SGPS, S.A.	200.100.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, S.A.	1.000
<b>Pareuro, BV</b>	
Sonae-SGPS, S.A.	849.533.095
<b>Sonae-SGPS, S.A.</b>	
Sonaecom, SGPS, S.A.	3.430.000
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
<b>Sonae Investments BV</b>	
Sontel BV	43.655
<b>Sontel BV</b>	
Sonaecom, SGPS, S.A.	194.063.119
<b>Atlas Services Belgium, S.A.</b>	
Sonaecom, SGPS, S.A.	73.249.374

<sup>(1)</sup> Ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.

**PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 31 de dezembro de 2012:

Acionista	Número de ações	% Participação no capital	% Direitos de voto	
			Com ações próprias	Sem ações próprias
Sontel BV	194.063.119	52,99%	52,99%	53,62%
Sonae-SGPS, S.A.	3.430.000	0,94%	0,94%	0,95%
Migracom, SGPS, S.A.	387.342	0,11%	0,11%	0,11%
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério <sup>(1),(2)</sup>	440.070	0,12%	0,12%	0,12%
Belmiro Mendes de Azevedo <sup>(1),(3)</sup>	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom, SGPS, S.A.	120.300	0,03%	0,03%	0,03%
Álvaro Carmona e Costa Portela <sup>(1)</sup>	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo <sup>(3)</sup>	170	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total imputável <sup>(4)</sup></b>	<b>198.522.538</b>	<b>54,20%</b>	<b>54,20%</b>	<b>54,85%</b>
France Télécom, S.A.				
Atlas Services Belgium, S.A.	73.249.374	20,00%	20,00%	20,24%
<b>Total imputável</b>	<b>73.249.374</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,24%</b>
BCP				
Banco Comercial Português S.A.	100.998	0,03%	0,03%	0,03%
Fundo de Pensões Grupo BCP	12.400.000	3,39%	3,39%	3,43%
<b>Total imputável</b>	<b>12.500.998</b>	<b>3,41%</b>	<b>3,41%</b>	<b>3,45%</b>

<sup>(1)</sup> Membro do Conselho de Administração da Sonae-SGPS, S.A.;

<sup>(2)</sup> Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV;

<sup>(3)</sup> Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.;

<sup>(4)</sup> A participação qualificada correspondente é imputada à Efanor cujas ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.







**05.** O NOSSO MODELO  
**DE GOVERNAÇÃO**  
5

# 05. O NOSSO MODELO DE GOVERNAÇÃO

## 5.0 INTRODUÇÃO

### I) MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Caro acionista,

A Sonaecom cumpre, na totalidade, as exigências legais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"), adotando a grande maioria das suas recomendações. Este compromisso é assumido por toda a organização, na qual os nossos valores e princípios de transparência são amplamente divulgados. Neste sentido, publicamos as orientações e informações sobre o governo da sociedade no *website* da empresa ([www.sonaec.com](http://www.sonaec.com)).

Não podemos deixar de indicar que estamos particularmente satisfeitos com os princípios sólidos e objetivos nos quais se baseia a nossa política de remuneração. Os nossos princípios refletem claramente o compromisso de toda a organização nesta área. A nossa política de remuneração é competitiva, ligada ao desempenho dos colaboradores, alinhada com os interesses dos acionistas, transparente, razoável e justa, sendo, adicionalmente, a remuneração atribuída apresentada em detalhe.

Pretendemos ser um modelo de referência não só no que respeita ao modelo de governação, mas também na forma como o comunicamos às partes interessadas. Como tal, estamos focados em adotar as melhores práticas legais, regulamentares e em linha com as melhores recomendações, quer nacionais quer internacionais. Mantendo-nos ativos na melhoria contínua das nossas políticas, continuaremos totalmente focados em criar valor de longo-prazo para os acionistas.

### II) PRINCÍPIOS DE GOVERNO DA SOCIEDADE

As nossas práticas de governo da sociedade baseiam-se, essencialmente, nos seguintes princípios:

- transparência
- independência
- supervisão
- gestão de risco
- compromisso com os acionistas
- adaptação do modelo de governo da sociedade – um modelo não é universalmente aplicável (ou "cumprimos" ou "justificamos")<sup>(1)</sup>

### O QUE SIGNIFICA GOVERNO DA SOCIEDADE PARA A SONAECOM?

Por governo da sociedade, entende-se o processo de tomada de decisões e a forma como as mesmas são implementadas, incluindo também as estruturas formais e os diferentes órgãos envolvidos na preparação, desafio, aprovação, implementação e elaboração de relatórios sobre essas tomadas de decisão.

Para a Sonaecom, governo da sociedade significa assegurar que:

- a nossa gestão está a orientar o negócio na direção correta e atua de forma a defender o interesse da empresa e dos seus acionistas;
- protegemos os nossos padrões éticos e respeitamos o interesse das partes envolvidas;
- cumprimos com os nossos estatutos e com as leis e regulamentos em vigor;
- seguimos a nossa estratégia corporativa de forma a atingir os nossos objetivos de desempenho;
- possuímos as formas de controlo e os procedimentos adequados para gerir o risco de forma eficaz;
- a nossa gestão e modelo de governação são avaliados e monitorizados, com base nas estruturas e nos procedimentos corretos.

(1) Tendo presente o espírito do princípio "comply or explain", a CMVM tem considerado como cumpridas as recomendações não adotadas nos casos em que as sociedades emitentes concedem uma efetiva explicação para o não cumprimento.

### COMO FAZEMOS ACONTECER A NOSSA GOVERNAÇÃO?

Na Sonaecom, a nossa governação está presente em toda a estrutura organizacional, nos nossos princípios e na nossa comunicação e divulgação ao mercado, contribuindo para a criação de uma cultura de governação.

O nosso diretor de governo da sociedade apoia o presidente do Conselho de Administração e o presidente da Comissão Executiva da Sonaecom no que respeita ao modelo de governação adotado, de forma a garantir que os processos e procedimentos são aplicados no sentido de salvaguardar os interesses dos acionistas. Além disso, estamos organizados para que os diferentes órgãos, quer estatutários, quer não estatutários, assumam a responsabilidade de assegurar que são adotadas as melhores práticas de governação, otimizando o alinhamento entre a gestão e os acionistas.



## 5.1 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

De acordo com as recomendações sobre governo das sociedades, publicadas em janeiro de 2010 pela CMVM, esta secção descreve pormenorizadamente as funções, responsabilidades e composição dos nossos órgãos de governação. Entre outros assuntos, esta secção inclui também uma descrição e explicação detalhada da nossa política de remunerações e das posições acionistas detidas pelos nossos administradores.

### DIVULGAÇÃO DO LOCAL ONDE A INFORMAÇÃO É PUBLICADA

Os textos integrais contendo as atuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta e, em particular, as normas internas sobre transação de ações e conflitos de interesse – são disponibilizados ao público em geral através do nosso website: [www.sonae.com](http://www.sonae.com) e do website da CMVM: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### RECOMENDAÇÕES DA CMVM SOBRE GOVERNO DAS SOCIEDADES

O quadro seguinte apresenta um resumo das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades publicadas em janeiro de 2010 e o respetivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de dezembro de 2012.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
<b>1 Assembleia Geral</b>		
<b>1.1 Mesa da Assembleia Geral</b>		
1.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	Todos os recursos necessários são disponibilizados pela Sonaecom através dos departamentos relevantes: Jurídico, Financeiro, Instalações, etc.
1.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Sim	A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral é divulgada neste relatório (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Remuneração").
<b>1.2 Participação na Assembleia</b>		
1.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	O bloqueio das ações não é requerido (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Bloqueio de ações").
1.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo ser suficiente a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	O bloqueio das ações não é requerido (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Bloqueio de ações e Normas aplicáveis ao bloqueio das ações no caso de suspensão da Assembleia Geral").
<b>1.3 Voto e exercício de direito de voto</b>		
1.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Sim	Não existem restrições ao voto por correspondência e ao voto por correspondência eletrónica (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Voto por correspondência").
1.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Sim	O prazo previsto pelos nossos estatutos é de três dias úteis (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Prazo limite para o voto por correspondência").
1.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Sim	Os estatutos da Sonaecom contemplam o princípio de: uma ação um voto (ver secção "5.2. Número de ações correspondentes a um voto").
<b>1.4 Quórum deliberativo</b>		
As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	O nosso quórum corresponde ao mínimo requerido por lei.
<b>1.5 Atas e informação sobre deliberações adotadas</b>		
Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no website da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no website da sociedade durante pelo menos três anos.	Sim	Os elementos requeridos foram disponibilizados no website da sociedade e aí se mantêm.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
<b>1.6</b>		
<b>Medidas relativas ao controlo das sociedades</b>		
1.6.1	Sim	Não existem tais medidas a restringir limitação do número de votos.
1.6.2	Sim	Não existem tais medidas (ver secção "5.2. Assembleia Geral de acionistas - Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de alterações na composição do órgão de administração").
<b>2</b>		
<b>Órgãos de administração e fiscalização</b>		
<b>2.1</b>		
<b>Temas gerais</b>		
<b>2.1.1</b>		
<b>Estrutura e competência</b>		
2.1.1.1	Sim	O Conselho de Administração avaliou o modelo de governo da sociedade adotado e não detetou quaisquer restrições suscetíveis de afetar o desempenho da sociedade, conforme descrito na secção 5.1.2. deste relatório.
2.1.1.2	Sim	Tais sistemas estão implementados e encontram-se descritos neste relatório (ver secção "5.5. Gestão de risco").
2.1.1.3	Sim	Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelos nossos órgãos de supervisão, sendo a responsabilidade de fiscalização do Conselho Fiscal, complementado pelo controlo adicional efetuado pela Comissão de Auditoria e Finanças. (Ver secção "5.5.a) Sistema de controlo interno e gestão de risco - Reporte aos órgãos de Administração e de Fiscalização").
2.1.1.4	Sim	(Ver secção "5.5.b) Gestão de risco - Principais riscos e ações de controlo").
2.1.1.5	Sim	Os regulamentos internos estão disponíveis no nosso website (Ver secção "5.3.b) Órgãos de Administração e Fiscalização - Estrutura societária - funções e competências"). Ver ainda secção "5.5.c) Gestão de risco - Políticas de gestão de risco sobre ética e transparência".
<b>2.1.2</b>		
<b>Incompatibilidades e independência</b>		
2.1.2.1	Sim	Do total de 11 membros do Conselho de Administração da Sonaecom, 7 são não-executivos (ver secção 5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e composição").

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.1.2.2 De entre os administradores não-executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Sim	Atualmente o nosso Conselho de Administração inclui três administradores não-executivos independentes, o que corresponde a mais de um quarto do número total de administradores (ver secção "5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e composição").
2.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não-executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Sim	O Conselho de Administração procede anualmente a uma avaliação do grau de independência dos seus membros não-executivos, solicitando a renovação da informação recolhida anteriormente, de forma a aferir a sua qualidade de membros independentes. A avaliação do Conselho de Administração para o exercício de 2012 pode ser encontrada na secção 5.1.3 deste relatório.
<b>2.1.5 Elegibilidade e nomeação</b>		
2.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	O cumprimento dos requisitos legais de independência e a verificação da adequação das competências foram assegurados através de questionários específicos solicitados pela Sonaecom (ver secção "5.3.f) Órgãos de administração e fiscalização - Habilitações, experiência e responsabilidade dos membros dos órgãos sociais").
2.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não-executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Sim	O processo de seleção de candidatos a administradores não-executivos cumpre totalmente esta recomendação. Dada a separação clara entre a Comissão de Nomeação e Remunerações e a Comissão de Vencimentos, os membros executivos da Sonaecom não têm qualquer tipo de interferência na escolha dos membros não-executivos. (Ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização - Estrutura societária - funções e competências").
<b>2.1.4 Política de Comunicação de irregularidades</b>		
2.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Sim	A Sonaecom adotou uma política que cumpre integralmente com esta recomendação (ver secção "5.5.c) Gestão de risco - Políticas de gestão de risco sobre ética e transparência").
2.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.	Sim	A Sonaecom divulga as linhas gerais desta política neste relatório e no seu <i>website</i> (ver secção "5.5.c) Gestão de risco - Políticas de gestão de risco sobre ética e transparência").
<b>2.1.5 Remuneração</b>		
2.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:  i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.	Não	O alinhamento com os interesses dos acionistas está assegurado e esta recomendação é cumprida com exceção do ponto 2.1.5.1.i).  Apesar de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier ser administrador executivo da sociedade, a sua remuneração não inclui uma componente variável, tratando-se de uma exceção à política de remuneração dos administradores executivos que não está em conformidade com a recomendação. Dada a especificidade das funções deste administrador executivo em termos de governação e enquanto membro da Comissão de Ética, foi considerado que não seria recomendável a sua remuneração conter uma componente variável.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.		A política de remuneração da Sonaecom contempla uma componente fixa e uma variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência Europeus. Em termos comparativos, a remuneração fixa é próxima da mediana e a remuneração total aproxima-se do terceiro quartil dos indicadores. A componente variável representa mais de 40% do total auferido. A componente variável mínima e máxima são pré-estabelecidas como percentagem da componente fixa, sendo, como tal, estabelecidas objetivamente.
(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.		(Ver "5.4.b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração".
(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.		Não foram identificados contratos desta natureza.
(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.		Desde 2008, a Sonaecom implementou uma política de retenção de ações que cumpre integralmente esta recomendação.
(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.		A remuneração variável não contempla atribuição de opções.
(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.		A Sonaecom recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação. Não existem contratos individuais com os administradores para definir como seriam calculadas eventuais compensações. Além disso, a Sonaecom nunca atribuiu ou ponderou atribuir qualquer compensação aos administradores em caso de destituição ou cessação devido a um desempenho inadequado.
(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.		Os administradores não-executivos da Sonaecom não auferem remuneração variável nem participam no MTIP (Plano de incentivo de médio prazo).
2.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Sim	A proposta sobre a política de remunerações da Assembleia Geral anual de acionistas de 2012 contém essa informação.
2.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Sim	A proposta sobre a política de remunerações da Assembleia Geral anual de acionistas de 2012 contém essa informação.
2.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Sim	Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral anual de acionistas de 2012. Não existem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor (ver secção "5.4.a) Política de remuneração da Sonaecom").

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.1.5.5	Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de acionistas.	Não	Na Assembleia Geral de acionistas realizada em 2012 nenhum dos elementos da Comissão de Vencimentos esteve presente.
2.1.5.6	Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Sim	A Sonaecom publica anualmente esta informação (ver secção "5.4.b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração)
<b>2.2 Conselho de Administração</b>			
2.2.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Sim	A administração quotidiana da sociedade está delegada numa Comissão Executiva (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências").
2.2.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Tais responsabilidades não estão contempladas na delegação de poderes (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – Funções e competências").
2.2.3	Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não-executivos que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Não Aplicável	O presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas (ver secção "5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização – Identificação e composição").
2.2.4	O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não-executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	Esta informação está descrita na Secção 4 deste relatório.
2.2.5	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Sim	A política da Sonaecom consiste em não adotar uma política formal e obrigatória de rotação. Defendemos que forçar a aplicação de tal princípio poderia traduzir-se numa medida de prejuízo para a empresa e para os seus acionistas. Ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – Funções e competências".
<b>2.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo</b>			
2.3.1	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	Os administradores executivos da Sonaecom cumprem esta recomendação.
2.3.2	O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	O presidente da Comissão Executiva cumpre esta recomendação.
2.3.3	O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	A Sonaecom não adotou este modelo de governação.
<b>2.4 Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal</b>			
2.4.1	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	A Sonaecom não adotou este modelo de governação.
2.4.2	Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no website da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	O relatório anual elaborado pelo Conselho Fiscal é objeto de divulgação no website da Sonaecom.

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.4.3	Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	O relatório anual do Conselho Fiscal inclui esta descrição.
2.4.4	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Sim	A Sonaecom cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal articula-se com a Comissão de Auditoria e Finanças, tal como descrito neste relatório.
2.4.5	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	O Conselho Fiscal procede anualmente a esta avaliação.
2.4.6	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Sim	Os serviços de auditoria interna reportam funcionalmente e em separado ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças. A Sonaecom confirma que a auditoria interna reporta funcionalmente e de forma eficaz ao Conselho Fiscal, garantindo a independência. O reporte para a Comissão de Auditoria e Finanças, como uma comissão especializada do Conselho de Administração, é mais uma forma de reforçar os níveis de controlo e não substitui as funções do Conselho Fiscal. Ver também os comentários referidos na recomendação 2.1.1.3. (Ver secção "5.5.a) Gestão de risco – Reporte aos órgãos de administração e de fiscalização").
<b>2.5</b>	<b>Comissões especializadas</b>		
2.5.1	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	Sim	A Comissão de Auditoria e Finanças e, em particular, a Comissão de Nomeações e Remunerações foram constituídas para este propósito (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências").
2.5.2	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Sim	Ver explicação abaixo relativa à independência de Paulo Azevedo ("Cumprimento com as Recomendações da CMVM").
2.5.3	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com uma eventual consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	A Comissão de Nomeações e Remunerações, composta por membros independentes, apoia a Comissão de Vencimentos na realização das suas funções. É, também, apoiada por consultores internacionais de reconhecida competência, sendo a independência destes últimos assegurada quer pelo facto de não possuírem qualquer vínculo com o Conselho de Administração, quer através da sua ampla experiência e estatuto reconhecidos no mercado.
2.5.4	Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Sim	As nossas Comissões redigem atas das reuniões.
<b>3.</b>	<b>Informação e Auditoria</b>		
<b>3.1</b>	<b>Deveres gerais de informação</b>		
3.1.1	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um Gabinete de Apoio ao Investidor.	Sim	A Sonaecom dispõe de um gabinete de Relação com Investidores (ver secção "5.6. Outras informações - Relação com Investidores").



Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
<p>3.1.2 A seguinte informação disponível no website da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p> <p>a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;</p> <p>b) Estatutos;</p> <p>c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;</p> <p>d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;</p> <p>e) Documentos de prestação de contas;</p> <p>f) Calendário semestral de eventos societários;</p> <p>g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;</p> <p>h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.</p>	Sim	Esta informação está disponível, em inglês, no website da sociedade.
<p>3.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do Conselho Fiscal que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Sim	Em 2012, procedeu-se à nomeação do auditor externo. O Conselho Fiscal da sociedade emitiu um parecer, em conformidade com o previsto nesta recomendação, aprovado em Assembleia Geral pelos acionistas da sociedade.
<p>3.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal da sociedade.</p>	Sim	O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2012 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível no website da empresa.
<p>3.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o governo da sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	Sim	A política da Sonaecom é de que os serviços contratados ao auditor externo, para além dos serviços de auditoria, não atinjam mais de 30% da totalidade de serviços contratados pela empresa. Em 2012, em particular, a percentagem de serviços ascendeu a 17%.
<b>4. Conflitos de Interesses</b>		
<b>4.1 Relações com acionistas</b>		
<p>4.1.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	Sim	A Sonaecom tem a política de realizar este tipo de negócios em condições normais de mercado. Ver "secção 5.5.c) Gestão de risco – Políticas de gestão de risco sobre ética e transparência".
<p>4.1.2 Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.</p>	Sim	A Sonaecom tem a política de comunicar este tipo de negócios ao Conselho Fiscal e obter um parecer preliminar para negócios superiores a dez milhões de euros. Ver "secção 5.5.c) Gestão de risco – Políticas de gestão de risco sobre ética e transparência".



### 5.1.1 CUMPRIMENTO COM AS RECOMENDAÇÕES DA CMVM

No que respeita às recomendações da CMVM sobre governo da sociedade, gostaríamos de acrescentar que, no caso da recomendação 2.5.2. (Independência dos elementos da Comissão de Vencimentos), acreditamos cumprir com esta recomendação em termos de substância, apesar de formalmente, não cumprirmos, uma vez que um dos membros desta comissão (Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) é presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.

A nossa opinião baseia-se nas seguintes considerações: (i) Duarte Paulo Teixeira de Azevedo representa o nosso acionista de referência maioritário na Comissão de Vencimentos na qualidade de presidente da Comissão Executiva da Sonaec-SGPS, S.A., o que está consistente com o propósito desta Comissão; (ii) é presidente não-executivo do Conselho de Administração da Sonaecom; (iii) não participa em nenhuma discussão ou resolução em que exista um conflito de interesses com o seu cargo de presidente do Conselho de Administração (em especial, a sua própria remuneração é aprovada pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos); e (iv) a sua remuneração na Sonaecom não regista um valor significativo, tendo sido de 60.500 euros em 2012.

Relativamente à questão da independência, a Comissão de Nomeações e Remunerações da Sonaecom interage com a Comissão de Vencimentos de forma a que esta Comissão disponha da informação relativa ao desempenho de todos os administradores (em particular os administradores executivos), já que a Comissão de Vencimentos não supervisiona de perto a sua atividade durante o ano. Este facto não é, sob nenhum ponto de vista, incompatível com a independência dos membros da Comissão de Vencimentos, antes facilitando as avaliações e as decisões relativas a remuneração, que são aprovadas em nome dos acionistas.

### 5.1.2 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SUA AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO (EMITIDA NO ÂMBITO DA RECOMENDAÇÃO II.1.1.1 DA CMVM)

O modelo de governo adotado na Sonaecom permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões especializadas, não tendo sido reportada por outros órgãos sociais a existência de constrangimentos ao livre exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito através da disponibilização regular de

informação prestada pela Comissão de Auditoria e Finanças e pela Comissão Executiva.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e Certificação Legal das Contas, em interação com o Conselho Fiscal, no quadro das respetivas competências e responsabilidades e com plena colaboração do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração e, especialmente, a sua Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão Executiva, têm vindo a exercer a sua atividade em diálogo com o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, prestando a colaboração solicitada com transparência e rigor, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

De forma a registar a experiência acumulada no decurso do mandato no que concerne ao funcionamento articulado do órgão de administração e do órgão de fiscalização no modelo adotado, foram por esses órgãos formalizadas em documento interno os procedimentos de como o Conselho Fiscal interage com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças.

Tais procedimentos, desenvolvidos ao longo do mandato, facilitam:

- o exercício das competências do Conselho Fiscal, formalizando a fluidez de informação bilateral entre este órgão e o Conselho de Administração, com a intervenção ativa da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão Executiva no reporte de informação sobre os mecanismos de gestão de risco, a auditoria interna da sociedade, bem como sobre a preparação e divulgação da informação financeira;
- a intervenção do Conselho Fiscal, através de recomendações ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, atinentes, designadamente, ao funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e à realização, se for o caso, de transações com partes relacionadas.

### 5.1.3 AVALIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração não identificou qualquer facto ou circunstância que tenha causado a perda de independência por qualquer dos seus membros independentes não-executivos durante o prazo a que se refere este relatório. Esta conclusão foi baseada em declarações escritas, emitidas por cada um dos membros independentes, a pedido deste Conselho.

## 5.2 ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

### COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

João Augusto Esmeriz Vieira de Castro	Presidente
António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Secretário

### MANDATOS

O atual mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral decorre entre 2012 e 2015.

### REMUNERAÇÃO

O presidente da Mesa da Assembleia Geral auferirá uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o secretário auferirá a remuneração anual fixa de 1.500 euros.

### BLOQUEIO DAS AÇÕES

O bloqueio das ações deixou de ser exigido por lei. A Assembleia Geral de acionistas é constituída pelos acionistas que, na data do registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia sejam titulares de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto.

### NORMAS APLICÁVEIS AO BLOQUEIO DAS AÇÕES NO CASO DE SUSPENSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

O bloqueio das ações deixou de ser exigido por lei. Os acionistas podem participar na Assembleia Geral de acionistas, nos termos estabelecidos pela Lei Portuguesa.

### NÚMERO DE AÇÕES CORRESPONDENTES A UM VOTO

A cada ação corresponde um voto.

### REGRAS ESTATUTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Os estatutos da sociedade não prevêm qualquer limitação à contagem do número de votos nem está prevista a existência de ações sem direito a voto.

### VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os estatutos da Sonaecom contemplam a possibilidade de os acionistas votarem por correspondência em relação a qualquer uma das matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela previstos. O Presidente da Mesa é responsável pela verificação da autenticidade e salvaguarda da confidencialidade do voto.

### MODELO PARA EXERCÍCIO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os boletins para voto por correspondência encontram-se disponíveis em papel e no sítio de Internet da Sonaecom.

### PRAZO LIMITE PARA O VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Os votos por correspondência serão considerados válidos se recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via eletrónica, dirigidos ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, até três dias úteis antes da data da Assembleia.

### VOTO ATRAVÉS DE MEIOS ELETRÓNICOS

O exercício de voto através de meios eletrónicos está contemplado nos estatutos da Sonaecom, devendo respeitar os requisitos impostos pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da respetiva Assembleia Geral, no sentido de assegurar um nível de segurança e autenticidade equivalentes.

### POSSIBILIDADE DE ACESSO AOS EXTRATOS DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS NO WEBSITE DA EMPRESA

Todos os acionistas têm acesso aos extratos das atas das Assembleias Gerais no website da Sonaecom dentro de um período de 5 dias após a respetiva reunião.

### APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E APRECIÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A Comissão de Vencimentos (eleita pela Assembleia Geral de acionistas) é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações dos membros de todos os órgãos sociais da Sonaecom, incluindo os administradores executivos e não-executivos, de acordo com a política de remuneração e outras compensações aprovadas em Assembleia Geral de acionistas. Em linha com as mais recentes recomendações da CMVM, a proposta enviada à Assembleia Geral de acionistas contém a política de remuneração dos "Dirigentes" da Sonaecom em 2012.

Em cumprimento da Lei, a ordem de trabalhos das Assembleias Gerais anuais inclui um ponto relativo à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, de modo a permitir aos acionistas discutir esta questão.

### APROVAÇÃO DOS PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES

Os planos de atribuição de ações da Sonaecom são aprovados pela Assembleia Geral e toda a informação relevante é detalhadamente disponibilizada aos acionistas, de modo a permitir-lhes decidir de maneira informada. O plano atualmente em curso foi aprovado na Assembleia Geral anual de 2012 e toda a informação relevante está disponível no website da sociedade.

### APROVAÇÃO DE BENEFÍCIOS DE REFORMA

A Sonaecom não atribui qualquer benefício de reforma.



**EXISTÊNCIA DE NORMA ESTATUTÁRIA QUE PREVEJA O DEVER DE SUJEITAR A DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL A MANUTENÇÃO OU ELIMINAÇÃO DE NORMA ESTATUTÁRIA REFERENTE À LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS QUE UM ACIONISTA PODE EXERCER**

Esta norma não existe nos estatutos da Sonaecom, uma vez que estes não preveem qualquer limitação ao número de votos que pode ser exercido por um acionista.

**MEDIDAS DEFENSIVAS EM CASO DE TRANSIÇÃO DE CONTROLO OU DE ALTERAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Não existem quaisquer medidas defensivas.

**ACORDOS COM CLÁUSULAS DE CONTRATO**

Uma alteração no controlo da Sonaecom poderia determinar a possibilidade de fazer cesar, por parte da France Télécom, do Acordo de parceria estratégica em vigor desde 9 de junho de 2005, cuja renovação foi assinada a 24 de outubro de 2008. A 1 de março de 2012 foi assinado um novo acordo entre ambas as partes.

**ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRIGENTES EM CASO DE TRANSIÇÃO DE CONTROLO**

Ver "5.4.c) Compensações em caso de cessação do mandato".



## 5.3 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### A) IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### COMPOSIÇÃO

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número entre três e doze membros, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros. O atual mandato do Conselho de Administração cobre o período 2012-2015. É ao Conselho de Administração que cabe eleger o seu presidente.

	Membros
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo *
Gervais Gilles Pellisser	Administrador não-executivo
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo independente
Franck Dangeard	Administrador não-executivo independente
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	Administrador não-executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador executivo e CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das divisões de SSI e <i>Online &amp; Media</i>
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador executivo e CEO da Optimus

\*Ver "Critério de independência"

O Conselho de Administração reflete um equilíbrio salutar entre o número total de administradores não-executivos e o número de administradores não-Executivos independentes.

#### CONSELHO FISCAL

##### COMPOSIÇÃO

O Conselho Fiscal da Sonaecom é composto pelos seguintes membros:

	Membros
Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	Suplente

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

##### COMPOSIÇÃO

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada em 2012 por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

#### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

##### COMPOSIÇÃO

O secretário da Sonaecom é Filipa Santos Carvalho e o secretário suplente é Célia Sá Miranda.

### OUTRAS COMISSÕES COM COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

De acordo com as melhores práticas de governo da sociedade e como forma de melhorar a eficiência operacional do seu Conselho de Administração, a Sonaecom criou três Comissões do Conselho de Administração: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

##### COMPOSIÇÃO

De acordo com os estatutos da Sonaecom, a Comissão Executiva é composta por membros do Conselho de Administração. O CEO do grupo e os restantes três administradores executivos constituem a Comissão Executiva.

Membros	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador executivo – CEO
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador executivo – Deputy CEO e CEO da Optimus
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo – CEO da SSI e <i>Online &amp; Media</i>
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo

#### COMISSÃO DE AUDITORIA E FINANÇAS

##### COMPOSIÇÃO

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) da Sonaecom é constituída por três membros do Conselho de Administração, nomeados pelo próprio Conselho de Administração. O quarto membro é o Diretor de Governo da Sociedade. A Comissão é atualmente composta por três administradores não-executivos, dos quais dois são independentes, e é presidida por um administrador não-executivo independente.

Membros	
Jean-François René Pontal	Presidente – administrador não-executivo independente
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo *
David Graham Shenton Bain	Diretor de Governo da Sociedade

\*Ver "Critério de independência"

#### COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

##### COMPOSIÇÃO

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) da Sonaecom é constituída por três membros: o presidente do Conselho de Administração e dois administradores não-executivos independentes. A sua composição atual é a seguinte:

Membros	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente – presidente do Conselho de Administração
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo independente
Franck Emmanuel Dangeard	Administrador não-executivo independente

**COMISSÃO DE ÉTICA****COMPOSIÇÃO**

A Comissão de Ética da Sonaecom é composta por quatro membros nomeados pelo Conselho de Administração, incluindo, como presidente da Comissão, um administrador não-executivo independente, um administrador executivo, o Diretor de Governo da Sociedade e o responsável pelo departamento de Recursos Humanos. A composição atual da Comissão de Ética é a seguinte:

	<b>Membros</b>
Jean-François René Pontal	Presidente – administrador não-executivo independente
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
David Graham Shenton Bain	Diretor de Governo de Sociedade
Anabela Magalhães	Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**DIRETOR DE GOVERNO DA SOCIEDADE****COMPOSIÇÃO**

O diretor de Governo da Sociedade da Sonaecom é David Graham Shenton Bain.

**COMISSÃO DE VENCIMENTOS****COMPOSIÇÃO**

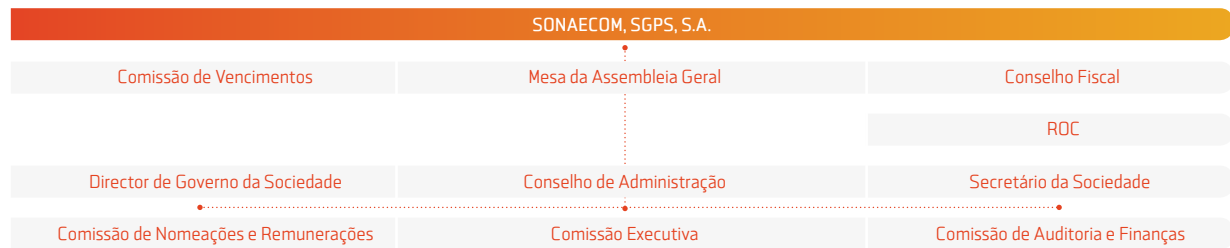
A Comissão de Vencimentos é composta por dois elementos:

Sonae - SGPS, S.A. representada por	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Sontel, BV, representada por	Francisco de La Fuente Sánchez



## B) ESTRUTURA SOCIETÁRIA – FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS

A estrutura societária da Sonaecom define claramente as funções, responsabilidades e deveres dos seus órgãos.



Elencamos, de seguida, as principais funções e responsabilidades dos órgãos sociais da Sonaecom:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito na secção “Comissão Executiva”) mas não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de acionistas.

Os termos de referência do Conselho de Administração podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

### POLÍTICA DE ROTAÇÃO

Na Comissão Executiva da Sonaecom, a rotação existente assenta numa constante associação entre as competências, experiência e projetos de carreira de cada um dos elementos e as competências requeridas para cada função. A identificação de potenciais candidatos surge como uma prática corrente e faz parte dos planos anuais de sucessão e contingência da empresa.

Assim, a Sonaecom não possui uma política de rotação formal para os membros do Conselho de Administração, na medida em que a rotação, por si só, não surge como obrigatória. A Sonaecom não concorda com o princípio formal de rotação, por si só, até porque não o reconhece como sendo uma prática de códigos de Governo da Sociedade Internacionais ou até das melhores práticas identificadas por investidores institucionais e seus conselheiros. Acreditamos que a rotação forçada de um CFO bem-sucedido ou do detentor de um cargo de Administração Executiva seria uma prática sem benefício, quer para os acionistas, quer para a organização.

### CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, na execução das suas funções, estatutárias e legalmente atribuídas, incluindo as previstas no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tem, entre outras, as seguintes atribuições principais:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei, do contrato de sociedade e das políticas internamente adotadas;
- Verificar regularmente os livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e garantir a atualização dos mesmos;
- Verificar a exatidão da informação utilizada nos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados obtidos;
- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração, no qual deve exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício;



- g) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Avaliar as condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e fiscalizar a eficácia dos mesmos, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- j) Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita a limitações relativas à sua independência organizacional e eventual falta de recursos na atividade de auditoria interna;
- k) Receber as comunicações de alegadas irregularidades que ocorram na sociedade e lhes forem endereçadas, apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- l) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- m) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- n) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e a respetiva remuneração;
- o) Fiscalizar os documentos de prestação de contas da sociedade, avaliar, anualmente, o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- p) Zelar para que sejam asseguradas dentro da empresa ao Revisor Oficial de Contas as condições adequadas ao exercício da sua função, ser um interlocutor da empresa, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- q) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- r) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa (superior a 10 milhões de euros) com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nos termos dos procedimentos e critérios por si definidos.
- s) Cumprir outros e quaisquer deveres constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através do Conselho de Auditoria e Finanças, todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente quanto à evolução operacional e financeira da empresa, mudanças em seu portfólio de negócios, os termos de todas as transações que ocorreram e os detalhes das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal é o órgão de supervisão global da empresa para assuntos de controlo interno e gestão de riscos, actua de forma independente e tem primazia sobre outros órgãos na fiscalização dessas questões.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão disponíveis no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom e dos restantes órgãos sociais da empresa, em representação dos acionistas, no seguimento das políticas de remuneração e de compensação aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral.

### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade é responsável por:

- (i) zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de acionistas;
- (ii) enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;
- (iii) supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- (iv) responder a pedidos de informação dos acionistas no âmbito da Lei;
- (v) proceder ao registo legal de qualquer ato ou resolução dos órgãos sociais da sociedade.



### COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- i) Eleição do presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- iv) Aprovação do Relatório e Contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500.000 euros;
- vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- vii) Deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projetos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- viii) Aprovação do *Business Plan* e do Orçamento Anual da sociedade;
- ix) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferidos e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- x) Definição ou alteração de políticas contabilísticas das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação;
- xi) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- xii) Compra e venda, realização de operações de *leasing* financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros, por cada transação, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- xiii) Subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- xiv) Investimento em outras sociedades, bem como investimento em outros ativos fixos financeiros se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- xv) Outros investimentos se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração;
- xvi) Desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de 100 colaboradores, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do *Business Plan* aprovados em Conselho de Administração.

Os termos de referência da Comissão Executiva estão disponíveis no *website* da sociedade ([www.sonaecom.com](http://www.sonaecom.com)).

O Conselho de Administração é permanentemente informado sobre todas as deliberações da Comissão Executiva através das atas das respetivas reuniões que são extraídas, de forma sistemática, e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

### COMISSÃO DE AUDITORIA E FINANÇAS (CAF)

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) funciona com base nos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e supervisão dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de reporte financeiro e pela avaliação, em nome do Conselho de Administração, do risco associado à execução das atividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de governo das sociedades. A CAF reúne, também, com os auditores externos do grupo e com a equipa de auditoria interna. As principais responsabilidades da CAF são:

- (i) rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes de os documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os acionistas e para os mercados financeiros a serem incluídos nas contas anuais e semestrais da empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;

- (iii) aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno e atividades de gestão de risco aplicadas pela Comissão Executiva, permitindo fortalecer os níveis de autocontrolo da sociedade, como complemento do papel de supervisão independente, soberano e dominante executado pelo Conselho Fiscal;
- (iv) aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do ROC; aconselhar o Conselho de Administração sobre a qualidade e independência da função de Auditoria Interna e ser consultado pela gestão em relação à nomeação e destituição do Diretor de Auditoria Interna;
- (v) rever as competências da função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do ROC e discutir com o ROC e o Auditor Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

Os termos de referência podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

A CAF reporta regularmente ao Conselho de Administração o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

### COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES (CNR)

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) funciona com base nos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do grupo Sonaecom. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações, em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonaecom e dos processos de planos de contingência. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário, e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos acionistas do grupo, da remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação obtida.

Destacam-se, de seguida, os termos de referência da CNR:

- (i) A CNR é constituída por um máximo de três membros do Conselho de Administração: o presidente do Conselho de Administração e um máximo de dois administradores não-executivos independentes nomeados pelo Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração será também o presidente da CNR, desde que não seja remunerado como administrador executivo pela empresa. Se tal acontecer, a CNR será presidida pelo administrador não-executivo independente com maior antiguidade na empresa.
- (ii) Os seus membros são nomeados para a CNR por um período de quatro anos (de acordo com os mandatos do Conselho de Administração).
- (iii) O CEO participará nas reuniões da CNR, a menos que a CNR decida, *ad hoc*, de outra forma.
- (iv) O cargo de secretário da CNR deverá ser desempenhado pelo Diretor de Governo da Sociedade da Sonaecom.
- (v) A CNR é responsável pelo planeamento da sucessão e pelo processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração, pela revisão das propostas e políticas de remuneração e outras compensações dos administradores e outros gestores de topo da Sonaecom (grupo funcional G2 ou superior), pela supervisão dos planos de incentivos de médio prazo (MTIP), e pela monitorização dos processos de identificação de potenciais candidatos a cargos de topo e planos de contingência.
- (vi) A CNR deve reunir, no mínimo, duas vezes por ano (no final de fevereiro ou início de março, de preferência antes das reuniões das Comissões de Vencimentos da Sonae SGPS e da Sonaecom (ver nota abaixo), e no final de outubro ou início de novembro). O presidente da CNR ou o Conselho de Administração poderão convocar outras reuniões sempre que tal se justifique.
- (vii) A CNR reporta ao Conselho de Administração da Sonaecom e, quando necessário, deve apresentar as suas propostas diretamente a este Conselho, bem como deve garantir a sua coordenação com a Comissão de Vencimentos da Sonae SGPS e da Sonaecom através do presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.
- (viii) A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, devendo tais despesas ocorrer por conta da Sonaecom. Essas entidades devem garantir total confidencialidade em relação ao tratamento da informação prestada.
- (ix) A ordem de trabalhos da reunião de fevereiro ou março deverá incluir sempre a revisão das propostas de remuneração e outras compensações dos administradores executivos e não-executivos da Sonaecom, bem como de outros gestores de topo da sociedade. O CEO e outros administradores da Sonaecom devem, individualmente, ausentar-se da reunião sempre que a sua própria remuneração esteja a ser analisada.

- (x) As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR em nome do Conselho de Administração da Sonaecom são preparadas com base nas propostas apresentadas pelo presidente do Conselho de Administração da Sonaecom (no caso dos administradores não-executivos e do CEO) e pelo CEO (no caso dos administradores executivos e outros gestores de topo). Tais propostas são elaboradas com base em estudos de mercado resultam das avaliações individuais e análise de KPIs.
- (xi) As propostas de remuneração e outras compensações do Presidente do Conselho de Administração são aprovadas diretamente pelo membro independente da Comissão de Vencimentos.
- (xii) As atas das reuniões da CNR devem ser preparadas e os respetivos extratos enviados a todos os membros do Conselho de Administração da Sonaecom.

Nota: De acordo com o Art. 27 dos estatutos da sociedade, a Sonaecom possuiu uma Comissão de Vencimentos composta por dois membros, a saber: Paulo Azevedo (em representação da Sonaec SGPS) e Francisco de la Fuente Sánchez (em representação da Sontel BV). Todas as propostas de remuneração e outras compensações que envolvam os Órgãos Sociais da sociedade, incluindo o Conselho de Administração, devem ter o acordo e aprovação desta Comissão em representação dos acionistas.

Os termos de referência da CNR estão disponíveis no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

Em 2012, a CNR contratou serviços externos de consultoria sobre política de remuneração e boas práticas.

#### COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética é responsável pela supervisão e manutenção do código de conduta da Sonaecom, por monitorizar a sua aplicação e por assegurar que todos os membros dos órgãos sociais e todos os colaboradores da empresa o cumprem.

A Comissão reporta ao Conselho de Administração em termos do cumprimento do código de conduta no mínimo uma vez por ano e sempre que solicitado.

Por delegação do Conselho Fiscal, compete à Comissão de Ética receber, discutir, investigar e avaliar alegadas irregularidades que sejam reportadas, em cumprimento da política de comunicação de irregularidades da Sonaecom. A comissão decide em cada caso sobre as medidas a tomar.

Os termos de referência da Comissão de Ética podem ser consultados, na sua totalidade, no *website* da sociedade ([www.sonae.com](http://www.sonae.com)).

#### DIRETOR DE GOVERNO DA SOCIEDADE

O Diretor de Governo da Sociedade reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu presidente, bem como, sempre que apropriado, através do administrador não-executivo independente sénior.

As principais responsabilidades do diretor de Governo da Sociedade são as seguintes:

- (i) assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas comissões;
- (ii) participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas comissões;
- (iv) apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do governo das sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do governo das sociedades;
- (vi) assegurar que o conceito de "stakeholders" (partes interessadas) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos administradores;
- (viii) atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, administradores não-executivos, no que diz respeito à empresa e às suas atividades; facilitar e apoiar os administradores não-executivos independentes na afirmação da sua "independência";

- (ix) ajudar a assegurar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) participar, em nome da empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de governo das sociedades em Portugal.

### C) ÓRGÃOS SOCIAIS – TERMOS DE REFERÊNCIA, NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

Os termos de referência dos órgãos sociais e das comissões existentes estão disponíveis no *website* da sociedade. Não existe uma definição interna de incompatibilidades nem um número máximo de cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos e destituídos pela Assembleia Geral de acionistas, sem prejuízo das normas legais aplicáveis à nomeação dos membros do Conselho de Administração.

Tal como disposto nos nossos estatutos, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores, votarem acionistas representativos de, pelo menos, 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um administrador adicional por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substitui automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. Sendo apresentados candidatos por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas.

Se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores votarem acionistas representativos de, pelo menos, 19% do capital social, proceder-se-á à eleição de um segundo administrador por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substitui automaticamente a segunda pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em penúltimo lugar na mesma lista. Só podem ser propostos candidatos por acionistas ou grupos de acionistas que detenham ações representativas de mais de 19% e menos de 30% do capital social da sociedade.

### D) INFORMAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2012

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2012, realizaram-se cinco reuniões deste conselho e a taxa de comparência foi de 93%.

Os administradores não-executivos reúnem, também, separadamente, com o objetivo de discutir e avaliar a sua independência no exercício das suas funções, bem como de sugerir medidas para melhorar os procedimentos do Conselho de Administração em termos de governo das sociedades. Em 2012, realizaram-se duas reuniões de administradores não-executivos e a taxa de comparência foi de 79%. Os administradores não-executivos confirmaram, nestas reuniões, que não existiram durante 2012 quaisquer restrições ao âmbito das suas atividades.

#### CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2012, realizaram-se seis reuniões formais deste órgão e a taxa de comparência foi de 100%.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva da Sonaecom reúne, normalmente, uma vez em cada duas semanas e sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2012, realizaram-se dezassete reuniões da Comissão Executiva, com uma taxa de comparência de 99%.

**CAF**

A CAF reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excepcionalmente, o ROC assim o entender. Entre as reuniões, a CAF analisa projetos e monitoriza a atividade através de conferências telefónicas entre os seus membros. Em 2012, esta Comissão reuniu cinco vezes e a taxa de comparência foi de 100%. Foram realizadas, também, quatro conferências telefónicas.

**CNR**

A CNR reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2012, realizaram-se duas reuniões desta comissão com uma taxa de comparência de 100%.

**COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

A Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos uma vez por ano. Em 2012, realizaram-se três reuniões e a taxa de comparência foi de 100%.

**COMISSÃO DE ÉTICA**

A Comissão de Ética reúne, normalmente, uma vez por semestre e sempre que o seu presidente ou dois dos seus membros acharem necessário. Foi realizada uma reunião durante 2012 e a taxa de comparência foi de 100%.

**E) MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO-EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A distinção entre os membros executivos e não-executivos do Conselho de Administração e, de entre estes, a identificação dos membros independentes, os quais obedecem aos critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e não se encontram em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma, encontra-se explicada na listagem seguinte:

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente – não-executivo
António Sampaio e Mello	Membro não-executivo independente
David Charles Denholm Hobley	Membro não-executivo*
Gervais Gilles Pellisser	Membro não-executivo
Jean-François René Pontal	Membro não-executivo independente
Franck Dangeard	Membro não-executivo independente
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão	Membro não-executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Membro executivo – CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Membro executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Membro executivo
Miguel Nuno Santos Almeida	Membro executivo

\*Ver "Critério de independência"

**CRITÉRIO DE INDEPENDÊNCIA**

Durante 2012, três administradores não-executivos independentes fizeram parte do Conselho de Administração da Sonaecom: António Sampaio e Mello, Jean-François René Pontal e Franck Dangeard.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer circunstâncias que tenham afetado a independência dos três administradores não-executivos atrás referidos desde a sua eleição. Esta avaliação foi efetuada tendo como referência os requisitos legais e, em particular, o resultado das questões que lhes foram colocadas e que revelaram que estes administradores não estão associados a quaisquer grupos de interesse relacionados com a sociedade ou quaisquer outras circunstâncias que possam afetar a independência da sua análise ou da sua tomada de decisão.

A Sonaecom considera o administrador não-executivo David Hobley como independente, já que este age efetivamente como tal, uma vez que a sua nomeação foi proposta pela Sonae SGPS e não pela France Télécom, e a sua independência foi avaliada e aceite

pela Comissão de Nomeações e Remunerações do grupo antes da sua eleição. No entanto, David Hobley não é considerado formalmente como independente visto que exerce funções de administrador não-executivo independente no grupo France Télécom, que detém uma participação de 20% no capital social da Sonaecom.

De notar ainda que todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, do Código das Sociedades Comerciais, não se encontrando em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma.

## F) HABILITAÇÕES, EXPERIÊNCIA E RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional de cada um dos membros do Conselho de Administração encontra-se num anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho de Administração são as seguintes.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Setembro de 1998
António Sampaio e Mello	Julho de 2006
David Charles Denholm Hobley	Setembro de 2005
Gervais Gilles Pellisser	Julho de 2006
Jean-François René Pontal	Julho de 2003
Franck Dangeard	Julho de 2008
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão	Abril de 2008
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Abril de 2007
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Abril de 2006
Miguel Nuno Santos Almeida	Abril de 2005
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Abril de 2010

### FUNÇÕES EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho de Administração – distinguindo os cargos exercidos em empresas do grupo e outras – encontra-se num anexo a este relatório.

### CONSELHO FISCAL

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional nos cinco anos precedentes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, assim como a informação sobre o número de ações detidas por cada membro, encontra-se em anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho Fiscal são as seguintes:

Arlindo Dias Duarte Silva	Abril de 2007
Armando Luís Vieira de Magalhães	Abril de 2007
Óscar José Alçada da Quinta	Abril de 2007
Jorge Manuel Felizes Morgado	Abril de 2007

A data de termo do mandato dos membros do Conselho Fiscal é a mesma dos restantes órgãos sociais, sendo o atual mandato de quatro anos (2012-2015).

### FUNÇÕES EXERCIDAS EM OUTRAS SOCIEDADES PELOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho Fiscal – identificando-se os cargos exercidos em empresas do grupo Sonaecom – encontra-se em anexo a este relatório.

## 5.4 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO GRUPO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### A) POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SONAECOM

#### PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A nossa política de remuneração tem como objetivo ser:

- **Competitiva**

A Sonaecom pretende ter uma política de remuneração competitiva quando comparada com empresas do mesmo setor, tendo o objetivo de atrair talento para a empresa. Para alcançar este objetivo, a Sonaecom delineou uma política de remuneração baseada em valores de referência do mercado, garantindo a competitividade da sua política.

- **Associada ao desempenho**

Uma componente significativa da remuneração dos administradores executivos da Sonaecom é determinada pelo sucesso atingido pela empresa. Outra parcela significativa da remuneração destes administradores está associada ao desempenho individual e ao desempenho da empresa.

- **Alinhada com os interesses dos acionistas**

Parte da remuneração dos administradores executivos é paga em ações que ficam retidas durante um período de três anos. Tendo em consideração que o valor das ações é definido pelo desempenho da empresa, a remuneração é influenciada pela contribuição dos administradores executivos para os resultados, alinhando, deste modo, os interesses dos acionistas e os interesses da administração no longo prazo, visando a sua sustentabilidade.

- **Transparência e divulgação adequada**

Todos os aspetos da estrutura de remuneração são claros para os colaboradores e divulgados abertamente. Este processo de divulgação contribui para a promoção da equidade e independência.

- **Razoável e justa**

A remuneração dos administradores executivos da Sonaecom pretende ser razoável, assegurando o equilíbrio entre os interesses da empresa e o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos seus colaboradores e a necessidade de manter na empresa o talento.

#### QUAIS SÃO AS NOSSAS EMPRESAS DE REFERÊNCIA?

A Sonaecom compara a política de remuneração dos seus administradores executivos com informação sobre tendências de mercado constante nos principais estudos de mercado nesta área para o mercado português e europeu. A Sonaecom baseia-se, atualmente, nos estudos de mercado da Mercer e do Hay Group.

Na definição da política de remuneração, o grupo de referência da Sonaecom contém 150 empresas a operar em Portugal, onde se inclui a totalidade das empresas que compõem o PSI 20, abrangendo dez setores de atividade distintos, assim como 300 empresas internacionais, contidas na listagem das 500 empresas com maior capitalização bolsista do mercado europeu (incluindo o *Financial Times Europe 500 listing*).

#### QUAIS SÃO AS NOSSAS COMPONENTES DE REMUNERAÇÃO?

A política de remuneração para todos os colaboradores da Sonaecom é composta pelas seguintes componentes:

- Uma componente fixa, que é paga na forma de um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal) e um conjunto de benefícios associados à função;
- Uma componente variável, paga no primeiro trimestre do ano seguinte (através de pagamento em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de ações com desconto – componente de curto prazo) e, no dia 10 de março do ano seguinte sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito do “plano de incentivo de médio prazo (“MTIP da Sonaecom”), aplicado aos colaboradores mais seniores



(grupos funcional 1, GF1, a grupo funcional 6, GF6). Esta remuneração variável constitui uma componente discricionária da política de remuneração;

- Participação nos resultados.

### REMUNERAÇÃO FIXA

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha “Grupos Funcionais da Sonaecom”, concebida com base no modelo internacional da Hay para a classificação de funções corporativas e com o objetivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna.

### REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- a) A componente da remuneração variável a curto prazo pretende retribuir o cumprimento de determinados objetivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (“*Key Performance Indicators (KPIs)*”) e pode ser paga em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de ações com desconto.

O valor objetivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração base fixa do colaborador, que varia entre 12% e 65%, de acordo com o grupo funcional. Deste montante, entre 35% e 70%, consoante o grupo funcional dos colaboradores, é determinado pelos KPIs da empresa, isto é, indicadores objetivos, tais como indicadores económicos, operacionais e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das ações da empresa, no desempenho de cada unidade de negócio do grupo, assim como no desempenho do grupo em geral.

A restante percentagem é determinada por KPIs pessoais, incluindo indicadores objetivos e subjetivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 120% do valor objetivo relativamente a KPIs de negócio e entre 0% e 120% do valor objetivo relativamente a KPIs pessoais. Combinando as duas componentes, o nível mais elevado aplicável a qualquer indivíduo varia entre 0% e 148% do valor objetivo.

Em 2012, os KPIs de negócio e respetiva ponderação foram:

Indicadores	Peso
Volume de Negócios	30,0%
EBITDA	30,0%
Free Cash Flow	30,0%
Performance relativa da cotação	10,0%

- b) A componente de remuneração de médio prazo, MTIP:

#### (I) CONDIÇÕES GERAIS

O MTIP tem como objetivo o compromisso dos colaboradores, alinhando os seus interesses com os dos acionistas, e procurando aumentar a sua perceção acerca do seu papel de relevo nos resultados da empresa, refletido no comportamento das ações da Sonaecom em bolsa.

O MTIP aplica-se a todas as empresas do grupo Sonaecom, com a exceção da WeDo Consulting que segue um plano de incentivos específico. Em relação às empresas do grupo Público, as regras de atribuição são mais restritas e não é expectável que se alterem. Acrescenta-se ainda que a inclusão de colaboradores da área editorial (jornalistas) não é recomendável, uma vez que tal medida poderia colocar em risco o grau de independência necessário para a atividade profissional.

As condições gerais do MTIP e quaisquer alterações significativas devem ser aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral de acionistas, com base numa proposta apresentada pelo Conselho de Administração, após seguir as recomendações da CNR. A participação no MTIP dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom requer aprovação da Comissão de Vencimentos, de acordo com a política de remuneração do grupo. A participação de outros executivos seniores é aprovada, anualmente, pela Comissão Executiva da Sonaecom.

O MTIP foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral anual realizada em 27 de abril de 2012.

O MTIP é um plano de benefícios que é atribuído de forma discricionária, sendo diferido por um período de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. A atribuição é efetuada em março de cada ano, em relação ao desempenho do ano anterior. Os valores atribuídos resultam do valor resultante da aplicação dos critérios descritos na remuneração variável de curto prazo para o ano a que este se refere. Historicamente, os valores eram atribuídos no dia 31 de março de cada ano, mas a partir de 2006, a data de atribuição foi alterada para 10 de março ou, alternativamente, o último dia útil anterior a este. As datas de exercício para todos os planos também foram ajustadas em conformidade. No caso dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom, a entrega do MTIP na data de atribuição depende do sucesso global da sociedade durante este período, estimado em conformidade com os objetivos definidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos.

Como o MTIP é baseado em ações, o Conselho de Administração da Sonaecom decidiu que o plano deveria ser apresentado para aprovação na Assembleia Geral anual de acionistas de 2012, de forma a cumprir com as melhores práticas de governo da sociedade. Assim, o MTIP foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas realizada a 27 de abril de 2012.

## (II) AVALIAÇÃO DO MTIP

Todos os colaboradores com níveis funcionais GF1 a GF6, podem participar no MTIP, desde que a sua entrada no grupo ocorra até 31 de dezembro do ano de desempenho ou sejam promovidos para GF6, ou para nível superior, na revisão anual ocorrida no primeiro trimestre do ano de desempenho.

O valor do prémio atribuído é calculado aplicando as percentagens que se seguem à remuneração variável total objetiva para os grupos funcionais G1 e G2 e à remuneração fixa anual para os grupos funcionais G3, G4, G5 e G6, definida individualmente tendo em consideração o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

Grupos Funcionais Sonaecom <sup>(1)</sup>	Valor de referência do MTIP	Base
GF6	Até 45%	Remuneração Fixa anual
GF5	Até 50%	Remuneração Fixa anual
GF4	Até 90%	Remuneração Fixa anual
GF3	Até 100%	Remuneração Fixa anual
GF2	100%	Remuneração Variável Total
GF1	100%	Remuneração Variável Total

<sup>(1)</sup> Os grupos funcionais são atribuídos de acordo com o modelo Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais.

Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a executivo sénior do grupo (GF1), o MTIP inclui uma componente relacionada com as ações da Sonae SGPS ("planos de ações da Sonae SGPS"), montante que pode representar até 40% do valor total atribuído em cada ano. Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a executivo sénior (GF2), o MTIP inclui, também, uma componente relacionada com as ações da Sonae SGPS, montante que, nesse caso, pode representar até 30% do valor total. Este incentivo foi criado pela Sonaecom, com o objetivo de promover a cooperação, maximizar as sinergias do grupo e incentivar a partilha de conhecimento entre a Sonaecom e a Sonae SGPS, o nosso maior acionista de referência. Para os colaboradores com um nível de função igual ou superior ao nível de executivo sénior (GF1 e GF2), com funções executivas na Sonaecom ou em qualquer uma das suas subsidiárias, o MTIP atribuído é igual à componente variável de curto prazo.

Na atribuição, a transferência das ações depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos. Se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, as ações, correspondentes ao número inicial de ações, ajustado pelo efeito de dividendos e outras alterações ao capital social emitido, são transferidas para os beneficiários no terceiro aniversário da data de atribuição, pelo preço da ação à data, ficando a empresa com a opção de aplicar um desconto sobre o preço da ação. A empresa tem a opção, sujeita à aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, de pagar em dinheiro o valor equivalente ao valor das ações, na data de vencimento.

## PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em alguns casos, o Conselho de Administração de cada subsidiária, após aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, pode propor, aos acionistas, a distribuição de resultados da empresa aos colaboradores. Após a avaliação do montante total a ser

distribuído, o valor a ser recebido por cada colaborador dependerá do cumprimento de determinados objetivos anuais, que estão ligados tanto a indicadores de negócio como a indicadores pessoais, tal como descrito para a remuneração variável.

### RESUMO DAS AÇÕES INCLUÍDAS NO MTIP – PLANO DE AÇÕES DA SONAECOM

O MTIP de ações entregue em 2012, assim como os planos em aberto no ano de 2012, resumem-se da seguinte forma:

#### PLANOS DE AÇÕES SONAECOM EM ABERTO NO ANO DE 2012

	Cotação na data da atribuição*	Data de atribuição	Período de diferimento		A 31 de dezembro de 2012	
			Data de vencimento	Número Agregado de participantes	Número de ações	
<b>Ações Sonaecom</b>						
Plano 2008	1,117	10 março 2009	09 março 2012	-	-	
Plano 2009**	1,685	10 março 2010	08 março 2013	4	247423	
Plano 2010	1,399	10 março 2011	10 março 2014	365	2.944.458	
Plano 2011	1,256	09 março 2012	10 março 2015	362	3.057.697	

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para ações Sonaecom;

\*\* No caso de alguns colaboradores, o plano de 2009 foi pago antecipadamente em dezembro de 2012.

O número de ações da tabela corresponde ao compromisso em termos de MTIP.

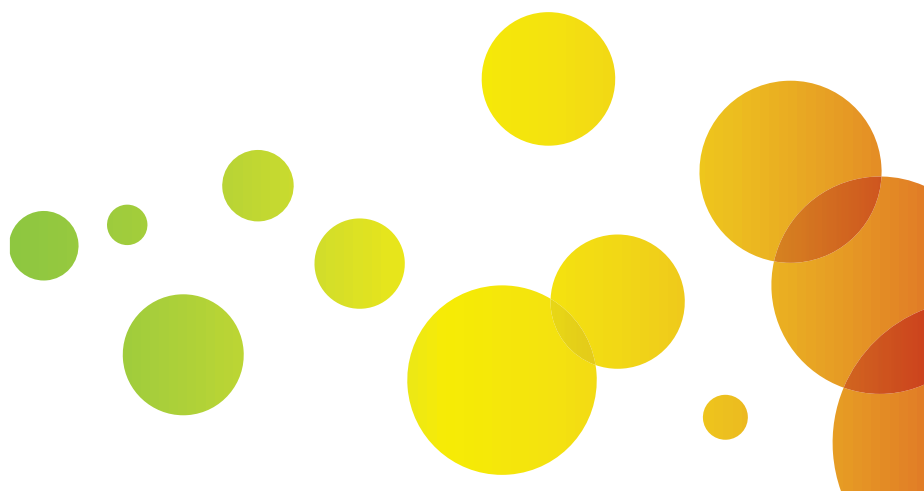
O número de ações atribuídas e de ações diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonaecom, no ano findo em 31 de dezembro de 2012, encontra-se descrito na seguinte tabela:

	Ações Sonaecom	
	Número Agregado de participantes <sup>(1)</sup>	Número de ações
<b>Saldo em 31 dezembro 2011</b>		
Ainda diferidas	1.155	8.892.470
Total	1.155	8.892.470
<b>Movimentos no ano</b>		
Atribuídas	367	2.911.077
Vencidas	(381)	(3.802.108)
Vencidas e exercidas antecipadamente	(369)	(2.516.247)
Canceladas / extintas / corrigidas/ transferidas <sup>(2)</sup>	(41)	764.386
<b>Saldo em 31 dezembro 2012</b>		
Ainda diferidas	731	6.249.578
Total	731	6.249.578

<sup>(1)</sup> O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três;

<sup>(2)</sup> As correções são efetuadas em função do dividendo pago, de alterações de capital e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes de alterações na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser efetuado através da aquisição de ações com desconto.

O número de ações da tabela corresponde ao compromisso em termos de MTIP.



## RESUMO DAS AÇÕES INCLUÍDAS NO MTIP – PLANO DE AÇÕES DA SONAE

O MTIP de ações entregue em 2012, assim como os planos em aberto no ano de 2012, resumem-se da seguinte forma:

### PLANOS DE AÇÕES SONAE EM ABERTO NO ANO DE 2012

	Cotação na data da atribuição*	Data de Atribuição	Período de diferimento		A 31 de dezembro de 2012	
			Data de Vencimento	Número Agregado de participantes	Número de ações	
<b>Ações Sonae SGPS</b>						
Plano 2008	0,526	10 março 2009	09 março 2012	-	-	-
Plano 2009	0,761	10 março 2010	08 março 2013	4	342.242	342.242
Plano 2010	0,811	10 março 2011	10 março 2014	7	384.120	384.120
Plano 2011	0,401	09 março 2012	10 março 2015	7	761.890	761.890

\* Cotação mais favorável entre a cotação média do mês anterior à Assembleia Geral anual e a cotação do dia subsequente à Assembleia Geral anual.

O número de ações da tabela corresponde ao compromisso em termos de MTIP.

O número de ações atribuídas e de ações diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonae, no ano findo em 31 de dezembro de 2012, encontra-se descrito na seguinte tabela:

	Ações Sonae SGPS	
	Número Agregado de participantes <sup>(1)</sup>	Número de ações
<b>Saldo em 31 dezembro 2011</b>		
Ainda diferidas	16	1.100.633
<b>Movimentos no ano</b>		
Atribuídas	7	696.026
Vencidas	(4)	(405.776)
Canceladas/Extintas/Corrigidas <sup>(2)</sup>	(1)	97.369
<b>Saldo em 31 dezembro 2012</b>		
Ainda diferidas	18	1.488.252

<sup>(1)</sup> O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três;

<sup>(2)</sup> As correções são efetuadas em função do dividendo pago e de alterações ao capital social.

### ACORDOS DE COBERTURA E IMPACTO CONTABILÍSTICO

A Sonaecom celebrou acordos de cobertura do MTIP e obrigações relacionadas, até ao plano de 2011. Os planos de ações de 2009 e 2010 foram cobertos através de ações próprias adquiridas entre 2007 e 2012 e mantidas pela Sonaecom. O plano de 2011 foi coberto pelo acordo assinado com a Sonae SGPS. Os planos de ações da Sonae SGPS foram cobertos através de um contrato de swap com liquidação financeira com uma entidade externa. Por sua vez, a Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias, através dos quais passa para cada empresa as responsabilidades correspondentes.

Para os planos da Sonaecom, o total da responsabilidade é calculada com base na cotação da ação na data de atribuição, tanto para os planos cobertos através de ações próprias como para o contrato celebrado com a Sonae SGPS, relativo ao plano de 2011. O total da responsabilidade relativa aos planos mencionados é de 3.710.013 euros, tendo sido 3.650.779 euros registados na rubrica "Reservas" e 59.234 euros em "Outros Passivos Correntes e não Correntes".

Os planos de ações da Sonae SGPS correspondem à entrega de ações da Sonae SGPS, mas, uma vez que estas são atribuídas pela Sonaecom e não pela Sonae SGPS, os planos são tratados como planos baseados em dinheiro. Tendo em consideração os contratos de swap estabelecidos para cobrir estes planos, a responsabilidade é registada em "Outros Passivos" com um valor por ação máximo de 0,705 euros, 0,624 euros e 0,425 euros, respetivamente, para o MTIP de 2009, 2010 e 2011. Até 31 de dezembro de 2012, o montante total contabilizado é de 475.223 euros.

Os custos do MTIP da Sonaecom são contabilizados ao longo dos seus respetivos períodos de diferimento para cada plano anual. Até 31 de dezembro de 2012, foram registados em custos 36 milhões de euros (4,9 milhões de euros durante 2012 e 31,1 milhões de euros em anos anteriores).

## B) REMUNERAÇÃO AUFERIDA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A política de remunerações dos membros dos órgãos de administração do grupo tem como objetivo remunerar de forma justa, eficaz e competitiva, tendo em atenção as responsabilidades individuais e desempenho individual de cada membro, quer no âmbito de cada subsidiária, quer no grupo como um todo.

No seguimento da política de remuneração e outras compensações aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonaecom é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, incluindo dos administradores executivos e não-executivos.

### ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

As propostas de remuneração e outras compensações dos administradores executivos (excluindo o CEO) são baseadas na proposta do CEO do grupo e preparadas com base em:

- (i) Comparações de mercado;
- (ii) Outras comparações internas;
- (iii) Avaliação individual de cada administrador executivo.

A remuneração e outros benefícios dos administradores executivos incluem: (a) uma componente fixa, que inclui um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal), um subsídio de responsabilidade anual e um pacote de benefícios ligados ao nível de responsabilidade; e (b) uma componente variável composta por (i) "remuneração variável", que é paga durante o primeiro trimestre do ano seguinte, como descrito anteriormente para todos os colaboradores, e (ii) uma componente discricionária, atribuída em 10 de março do ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito do MTIP, que vencerá no terceiro aniversário da data de atribuição, conforme detalhado abaixo.

#### (A) COMPONENTE FIXA:

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada membro da administração está classificado segundo um nível de grupo funcional da Sonaecom, sendo os administradores executivos ou GF1 ou GF2. Esta classificação é concebida com base no modelo internacional da Hay para a classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna. Os pacotes de benefícios a atribuir a cada administrador executivo serão determinados através de pesquisas de mercado sobre benefícios para executivos de topo em Portugal e na Europa, com o objetivo de estabelecer uma remuneração fixa próxima da mediana e uma remuneração total próxima do terceiro quartil, em circunstâncias comparáveis.

#### B) COMPONENTE VARIÁVEL:

- (i) A remuneração variável pretende retribuir o cumprimento de determinados objetivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (*business KPIs*) e indicadores-chave individuais (*KPIs*). O valor objetivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração fixa do administrador, que varia entre 33% e 60%, de acordo com o grupo funcional. Deste montante, 70% é determinado pelos *KPIs* da empresa, isto é, indicadores objetivos, tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das ações da empresa, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho do grupo em geral. Os restantes 30% são determinados pelos *KPIs* individuais, incluindo indicadores objetivos e subjetivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 148% do valor objetivo relativamente a *KPIs*
- (ii) O MTIP está desenhado de forma a alinhar os interesses dos administradores executivos com os interesses dos acionistas, enfatizando a importância do desempenho dos administradores executivos para o sucesso da organização, onde se inclui a evolução dos títulos da Sonaecom e o retorno para o acionista. Paralelamente, o MTIP visa remunerar a contínua contribuição dos administradores executivos para além do período de vencimento do plano.

As condições necessárias para que um administrador executivo seja elegível para o MTIP são as seguintes:

- a) O objetivo associado ao MTIP é atribuído no início de cada ano, representando normalmente 100% do objetivo da remuneração variável nesse ano;
- b) Em 10 de março do ano seguinte, com base na percentagem de cumprimento dos KPIs utilizados para o MTIP *bonus*, com base no valor criado para o acionista no médio prazo, o valor alvo aumenta ou reduz, e o valor resultante é convertido em ações, dividindo pela média da cotação bolsista nas últimas 30 sessões;
- c) Estas ações, ou o montante equivalente em dinheiro, são entregues após um período de diferimento de 3 anos. Esta entrega depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos. No entanto, se houver distribuição de dividendos, o valor nominal das ações ou o capital social for alterado durante o período de diferimento, o número inicial de ações no âmbito do MTIP será alterado para refletir os efeitos das alterações acima descritas, para que o plano esteja alinhado com o retorno total alcançado. Esta associação é baseada nas ações da Sonaecom mas uma componente, que representa até 40% do valor global, está associada a ações da Sonae SGPS. Na data de vencimento, se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, o pagamento é efetuado pela entrega das ações ao preço da ação na data, com a empresa a ter opção de aplicar um desconto sobre o preço da ação. A Sonaecom mantém a opção de efetuar o pagamento do valor equivalente em dinheiro.

#### CEO E ADMINISTRADORES NÃO-EXECUTIVOS

A remuneração e outras compensações do CEO, assim como a remuneração fixa para os administradores não-executivos (com exclusão do presidente) são baseadas em propostas feitas pelo presidente da Sonaecom.

A remuneração do presidente é decidida pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos.

Para o CEO, a metodologia utilizada é a mesma que para os administradores executivos.

A remuneração dos nossos administradores não-executivos é baseada em comparações de mercado e estruturada da seguinte forma:

- (1) uma componente fixa (na qual 15% depende da participação nas reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, CAF e CNR);
- (2) um subsídio de responsabilidade anual no valor de 1.800 euros, em 2012.

Em relação aos administradores não-executivos, a componente fixa pressupõe um compromisso de tempo, no sentido de preparar e participar em pelo menos cinco reuniões do Conselho de Administração, em cada ano. Adicionalmente, os administradores não-executivos que presidam a alguma comissão do Conselho de Administração beneficiam de um acréscimo à sua remuneração fixa de aproximadamente 5%.

São ainda pagas senhas de presença pelas reuniões em que cada um dos administradores não-executivos participe, tal como aqui se descreve: reuniões do Conselho de Administração, 940 euros, reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, 650 euros, e reuniões da Comissão de Nomeações e Remunerações, 390 euros. O presidente do Conselho de Administração não recebe senhas de presença pela sua participação em reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Nomeações e Remunerações poderá definir remunerações adicionais para projetos específicos designados individualmente a administradores não-executivos por parte do Conselho de Administração ou das suas comissões.

Em caso de destituição dos membros do Conselho da Administração, é política do grupo o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores. Não existem, ainda, quaisquer contratos individuais com administradores, no sentido de definir a meto-

dologia de cálculo de eventuais compensações. Além disso, a Sonaecom nunca atribuiu ou planeia atribuir quaisquer compensações em caso de destituição ou cessação de funções por desempenho inadequado.

### REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom foi a seguinte durante os anos de 2012 e 2011 (este valores incluem a remuneração fixa e os prémios de desempenho anual (ambos calculados numa base de acréscimo), bem como um plano de incentivo de médio prazo com respeito ao desempenho nos anos de 2012 e 2011, que será atribuído em 2013, para os dados de 2012 e em 2012 para os dados de 2011:

Valores em euros	2012				2011			
	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total
<b>Desagregação individual</b>								
<b>Administradores Executivos</b>								
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO) <sup>(1)</sup>	323.553	225.000	225.000	773.553	409.500	308.800	308.800	1.027.100
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo <sup>(1)</sup>	175.836	67.500	67.500	310.836	209.860	83.800	83.800	377.460
Miguel Nuno Santos Almeida	313.113	163.200	163.200	639.513	302.260	146.500	146.500	595.260
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier	198.220	-	-	198.220	198.520	-	-	198.520
	1.010.722	455.700	455.700	1.922.122	1.120.140	539.100	539.100	2.198.340
<b>Administradores Não-Executivos</b>								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)	60.500	-	-	60.500	60.800	-	-	60.800
Jean François René Pontal	39.780	-	-	39.780	40.180	-	-	40.180
David Charles Denholm Hobley	37.350	-	-	37.350	36.810	-	-	36.810
António Maria Theotonio Pereira Sampaio Melo	37.350	-	-	37.350	37.650	-	-	37.650
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	34.100	-	-	34.100	33.460	-	-	33.460
Frank Emmanuel Dangeard	34.880	-	-	34.880	35.280	-	-	35.280
Gervais Pellissier	-	-	-	-	-	-	-	-
	243.960	-	-	243.960	244.180	-	-	244.180
<b>Total</b>	<b>1.254.682</b>	<b>455.700</b>	<b>455.700</b>	<b>2.166.002</b>	<b>1.364.320</b>	<b>539.100</b>	<b>539.100</b>	<b>2.442.520</b>

<sup>(1)</sup> O valor da remuneração, na Sonacom, de Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério e Maria Cláudia Teixeira de Azevedo reduziram 30% a partir de 1 de maio de 2012, resultado da sua alocação de tempo à Sonaecom deixar de ser total.

Na apresentação dos valores da tabela acima, foi incluída a remuneração de cada membro do Conselho de Administração, proporcional ao período da sua nomeação.

Os prémios de desempenho anual dos administradores executivos apresentados na tabela acima representam os valores atuais resultantes da avaliação do desempenho do ano de 2012. Os valores finais foram definidos após o desempenho real ter sido devidamente avaliado e depois de aprovação pela Comissão de Nomeações e Remunerações, em representação do Conselho de Administração e propostas à Comissão de Vencimentos, em representação dos acionistas.

Em 2012, a Sonaecom tinha 19 pessoas com responsabilidades diretivas, "Dirigentes". Em 31 de dezembro de 2012, o valor pago (que compreende a remuneração variável e fixa total) foi de 3.108.987 euros. O MTIP totalizou 748.261 euros. (para uma informação mais detalhada consulte o capítulo 6, no anexo às contas, nota 39).

### PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO MTIP

Os administradores executivos auferem compensações no âmbito do MTIP. Os administradores não-executivos não participam no MTIP.

## PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO MTIP

	Plano 2008	Plano 2009	Plano 2010	Plano 2011	Total
Data de atribuição	10 mar 2009	10 mar 2010	10 mar 2011	09 mar 2012	
<b>Ações Sonaecom</b>					
Cotação na data de atribuição <sup>(1)</sup>	1,117	1,685	1,399	1,256	
Cotação na data de vencimento	1,250	-	-	-	
Cotação em 31.12.2012 <sup>(2)</sup>	1,481	1,481	1,481	1,481	
<b>Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	147.984	105.897	131.888	-	385.769
Nº de ações em 31.12.2012	-	112.767	140.444	157.086	410.297
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	67.971	44.102	61.093	-	173.166
Nº de ações em 31.12.2012	-	46.963	65.056	74.524	186.543
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	49.069	37.935	48.792	-	135.796
Nº de ações em 31.12.2012	-	40.396	51.957	49.717	142.070
<b>António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	60.074	44.415	-	-	104.489
Nº de ações em 31.12.2012	-	47.297	-	-	47.297
<b>Total</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	325.098	232.349	241.773	-	799.220
Nº de ações em 31.12.2012	-	247.423	257.457	281.327	786.207
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Cotação na data de atribuição	0,526	0,761	0,811	0,401	
Cotação na data de vencimento	0,440	-	-	-	
Cotação em 31.12.2012 <sup>(3)</sup>	0,687	0,687	0,687	0,687	
<b>Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	229.329	164.348	153.062	-	546.739
Nº de ações em 31.12.2012	-	178.588	166.325	334.720	679.633
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	67.715	68.445	70.901	-	207.061
Nº de ações em 31.12.2012	-	74.375	77.045	158.797	310.217
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	48.884	37.848	36.402	-	123.134
Nº de ações em 31.12.2012	-	41.127	39.556	68.102	148.785
<b>António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	59.848	44.313	-	-	104.161
Nº de ações em 31.12.2012	-	48.152	-	-	48.152
<b>Total</b>					
Nº de ações em 01.01.2012	405.776	314.954	260.365	-	981.095
Nº de ações em 31.12.2012	-	342.242	282.926	561.619	1.186.787
<b>Valores</b>					
<b>CEO</b>					
Valor na data de atribuição	285.925	303.505	308.645	-	898.075
Valor na data de vencimento	285.885	-	-	-	285.885
Valor em 31.12.2012	-	289.698	322.263	462.597	1.074.558
<b>Miguel Nuno Santos Almeida</b>					
Valor na data de atribuição	111.542	126.399	142.970	-	380.910
Valor na data de vencimento	114.758	-	-	-	114.758
Valor em 31.12.2012	-	120.648	149.278	219.464	489.389
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo</b>					
Valor na data de atribuição	80.523	92.723	97.782	-	271.028
Valor na data de vencimento	82.845	-	-	-	82.845
Valor em 31.12.2012	-	88.081	104.123	120.417	312.621
<b>António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier</b>					
Valor na data de atribuição	98.583	108.561	-	-	207.144
Valor na data de vencimento	101.426	-	-	-	101.426
Valor em 31.12.2012	-	103.127	-	-	103.127
<b>Total</b>					
Valor na data de atribuição	576.573	631.188	549.396	-	1.757.157
Valor na data de vencimento	584.914	-	-	-	584.914
Valor em 31.12.2012	-	601.554	575.664	802.478	1.979.695

<sup>(1)</sup> Cotação média do mês anterior à data de atribuição;<sup>(2)</sup> No dia 19 de dezembro de 2012, a cotação atingiu um máximo de 1,568 euros e, em 23 de maio de 2012, um mínimo de 1,070 euros;<sup>(3)</sup> No dia 18 de dezembro de 2012, a cotação atingiu um máximo de 0,719 euros e, em 14 de junho de 2012, um mínimo de 0,368 euros.



## COMPENSAÇÕES AUFERIDAS PELOS ADMINISTRADORES EM EMPRESAS DO GRUPO

Montante (em euros)	Sonaecom		Sonae SGPS		Total
	Função	Total Remuneração	Função	Total Remuneração	
<b>Nome</b>					
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	CEO	716.767	Executivo	261.220	977.987
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo <sup>(1)</sup>	Presidente	60.500	CEO	1.114.846	1.175.346
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão <sup>(1)</sup>	Não-executivo	34.100	Executivo	271.300	305.400

<sup>(1)</sup> Os dados da tabela referem-se aos valores atribuídos por cada empresa do grupo, independentemente de onde foram processados e pagos os respetivos valores.

### PLANO DE AÇÕES SONAECOM

O plano de ações Sonaecom determina que cada administrador executivo é obrigado a reter 50% das ações entregues em cada plano, mantendo permanentemente uma quantidade de ações equivalente ao valor de dois salários fixos anuais. A exigência para a retenção das ações entregues em cada plano, cessa a partir do momento em que o administrador executivo em questão já tenha mantido um número de ações equivalentes ao objetivo definido, alocadas quer pelos planos da Sonaecom quer por aquisição pessoal das ações. Para este efeito, o salário anual é o salário base mensal pago 14 vezes por ano. Quanto ao plano de ações da Sonaecom, cumprimos totalmente com o nosso plano de retenção de ações.

### COMPENSAÇÕES EM CASO DE CESSAÇÃO DO MANDATO

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, o grupo adotou a política de pagar as remunerações resultantes da lei ou de negociar, caso a caso, um valor considerado justo e apropriado para ambas as partes. Não existem condições compensatórias adicionais para os membros do Conselho de Administração, que são tratados da mesma forma que os restantes colaboradores.

Para os dirigentes da Sonaecom, em caso de rescisão do contrato, foi acordado um pagamento de indemnização equivalente à remuneração fixa, devido até ao final do período do mandato até ao máximo de 12 meses, ou o retorno à função anterior como um trabalhador dependente

## C) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante 2012 e 2011 foi a seguinte:

Valores em euros	2012	2011
<b>Desagregação individual</b>		
<b>Conselho Fiscal</b>		
Arlindo Dias Duarte Silva	9.800	10.100
Armando Luís Vieira Magalhães	7.800	8.100
Óscar José Alçada Quinta	7.800	8.100
Jorge Manuel Felizes Morgado	-	-
<b>Total</b>	<b>25.400</b>	<b>26.300</b>

Estes montantes correspondem à remuneração fixa. Os membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer remuneração variável nem participam no MTIP da Sonaecom.

## D) PROCESSO DE DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A tabela seguinte fornece informações sobre as principais etapas na definição da política de remuneração da Sonaecom em 2012. Ficou estabelecido que a Comissão de Vencimentos reúne entre Julho e Dezembro, mas somente se houver alguma mudança na composição do Conselho. Como ocorreram alterações na Assembleia Geral de acionistas de 2012, a última reunião da Comissão de Vencimentos foi realizada em maio de 2012.

Mês	Fase do processo
Março	<p>CNR reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de avaliação anual</li> <li>- Revisão da política de remuneração</li> <li>- Bónus de desempenho anual de curto prazo relativo a 2011 (real)</li> <li>- MTIP diferido de 2011 (real)</li> <li>- Remuneração fixa para 2012 (real)</li> <li>- Bónus de desempenho anual de curto prazo para 2012 (target)</li> <li>- MTIP diferido de 2012 (target)</li> <li>- Comunicação da política de remuneração no Relatório e Contas</li> </ul>
Março	<p>Comissão de Vencimentos reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião após CNR, antes do pagamento anual</li> </ul>
Abril/Maio	<p>CNR reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Detalhes sobre KPIs individuais da Comissão Executiva para 2012 (apenas se não tiverem sido estabelecidos anteriormente)</li> </ul>
Maio	<p>Comissão de Vencimentos reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apenas se houver alterações no Conselho de Administração na Assembleia Geral de acionistas</li> </ul>
Julho	<p>CNR comunica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Evolução dos KPIs estabelecidos para 2012</li> </ul>
Outubro/Novembro	<p>CNR reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Evolução dos KPIs estabelecidos para 2012</li> <li>- Revisão sobre estado do MTIP e retenção de ações</li> <li>- Planos de contingência e sucessão</li> <li>- Gestão de talento</li> <li>- Revisão dos termos de referência do CNR e fecho de novo plano anual</li> </ul>
Dezembro	<p>CNR reúne:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Forecast dos KPIs de 2012</li> <li>- Eventuais ajustes aos KPIs de 2013</li> </ul>



## 5.5 GESTÃO DE RISCO

Esta secção contém uma descrição do funcionamento e da eficácia do sistema de gestão de risco, bem como contém a identificação dos principais riscos que afetam a empresa.

A Sonaecom está empenhada em desenvolver e implementar as melhores práticas no que diz respeito à gestão e ao controlo de risco, dado que estas áreas são consideradas como as bases fundamentais da estratégia da empresa, apoiada num sistema sólido de governo da sociedade. A empresa implementou um sistema que coloca a responsabilidade do controlo interno e gestão de risco nas áreas funcionais de cada negócio, apoiadas pela equipa de Gestão do Risco, em conjunto com a equipa de Auditoria Interna, os Auditores Externos e a equipa de Planeamento e Controlo de Gestão. A CAF, operando em nome do Conselho de Administração, e o CF são responsáveis pela supervisão e acompanhamento do sistema de gestão de risco.

Estão implementados processos para identificar, monitorizar e reportar riscos e controlos, bem como para avaliar a eficácia e melhorar o sistema de controlo interno e de gestão de risco. Os processos são baseados nas melhores práticas e nas normas internacionais de *Enterprise Risk Management* (ERM). Destes derivam as abordagens principais da gestão e do controlo de risco da empresa. A Sonaecom organiza os respetivos riscos de acordo com um *Business Risk Model* (BRM), que ajuda na identificação dos nossos riscos e das causas subjacentes, bem como na promoção de uma cultura de consciência do risco em toda a empresa.

Os esforços têm-se centralizado na implementação de ações para melhorar os níveis de controlo dos riscos económicos, especialmente nos riscos intrínsecos do negócio relacionados com as atividades técnico-operacionais na unidade de negócios de telecomunicações. Isto foi conseguido através do desenvolvimento de programas específicos de gestão de risco, ou através da implementação de atividades de controlo correntes e da existência de equipas dedicadas. Os riscos financeiros e jurídicos têm sido geridos assegurando a conformidade com os requisitos internos e regulamentares. Existem também políticas e procedimentos para Ética e Transparência, incluindo um Código de Conduta, que estão implementados para governar e gerir áreas especialmente sensíveis, como conflitos de interesses, transações com partes relacionadas, práticas de remuneração e comunicação de irregularidades, que se aplicam a todos os nossos responsáveis, colaboradores e parceiros de negócio.

### A) SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

Na Sonaecom, reconhecemos que existem riscos presentes em todos os processos de gestão. Consequentemente, os gestores, em diferentes níveis da organização têm de estar conscientes dos riscos específicos nas suas áreas e são responsáveis pela gestão dos mesmos.

#### ORGANIZAÇÃO DO CONTROLO INTERNO E DA GESTÃO DE RISCO

As responsabilidades e os objetivos dos intervenientes-chave nos sistemas de controlo interno e gestão de risco são os que de seguida se indicam.

- **Áreas de negócio** – cada departamento funcional das unidades de negócio da Sonaecom é, como parte da sua responsabilidade nos processos funcionais, responsável pela implementação de controlos internos e pela gestão dos respetivos riscos específicos. Além disto, para o desenvolvimento de determinados programas de gestão do risco, podem ser formadas equipas específicas de gestão de risco, tais como um Comité de Risco ou uma equipa de trabalho. Estes incluem, habitualmente, um responsável ao nível executivo, uma comissão de diretores e uma equipa de *pivots* representando as unidades de negócio.
- **Funções de Planeamento e Controlo** – são responsáveis por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais e os orçamentos e previsões, bem como os processos que conduzem à sua realização, nas componentes financeira e operacional. Promovem e apoiam a integração da gestão de risco nos processos de planeamento e controlo das empresas da Sonaecom.
- **Funções de Gestão de Risco** – contribuem com ferramentas, metodologias, apoio e *know-how* para as áreas de negócio. Também promovem e monitorizam a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão. Promovem a consciencialização, a medição e a gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização.
- **Área de Auditoria Interna** – avalia a exposição ao risco e verifica a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação e de telecomunicações. Propõe medidas para melhorar os controlos e monitoriza a evolução da exposição ao risco associada aos principais *findings* das auditorias.
- **Auditor externo** – no âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas. É responsável pela verificação das contas e pela emissão de uma certificação legal de contas e de um relatório de auditoria.

A empresa tem duas áreas especializadas em matérias de risco: a função central de Gestão do Risco e a equipa de Auditoria Interna. A sua missão é contribuir para a gestão eficaz dos riscos de negócio da Sonaecom. Estas áreas apoiam a Sonaecom na concretização dos seus objetivos, acrescentando valor e melhorando as operações da empresa, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e ajudar a melhorar a eficácia da gestão de risco, dos controlos internos e dos processos de governo da organização.

A atividade de gestão de risco tem uma função central ao nível corporativo que promove a consciencialização da organização para os riscos críticos do negócio, propõe políticas de gestão de risco para a empresa e coordena programas ou projetos transversais para implementar processos de gestão de risco. Existem também funções de gestão de risco nas áreas de negócio, nomeadamente quando a existência de *pivots* é relevante para algumas especialidades da gestão de risco, como é o caso da Gestão da Continuidade de Negócio, da Gestão da Segurança da Informação, da Gestão de Fraude e da Garantia de Receitas e Custos.

A definição da atividade da equipa de auditoria interna está feita ao abrigo da Carta de Auditoria Interna, aprovada pelos órgãos de supervisão. Consiste numa atividade de verificação (*assurance*) e consultoria independente e objetiva, regendo-se pelas orientações do *Institute of Internal Auditors* (IIA), incluindo a definição de auditoria interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA Standards). O plano anual de auditoria interna é desenvolvido e baseado no Plano de Ações e Recursos anual da Sonaecom e numa priorização do trabalho de auditoria, utilizando uma metodologia baseada no risco que integra os resultados do *Enterprise Risk Management* e considera o *roadmap* de cobertura dos processos de negócio. O plano de auditoria interna também considera as opiniões da Comissão Executiva, de outros membros da gestão de topo, da CAF e, em separado, do CF.

De acordo com as boas práticas internacionais, existem 20 certificações em normas de auditoria e em programas de gestão de risco. Estas incluem o *Certified Internal Auditor* (CIA), o *Certified in Control Self Assessment* (CCSA), o *Certified Information System Auditor* (CISA), o *Certified Fraud Examiner* (CFE), o *Management of Risk Foundation and Practitioner* (MoR), o *Associated Business Continuity Professional* (ABCP), o *Certified by Business Continuity Institute* (CBCI), o *Certified Continuity Manager* (CCM), o *Certified Information System Security Professional* (CISSP), o *ISO 27001 Lead Implementer*, o *Certified in Risk and Information Systems Control* (CRISC), o *Cisco Certified Network Associate* (CCNA), o *Project Management Professional* (PMP) e o *Certified Project Management Associate* (CPMA).

## REPORTE AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco estão publicadas nos termos de referência do Conselho de Administração, da CAF e do CF, os quais estão disponíveis no *website* da empresa.

A Sonaecom considera importante clarificar as competências do CF e da CAF, no que respeita às matérias de controlo e risco, definindo o que de seguida se indica:

- O CF é o órgão estatutário de supervisão da empresa, tem primazia nesta matéria e atua de forma independente.
- A Auditoria Interna responde perante o CF, o que assegura a existência de um canal de reporte a um órgão independente do Conselho de Administração.
- A avaliação do sistema interno de controlo e de gestão de risco é executada eficazmente, constituindo-se o CF como o órgão de supervisão, com primazia sobre a CAF, uma vez que a concordância do CF é sempre necessária.
- O CF tem a “última palavra” no que respeita ao papel e à avaliação da Auditoria Interna.
- A Auditoria Interna pode requerer reuniões privadas para reportar ao CF, sem a presença de nenhum membro do Conselho de Administração ou membro da Gestão.
- A existência de competências de avaliação na CAF é necessária e benéfica, quer para os acionistas quer para a empresa, no sentido em que a CAF é um comité com um conhecimento mais especializado e executivo sobre a informação do negócio, que é complexa, o que lhe permite controlar mais de perto diversas áreas da empresa e desafiá-las a conseguirem gerir eficientemente os seus riscos.
- Assim, a existência de um comité especializado, no âmbito do Conselho de Administração, com responsabilidades de avaliação em matéria de controlo e risco, não esvazia as funções do CF. A supervisão em separado por parte destes dois órgãos permite-nos, além da supervisão independente, soberana e dominante (papel do CF), reforçar os níveis de autocontrolo (papel da CAF).
- A função central da Gestão de Risco apresenta, para avaliação pela CAF, e partilha com o CF, um relatório periódico sobre o ciclo de Gestão de Risco Empresarial (método e resultados) e pode obter contributos para ajustá-lo.

As linhas de *reporting* da Auditoria Interna e da Gestão de Risco são as que de seguida se indicam:

- A Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao CEO da Sonaecom.
- A Auditoria Interna reporta funcionalmente ao CF e à CAF da Sonaecom em separado.

- A função central da Gestão de Risco tem linhas de *reporting* semelhantes no âmbito da Sonaecom.

Os mecanismos internos de informação e comunicação sobre o sistema e alertas de risco incluem o que de seguida se indica:

- Relatórios periódicos das funções da Auditoria Interna e da Gestão do Risco:
  - a Auditoria Interna reporta à Comissão Executiva após a conclusão das auditorias internas;
  - a Auditoria Interna pode emitir, em qualquer altura, um relatório interino para comunicar informação que requeira atenção imediata;
  - a Auditoria Interna reporta trimestralmente à CAF e semestralmente ao CF, apresentando um resumo de todas as principais conclusões da auditoria interna;
  - a função central da Gestão de Risco efetua relatórios periódicos semelhantes no âmbito da Sonaecom, relativamente ao estado dos riscos e ao controlo de projetos / ações.
- Processos de monitorização de riscos tais como:
  - a existência de processos e indicadores em todas as áreas de negócio para monitorizar as operações e os KPIs;
  - a existência de departamentos dedicados a monitorizar riscos específicos do negócio e gerar alertas, como por exemplo as equipas de fraude, *revenue assurance* e Supervisão de Rede na unidade de telecomunicações;
  - a implementação de indicadores e alertas para a interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional;
  - o desenvolvimento de indicadores de risco do negócio para causas-chave, ao nível da gestão.

#### ABORDAGEM À GESTÃO DE RISCO

O diagrama de seguida apresentado ilustra as principais fases incluídas no ciclo de gestão de risco da Sonaecom, que podem ser aplicadas a todas as unidades de negócio do seu portfólio. O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, baseada na norma internacional *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*, emitida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission*).



## CICLO DA GESTÃO DE RISCO



### Ciclo de Gestão de Risco (ERM - Enterprise Risk Management)

Metodologia baseada na Norma sobre Metodologias de Gestão do Risco do grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae (2008)

Em linha com esta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das principais abordagens e dos métodos de seguida apresentados.

#### Gestão dos Riscos Corporativos (EWRM – Enterprise Wide Risk Management)

**Abordagem:** a Gestão dos Riscos Corporativos alinha o ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico. Esta abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e os seus objetivos, e adotar ações para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Isto é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas corretivas.

**Método:** 1. Identificar riscos do negócio >> 2. Averiguar causas >> 3. Medir triggers >> 4. Gerir riscos >> 5. Monitorizar riscos

#### Gestão da Continuidade de Negócio (BCM – Business Continuity Management)

**Abordagem:** a implementação dos processos de Gestão da Continuidade do Negócio tem a finalidade de mitigar o risco de interrupção de atividades críticas de negócio, que possam decorrer de situações de catástrofe, falhas técnico-operacionais ou falhas de recursos humanos. O âmbito deste processo inclui também a avaliação e a gestão dos riscos de segurança física nas instalações críticas da empresa.

**Método:** 1. Compreender o negócio >> 2. Definir estratégias de resiliência >> 3. Desenvolver e implementar planos de continuidade e de gestão de crise >> 4. Testar, manter e auditar os planos e processos BCM

#### Gestão da Segurança da Informação (ISM – Information Security Management)

**Abordagem:** a implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade da informação. Pretende-se, com a mesma, desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPI de Segurança da Informação.

**Método:** 1. Identificar informação crítica >> 2. Detalhar plataformas / recursos críticos de suporte à informação >> 3. Avaliar o nível de risco de segurança >> 4. Definir e implementar indicadores >> 5. Gerir e monitorizar ações de mitigação dos riscos

#### Ciclos ou Processos de Gestão do Risco específicos (RMCP – Risk Management Cycles or Processes)

**Abordagem:** o desenvolvimento de ciclos / processos de gestão de risco específicos permite a mitigação de riscos críticos que possam afetar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes

**Método:** 1. Identificar riscos específicos >> 2. Averiguar causas >> 3. Gerir riscos >> 4. Monitorizar riscos

A definição de objetivos estratégicos da empresa em relação à assunção de riscos considera:

- O alinhamento do ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico, nomeadamente durante a definição do plano de negócios anual (plano de ação e recursos), quando as unidades de negócio identificam os riscos que podem afetar potencialmente o atingimento dos seus objetivos, e definem ações para ultrapassá-los.
- Os objetivos de assunção de riscos derivam dos objetivos estratégicos globais das empresas da Sonaecom e estão alinhados com os mesmos.

Existem vários mecanismos para controlar a execução e a eficácia das ações de gestão de risco, incluindo os que seguidamente se indicam:

- O controlo da execução dos planos de ação e recursos: a atividade das unidades de negócio é monitorizada, e são criados relatórios de progresso (financeiros e operacionais). A análise das ações das unidades de negócio é suportada pelas funções de Planeamento e Controlo de Gestão, incluindo as notas preparatórias sobre as principais discrepâncias identificadas e a antecipação de problemas futuros.
- A execução dos ciclos de Gestão de Risco: durante as fases de avaliação e de averiguação, a tolerância à assunção de riscos (baixa, média, elevada ou muito elevada) e a estratégia selecionada (evitar, reter, reduzir ou transferir) são identificadas para as causas-chave dos riscos. Durante a fase de Monitorização, é efetuado um cruzamento dos riscos principais com as ações definidas no plano de ação e recursos anual, para verificar a evolução dos mesmos.
- A realização de auditorias internas e externas: a eficácia das ações de controlo interno e gestão de risco é avaliada relativamente aos processos de negócio e sistemas.
- A realização da monitorização de *findings*: é executado, semestralmente, um procedimento de acompanhamento interno (*follow-up*) destinado a monitorizar o estado dos *findings* relevantes e a adoção de ações corretivas pelas áreas de negócio.

## B) PRINCIPAIS RISCOS E AÇÕES DE CONTROLO

Na presente secção, é abordada a identificação dos principais riscos relacionados com as atividades concretas do negócio, incluindo a descrição de alguns eventos que podem originar estes riscos, e as principais ações de controlo implementadas para os gerir.

Durante 2012, em relação aos riscos de negócio da Sonaecom, foi dada especial atenção à execução de um ciclo de gestão de risco para a Sonaecom SGPS (perspetiva de *holding*) e

uma atualização do ciclo para a Optimus (perspetiva unidade do negócio de telecomunicações). Foi atualizado o estado dos principais riscos através da revisão das causas de risco mais relevantes, da atribuição de responsáveis do risco e da identificação de controlos existentes ou novas ações para gerir esses riscos. Esta revisão resultou também na matriz de risco atualizada, incluindo a análise do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada risco potencial. Foi iniciado um ciclo de gestão de risco nas empresas da SSI, especificamente na WeDo Technologies, a ser concluído durante 2013. Prevê-se a realização, durante 2013, de outros ciclos de gestão de risco em unidades de negócio da Sonaecom.

No âmbito das categorias de riscos económicos, financeiros e jurídicos, os riscos são apresentados e ordenados, na presente secção, de acordo com a classificação e a estrutura do BRM da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afetam a organização (linguagem comum) e permite a definição e o agrupamento dos riscos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

### RISCOS ECONÓMICOS

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com as seguintes categorias de risco: envolvente do negócio, estratégia, operações, tecnologia e processamento informação e *empowerment* e integridade.

### INFLUÊNCIAS ECONÓMICAS

A Optimus está exposta ao ambiente económico adverso que se vive atualmente em Portugal, e, conseqüentemente, à redução geral de consumo. Neste contexto, existe o risco de a receita média por cliente continuar a ser afetada devido à taxa de desemprego elevada e à redução do consumo privado e público. Este risco é intensificado pelo facto da Optimus operar apenas no mercado português. A Optimus tem em curso várias iniciativas que podem ajudar a diminuir este risco através de controlos de custos mais apertados e através do lançamento de ofertas alternativas e inovadoras.

Em relação à SSI, é relevante notar que, devido ao ritmo de expansão e internacionalização da WeDo Technologies, o impacto do ambiente económico adverso no negócio é mais diluído. A empresa continuou a gerir estes efeitos adversos através da expansão do respetivo portfólio de produtos e identificando outros setores de negócio como alvo (ver risco de portfólio do negócio). Além disto, a WeDo Technologies tem vindo a otimizar a sua estrutura nacional e internacional desde 2010, o que lhe permite sustentar o seu ritmo de crescimento. No que respeita à Mainroad, embora a recessão económica tenha afetado todas as atividades de *outsourcing* de TI, os *managed/outsourcing services* continuaram a garantir a maior fatia das receitas em

2012. No que concerne à Bizdirect, a empresa foi afetada pelo fim do programa e-escolas e pela contração do mercado. No entanto, a Bizdirect conseguiu reforçar a sua posição na venda de soluções multimarca de equipamentos de TI e na gestão de contratos de licenciamento de *software* corporativos. Apesar da crise económica atual, a Saphety fortaleceu a sua posição no mercado doméstico como líder em soluções para simplificar e automatizar processos.

Tal como outras empresas no setor das publicações, o Público atravessou um período de crise financeira, no contexto de uma recessão económica que oferece perspectivas limitadas de recuperação no mercado da publicidade. Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o seu papel como referência independente de informação em Portugal, a Sonaecom anunciou, no início de outubro de 2012, um projeto de reestruturação, que inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital, uma considerável redução da estrutura de custos, com a diminuição de custos de funcionamento e a saída de 48 colaboradores.

### INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Para a Optimus, possuir uma infraestrutura tecnológica otimizada é um fator crítico de sucesso que ajuda a reduzir potenciais falhas na alavancagem das evoluções técnicas. Durante 2012, verificou-se uma evolução muito positiva no que respeita às possíveis causas deste risco, relacionadas com a bem sucedida introdução das redes móveis 4G baseadas em tecnologia LTE, com a ultrapassagem de eventuais questões de compatibilidade na implementação do 4G e com a capacidade de disponibilizar serviços que suportem a utilização crescente de serviços multimédia pelos clientes. A empresa continuou a levar a cabo outras ações para tirar maior partido da inovação tecnológica, permitindo mitigar essas possíveis causas de risco.

A Wedo Technologies está certificada em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Esta certificação, em conjunto com a sua certificação de qualidade existente (ISO 9001:2008), ajuda a empresa a continuar a inovar de um modo sustentado e ajuda a mitigar fatores potenciais de risco. Isto significa que a oferta da WeDo Technologies é continuamente adaptada às novas tendências tecnológicas, tais como os serviços de *cloud computing*. A WeDo Technologies foi um dos primeiros produtores de *software* a investir no mercado de *revenue assurance*, tendo sido também o primeiro a fazê-lo para *business assurance*.

A Mainroad enfrenta os desafios da inovação tecnológica do *cloud computing*. Esta tendência tecnológica é caracterizada por uma adoção crescente da virtualização dos servidores e arquiteturas orientadas para os serviços por parte dos clientes. No lado dos prestadores de serviços, tem de ser feito um esforço

de acompanhamento, adaptação de infraestruturas e mudança do modelo de operações para um modelo orientado para os serviços.

Um dos riscos mais relevantes associados geralmente ao *cloud computing* é a mudança dos centros de dados tradicionais (adaptados para as soluções proprietárias dos clientes) para os centros de dados de serviços de *cloud computing* (mais estandardizados). Neste contexto, a Mainroad continuou a sua abordagem para tratar as questões do *cloud computing*, desenvolvendo as suas principais áreas de negócio no sentido de trabalhar de forma complementar e desenvolvendo serviços de *cloud computing* através de parcerias.

O *cloud computing* é também apresentado como um fator de risco para a atividade da Bizdirect, uma vez que pode canibalizar o mercado de venda de infraestruturas e reduzir a procura de sistemas por parte dos clientes. Embora parte das receitas da Bizdirect se deva precisamente a vendas de equipamento e *software*, o *cloud computing* é encarado como um desafio positivo para endereçar as necessidades dos clientes. Atualmente, as empresas estão colocadas perante as diferentes etapas da evolução do *cloud computing* e a Bizdirect acompanha-as neste processo. O risco é também gerido pelas relações estratégicas existentes com parceiros, que nos permitem oferecer um portfólio completo de produtos e não limitar a oferta. Salientamos, como exemplo, a parceria que permite à Bizdirect oferecer a integração de soluções Microsoft, tais como Dynamics CRM, SharePoint, BizTalk e Office 365.

O Público continuou a reestruturação das suas edições diárias e de fim de semana, incluindo novas secções com novo layout e conteúdos mais aprofundados, seguida de uma reestruturação do seu *website*, com a inovadora participação dos leitores através do blogue *Público Lab*. Estas têm como objetivo assegurar um maior alinhamento como os novos hábitos de leitura dos portugueses, com as novas formas de acesso à informação por meio de *smartphones* e *tablets*, bem como manter o Público como jornal generalista líder no *online*.

### CONCORRÊNCIA

A Optimus tem sido um agente ativo na transformação do mercado de telecomunicações português. É, atualmente, o operador integrado melhor posicionado para atuar como uma verdadeira alternativa ao operador incumbente, alavancado na convergência fixo-móvel. Neste contexto, a Optimus está exposta a riscos de concorrência de outros intervenientes no seu ambiente de negócio. Alguns dos fatores a que a Optimus está exposta podem ser resumidos do seguinte modo: as oportunidades de consolidação de mercado para os concorrentes e para a Optimus; a destruição de valor em determinados segmentos e serviços (questões de preço), o ambiente concorrencial do



mercado residencial fixo, os desafios da alavancagem na fibra ótica, e o crescente efeito de rede (que deve ser supervisionado pelas entidades reguladoras).

No que respeita às empresas de SSI, a WeDo Technologies é a empresa que poderá estar mais exposta à concorrência internacional. Contudo, este risco não é significativo, dado que a WeDo Technologies é líder mundial em *software de revenue assurance* e é um concorrente global no top 3 do mercado agregado de *revenue assurance* e Gestão de Fraude.

### PORTFÓLIO DO NEGÓCIO

Na WeDo Technologies, um dos principais objetivos tem sido a expansão e a internacionalização do negócio. Isto poderia ter sido afetado adversamente, se a empresa tivesse continuado com uma só linha de produtos, centrada num setor de negócio. Este risco está a ser diminuído, porque a empresa continuou a consolidar a sua presença global fora de Portugal e identificou novos setores-alvo de negócio, desde 2009. Alargou também o seu portfólio de produtos, expandindo a sua área de atuação da *revenue assurance* e Gestão de Fraude para a *Business assurance*. Na sequência da aquisição da Connectiv Solutions, nos EUA, em 2012, a WeDo Technologies assumiu um compromisso também em *Managed Services* e *SaaS*, áreas onde a Connectiv Solutions tem profundo conhecimento e forte implantação no mercado dos EUA.

Em 2012, a Bizdirect prosseguiu a estratégia de aumento e diversificação do seu portfólio concentrando-se em três eixos: internacionalização, relações com os clientes e diferenciação. O primeiro eixo passa por África, num esforço combinado com outras empresas da SSI, que também possuem projetos nesta região, e está em linha com a prioridade estratégica de internacionalização do grupo Sonae. Um dos destaques de 2012 foi o lançamento do serviço de manutenção técnica do parque informático destinado a empresas, da consultoria em conformidade de *software* e também da extensão da sua oferta na integração de soluções focadas nas tecnologias Microsoft.

A Saphety continuou a reestruturar o seu portfólio de serviços desde 2011. O objetivo foi o de mitigar o risco de informação, devido ao facto desta não estar completamente clara, tanto para os clientes atuais como potenciais, e consolidar a sua oferta, permitindo responder à necessidade de cobertura da cadeia de valor identificada no mercado. O portfólio está agora dividido em três tipos de soluções que podem funcionar de forma integrada e em regime de *SaaS*: SaphetyGov, SaphetyBuy e SaphetyDoc.

Para reduzir o risco de dependência do mercado nacional, a Saphety continuou também a internacionalizar-se. Atualmente, mais de 10% das suas encomendas provêm do mercado internacional.

A Mainroad continuou também a alargar o seu portfólio de clientes internacionais ao longo de 2012, através do crescimento de serviços e projetos, com foco nos mercados de Angola e Brasil, para além da base de clientes já existente em Espanha. Também durante 2012, a Mainroad introduziu uma nova oferta para monitorização de infraestruturas de TI designada de *Main It Monitoring*.

### INTERRUPÇÃO DE NEGÓCIO E PERDAS CATASTRÓFICAS (GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIO)

Uma vez que o negócio da Sonaecom (telecomunicações, SSI e media) assenta sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (infraestruturas de rede, aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes. No setor das telecomunicações, a interrupção de negócio e outros riscos associados podem ser agravados porque os serviços são em tempo real (voz, dados/Internet e TV), e os clientes têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções. Da mesma forma, no setor das TI, as empresas de SSI enfrentam riscos adicionais relacionados com a resistência das infraestruturas dos centros de dados e com a gestão e os procedimentos operacionais das mesmas, a disponibilidade de plataformas de *software* que apoiam processos de clientes-chave, etc.

Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar ações de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adotado, ao longo de vários anos, o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – *Business Continuity Management*). Este programa é patrocinado por um membro da Comissão Executiva da Sonaecom, o CEO da Optimus, é coordenado pela função central de Gestão do Risco, e tem um grupo de trabalho permanente com representantes operacionais e de gestão das unidades de negócio relevantes.

Durante 2012, a Sonaecom continuou a melhorar as atividades de implementação e manutenção dos processos BCM, através de algumas ações, onde se incluem as que se descrevem seguidamente:

- Conclusão da revisão das atividades, produtos e serviços críticos para refletir a evolução do portfólio de serviços da Optimus e as atividades críticas atualizadas (*BCM Focus*).
- Atualizações periódicas do Plano de Gestão de Crise, que se aplica a cenários de falhas técnico-operacionais na unidade de telecomunicações, incluindo procedimentos adicionais para gestão da comunicação em crise com os clientes.

- Continuação da implementação de um sistema de suporte à informação, aos procedimentos e aos planos de, com o objetivo de assegurar uma manutenção mais eficiente e um ciclo de vida BCM sustentável para a organização.
- Implementação de estratégias de resistência complementares para algumas plataformas críticas da rede de telecomunicações, incluindo, por exemplo, aquelas que suportam os serviços multimédia IP, os serviços SMS e algumas componentes da rede core LTE.
- Continuação da atualização da solução existente de *disaster recovery* de TI/SI, visando a alta disponibilidade de aplicações e a replicação geográfica de dados para um conjunto de sistemas críticos de negócio.
- Coordenação com entidades oficiais externas para cenários de catástrofe, proteção de infraestruturas críticas e comunicação em crises, incluindo colaboração na atualização e na simulação de Planos de Proteção Civil.
- Participação em *workshops* e contribuição com comentários sobre os regulamentos relacionados com a Segurança das Comunicações, promovidos pela Autoridade Nacional de Comunicações (ICP – ANACOM) e pela agência europeia para a segurança das redes e da informação (ENISA), envolvendo os grandes operadores de comunicações em Portugal.
- Execução de monitorização interna e análise de conformidade para incidentes e crises relacionados com interrupção de serviço.
- Execução de auditorias aos riscos de segurança física das instalações críticas, incluindo os centros de comutação da Optimus.
- Implementação de melhorias nas infraestruturas físicas das instalações críticas, incluindo sistemas de energia e outros equipamentos de segurança nos centros de comutação da Optimus e nos centros de dados da Mainroad. É de realçar que a Mainroad tem sido galardoada por diversas vezes nos "Data Centers in Europe Awards", nomeadamente como melhor "Managed Services Data Centre in Europe", em 2011, depois dos segundos lugares obtidos nas categorias "Data Centers Risk Mitigator", em 2009, e "Disaster Recovery Provider", em 2008. Estes prémios comprovam a capacidade da empresa em manter uma operação resistente nos centros de dados que servem as empresas Sonaecom e os clientes externos.

#### DISPONIBILIDADE, INTEGRIDADE E CONFIDENCIALIDADE (SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO) GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (TELECOMUNICAÇÕES, SSI E MEDIA)

Tendo presente que a Sonaecom é sobretudo uma empresa de tecnologia, media e telecomunicações (TMT), todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação que estão tipicamente sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade. Deste modo, em 2010, a Sonaecom decidiu aumentar o

seu compromisso com a gestão desses riscos criando o comité de Segurança da Informação (Comité GRC – *Governance Risk and Compliance*). Este grupo funciona como um mecanismo adicional de gestão e supervisão de risco que acresce aos mecanismos de controlo existentes em cada unidade de negócio da Sonaecom.

O comité GRC é um grupo de trabalho mandatado pela Comissão Executiva, patrocinado pelo CIO e coordenado pela função central de Gestão do Risco, e tem representantes das áreas de negócio que estão mais associadas à gestão dos ativos de informação e aos temas de segurança. As principais responsabilidades do comité são: a manutenção e o desenvolvimento da política de segurança da informação e respetiva carta de segurança, normas e procedimentos relacionados; a recomendação de ações e controlos para as áreas de negócio gerirem questões de segurança da informação; a supervisão da política de segurança através de avaliações de risco, de avaliações de conformidade e de KPIs e a promoção da sensibilização para a segurança através da formação e comunicação.

O Comité GRC desenvolve, propõe e coordena um plano de ação anual de gestão de risco. De seguida, é dado destaque a algumas atividades que a unidade de telecomunicações continuou a desenvolver em 2012, com o objetivo de consolidar os processos de gestão de segurança.

- Reforço das regras de segurança relacionadas com o ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas (SDLC - *Systems Development Life-Cycle*), incluindo melhorias na norma interna para desenvolvimento de aplicações e serviços e na norma para gestão de acessos.
- Revisão da norma e processos internos existentes relativos a classificação da informação. Este é um projeto estruturante que continuará em 2013, e que abrange a identificação e caracterização de entidades de informações relevantes, bem como os processos e repositórios para manter a classificação de informação.
- Reengenharia do processo de gestão de identidades e acessos às aplicações, facilitada pela introdução de uma ferramenta de gestão de identidades e acessos (IAM - *Identity and Access Management*) que permite um controlo ainda mais apertado do acesso à informação.
- Centralização numa única aplicação operacional das consultas de transações à informação mais crítica, de forma a facilitar o controlo do registo de acessos (*logging*).
- Melhorias no processo de entrada em produção de aplicações, com uma verificação de conformidade face aos requisitos de segurança em vigor.
- Execução de auditorias regulares a *websites* e aplicações *web*, com vista a avaliar requisitos de gestão de qualidade e de segurança.

- Implementação de controlos de privacidade adicionais e mais rigorosos relacionados com o acesso, retenção e *logging* de dados pessoais.
- Desenvolvimento de um repositório interno central para normas e procedimentos relacionado com Segurança da Informação, que se espera estar concluído durante 2013.
- Desenvolvimento de um modelo interno para gerir e priorizar os domínios de Segurança da Informação, que está alinhado com as diretrizes técnicas para medidas de segurança mínimas publicadas pela agência para a segurança das redes e da informação (ENISA) e que foram tomadas como referência pelo regulador português (ICP - ANACOM).
- Implementação de um *dashboard* mensal e anual com os indicadores de risco relevantes para a Segurança da Informação para: monitorizar a evolução das medidas tomadas sobre a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação; identificar tendências, causas das alterações e oportunidades de melhoria; e também para apoio aos processos de tomada de decisão, justificando investimentos em recursos humanos ou técnicos.

A sensibilização é um fator-chave de sucesso para a promoção de uma cultura forte de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e principais *stakeholders*. Além de se tratar de uma questão tecnológica, a segurança deverá ser também considerada uma questão cultural e comportamental. Assim, a Sonaecom desenvolveu diversas iniciativas de sensibilização e responsabilização ao longo dos últimos anos, das quais se destacam:

- Um plano de comunicação sobre segurança, baseado em campanhas de sensibilização para os temas considerados mais relevantes em cada ano. Estas campanhas são também construídas em ferramentas interativas e de multimédia. Durante 2012, os temas de privacidade, confidencialidade e integridade da informação foram parte integrante de um curso de formação interno sobre ética empresarial, que teve a participação de um número significativo de colaboradores da Sonaecom.
- Publicação da política de Segurança da Informação na intranet da empresa, acessível a todos os colaboradores a partir da página inicial. Adicionalmente, a intranet compreende ainda um espaço dedicado a questões de confidencialidade, incluindo: explicação da definição e do âmbito dos dados pessoais de clientes e colaboradores em telecomunicações; orientações comportamentais, legislação relevante, e perguntas e respostas frequentes (FAQ) relacionadas com este tema.
- O programa de acolhimento para os novos colaboradores inclui tópicos sobre os temas de Segurança da Informação e dos dados pessoais.
- Cláusulas sobre a proteção de dados pessoais nos termos dos contratos com colaboradores e os parceiros de negócio. Todos os colaboradores estão obrigados aos deveres de confidenciali-

dade, sigilo e proteção de dados pessoais, não sendo permitida a divulgação a terceiros de dados a que tenham acesso no âmbito da realização do seu trabalho, como resultado das suas funções na empresa. Estas obrigações e estes deveres mantêm-se em vigor, mesmo depois do fim da relação laboral entre a empresa e o colaborador. Os nossos parceiros de negócio têm as mesmas obrigações de confidencialidade e, por sua vez, estas obrigações são também aplicáveis aos colaboradores destes.

Para as questões específicas relacionadas com a confidencialidade e privacidade dos dados pessoais, a empresa tem um *Chief of Personal Data Protection Officer* (CPDPO) que:

- Tem a responsabilidade da execução e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis ao processamento de dados.
- Atua em nome da empresa na interação com a autoridade reguladora nacional para a proteção de dados (CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados).
- Promove a adoção dos princípios de proteção de dados, em linha com as normas internacionais e as melhores práticas.
- É também membro do Comitê GRC de segurança da informação.

## INFORMAÇÃO DE CLIENTE E SEGURANÇA (TELECOMUNICAÇÕES)

Na Optimus, uma empresa orientada para o cliente, tem sido colocado um maior esforço nas questões de segurança, na perspetiva do cliente. A evolução das funcionalidades dos serviços de telecomunicações e a capacidade das mesmas para suportar o fluxo de informação do cliente aumentaram os riscos de segurança, nas suas facetas técnica e de comportamento do cliente. Durante 2012, desenvolvemos várias ações de controlo relativas à segurança dos serviços de telecomunicações:

- Identificação, análise e prevenção de *malware* móvel e de ameaças de aplicações maliciosas, com vista a proteger a Optimus e os telemóveis/*smartphones* dos clientes contra vírus, *spyware*, *trojans*, *worms*, *malicious browsing* e roubo.
- Execução de uma análise de segurança específica da rede móvel da Optimus para prevenir os riscos de *impersonation* (roubo de identidade de cliente na rede), *interceção* (interceptar as comunicações do cliente) e *tracking* (capacidade de localizar e rastrear o cliente).
- Atualização do programa de sensibilização e educação de clientes nos *websites* da Sonaecom e da Optimus, para criar consciência sobre os riscos comuns e aconselhar os clientes sobre as melhores práticas de antifraude e de segurança a realizar quando utilizam serviços de telecomunicações.
- Execução de uma análise de segurança específica às vulnerabilidades do *Wi-Fi Protected Setup* em *routers* de clientes Optimus Clix e implementação de medidas de segurança adicionais para melhorar a encriptação.

- Cooperação com o setor bancário nacional, através da APB (Associação Portuguesa de Bancos), no desenvolvimento e na implementação de ações de segurança contra fraudes de *homebanking*.
- Execução de avaliações de risco de fraude e de segurança do serviço para os novos produtos, os novos serviços e as novas tecnologias da Optimus, de forma a assegurar a proteção da empresa e do cliente.
- Participação no *GSM MoU Association Security Group* para estudar as melhores práticas e para propor medidas técnicas de segurança rentáveis, para combater a fraude nas telecomunicações e para prevenir quebras de segurança ao nível das plataformas de suporte aos serviços e ao nível da rede.

#### FALHA DE PRODUTO-SERVIÇO (RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL)

Considerando que as empresas da Sonaecom são orientadas para o cliente, damos especial atenção ao impacto que as potenciais falhas dos nossos produtos ou serviços podem ter nos nossos clientes, nomeadamente no que respeita a questões de responsabilidade civil. Estas são intrínsecas ao negócio, e estão normalmente relacionadas com acidentes, atos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não-físicos (por exemplo, erro numa instalação de *software*). Ambos os eventos são relevantes para empresas como as subsidiárias da Sonaecom, que fornecem, sobretudo, serviços baseados em tecnologia e informação. Como a responsabilidade deriva da relação contratual com os clientes, podem surgir questões de responsabilidade civil profissional no caso de falha do serviço.

A estratégia de gestão do risco selecionada pela Sonaecom para este tipo de risco consistiu, além da implementação de controlos internos, na transferência do risco através de seguradoras. Neste contexto, durante 2012, continuámos a levar a cabo as ações desenhadas e implementadas em anos anteriores relacionadas com os seguros de responsabilidade civil profissional:

- Implementação de melhorias em alguns controlos internos, para diminuir, adicionalmente, as causas do risco.
- Renovação do seguro de responsabilidade civil profissional existente que incorpora um âmbito alargado de coberturas e é adaptado às realidades de negócio que as empresas da Sonaecom enfrentam.
- Subscrições adicionais de seguros de responsabilidade profissional para as empresas estrangeiras da WeDo Technologies, melhorando a cobertura em certas localizações mundiais onde a nossa apólice geral de seguros não se aplica devido a restrições legais.

#### GARANTIA DE RECEITAS E CUSTOS (*BUSINESS ASSURANCE DE TELECOMUNICAÇÕES*)

Os negócios de telecomunicações estão sujeitos aos riscos operacionais inerentes relacionados com a garantia e a monitorização das receitas de clientes. Ao longo de 2012, continuámos a melhorar os nossos controlos do risco, com os seguintes objetivos-chave:

- Detetar quaisquer perdas de registos entre a utilização do equipamento terminal pelo cliente e a faturação.
- Mitigar perdas na qualidade de serviço ou deterioração causadas por quebras de integridade.
- Prevenir perdas de receitas que possam surgir da implementação de novos produtos e serviços.

Esta monitorização é suportada pelo sistema RAID, uma aplicação líder desenvolvida pela WeDo Technologies. Esta plataforma já está preparada para incluir as nossas ofertas convergentes de fixo-móvel. Ao longo de 2012, foram implementadas algumas atualizações ao sistema RAID, com vista à otimização dos controlos efetuados.

O *business assurance* continuou a ampliar os respetivos controlos para atividades de garantia de custos. Além de controlarmos a alocação eficiente de recursos técnicos na rede e efetuarmos o controlo sobre o equipamento fixo relacionado com o IPTV, durante 2012 introduzimos controlos adicionais sobre processos de auto aprovisionamento, sobre processos de proteção de *stocks* e sobre algumas plataformas (exemplo: plataforma LINE), com o objetivo de otimizar recursos.

Ao longo do ano, a equipa de *revenue assurance* trabalhou também diretamente com as unidades de negócio da Optimus para identificar necessidades específicas de controlo que estas unidades têm nos respetivos processos. Se materialmente relevantes em termos de receita ou custo, as respetivas melhorias são incorporadas nas atividades de *business and cost assurance*. Neste contexto, continuámos a promover e monitorizar o processo de descontinuação de produtos e serviços obsoletos. Este processo envolve a realização de fóruns internos com as unidades de negócio, e as áreas técnicas e de sistemas de informação da Optimus, duas vezes por ano. Em 2012, a equipa de *revenue assurance* também participou em projetos transversais tais como Créditos & Descontos e Penalizações, com o objetivo de redefinir os processos e identificar ganhos rápidos, e também coordenou o Fórum de Saldos Negativos, com o objetivo de implementar ações para reduzir o saldo negativo nas contas de serviço de clientes.



### FRAUDE (GESTÃO DE FRAUDE DE TELECOMUNICAÇÕES)

A fraude de clientes ou terceiros é um risco comum no setor das telecomunicações. Os praticantes de fraudes podem tirar partido das potenciais vulnerabilidades do processo, do serviço ou da rede. Considerando esta realidade, a Optimus tem, desde há muito, uma equipa dedicada à Gestão de Fraude. Em 2012, a empresa manteve e continuou a desenvolver novas ações de controlo, como as que se apresentam de seguida:

- Foco contínuo na mitigação e no controlo do IRSF (*International Revenue Share Fraud*), um dos principais tipos de fraude que afetam os operadores de telecomunicações em todo o mundo. Foram adotadas várias medidas de prevenção e controlo, tais como: bloqueio de destinos de risco específicos; alteração de funcionalidades do serviço para melhor proteger os clientes; revisão dos planos de preços de retalho.
- Criação, em conjunto com a TMN e a Vodafone, de uma metodologia comum e normalizada para classificar e avaliar a fraude de telecomunicações ao nível nacional, para melhorar os procedimentos de cooperação e de mitigação.
- Melhoria da monitorização e da deteção de fraudes através da expansão do sistema Near Real Time Roaming Data Exchange (NRTRDE) para outros operadores de rede, e a implementação de novos controlos para Clientes Pré-pagos, Pós-pagos e Roamers IN and OUT.
- Participação no Fórum *GSM MoU Association Fraud* para partilhar experiências, estudar os tipos de fraudes mais comuns cometidas contra as empresas de telecomunicações e encorajar a coordenação mundial para as ações da mitigação e de deteção contra esses crimes. A Optimus promoveu e contribuiu para a criação da base de dados GSMA Hot B Number, uma lista de risco dos destinos internacionais mais comuns utilizados na fraude de telecomunicações.
- Desenvolvimento de um modelo de classificação de fraude no *TMForum World Management Organisation*, que vai permitir redesenhar a estrutura da indústria de telecomunicações em termos de medição de fraude, de reporte de facilitadores de fraude (vulnerabilidades) e de tipos de fraude (abusos), favorecendo e melhorando a ligação com outras áreas de *business assurance* (gestão de segurança, garantia de receitas, gestão de riscos).
- Introdução de melhorias e finalização da implementação do RAID FMS no Sistema de Gestão de Fraude (FMS), fornecido pela WeDo Technologies à Optimus.

### RISCOS FINANCEIROS

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos financeiros estão relacionados sobretudo com a categoria de risco financeiro e, em parte, com a categoria de risco no ambiente de negócio.

A Sonaecom reconhece que, tal como sucede com outras empresas cotadas com atividades semelhantes, está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de *reporting* financeiro e de contabilidade. Estamos também potencialmente expostos a um conjunto variado de outros riscos financeiros, tais como o risco de mercado com especial ênfase para riscos relacionados com a taxa de câmbio e com a taxa de juro, risco de liquidez e de crédito. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, tendo estes princípios sido seguidos durante 2012.

Os papéis e as responsabilidades relacionadas com os riscos financeiros são normalmente atribuídos da seguinte forma:

- O departamento Financeiro e de Contabilidade gere e controla os riscos; e articula, de acordo com o necessário, com todas as outras áreas de negócio e de suporte que contribuem para controlar riscos financeiros.
- O CF supervisiona e aprova a divulgação de informação financeira sob a sua responsabilidade; supervisiona o trabalho efetuado pelo Auditor Externo na revisão das demonstrações financeiras da empresa; e emite um relatório anual sobre o seu trabalho de fiscalização, bem como uma opinião sobre o relatório do Conselho de Administração, demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
- A CAF revê as demonstrações financeiras que devem ser divulgadas e reporta as suas conclusões ao Conselho de Administração; monitoriza exposições financeiras significativas; monitoriza as principais áreas de julgamento em assuntos financeiros e de contabilidade; supervisiona a conformidade com as normas contabilísticas; e supervisiona a conformidade com os requisitos e regulamentos estatutários e legais, em especial no domínio financeiro.
- A Auditoria Interna avalia a exposição ao risco; verifica a eficácia da gestão do risco e dos controlos internos; e propõe medidas para melhorar os controlos.
- O Auditor Externo verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, no qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

### CONTABILIDADE E REPORTING FINANCEIRO (SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS FINANCEIROS)

O Conselho de Administração da Sonaecom está empenhado em manter um ambiente de controlo interno eficaz, especialmente no processo de *reporting* financeiro. Procura identificar e melhorar os processos mais relevantes respeitantes à prepa-

ração e divulgação de informação financeira, com o objetivo da transparência, da consistência, da simplicidade e da materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é o de assegurar uma garantia razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do *reporting* financeiro.

O sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras inclui os controlos-chave de seguida indicados.

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, os critérios para a preparação e divulgação dos mesmos estão devidamente estabelecidos e aprovados, e são revisados periodicamente.
- Existem três principais tipos de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o relato financeiro da empresa.
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo.
- Os planos, procedimentos e registos do grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura, também, que a empresa mantém um registo atualizado de ativos, que o acesso a esses ativos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças.
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos pormenorizadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e as políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores.
- As demonstrações financeiras do grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão da Comissão Executiva do grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do dire-

tor de Governo da Sociedade e do departamento Jurídico e de Regulação. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a respetiva certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa. Estes documentos são enviados, em conjunto com o Relatório Anual, para serem revistos pelo Conselho Fiscal, que aprova os documentos e emite o Relatório e o parecer do Conselho Fiscal.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o *reporting* contabilístico e financeiro, evidenciamos as que de seguida se listam.

- Estimativas contabilísticas e provisões – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas nas notas às demonstrações financeiras (ver secção 6.2, nota 1.aa). As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e na melhor experiência de eventos passados e/ou presentes.
- Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e as transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 34). Apresentamos como anexo ao relatório uma lista de todas as partes relacionadas com o grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Poder-se-á consultar informação mais específica sobre a forma como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab).

A Sonaecom adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- A melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações levadas a cabo em anos anteriores, a Sonaecom continuou em 2012 a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta ação inclui a identificação do risco / das causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual), após a implementação de potenciais melhorias nos controlos.
- Análise de conformidade – O departamento de Relação com Investidores, em cooperação com o Departamento Financeiro e de Contabilidade, o departamento Jurídico e de

Regulação, o departamento de Auditoria Interna e Gestão de Risco e, se necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

### MOEDA

O grupo opera internacionalmente e tem subsidiárias que operam no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, na Irlanda, em Espanha, nos Estados Unidos da América, no México, no Chile, no Panamá, na Austrália, no Egito, em Singapura, na Malásia (delegação) e em Angola. As subsidiárias têm colaboradores locais, e operam em moeda local. A exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio provém, sobretudo, do facto de algumas das suas subsidiárias reportarem em moedas que não o Euro, sendo imaterial o risco associado às atividades operacionais.

A gestão do risco de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e das transações efetuados em moeda estrangeira. Sempre que possível, a empresa utiliza coberturas naturais para gerir a exposição ou instrumentos financeiros derivados para cobertura. Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab), é apresentada informação adicional sobre o modo como este risco é gerido e controlado, incluindo um resumo da exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio e da sua sensibilidade a alterações nas taxas de câmbio.

### TAXA DE JURO

A dívida total da Sonaecom está indexada a taxas variáveis, expondo o custo total da dívida a um risco de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados da empresa ou nos fundos dos seus acionistas é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) nível relativamente baixo da alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilizar instrumentos derivados que cobrem o risco da taxa de juro, tal como é mencionado abaixo; (iii) durante os períodos de não-recessão, a possível correlação entre o nível das taxas de juro do mercado e o crescimento económico, tendo este um efeito positivo noutras linhas dos resultados da empresa e, deste modo, compensando parcialmente os custos financeiros acrescidos ("cobertura natural"); e (iv) a existência de liquidez individual ou consolidada que também é remunerada a taxas de juro variáveis. A empresa utiliza apenas derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura dos riscos da taxa de juro considerados significativos, nomeadamente *swaps* de taxas de juro e outros derivados. As contrapartes dos instrumentos de cobertura derivados estão limitadas às instituições financeiras de elevada qualidade credí-tícia. O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e as condições de financiamento com impacto significati-

vo na empresa, com base na análise da estrutura da dívida, dos riscos e das diferentes opções do mercado, particularmente o tipo da taxa de juro (fixa/variável). Ao abrigo da política definida acima, a Comissão Executiva é responsável pela decisão sobre os contratos ocasionais de cobertura da taxa de juro, através da monitorização das condições e das alternativas existentes no mercado. Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado, incluindo a análise de sensibilidade do risco da taxa de juro (consulte a nota 19).

### LIQUIDEZ

A existência de liquidez na empresa requer a definição de algumas políticas para conseguir uma gestão eficiente e segura da liquidez, permitindo-nos maximizar a rentabilidade e minimizar os custos de oportunidade relacionados com essa liquidez. As políticas subjacentes principais correspondem à variedade de instrumentos permitidos, ao nível máximo de risco aceitável, à quantidade máxima de exposição por contraparte e os períodos máximos para os investimentos.

Nas notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado.

### CRÉDITO

A exposição da empresa ao risco de crédito é associada principalmente com as contas a receber relacionadas com atividades operacionais correntes. O risco de crédito associado às operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, em relação aos operadores de telecomunicações, negociar apenas com entidades com qualidade elevada de crédito.

A gestão deste risco procura garantir que os valores em dívida são efetivamente cobrados dentro dos períodos negociados sem afetar a saúde financeira da empresa. Para ajudar a mitigar este risco, o grupo utiliza agências de avaliação de crédito, subscreve seguros de crédito e tem departamentos específicos para Controlo de Crédito, Cobranças e Gestão de Contencioso. Dada a presente crise económica, foram implementados controlos adicionais e melhorias de monitorização foram implementadas nos processos destas áreas, com o objetivo de mitigar os riscos de atrasos nos recebimentos e incumprimentos de crédito pelos clientes.

O grupo também subscreve seguros de crédito, para dar conta dos riscos de crédito relacionados com outros operadores de telecomunicações na Optimus, e com agências de publicidade no Público. O grupo iniciou a avaliação da exequibilidade da subscrição de seguros de crédito por parte das empresas da SSI.

### DISPONIBILIDADE DE CAPITAL

A Sonaecom está naturalmente exposta ao ambiente económico adverso atual, bem como às restrições que os bancos, especialmente os bancos portugueses, estão a aplicar, na generalidade, à concessão de empréstimos, devido ao impacto da crise económica e financeira na capacidade de emprestar e nos requisitos de capital dos mesmos. Este ambiente financeiro é desfavorável, sobretudo numa altura em que os operadores de telecomunicações são obrigados a realizar investimentos significativos.

Neste contexto adverso, ao longo de 2012, o grupo foi bem-sucedido na obtenção de financiamentos adicionais para antecipar fundos necessários para cumprir as necessidades de refinanciamento previstas para 2012 e 2013. Para mais pormenores acerca da nossa dívida e estrutura de capital, ver o capítulo 6.2, nota 19.

Em 2012, no que respeita ao Capital Circulante, a empresa realizou análises adicionais, bem como várias ações, para o otimizar, designadamente em relação à gestão de stocks e à gestão de pagamentos/recebimentos.

### RISCOS LEGAIS

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos legais estão relacionados com a categoria de riscos da Envolvente do Negócio. Para monitorizar as causas dos riscos reais e potenciais, bem como para assegurar o cumprimento do enquadramento legal e regulatório vigente, a Sonaecom tem uma equipa dedicada, que inclui o departamento Jurídico e de Regulação, o qual acompanha de muito perto as questões legais e regulatórias. Contudo, não podemos excluir totalmente o risco de possíveis processos de infração contra as empresas da Sonaecom devido a diferentes visões sobre o significado prático do enquadramento legal e regulatório. A Sonaecom também colabora com as autoridades com vista à definição do enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o nosso ponto de vista, promove o desenvolvimento do setor das comunicações em Portugal. Essa colaboração pode ser proativa ou através do envio de comentários às consultas públicas que são lançadas.

### LEGAL E REGULATÓRIO

No portfólio de negócio da Sonaecom, as questões regulatórias são mais relevantes na unidade de telecomunicações, sujeita a regras específicas, definidas sobretudo pelo regulador do setor ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (ICP – ANACOM), de acordo com o quadro regulamentar definido a nível europeu.

As decisões do regulador podem ter um grande impacto no desenvolvimento da atividade da Optimus, incluindo as relacionadas com: as condições de atribuição de espetro; as tarifas de terminação móvel; o enquadramento regulatório das redes

de nova geração (RNGs); as condições da oferta grossista, nomeadamente acesso a condutas, linhas alugadas e acesso à desagregação do lacete local; e o financiamento do serviço universal; e os requisitos de segurança e continuidade que podem impor um encargo administrativo e de investimento para os operadores.

Existem também outras questões que afetam a atividade da empresa. Estas questões são decididas diretamente pelo Governo, embora seja assistido pelo ICP – ANACOM, e incluem a seleção do fornecedor do serviço universal através de concurso público, as taxas reguladoras (espetro, numeração, atividade regulatória), outras taxas ou contribuições a impor aos prestadores de serviços de comunicações para financiar políticas ou setores públicos e algumas regras de proteção dos consumidores.

Adicionalmente, a Sonaecom tem também de cumprir as regras definidas ao nível Europeu, que têm um efeito direto em Portugal, enquanto Estado-Membro da União Europeia, tais como a regulação de serviços de *roaming*, que limita as condições de fornecimento dos serviços de *roaming* ao nível de grossista e retalhista.

Além das regras específicas relacionadas com o setor das telecomunicações, a Sonaecom está também sujeita a legislação horizontal, incluindo a lei da concorrência.

As empresas da SSI da Sonaecom enfrentam um risco adicional relacionado com o processo de internacionalização. Este risco tem sido gerido desde há muitos anos pela WeDo Technologies e está a tornar-se cada vez mais importante para a Mainroad, Saphety e Bizdirect. A questão emerge porque estas empresas estão presentes em vários países do mundo, o que envolve riscos específicos relacionados com as grandes diferenças dos quadros legais, sendo necessário um esforço adicional para compreender plenamente e respeitar os mesmos.





### C) POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO SOBRE ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

A última parte desta secção abrange as políticas e os processos da Sonaecom para a gestão de riscos associados à Ética e Transparência. Estes estão relacionados com três áreas geralmente consideradas sensíveis ao risco que recebem especial atenção por parte dos acionistas e de outras partes interessadas: Conflitos de Interesse, Práticas de Remuneração e Comunicação de Irregularidades. A Sonaecom considera que, tendo em conta a estrutura de governo da sociedade, as políticas e os processos implementados, estas áreas envolvem níveis de risco inferiores quando comparadas, por exemplo, com alguns dos riscos económicos intrínsecos do negócio, já descritos anteriormente nesta secção.

#### POLÍTICA DE CONFLITOS DE INTERESSE

É uma questão de bom governo da sociedade o facto de, em todos os negócios da Sonaecom, a integridade e a reputação não poderem ser comprometidas quando qualquer uma das partes do negócio tem um conflito de interesses, seja ele real, potencial ou inferido, ou é uma terceira parte. Deste modo, estão em vigor processos de controlo interno que nos permitem resolver conflitos de interesse, em vários níveis da organização.

Destinado a todos os colaboradores, a Sonaecom adotou um código de conduta que inclui as orientações sobre conflitos de interesse. O código de conduta encontra-se disponível no *website* da sociedade, bem como na *intranet* da organização.

O Código de Conduta é também objeto de comunicações periódicas de sensibilização. Neste contexto, em 2012 foi desenvolvido um curso de formação interna, com base numa plataforma de *e-learning*, que foi assistido por um número significativo de colaboradores da Sonaecom, pertencentes à unidade de telecomunicações, serviços partilhados e centro corporativo. Este curso abordou as responsabilidades dos colaboradores e dos órgãos da empresa que intervêm nos processos de conflitos de interesse e de comunicação de irregularidades. O curso focou-se em situações práticas relacionadas com: conflitos de interesses; privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relacionamento com os colaboradores, e relacionamento com fornecedores e parceiros de negócio.

Adicionalmente, ao nível da Administração, existe um regulamento que rege a “Política e Procedimentos sobre Conflitos de Interesse”, aprovado pelo Conselho, determinando o que se indica de seguida.

- O regulamento aplica-se a todos os Administradores, incluindo todos os membros do Conselho de Administração, bem como a outros Gestores Executivos Séniores que parti-

cipem regularmente nas reuniões do Conselho, nas reuniões da Comissão Executiva ou em quaisquer Comissões do Conselho de Administração.

- Um Administrador, ou entidades nas quais um Administrador tenha interesse e/ou influência significativos, que entre ou proponha entrar em transação com a empresa deve efetuar imediatamente uma revelação completa desse facto.
- Estes conflitos serão comunicados ao Conselho de Administração, normalmente através da CAF. O Conselho de Administração, sob aconselhamento da CAF, pode aprovar a transação ou solicitar que sejam tomados passos adicionais predefinidos, se necessário e razoável, para eliminar quaisquer conflitos de interesse.
- O Secretário do Conselho de Administração manterá, para todos os Administradores, um registo relativo a cargos de administração exteriores significativos e relevantes e outras funções ou atividades relevantes (supervisionado pela CNR). Manterá, igualmente, um registo de todas as participações acionistas detidas (fiscalizado pela CAF). Os Administradores reconfirmarão, pelo menos uma vez por ano e por escrito, o conteúdo do registo.

Ao nível da empresa, no que se refere às relações com os acionistas e às transações com partes relacionadas, estipula-se o seguinte:

- Quando efetuam transações com partes relacionadas, as empresas da Sonaecom devem agir de um modo diligente, cuidadoso e organizado, e devem assegurar que as transações são bem documentadas. Os interesses de todas as partes envolvidas devem ser respeitados assegurando que, globalmente, as transações são implementadas numa base de “*arm’s length*”, respeitando as práticas gerais de Mercado, para que os negócios sejam realizados como se as partes envolvidas na transação fossem entidades independentes, efetuando transações comparáveis. As transações devem cobrir interesses a longo prazo das partes envolvidas (incluindo o tratamento justo de quaisquer acionistas minoritários) e devem ter em conta os interesses de outras partes relevantes, tais como colaboradores, clientes e credores, assegurando assim a sustentabilidade das empresas.
- Quando são efetuados negócios de importância significativa com detentores de participações qualificadas ou com entidades que são classificadas como partes relacionadas, estes negócios devem ser sujeitos a opinião preliminar do CF. O CF, ao abrigo dos seus Termos de Referência, obtém do Conselho de Administração, normalmente através da CAF, toda a informação necessária relacionada com o progresso financeiro e operacional da empresa, as alterações ao seu portfólio do negócio, os termos de quaisquer transações sensíveis ou com partes relacionadas que tenham ocorrido, bem como os detalhes das decisões tomadas. Ao abrigo

dos Termos de Referência, a CAF dedica especial atenção a transações materiais com partes relacionadas, especialmente quaisquer transações que possam envolver um risco significativo associado aos preços de transferência.

- A informação relevante relativa a acionistas de referência e a partes relacionadas é divulgada na secção 5.6, incluindo as participações qualificadas da Sonaecom em "Participações Qualificadas" e a existência de outras transações não-operacionais relevantes com partes relacionadas, se existirem, em "Transações relevantes com partes relacionadas".

### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Sonaecom está empenhada na aplicação das orientações de gestão de risco geralmente recomendadas no que respeita às remunerações.

- A conceção da política de remuneração para todos os responsáveis e colaboradores da empresa deve ter em conta o potencial comportamento de assunção de risco dos mesmos, dando uma importância suficiente, mas equilibrada, à componente variável. Este objetivo também é alcançado transpondo algum risco da atividade para o risco assumido pelos próprios responsáveis e colaboradores, e relacionando a recompensa dos mesmos com o desempenho individual e da empresa.
- Além disto, a remuneração dos membros do Conselho de Administração deve ser estruturada de modo a que os interesses dos mesmos estejam em consonância com o interesse, a longo prazo, da empresa. A remuneração destes deve basear-se numa avaliação independente do respetivo desempenho, e deve ser estruturada para desencorajar a tomada excessiva de riscos.

Poder-se-á obter uma avaliação de risco da política de remuneração da Sonaecom considerando as informações de seguida descritas:

- Os princípios de remuneração aplicados a todos os responsáveis e colaboradores, e a forma como as várias componentes da remuneração contribuem para um ambiente controlado no que respeita ao comportamento de assunção de risco são explicados na secção 5.4 do presente relatório, subjacentes ao tema Política de Remuneração do grupo e Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização.
- O processo de decisão e de aprovação da política de remuneração envolve vários órgãos de governação para assegurar um escrutínio independente, a equidade e a adequada gestão de risco do processo. A CNR tem, em especial, um papel importante na supervisão, devido à função-chave que assume e que consiste na revisão de toda a política de remuneração e compensação, de todas as propostas de remuneração, bem como na supervisão do MTIP.

- Os princípios e as práticas de remuneração que são aplicadas ao Conselho são explicados na secção 5.4, em "Remuneração de Administradores", bem como são detalhadas as remunerações individuais. A CNR comunica por escrito ao Conselho, sempre que necessário, e colabora com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom para obter a aprovação da mesma, em nome dos acionistas, da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração e de outros Órgãos de Governo.
- Por último, o facto de disponibilizarmos, na secção 5.4 do presente relatório, informações completas sobre a política de remuneração adotada promove a transparência e constitui um fator que contribui para mitigar o risco de práticas de pagamento potencialmente problemáticas.

### POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

A Sonaecom tem uma política e segue um processo para comunicar alegadas irregularidades efetuadas por responsáveis, colaboradores e parceiros, de acordo com os quais são definidos procedimentos para responder a todas as irregularidades comunicadas.

O CF tem responsabilidades estatutárias neste processo, nomeadamente:

- Recebe comunicações de alegadas irregularidades comunicadas em relação à empresa, apresentadas pelos acionistas da empresa, por colaboradores ou por outras partes.
- Regista todas as alegadas irregularidades comunicadas, promove a investigação com a devida diligência pelo Conselho de Administração, pela Auditoria Interna e/ou Externa, e reporta as suas conclusões.

A responsabilidade de supervisão deste processo foi delegada na Comissão de Ética da Sonaecom, que tem de:

- Avaliar as alegadas irregularidades, considerando a política indicada no Código de Conduta.
- Receber, discutir, investigar e avaliar quaisquer alegadas irregularidades que sejam comunicadas e decidir sobre as medidas apropriadas que devem ser adotadas em cada caso comunicado.
- Rever e avaliar a eficiência e eficácia do funcionamento da política e do processo de comunicação de irregularidades.

O processo de comunicação de irregularidades pode ser resumido da seguinte forma:

- Qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade que pense ou saiba ter sido cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deverá fazê-lo através de carta ou e-mail dirigido à Comissão de

Ética, com a descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador manter-se-á anónima, se tal for explicitamente solicitado.

- A queixa será analisada pela Comissão de Ética que, se considerar que existem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada, adotarás as medidas que considerar apropriadas.



## 5.6 OUTRAS INFORMAÇÕES

### ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Sonaecom está dividido em trezentas e sessenta e seis milhões, duzentas e quarenta e seis mil, oitocentas e sessenta e oito ações ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de um euro cada. Não existem categorias especiais de ações.

### PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,67% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

### PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DA SONAECOM

Acionista	Número de ações detidas	% detida a 31 dezembro de 2012
Sonae-SGPS, S. A.	197493.119	53,92%
France Télécom	73.249.374	20,00%
BCP, S.A	12.500.998	3,41%

Os principais acionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae, um grupo multinacional português com interesses nos setores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 54%, e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20%.

Em 31 de dezembro de 2012, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 21,48%.

Em 2012, não se verificaram alterações no número de ações emitidas pela Sonaecom.

### ACIONISTAS TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS

Não existem acionistas que sejam titulares de direitos especiais.

### RESTRICÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE E TITULARIDADE DE AÇÕES

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade e titularidade de ações.

### ACORDOS PARASSOCIAIS DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE

Em 2012, o grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu a um pagamento à Sonae - SGPS, S.A. no montante de 3.291.520 euros.

### REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações aos estatutos da Sonaecom devem ser aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, que delibera, de acordo com a lei, por maioria de dois terços dos votos.

### MECANISMOS DE CONTROLO PARA COLABORADORES COM PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

Não existem mecanismos de controlo relativos à atribuição de ações da sociedade que resultem na restrição do exercício do direito de voto por parte dos colaboradores com participação no capital social da Sonaecom.

### DESEMPENHO DO TÍTULO SONAECOM

No final de 2012, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 1,481 euros por ação, 21,9% acima da cotação de fecho de 1,215 euros por ação, em 30 de dezembro de 2011. A cotação atingiu um máximo de 1,568 euros por ação, em 19 de dezembro de 2012, e um mínimo de 1,070 euros, em 23 de maio de 2012.

No final de 2012, a capitalização bolsista da Sonaecom era de, aproximadamente, 542 milhões de euros. O volume médio diário de transações registado foi de 247 mil ações, diminuindo 30,0% relativamente a 2011 (353 mil ações).

Consideramos provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelos eventos que de seguida se listam:

- 7 de março de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2011;
- 8 de março de 2012: publicação de anúncio de distribuição de dividendos relativos ao ano de 2011;
- 27 de abril de 2012: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia anual de acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 3 de maio de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2012;
- 24 de julho de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2012;
- 31 de julho de 2012: emissão de um empréstimo obrigacionista de 20 milhões de euros;
- 25 de setembro de 2012: clarificação, a pedido da CMVM, acerca de declarações efetuadas por um dos administradores executivos da Sonaecom;
- 23 de outubro de 2012: clarificação, a pedido da CMVM, de notícia veiculada pelo Diário Económico;
- 30 de outubro de 2012: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2012;
- 14 de dezembro de 2012: anúncio relativo a acordo acerca de recomendação conjunta da Sonaecom, SGPS, S.A., Kento Holding Limited e Jadeium BV.

### **POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Na reunião da Assembleia Geral anual, realizada em 27 de abril de 2012, os acionistas da Sonaecom aprovaram a proposta do Conselho de Administração de distribuir pelos acionistas, um dividendo de 7 cêntimos por ação, aplicando o remanescente do Resultado Líquido apurado no exercício em Reservas Livres.

A proposta de distribuição de dividendos (bem como todas as propostas de aplicação de resultados) é apresentada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto na lei e nos estatutos da sociedade, e a deliberação sobre essa proposta é efetuada na Assembleia Geral anual, tal como descrito nos parágrafos seguintes.

O Conselho de Administração elabora as propostas relativas à distribuição de dividendos com base, entre outras, nas oportunidades de negócio e de investimento, e respetiva rentabilidade, nas necessidades de financiamento da sociedade e nas expectativas dos acionistas.

Os estatutos da sociedade não contêm cláusulas que possam prejudicar a distribuição de dividendos ou as propostas do Conselho de Administração. O artigo 33º dos estatutos prevê que “o resultado líquido registado nas demonstrações financeiras, depois de deduzidos os montantes correspondentes às reservas legais, será aplicado tal como determinado pela Assembleia Geral de acionistas, que pode deliberar quanto à sua distribuição total ou parcial ou quanto à sua aplicação em reservas”.

### **TRANSAÇÕES RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas encontram-se divulgadas na nota 22 do anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da empresa. Para além destas, não se efetuaram transações relevantes durante o ano com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que possam ser considerados significativos em termos económicos, com exceção do Acordo de Parceira Estratégica assinado com a France Télécom em 9 de Junho de 2005 e renovado em 24 de outubro de 2008, assim como um novo acordo assinado por ambas as partes, de 1 de março de 2012.

### **RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL**

O relatório anual do Conselho Fiscal é disponibilizado no website da Sonaecom.

### **RELAÇÃO COM INVESTIDORES**

O departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores atuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Para melhorar a comunicação com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação divulgada, o departamento de Relação com Investidores organiza *road-shows* nos centros financeiros mais importantes da Europa, e participa em várias conferências. Por outro lado, um grande número de investidores e analistas têm oportunidade de falar com a equipa de gestão sob a forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

**Carlos Alberto Silva**  
**Diretor de Relação com Investidores**  
**Tel:** (+351) 93 100 2444  
**Fax:** (+351) 93 100 2229  
**Email:** carlos.alberto.silva@sonae.com  
 investor.relations@sonae.com

**Morada:** Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso,  
 4460-191 Senhora da Hora, Portugal  
**Website:** www.sonae.com

Em 2012, o departamento de Relação com Investidores participou em 68 sessões individuais ou de grupo, três *roadshows* e cinco conferências de telecomunicações e investidores, prestando, a analistas e investidores, informações sobre os resultados e perspectivas futuras da Sonaecom.

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:

**Tel:** (+351) 93 100 2232  
**Fax:** (+351) 93 100 2229  
**E-mail:** antonio.xavier@sonae.com  
 investor.relations@sonae.com

**Morada:** Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso,  
 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

### Honorários do ROC

Em 2012, o grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2012		2011	
Revisão Legal de Contas	171.699	68%	145.022	64%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	34.000	13%	43.637	19%
Serviços de Auditoria	205.699	81%	188.659	83%
Consultoria Fiscal	47.785	19%	19.081	8%
Outra consultoria	-	-	20.000	9%
<b>Total</b>	<b>253.484</b>	<b>100%</b>	<b>227.740</b>	<b>100%</b>

A política de gestão de risco da Sonaecom, supervisionada pelo Conselho Fiscal em coordenação com a Comissão de Auditoria e Finanças, acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Trimestralmente, o CF recebe e analisa a informação acerca dos honorários e serviços prestados pelo ROC. Os honorários pagos pelo grupo Sonaecom ao grupo Deloitte representam menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é preparada uma "Carta de independência", na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

## 5.7 ARTIGOS 447º, 448º E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Ver ponto 4.4 da secção 'A nossa gestão'.

## 5.8 ANEXO

### 5.8.1 HABILITAÇÕES E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver ponto 4.1 da secção 'A nossa gestão'.

### 5.8.2 AÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver ponto 4.3 da secção 'A nossa gestão'.

### 5.8.3 OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver ponto 4.2 da secção 'A nossa gestão'.



#### 5.8.4 HABILITAÇÕES, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E AÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

##### Arlindo Dias Duarte Silva

###### Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

###### Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

###### Número de ações da Sonaecom de que é titular:

não detém quaisquer ações da Sonaecom.

##### Armando Luís Vieira De Magalhães

###### Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto. MBA Executivo – European Management pelo IESF/IFG.

###### Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas em várias sociedades.

###### Número de ações da Sonaecom de que é titular:

não detém quaisquer ações da Sonaecom.

##### Óscar José Alçada da Quinta

###### Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

###### Experiência profissional:

Membro do *Institute of Statutory Auditors*, Partner da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer ações da Sonaecom.

##### Jorge Manuel Felizes Morgado

###### Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

###### Experiência profissional:

Revisor Oficial de Contas e Membro do Conselho Fiscal de várias sociedades portuguesas.

###### Número de ações da Sonaecom de que é titular:

não detém quaisquer ações da Sonaecom.

#### 5.8.5 OUTROS CARGOS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

##### Arlindo Dias Duarte Silva

###### Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

###### Outros cargos:

Sonae SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)





Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)

**Cargos em associações de solidariedade social:**

ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual  
(membro do Conselho Fiscal)  
Associação Cultural do Senhor do Padrão  
(membro do Conselho Fiscal)

**Armando Luís Vieira de Magalhães**

**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

**Outros cargos:**

Sonae Capital, SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Sonae Indústria, SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)

**Cargos em organizações não lucrativas:**

Fundação Eça de Queirós  
(membro do Conselho Fiscal)  
Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D.; Porto Comercial  
– Sociedade de Comercialização e Sponsorização, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)

**Óscar José Alçada da Quinta**

**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

**Outros cargos:**

BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC  
(membro do Conselho de Administração)  
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Caetano-Baviera-Comércio de Automóveis, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)

**Jorge Manuel Felizes Morgado**

**Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:**

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

**Outros cargos:**

Sonae Capital, SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Sonae Indústria, SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Sonae SGPS, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)  
Sonae Sierra, S.A.  
(membro do Conselho Fiscal)





06. O NOSSO  
DESEMPENHO



# 06. O NOSSO DESEMPENHO

## 6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

### 6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA SONAECOM

#### BALANÇOS CONSOLIDADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso) e para 1 de janeiro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011 (reexpresso)	1 janeiro 2011 (reexpresso)
<b>Ativo</b>				
<b>Ativos não correntes</b>				
Ativos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 5	582.787.339	583.413.555	592.369.741
Ativos intangíveis	1.e), 1.f) e 6	379.531.369	389.121.882	290.906.832
Goodwill	1.g), 1.x) e 8	518.307.204	521.103.723	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 7 e 9	212.323	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1.h), 1.s) e 1.y)	2.422.660	264.973	174.363
Impostos diferidos ativos	1.q), 1.t) e 10	101.134.781	103.853.881	109.587.224
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.584.395.676</b>	<b>1.597.970.337</b>	<b>1.519.392.035</b>
<b>Ativos correntes</b>				
Inventários	1.j) e 11	13.851.737	7.365.390	17.473.750
Clientes	1.h), 1.k), 7, 12 e 34	145.116.712	146.137.974	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1.h), 1.k), 7, 13 e 34	21.782.073	25.933.462	61.302.698
Outros ativos correntes	1.s), 1.y) e 14	73.358.546	70.723.575	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 7 e 15	62.419.042	189.350.054	68.577.903
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>316.528.110</b>	<b>439.510.455</b>	<b>360.487.681</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.900.923.786</b>	<b>2.037.480.792</b>	<b>1.879.879.716</b>



(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011 (reexpresso)	1 janeiro 2011 (reexpresso)
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	16	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 17	(5.544.847)	(13.594.518)	(15.030.834)
Reservas	1.u) e 38	646.734.124	618.945.566	593.009.788
Resultado líquido consolidado do exercício		75.419.377	62.287.398	43.669.651
		1.082.855.522	1.033.885.314	987.895.473
Interesses sem controlo	18	387.479	515.654	593.790
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.083.243.001</b>	<b>1.034.400.968</b>	<b>988.489.263</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 7 e 19.a)	196.412.663	320.176.857	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 7 e 20	18.712.963	17.990.531	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 21	43.612.202	48.549.956	33.150.028
Titularização de créditos	7 e 22	-	19.951.846	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1.q), 1.t) e 10	1.089.637	5.186.711	5.559.170
Outros passivos não correntes	1.s), 1.y), 23 e 38	37.731.780	30.041.779	2.739.617
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>297.559.245</b>	<b>441.897.680</b>	<b>405.481.102</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 7 e 19.b)	187.170.148	118.405.031	30.942.240
Fornecedores	7, 24 e 34	168.996.364	172.622.586	178.732.746
Outros passivos financeiros	1.i), 7 e 25	3.873.491	2.645.498	2.171.140
Titularização de créditos	7 e 22	19.952.518	19.802.596	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	7, 26 e 34	12.742.471	23.832.672	56.752.155
Outros passivos correntes	1.s), 1.y), 27 e 38	127.386.548	223.873.761	197.676.909
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>520.121.540</b>	<b>561.182.144</b>	<b>485.909.351</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.900.923.786</b>	<b>2.037.480.792</b>	<b>1.879.879.716</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2012	setembro a dezembro 2012 (não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)	setembro a dezembro 2011 (reexpresso e não auditado)
Vendas	28 e 34	65.055.469	18.066.450	77.172.088	18.765.526
Prestações de serviços	28 e 34	760.382.910	190.396.860	786.462.327	194.560.066
Outros proveitos operacionais	1.k), 1.r), 29 e 34	9.289.963	2.515.625	8.809.285	2.514.929
		834.728.342	210.978.935	872.443.700	215.840.521
Custo das vendas	1.j) e 11	(68.065.968)	(17412.370)	(85.401.524)	(21.283.053)
Fornecimentos e serviços externos	1.i), 30 e 34	(392.774.557)	(104.855.181)	(419.762.108)	(106.720.157)
Custos com o pessoal	1.y), 38 e 39	(91.061.871)	(24.264.260)	(92.443.327)	(21.388.946)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 1.g), 1.x), 5, 6 e 8	(153.404.977)	(42.647.731)	(153.301.640)	(42.864.171)
Provisões e perdas de imparidade	1.k), 1.p), 1.x) e 21	(21.956.657)	(5.008.384)	(23.698.647)	(6.676.510)
Outros custos operacionais	31	(14.881.492)	(4.503.854)	(15.663.550)	(4.582.397)
		(742.145.522)	(198.691.780)	(790.270.796)	(203.515.234)
Perdas em empresas associadas	1.b) e 32	-	-	(54.422)	-
Outros custos financeiros	1.i), 1.n), 1.w), 1.x), 32 e 34	(20.711.843)	(6.385.325)	(17.413.177)	(5.088.976)
Outros proveitos financeiros	1.w), 32 e 34	6.702.104	1.658.997	8.575.532	3.080.089
<b>Resultados correntes</b>		<b>78.573.081</b>	<b>7560.827</b>	<b>73.280.837</b>	<b>10.261.978</b>
Imposto sobre o rendimento	1.q), 10 e 33	(3.141.032)	3.960.193	(10.955.640)	(4.733.131)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>75.432.049</b>	<b>11.521.020</b>	<b>62.325.197</b>	<b>5.528.847</b>
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da empresa mãe	37	75.419.377	11.517.269	62.287.398	5.502.016
Interesses sem controlo	18	12.672	3.751	37.799	26.831
<b>Resultados por ação</b>	37				
<b>Incluindo operações em descontinuação:</b>					
Básicos		0,21	0,03	0,17	0,02
Diluídos		0,21	0,03	0,17	0,02
<b>Excluindo operações em descontinuação:</b>					
Básicos		0,21	0,03	0,17	0,02
Diluídos		0,21	0,03	0,17	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

**O Técnico Oficial de Contas**

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

**O Conselho de Administração**

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trígoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em euros)	Notas	dezembro 2012	setembro a dezembro 2012 (não auditado)	dezembro 2011 (reexpresso)	setembro a dezembro 2011 (reexpresso e não auditado)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		75.432.049	11.521.020	62.325.197	5.528.847
<b>Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto</b>					
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(1.475.942)	(301.160)	(297.463)	(164.589)
<b>Rendimento integral consolidado do exercício</b>		73.956.107	11.219.860	62.027.734	5.364.258
<b>Atribuível a:</b>					
Acionistas da empresa mãe		73.943.435	11.216.109	61.989.935	5.337.427
Interesses sem controlo		12.672	3.751	37.799	26.831

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em euros)	Reservas										Total	
	Capital social	Ações próprias (Nota 17)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 38)	Outras reservas	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido		
<b>2012</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	13.594.518	7.119.989	(185.050.511)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314	
<i>Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)</i>												
Transferência para outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	-	(25.172.240)	
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	(1.475.942)	(1.475.942)	-	75.419.377	73.943.435	
Aquisição de ações próprias	-	(3.382.977)	-	-	3.382.977	-	(3.382.977)	-	-	-	(3.382.977)	
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo (Notas 14j e 38)	-	11.432.648	-	-	(11.432.648)	(7.927.434)	10.342.721	(9.017.562)	-	-	2.415.286	
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 14j e 38)	-	-	-	-	-	4.458.224	-	4.458.224	-	-	4.458.224	
Derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 38)	-	-	-	-	-	-	(3.291.520)	(3.291.520)	-	-	(3.291.520)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	5.544.847	3.650.779	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522	
<b>Interesses sem controlo</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654	
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	12.672	-	12.672	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.347)	-	(16.347)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479	
<b>Total</b>	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	5.544.847	3.650.779	(145.743.071)	646.734.124	387.479	75.419.377	1.083.243.001	



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTINUAÇÃO)**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso)

	Reservas											
	(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 17)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 38)	Outras reservas	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2011												
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	15.030.834	4.812.753	(203.345.179)	593.009.788	-	43.669.651	987.895.473	
Aplicação do resultado consolidado de 2010 (reexpresso)	-	-	-	6.770.189	-	-	36.899.462	43.669.651	-	(43.669.651)	-	
Transferência para reserva legal e outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	(17.859.403)	(17.859.403)	-	-	(17.859.403)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(297.463)	(297.463)	-	62.287.398	61.989.935	
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	-	(2.223.287)	-	-	2.223.287	-	(2.223.287)	-	-	-	(2.223.287)	
Aquisição de ações próprias	-	3.659.603	-	-	(3.659.603)	(1.604.799)	1.775.360	(3.489.042)	-	-	170.561	
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo (Notas 1.1j) e 38)	-	-	-	-	-	3.912.035	-	3.912.035	-	-	3.912.035	
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.1j) e 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	799.1192	13.594.518	7119.989	(185.050.510)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314	
<b>Interesses sem controlo</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	593.790	-	593.790	
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	37799	-	37799	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	8.565	-	8.565	
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654	
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(13.594.518)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>799.1192</b>	<b>13.594.518</b>	<b>7119.989</b>	<b>(185.050.510)</b>	<b>618.945.566</b>	<b>515.654</b>	<b>62.287.398</b>	<b>1.034.400.968</b>	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

**O Técnico Oficial de Contas**

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

**O Conselho de Administração**

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ángelo Gabriel Ribereinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)		dezembro 2012	dezembro 2011	
<b>Atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	792.310.936		840.349.858	
Pagamentos a fornecedores	(469.461.128)		(554.308.582)	
Pagamentos ao pessoal	(104.309.364)		(104.851.358)	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>225.540.444</b>		<b>181.189.918</b>	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(6.119.976)		(3.000.749)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(7637757)		(12.794.346)	
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>204.782.711</b>	-	<b>165.394.823</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	14.884.601		14.751.545	
Ativos fixos intangíveis	468.857		47343	
Juros e proveitos similares	6.431.774		6.911.371	
Dividendos	11.443	21.796.675	-	21.710.259
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(5.976.854)		(8.860.291)	
Ativos fixos tangíveis	(102.825.813)		(80.402.362)	
Ativos intangíveis	(118.118.840)		(21.118.664)	
Empréstimos concedidos	(1.230.806)	(228.152.313)	(3.570)	(110.384.887)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(206.355.638)</b>		<b>(88.674.628)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	62.749.401	62.749.401	104.750.000	104.750.000
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(2.781.029)		(2.330.555)	
Juros e custos similares	(17.973.364)		(15.680.882)	
Dividendos	(25.296.740)		(17.983.903)	
Aquisição de ações próprias	(3.382.976)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(138.129.347)	(187.563.456)	(20.127.789)	(58.346.416)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(124.814.055)</b>		<b>46.403.584</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(26.386.982)</b>		<b>123.123.779</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>(281.024)</b>		<b>(116.220)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		189.031.758		66.024.199
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		62.363.752		189.031.758

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

**O Técnico Oficial de Contas**

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

**O Conselho de Administração**

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

### 1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE FILIAIS E OUTRAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

	dezembro 2012	dezembro 2011
<b>a) Pagamento de aquisições</b>		
Connectiv Solutions, Inc	5.970.672	-
Infosystems	6.182	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
	<b>5.976.854</b>	<b>8.860.291</b>

### 2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
Numerário	15	122.222	235.105
Depósitos à ordem	15	7417.903	6.699.981
Aplicações de tesouraria	15	54.878.917	182.414.968
Depósitos à ordem (saldos credores)	15 e 19	(55.290)	(318.296)
Caixa e seus equivalentes		62.363.752	189.031.758
Depósitos à ordem (saldos credores)		55.290	318.296
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>		<b>62.419.042</b>	<b>189.350.054</b>

### 3. INFORMAÇÕES RESPEITANTES A ATIVIDADES FINANCEIRAS NÃO MONETÁRIAS

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	19	69.150.000	106.167.128
b) Compra de empresas através da emissão de ações	-	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	-	Não aplicável	Não aplicável



## 4. REPARTIÇÃO DO FLUXO DE CAIXA POR RAMO DE ATIVIDADE

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2012</b>				
Telecomunicações	204.051.209	(198.113.464)	(19.804.451)	(13.866.706)
Multimédia	(3.811.341)	(1.114.502)	(164.486)	(5.090.329)
Sistemas de Informação	559.005	(8.280.318)	5.283.394	(2.437.919)
Holding	3.983.838	1.152.646	(110.128.512)	(104.992.028)
	204.782.711	(206.355.638)	(124.814.055)	(126.386.982)

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2011</b>				
Telecomunicações	189.694.071	(77.604.772)	(26.428.039)	85.661.260
Multimédia	(2.013.854)	(909.839)	(178.367)	(3.102.060)
Sistemas de Informação	(24.952.488)	(3.854.016)	(257.462)	(29.063.966)
Holding	2.667.094	(6.306.001)	73.267.452	69.628.545
	165.394.823	(88.674.628)	46.403.584	123.123.779

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

**O Técnico Oficial de Contas**

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

**O Conselho de Administração**

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



## 6.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações</b> (emitidas em 7 de outubro de 2010)	1-jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	

A aplicação desta norma não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações</b> (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11 (**)
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	

Norma/Interpretação (contunuação)	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b>	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b>	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b>	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b>	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b>	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)</b>	1-jan-12(**)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b>	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b>	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	

Norma/Interpretação (contunuação)	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
-----------------------------------	---

<b>IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	1-jan-13
---	----------

A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

(\*\*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda ao IAS 12 e IFRS 1, as entidades deverão aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida.

O grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	---

<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b>	1-jan-13
---	----------

As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.

<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b>	1-jan-15
--	----------

Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b>	1-jan-13
--	----------

O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.

<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b>	1-jan-13
---	----------

As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.

<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b>	1-jan-14
---	----------

Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no

exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o grupo, alinhado com as melhores práticas do setor das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica 'Ativos intangíveis' e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 - Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido, o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada.

Adicionalmente, à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa ser recuperado, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Conforme previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política foi aplicada retrospectivamente, pelo que, a 1 de janeiro de 2011, o grupo reconheceu um ativo intangível relacionado com o montante de encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes até essa data líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A demonstração de resultados consolidada de 2011 foi ajustada para refletir: (i) a capitalização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização e; (ii) a amortização e as perdas por imparidade do ativo intangível reconhecido no exercício e em exercícios anteriores. Consequentemente, foram efetuadas alterações nos Balanços consolidados a 1 de janeiro

de 2011 e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Balança a 1 de janeiro de 2011			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	592.369.741	-	592.369.741
Ativos intangíveis	272.896.942	18.009.890	290.906.832
Goodwill	526.141.552	-	526.141.552
Outros ativos	470.461.591	-	470.461.591
<b>Total do ativo</b>	<b>1.861.869.826</b>	<b>18.009.890</b>	<b>1.879.879.716</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	400.708.481	4.772.621	405.481.102
Passivos correntes	485.909.351	-	485.909.351
<b>Total do passivo</b>	<b>886.617.832</b>	<b>4.772.621</b>	<b>891.390.453</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	974.658.204	13.237.269	987.895.473
Interesses sem controlo	593.790	-	593.790
<b>Total do capital próprio</b>	<b>975.251.994</b>	<b>13.237.269</b>	<b>988.489.263</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.861.869.826</b>	<b>18.009.890</b>	<b>1.879.879.716</b>

Balança a 31 de dezembro de 2011			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço reexpresso
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	583.413.555	-	583.413.555
Ativos intangíveis	371.429.260	17.692.622	389.121.882
Goodwill	521.103.723	-	521.103.723
Outros ativos	543.841.632	-	543.841.632
<b>Total do ativo</b>	<b>2.019.788.170</b>	<b>17.692.622</b>	<b>2.037.480.792</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	437.209.135	4.688.545	441.897.680
Passivos correntes	561.182.144	-	561.182.144
<b>Total do passivo</b>	<b>998.391.279</b>	<b>4.688.545</b>	<b>1.003.079.824</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.020.881.237	13.004.077	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.021.396.891</b>	<b>13.004.077</b>	<b>1.034.400.968</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>2.019.788.170</b>	<b>17.692.622</b>	<b>2.037.480.792</b>

Balança a 31 de dezembro de 2012			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço após alteração
<b>Ativo</b>			
Ativos tangíveis	582.787.339	-	582.787.339
Ativos intangíveis	366.419.746	13.111.623	379.531.369
Goodwill	518.307.204	-	518.307.204
Outros ativos	420.297.874	-	420.297.874
<b>Total do ativo</b>	<b>1.887.812.163</b>	<b>13.111.623</b>	<b>1.900.923.786</b>

(continuação)			
Balança a 31 de dezembro de 2012			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço após alteração
<b>Passivo</b>			
Passivos não correntes	296.564.220	995.025	297.559.245
Passivos correntes	520.121.540	-	520.121.540
<b>Total do passivo</b>	<b>816.685.760</b>	<b>995.025</b>	<b>817.680.785</b>
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.070.738.924	12.116.598	1.082.855.522
Interesses sem controlo	387.479	-	387.479
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.071.126.403</b>	<b>12.116.598</b>	<b>1.083.243.001</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>1.887.812.163</b>	<b>13.111.623</b>	<b>1.900.923.786</b>

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2011			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	872.443.700	-	872.443.700
<b>Custos e perdas</b>			
Fornecimentos e serviços externos	(442.250.912)	22.488.804	(419.762.108)
Amortizações e depreciações	(130.495.567)	(22.806.073)	(153.301.640)
Outros custos operacionais	(217.207.048)	-	(217.207.048)
<b>Resultado antes de result. financ. e impostos</b>	<b>82.490.173</b>	<b>(317.269)</b>	<b>82.172.904</b>
Resultados financeiros	(8.892.067)	-	(8.892.067)
Imposto sobre o rendimento	(11.039.716)	84.076	(10.955.640)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>62.558.390</b>	<b>(233.193)</b>	<b>62.325.197</b>
Atribuível a interesses sem controlo	37.799	-	37.799
Atribuível a acionistas da empresa mãe	62.520.591	(233.193)	62.287.398
<b>Resultados por ação</b>			
<b>Incluindo operações em descontinuação:</b>			
Básicos	0,18	(0,00)	0,17
Diluídos	0,18	(0,00)	0,17
<b>Excluindo operações em descontinuação:</b>			
Básicos	0,18	(0,00)	0,17
Diluídos	0,18	(0,00)	0,17

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2012			
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados após alteração
Receitas totais	834.728.342	-	834.728.342
<b>Custos e perdas</b>			
Fornecimentos e serviços externos	(411.367.948)	18.593.391	(392.774.557)



(continuação)	Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2012		
(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Amortizações e depreciações	(130.230.588)	(23.174.389)	(153.404.977)
Outros custos operacionais	(195.965.988)	-	(195.965.988)
Resultado antes de result. financ. e impostos	97.163.818	(4.580.998)	92.582.820
Resultados financeiros	(14.009.739)	-	(14.009.739)
Imposto sobre o rendimento	(6.834.551)	3.693.519	(3.141.032)
Resultado líquido consolidado	76.319.528	(887.479)	75.432.049
Atribuível a interesses sem controlo	12.672	-	12.672
Atribuível a acionistas da empresa mãe	76.306.856	(887.479)	75.419.377
<b>Resultados por ação</b>			
<b>Incluindo operações em descontinuação:</b>			
Básicos	0,21	(0,00)	0,21
Diluídos	0,21	(0,00)	0,21
<b>Excluindo operações em descontinuação:</b>			
Básicos	0,21	(0,00)	0,21
Diluídos	0,21	(0,00)	0,21

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de dezembro de 2012, com exceção do ponto anteriormente referido, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

#### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

#### c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como goodwill (Nota 8). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos

ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

#### d) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10 -40
Redes de telecomunicações	10 -40
Outros equipamentos básicos	1 -16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração do grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de ativos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

#### e) Ativos intangíveis

Os 'ativos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'ativos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e os encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS está a ser amortizada até 2030 e a licença LTE até 2041. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade

de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica 'Ativos intangíveis' e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Adicionalmente, à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa ser recuperado, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

As amortizações do exercício dos 'ativos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

#### g) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são

registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### h) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

**(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

A 31 de dezembro de 2012 o grupo não detinha quaisquer investimentos financeiros registado ao justo valor através de resultados.

**(ii) 'Empréstimos e contas a receber'**

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

**(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de dezembro de 2012 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

**(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrarem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída

nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar

em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

#### i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### j) Inventários

Os 'inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'.

#### k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proventos operacionais' da demonstração de resultados.

#### l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos

são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### o) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo não se encontrava a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.y).

#### p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos

diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 10).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Outros proveitos operacionais'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

#### s) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída

de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus -Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### t) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 10 e 21).

#### u) Reservas

##### **Reserva legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### **Reservas de prémios de emissão de ações**

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### **Reservas para planos de incentivo de médio prazo**

De acordo com a IFRS 2 - 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### **Reservas de cobertura**

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

##### **Reservas de ações próprias**

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 178 milhões de euros.

#### v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas ine-

rentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2012		2011	
	31 de dezembro	Média	31 de dezembro	Média
Libra inglesa	1,2253	1,2337	1,1972	1,1526
Real brasileiro	0,3699	0,4000	0,4139	0,4306
Dólar americano	0,7579	0,7787	0,7729	0,7189
Zloti (Polónia)	0,2455	0,2391	0,2243	0,2436
Dólar australiano	0,7867	0,8063	0,7860	0,7420
Pesos mexicanos	0,0582	0,0592	0,0554	0,0580
Libra egípcia	0,1200	0,1282	0,1281	0,1263
Ringgit (Malásia)	0,2479	0,2521	0,2436	0,2351
Peso chileno	0,0016	0,0016	0,0015	0,0015
Dólar de Singapura	0,6207	0,6232	0,5946	0,5719
Franco suíço	0,8284	0,8297	0,8226	0,8126
Coroa sueca	0,1165	0,1149	0,1122	0,1108
Rand de África do Sul	0,0895	0,0950	0,0954	0,0995
Kwanza (Angola)	0,0079	0,0082	0,0082	0,0077
Dinar de Marrocos	0,0897	0,0902	0,0900	0,0889



#### x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de Goodwill e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos Inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

#### y) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamento com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma,

mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de dezembro de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou, para todos os planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

#### z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a Receber e Inventários) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### ab) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

### RISCO DE MERCADO

#### a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, no Chile, no Panamá, em Singapura, em Angola e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em

moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.o)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

O montante de ativos e passivos (em euros) do grupo registados em moeda diferente do euro pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011
Dólar americano	32.707.010	8.891.201	21.340.761	4.398.216
Dólar australiano	305.350	1.569.805	725.109	406.030
Libra egípcia	263.579	14.137	-	-
Libra inglesa	5.655.658	5.339.568	5.460.702	5.736.105
Pesos mexicanos	4.400.339	3.197.009	2.428.601	3.645.207
Real brasileiro	8.613.476	10.505.679	8.206.410	7.626.387
Ringgit (Malásia)	443.425	500.091	486.415	346.743
Zloti (Polónia)	595.894	728.793	1.093.950	1.165.962
Dólar de singapura	456.970	276.712	42.279	729.483
Peso chileno	-	9.346	-	198.409
Franco suíço	70.411	-	346	183

A sensibilidade (em euros) do grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação Taxa Câmbio	2012		2011	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Dólar americano	5%	504.175	64.137	251.770	(271.21)
Dólar australiano	5%	(18.495)	(2.493)	57.984	205
Franco suíço	5%	3.503	-	(9)	-
Libra egípcia	5%	13.179	-	707	-
Libra inglesa	5%	133.033	(123.285)	103.825	(123.652)
Pesos mexicanos	5%	49.863	48.724	(28.171)	5.761
Real brasileiro	5%	(182)	20.535	(3.651)	147.616
Ringgit (Malásia)	5%	4.116	(6.265)	7.963	-
Zloti (Polónia)	5%	(29.511)	4.608	(27.210)	5.351
Dólar Singapura	5%	20.172	562	(6.895)	(15.743)
Euro	5%	(443.912)	-	(254.408)	-
Peso chileno	5%	-	-	-	(9.453)
		235.941	6.524	101.904	(17036)

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 19) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevaletentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 19.

### RISCO DE LIQUIDEZ

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 19.

#### **RISCO DE CRÉDITO**

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.



## 2. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

Porcentagem do capital detido				2012		2011	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
<b>Empresa-mãe</b>							
SONAECOM, SGPS, S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>							
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis')	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Optimus SGPS Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Be Towering – Gestão de Torres e Telecomunicações, S.A. ('Be Towering')	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus SGPS Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Connectiv Solutions, Inc. ('Connectiv') (a)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do USA	100%	100%	-	-
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75.10%	75.10%	75.10%	75.10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger')	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos on-line de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Optimus SGPS Sonaecom	100% -	100% -	35,86% 64,14%	35,86% 64,14%
Optimus, SGPS, S.A.	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar')	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus SGPS Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

\*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom. (a) Empresa adquirida em abril de 2012.

## Porcentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrônica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP') (b)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Espanã, S.L. ('SSI Espanã')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Optimus SGPS Sonaecom	100%	100%	-	-
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland')	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ('We Do Chile')	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá')	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura')	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

\* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom. (b) Empresa constituída em janeiro de 2012.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

### 3. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

Percentagem do capital detido				2012		2011	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ('Infosystems')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonae com SI	50%	50%	-	-
SSI Angola, S.A. ('SSI Angola')	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Infosystems	100%	50%	-	-
Zopt (a)	Porto	Gestão de Participações Sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas.	Sonaecom SGPS	50%	50%	-	-

\*Percentagem de capital detido pela Sonaecom. (a) Empresa constituída a 21 de dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a consolidação da SIRS foi alterada do Método de Equivalência Patrimonial para a consolidação proporcional, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Sonaecom no âmbito dos acordos de acionistas da empresa. Esta alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2012	2011
Ativos não correntes	1.833.656	2.192.258
Ativos correntes	1.102.852	1.229.270
Passivos não correntes	(1.578.007)	(1.988.158)
Passivos correntes	(827.844)	(867.537)
Resultado líquido	265.012	(50.885)
Total de proveitos	(1.681.634)	(2.093.858)
Total de custos	1.946.645	2.042.973

### 4. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

#### a) Constituições

2012

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100%
Sonaecom	Zopt	dez-12	50.000 EUR	50%



A 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus SGPS na Zon. No âmbito do acordo de fusão, a Sonaecom e a Kento/Jadeium acordaram na constituição de um veículo detido em partes iguais que, condicionadamente à concretização da fusão, reunirá uma parcela substancial da participação da primeira na Optimus SGPS e a totalidade da participação da Kento/Jadeium na Zon (Nota 42). A 21 de dezembro de 2012, foi criado o veículo denominado ZOPT, SGPS, S.A..

## b) Aquisições

2012

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
Wedo US	Connectiv	abr-12*	100%	100%
Sonae com SI	Infosystems	jun-12	50%	50%
Infosystems	SSI Angola	jun-12	100%	100%

\* A assinatura do contrato de aquisição ocorreu em abril de 2012, com efeitos a 1 de maio de 2012.

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.

A alocação do preço de compra foi efetuado da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
<b>Ativos adquiridos</b>			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	<b>2.213.027</b>	<b>3.190.109</b>	<b>5.403.136</b>
<b>Passivos adquiridos</b>			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	<b>1.329.067</b>	<b>-</b>	<b>1.329.067</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>883.960</b>	<b>3.190.109</b>	<b>4.074.069</b>
<b>Preço de aquisição</b>			<b>9.241.844</b>
<b>Goodwill (Nota 8)</b>			<b>5.167.775</b>

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de software e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido (2 milhões de USD) a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de 1,4 milhões de euros.

A alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a empresa não estima alterações significativas na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

A contribuição da Connectiv para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi positivo em 1.649 milhares de euros.

O detalhe da referida contribuição é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2012
Receitas totais	4.698.827
<b>Custos e perdas</b>	
Fornecimentos e serviços externos	(681.089)
Custos com pessoal	(1.781.922)
Amortizações e depreciações	(574.471)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	1.661.345
Resultados financeiros	(17.961)
Imposto sobre o rendimento	5.809
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	1.649.193

Caso a Connectiv tivesse sido consolidada desde 1 de janeiro de 2012, os valores das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, seriam como segue:

(Montantes expressos em euros)	31 dezembro 2012 Pró-forma
Receitas operacionais consolidadas	837.696.296
Resultado líquido antes de interesses sem controlo	75.662.935

A contribuição da Connectiv no balanço consolidado da Sonaecom em 31 de dezembro de 2012, excluindo o goodwill gerado em resultado da aquisição dos investimentos nesta empresa, é como segue:

(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de dezembro de 2012
<b>Ativo</b>	
Ativos fixos tangíveis	442.122
Ativos intangíveis	3.406.144
Clientes	909.800
Caixa e equivalentes de caixa	1.303.877
Outros ativos	549.298
Total do ativo	6.611.241
<b>Passivo</b>	
Passivos não correntes	47.116
Passivos correntes	871.038
Total do passivo	918.154
Ativos líquidos	5.693.087

## c) Dissoluções

2011

Participante	Participada	Data	% participação atual
Público	M3G	out-11	100%

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2012

	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
Entrada de empresas (Nota 4. b))	-	103.084	-	1.004.738	-	-	-	1.107.822
Adições	653.822	5.406.995	5.338	15.078.962	220	11.494	90.794.814	111.951.645
Alienações	(1.014.141)	(46.440.568)	-	(1.678.139)	(3.861)	(20.978)	(470.333)	(49.628.020)
Transferências e abates	(287.877)	82.310.266	-	(2.458.625)	3.003	50.845	(105.928.188)	(26.310.576)
Saldo em 31 dezembro 2012	301.768.158	1.080.419.350	190.334	213.408.141	1.180.616	5.718.882	20.665.640	1.623.351.121
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Entrada de empresas (Nota 4. b))	-	90.165	-	441.202	-	-	-	531.367
Depreciações do exercício	8.797.011	52.382.323	33.674	18.365.032	11.782	386.150	-	79.975.972
Alienações	(568.166)	(34.836.492)	-	(962.893)	(1.979)	(5.204)	-	(36.374.734)
Transferências e abates	(275.854)	(472.248)	-	(5.637.416)	-	-	-	(6.385.518)
Saldo em 31 dezembro 2012	169.218.283	672.996.043	169.790	191.878.934	1.147.268	5.153.464	-	1.040.563.782
<b>Valor líquido</b>	<b>132.549.875</b>	<b>407.423.307</b>	<b>20.544</b>	<b>21.529.207</b>	<b>33.348</b>	<b>565.418</b>	<b>20.665.640</b>	<b>582.787.339</b>

2011

	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2010	293.165.987	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	96.122	6.121.410	-	14.773.020	9.615	2.279	70.863.358	91.865.804
Alienações	(431.770)	(572.477,16)	(514)	(3.220.681)	(4.192)	-	-	(60.904.873)
Transferências e abates	9.586.015	54.886.158	-	(1.538.337)	11.594	131.921	(75.576.843)	(12.499.492)
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2010	153.589.162	64.756.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Depreciações do exercício	8.822.851	58.559.056	32.868	18.113.624	14.010	754.374	-	86.296.783
Alienações	(173.753)	(45.668.884)	(268)	(3.190.121)	(1.824)	-	-	(49.034.850)
Transferências e abates	(972.968)	(4.625.846)	-	(4.274.473)	1.212	27.767	-	(9.844.308)
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Valor líquido	141.151.062	383.207.278	48.880	21.788.196	43.789	905.003	36.269.347	583.413.555

As adições dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

Em 31 de dezembro de 2012 as adições do exercício, incluem cerca de 8,3 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 9,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

As alienações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW). Estas alienações não geraram mais-valias significativas.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, ascendia a 36.494.166 euros e a 31.582.929 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 19.580.292 euros e 17.715.740 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 25,1 milhões de euros (23,3 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

As transferências do exercício incluem a transferência para 'Ativos intangíveis' de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como 'Ativos tangíveis em curso' (Nota 6).

As transferências e abates do exercício incluem ainda cerca de 8,9 milhões de euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.d)). O valor deve-se ao registo da atualização para o valor

presente das provisões criadas para desmantelamento de sites, tendo em consideração a data prevista de utilização das mesmas (Nota 21).

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	2012	2011
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	15.652.408	27.787.877
Sistemas de informação	1.514.961	1.326.769
Outros projetos em curso	3.498.271	715.470
	20.665.640	36.269.347

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2012	2011
Investimentos da área técnica	9.344.084	26.716.979
Investimentos em sistemas de informação	997.717	1.272.257
	10.341.801	27.989.236

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012			
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	361.690.451	296.368.784	117.812.807	775.872.042
Entrada de empresas (Nota 4. b))	1.608.263	1.686.153	-	3.294.416
Adições	23.909.212	1.562.514	18.706.336	44.178.062
Alienações	-	(74.664)	-	(74.664)
Transferências e abates	84.560.759	25.219.433	(113.824.695)	(4.044.503)
Saldo em 31 dezembro 2012	471.768.685	324.762.220	22.694.448	819.225.353
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Entrada de empresas (Nota 4. b))	-	55.004	-	55.004
Amortizações do exercício	43.551.503	21.877.502	-	65.429.005
Alienações	-	(27.511)	-	(27.511)
Transferências e abates	(12.207.666)	(305.008)	-	(12.512.674)
Saldo em 31 dezembro 2012	184.536.858	255.157.126	-	439.693.984
<b>Valor líquido</b>	<b>287.231.827</b>	<b>69.605.094</b>	<b>22.694.448</b>	<b>379.531.369</b>

				2011
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso - Nota 1)	359.491.467	264.381.328	16.085.854	639.958.649
Adições (reexpresso - Nota 1)	26.187.693	2.115.899	128.874.615	157.178.207
Alienações	(9.977)	(63.288)	-	(73.265)
Transferências e abates (reexpresso - Nota 1)	(23.978.732)	29.934.845	(2714.7662)	(21.191.549)
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	361.690.451	296.368.784	117812.807	775.872.042
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso - Nota 1)	137409.893	211.641.924	-	349.051.817
Amortizações do exercício (reexpresso - Nota 1)	39.921.347	22.083.510	-	62.004.857
Alienações	(97)	(33.677)	-	(33.774)
Transferências e abates (reexpresso - Nota 1)	(24.138.122)	(134.618)	-	(24.272.740)
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Valor líquido	208.497.430	62.811.645	117812.807	389.121.882

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo (Notas 23 e 27).

O ativo intangível no exercício findo em 31 dezembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões (Nota 27). O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o grupo mantinha registado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' o montante de 170.425.449 euros e 180.271.530 euros, respetivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 54.005.186 euros (57.005.474 euros, em 2011) relativos à licença, (ii) 18.045.113 euros (19.047.619 euros, em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.542.199 euros (5.850.099 euros, em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 88.218.718 euros (93.497.759 euros, em 2011) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos', inclui ainda cerca de 13,1 milhões de euros líquido de amortizações (17,7 milhões de euros, em 2011) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus de acordo com a política contabilística descrita na Nota 1 e).

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o total do valor líquido destes custos ascende a 9.605.147 euros e 10.491.010 euros, respetivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram de 1.589.280 euros e 1.135.035 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,80% em 2012 (2,42% em 2011) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo.

Em 31 de dezembro de 2012 as adições do exercício, incluem cerca de 8,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 6,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 8 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

## 7. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

	2012				
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 9)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
<b>Ativos correntes</b>					
Clientes (Nota 12)	145.116.712	-	145.116.712	-	145.116.712
Outras dívidas de terceiros (Nota 13)	15.712.733	-	15.712.733	6.069.340	21.782.073
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	62.419.042	-	62.419.042	-	62.419.042
	223.248.487	-	223.248.487	6.069.340	229.317.827

	2011				
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 9)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
<b>Ativos correntes</b>					
Clientes (Nota 12)	146.137.974	-	146.137.974	-	146.137.974
Outras dívidas de terceiros (Nota 13)	16.169.639	-	16.169.639	9.763.823	25.933.462
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	189.350.054	-	189.350.054	-	189.350.054
	351.657.667	-	351.657.667	9.763.823	361.421.490

	2012				
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 19)	196.412.663	-	196.412.663	-	196.412.663
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 20)	-	18.712.963	18.712.963	-	18.712.963
	196.412.663	18.712.963	215.125.626	-	215.125.626
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 19)	187.170.148	-	187.170.148	-	187.170.148
Fornecedores (Nota 24)	-	168.996.364	168.996.364	-	168.996.364
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	3.873.491	3.873.491	-	3.873.491
Titularização de créditos (Nota 22)	19.952.518	-	19.952.518	-	19.952.518
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	2.147.634	2.147.634	10.594.837	12.742.471
	207.122.666	175.017.489	382.140.155	10.594.837	392.734.992

	2011				
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 19)	320.176.857	-	320.176.857	-	320.176.857
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 20)	-	17.990.531	17.990.531	-	17.990.531
Titularização de créditos (Nota 22)	19.951.846	-	19.951.846	-	19.951.846
	340.128.703	17.990.531	358.119.234	-	358.119.234
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 19)	118.405.031	-	118.405.031	-	118.405.031
Fornecedores (Nota 24)	-	172.622.586	172.622.586	-	172.622.586
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	2.645.498	2.645.498	-	2.645.498
Titularização de créditos (Nota 22)	19.802.596	-	19.802.596	-	19.802.596
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	5.686.734	5.686.734	18.145.938	23.832.672
	138.207.627	180.954.818	319.162.445	18.145.938	337.308.383



Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 8. GOODWILL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial	521.103.723	526.141.552
Aquisição da Connectiv (Nota 4.b)	5.167.775	-
Outros movimentos do exercício	35.706	(37.829)
Imparidade	(8.000.000)	(5.000.000)
Saldo final	518.307.204	521.103.723

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Outros movimentos do exercício' inclui os efeitos da atualização cambial de Goodwill.

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspetivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 8 milhões de euros (5 milhões de euros em 2011) na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.x). Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos quer ao setor de Multimédia quer aos restantes, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades adicionais.

Em relação aos restantes segmentos, a revisão das projeções e os testes de imparidade efetuados não conduziram ao apuramento de perdas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Optimus	485.092.375	485.092.375
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
Público	7.000.000	15.000.000
Connectiv	5.175.628	-
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.211.515	1.183.662
Unipress	321.698	321.698
Per-Mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
	518.307.204	521.103.723

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	12,00%
Sistemas de Informação	14,00%

## 9. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2012	2011
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	9.979	9.979
		212.323	212.323

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 31 de dezembro de 2012, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. <sup>(1)</sup>	15.237	6.681	1.637	19.387	337	613
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL <sup>(1)</sup>	22	(35)	-	53	(18)	(18)

<sup>(1)</sup> Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2011.

## 10. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de 101.134.781 euros e 103.853.881 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	103.853.881	109.587.224
<b>Efeito em resultados:</b>		
Movimento nos impostos diferidos ativos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis	(689.620)	327.124
Registo de impostos diferidos ativos relativos a diferenças temporárias de exercícios anteriores	12.189.460	5.390.414
Registo de impostos diferidos ativos relativos a benefícios fiscais de exercícios anteriores	6.189.690	(1.593.850)
Ajustamentos IAS/IFRS	(6.953.553)	(6.015.328)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente	(2.465.984)	1.935.542
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	(362.568)	(365.029)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos	(7.464.518)	(2.163.128)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(3.220.000)	(3.220.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 33)	(2.777.093)	(5.704.255)
Outros	57.993	(29.088)
<b>Saldo final</b>	<b>101.134.781</b>	<b>103.853.881</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 22). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de dezembro de 2012, foi revertido um montante de 12,9 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2011 a linha de movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos incluía o montante de 5,9 milhões de euros, relativos a operações efetuados no exercício.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 8.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas excluídas do RETGS							2012	
	Empresas incluídas no RETGS	Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonecom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2015	5.628.170	-	-	-	-	-	-	-	5.628.170
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	135.410	135.410	135.410
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	158.938	26.954	185.892	185.892
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	88.995	-	-	88.995	88.995
Sem limite de utilização	-	-	134.506	-	-	-	-	134.506	134.506
Prejuízos fiscais	5.628.170	-	134.506	-	88.995	158.938	162.364	544.803	6.172.973
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	35.561.692	24.710	-	530.131	55.379	-	130.964	741.184	36.302.876
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	-	-	-	-	-	-	-	9.709.216
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.380	421	-	-	-	-	-	421	13.249.801
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	-	-	-	-	-	-	3.220.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	32.510.701
Outros	-	-	-	(39.870)	(1.244)	-	10.328	(30.786)	(30.786)
<b>Total</b>	<b>67.368.458</b>	<b>25.131</b>	<b>134.506</b>	<b>490.261</b>	<b>143.130</b>	<b>158.938</b>	<b>303.656</b>	<b>1.255.622</b>	<b>101.134.781</b>

Situação geradora	Empresas excluídas do RETGS								2011
	Empresas incluídas no RETGS	Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2015	6.199.247								6.199.247
A serem utilizados até 2021							113.907	113.907	113.907
A serem utilizados até 2025						158.938		158.938	158.938
A serem utilizados até 2030					142.929			142.929	142.929
Sem limite de utilização			134.506	403.242				537.748	537.748
Prejuízos fiscais	6.199.247		134.506	403.242	142.929	158.938	113.907	953.522	7152.769
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	26.435.251	31.920					124.091	156.011	26.591.262
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.519.525								3.519.525
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	20.202.723	632		-	-	-	-	632	20.203.355
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	6.440.000								6.440.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros									39.975.219
Outros	-			(28.229)	10.727		(10.747)	(28.249)	(28.249)
<b>Total</b>	<b>62.796.746</b>	<b>32.552</b>	<b>134.506</b>	<b>375.013</b>	<b>153.656</b>	<b>158.938</b>	<b>227.251</b>	<b>1.081.916</b>	<b>103.853.881</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2012	2011
Prejuízos fiscais	22.494.366	31.472.868
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	35.720.794	40.899.576
Outros	7.378.263	13.144.536
<b>Total</b>	<b>65.593.423</b>	<b>85.516.980</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2012	2011
2012	-	5.140.870
2013	13.848.361	13.848.361
2014	695.593	694.052
2015	3.953.941	5.795.826
2016	407.700	1.190.261
2017	180.294	1.710.943
2018	48.023	56.555
2019	331.156	53.209
2020	10.130	10.202
2021	53.860	-
2030	84.676	-
Sem limite de utilização	2.880.632	2.972.589
	<b>22.494.366</b>	<b>31.472.868</b>

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 no montante de 1.089.637 euros e 5.186.711 euros, respetivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis referentes aos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes (Nota 1).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi como segue:

	2012	2011 (reexpresso - Nota 1)
Saldo inicial (reexpresso - Nota 1)	(5.186.711)	(5.559.170)
<b>Efeito em resultados:</b>		
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	3.606.259	317.242
Sub-total do efeito em resultados (Nota 33)	3.606.259	317.242
Outros	490.815	55.217
<b>Saldo final</b>	<b>(1.089.637)</b>	<b>(5.186.711)</b>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011 (reexpresso - Nota 1)
Resultado antes de imposto	78.573.081	73.280.837
Imposto (25%)	(19.643.270)	(18.320.209)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma e derrama	(6.216.818)	(5.154.035)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores	12.189.460	5.390.414
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.552.985	11.293.781
Registo/(anulação) de impostos diferidos relativos a benefícios fiscais	6.189.690	(1.593.850)
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	262.436	(4.323.952)
Registo de passivos por impostos diferidos	87.053	317.241
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	1.800.000	1.800.000
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(362.568)	(365.029)
<b>Impostos registados no período (Nota 33)</b>	<b>(3.141.032)</b>	<b>(10.955.640)</b>

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva nota de liquidação foi rececionada em abril de 2011. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a Optimus foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente) e 2010 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2013).

Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesse ano para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A Optimus impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008 e 2009 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2010. É convicção do Conselho de Administração da Optimus e do grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.

## 11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	665.149	824.340
Mercadorias	17.564.377	19.342.283
	18.229.526	20.166.623
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 21)	(4.377.789)	(12.801.233)
	13.851.737	7.365.390

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascendeu a 68.065.968 euros e 85.401.524 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	2012	2011
Inventários iniciais	20.166.622	32.404.356
Compras	88.294.383	95.924.140
Reforço de perdas de imparidade em inventários (Nota 21)	286.548	153.004
Regularização de inventários	(22.452.059)	(22.913.354)
Inventários finais	(18.229.526)	(20.166.622)
	68.065.968	85.401.524

Os montantes inscritos nas rubricas de 'Regularização de inventários', em 31 de dezembro de 2012 e 2011, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica 'Inventários' para a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da subsidiária Optimus – Comunicações S.A. (Nota 5).

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados em 'Custo das Vendas' (Nota 1.)).

## 12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Clientes correntes:</b>		
Telecomunicações	114.202.453	120.746.430
Sistemas de Informação	27.448.614	21.459.716
Multimédia e outros	3.465.645	3.931.828
	145.116.712	146.137.974
<b>Clientes de cobrança duvidosa</b>	82.254.385	78.045.001
	227.371.097	224.182.975
<b>Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 21)</b>	(82.254.385)	(78.045.001)
	145.116.712	146.137.974

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2012	2010
<b>Perdas de imparidade acumuladas em clientes:</b>		
Telecomunicações	78.364.692	73.205.349
Sistemas de Informação	1.011.260	1.563.139
Multimédia e outros	2.878.433	3.276.513
	82.254.385	78.045.001

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

	Total	Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>2012</b>									
Clientes	227.371.097	56.302.905	18.982.510	16.996.652	24.341.520	3.959.960	2.831.088	6.286.899	97.669.563
<b>2011</b>									
Clientes	224.182.975	59.611.862	19.081.078	7.527.518	29.673.763	4.018.913	6.526.889	2.177.564	95.565.388



Em 31 de dezembro de 2012, do valor total das contas a receber, com antiguidade superior a 90 dias e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar, encontram-se provisionados cerca de 90%.

A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

- (i) Para os saldos de operadores, os montantes a receber são analisados casuisticamente. Para cada operador é apurada a exposição máxima ao risco e o ajustamento ao ativo é calculado com base na antiguidade de cada saldo, na existência de disputas e na situação financeira de cada operador.
- (ii) Em relação aos agentes, estes são classificados em termos de risco com base na continuidade de prestação de serviços e na sua situação financeira, sendo o ajustamento por imparidade calculado por aplicação de uma percentagem de incobrabilidade, apurada com base em dados históricos.
- (iii) Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do grupo.
- (iv) Para os restantes ativos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

As garantias e cauções existentes para alguns operadores e agentes não são materiais.

### 13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Sociedade de Informação	10.918.467	12.626.005
Estado e outros entes públicos	6.069.340	9.763.823
Adiantamentos a fornecedores	1.094.385	1.195.842
Outros devedores	4.526.513	3.003.700
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 21)	(826.632)	(655.908)
	21.782.073	25.933.462

Em 31 de dezembro de 2012, a posição líquida do grupo Sonaecom com a 'Fundação para as Comunicações Móveis', no âmbito do programa 'Iniciativas E', corresponde a um valor a receber no montante de 10.918.467 euros (12.626.005 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Outros devedores' refere-se, essencialmente, a valores a receber pela subsidiária Optimus – Comunicações S.A..

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido e com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>2012</b>									
Sociedade de Informação	10.918.467	-	-	-	10.918.467	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.094.385	499.074	401.079	41.385	105.392	47.455	-	-	-
Outros devedores	4.526.513	464.948	1.373.931	65.724	2.227.429	188.097	60	22.063	184.261
	16.539.365	964.022	1.775.010	107.109	13.251.288	235.552	60	22.063	184.261
<b>2011</b>									
Sociedade de Informação	12.626.005	-	-	-	12.626.005	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.195.842	176.566	459.879	131.879	341.443	244	-	21	85.810
Outros devedores	3.003.700	598.855	305.936	155.609	1.363.232	338.420	396	8.559	232.693
	4.199.542	775.421	765.815	287.488	14.330.680	338.664	396	8.580	318.503

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do grupo Sonae e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

## 14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Faturação a emitir a clientes por prestação de serviços	36.446.180	39.850.808
Faturação a emitir a operadores	18.473.505	17.455.886
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	15.410.725	9.854.599
Outros acréscimos de proveitos	1.156.473	1.523.941
Rendas pagas antecipadamente	923.483	989.459
Descontos de quantidade a receber	290.640	577.401
Outros despesas pagas antecipadamente	657.540	471.481
	73.358.546	70.723.575

Os resultados relativos a projetos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos, a qual é calculada tendo por base a percentagem de custos já incorridos com trabalho realizado até à data relativamente ao total de custos estimados para o mesmo projeto, exceto quando tal não seja representativo da fase de acabamento do projeto.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os projetos em curso podem ser resumidos como segue:

	2012	2011
Número de projetos em curso	415	337
Total de custos reconhecidos	17.860.214	16.859.205
Total de receitas reconhecidas	24.926.025	27.590.657
Total de proveitos diferidos (Nota 27)	8.313.048	8.172.596
Total de proveitos acrescidos	4.567.092	9.508.252

## 15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	122.222	235.105
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7417.903	6.699.981
Aplicações de tesouraria	54.878.917	182.414.968
Caixa e equivalentes de caixa	62.419.042	189.350.054
Descobertos bancários (Nota 19)	(55.290)	(318.296)
	62.363.752	189.031.758

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Sonae Investments BV	16.810.000	36.810.000
Aplicações bancárias	38.068.917	145.604.968
	54.878.917	182.414.968

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, venceram juros a uma taxa média de 2,48% (3,01% em 2011).

## 16. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	78.681.339	21,48%	76.737.177	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 7)	4.321.038	1,18%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 17. AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 7.532.388 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivo de curto e médio prazo (1.764.157 ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom adquiriu 2.808.226 novas ações (a um preço médio de 1,205 euros), detendo, à data de 31 de dezembro de 2012, 4.321.038 ações próprias representativas de 1,18% do seu capital social, a um preço médio de 1,283 euros.

## 18. INTERESSES SEM CONTROLO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Digitmarket	359.878	460.541
Saphety	27.109	53.157
Outros	492	1.956
	387.479	515.654

## 19. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	Final	20.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(1.586.070)	(2.885.931)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.745.019	2.371.796
					160.158.949	319.485.865
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(70.090)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	150.771	-
					30.080.681	-
WeDo USA	Empréstimo bancário		abr-19		5.684.400	-
Unipress	Empréstimo bancário	-	jun/ago-13 e jul-17	-	173.924	303.271
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	386.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(168.023)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	31.410	1.399
					6.173.033	690.992
					196.412.663	320.176.857

## b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(262.458)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	377.316	-
					180.114.858	-
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	-	118.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(76.886)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	163.621
					-	118.086.735
Optimus SA	Outros empréstimos	-	-	-	7.000.000	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 15)	-	-	-	55.290	318.296
					7.055.290	318.296
					187.170.148	118.405.031

**Empréstimos Obrigacionistas**

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de oito anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013 a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos e meio. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício, foi de 3,01% (2,98%, em 2011).

**Programas de Papel Comercial**

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos.

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe dos seguintes Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
25 milhões de euros	julho de 2012	Banco Santander Totta	31-jul-2013
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	16-jun-2013

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 tranches semestrais, sendo a primeira exigível em abril 2014.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelece: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Optimus SGPS, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do grupo e dos Ativos Consolidados do grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus ou da WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2012, e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados. Encontra-se avançado, o processo negocial com o sistema financeiro, que permitirá resolver os impactos da eventual fusão entre a Optimus e a Zon.

#### Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas papel comercial e para o empréstimo bancário da WeDo Américas classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):



	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
<b>2012</b>					
<b>Empréstimo obrigacionista:</b>					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.405	5.726.552	1.398.895	-	-
<b>Papel comercial:</b>					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.168.913	1.168.913	678.930	-	-
<b>Outros empréstimos:</b>					
Amortização	-	1.363.636	1.363.636	1.363.636	1.363.636
Juros	212.529	196.172	157.531	119.260	80.142
	7.221.847	8.455.273	193.598.992	1.482.896	1.443.778
<b>2011</b>					
<b>Empréstimo obrigacionista:</b>					
Amortização	-	180.000.000	-	140.000.000	-
Juros	11.410.100	8.367.566	6.479.600	1.450.215	-
<b>Papel comercial:</b>					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11.410.100	188.367.566	6.479.600	141.450.215	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos (a 31 de dezembro de 2012 a sua maturidade era de três anos), facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2012</b>						
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.684.400	5.684.400	-		x
Outras	Diversos	-	7.055.290	-	x	
		444.834.400	382.739.690	69.150.000		
<b>2011</b>						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	118.000.000	32.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x

(continuação)						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
<b>2011</b>							
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x	
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x		
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x		
Saphety	Descobertos autorizados	280.000	262.872	17128	x		
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x		
Outras	Diversos	-	55.424	-	x		
		544.430.000	438.318.296	106.167128			

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2012, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2012, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 2.800.000 euros.

## 20. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 18.712.963 euros e 17990.531 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011 era o seguinte:

	2012		2011	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2012	-	-	3.619.304	2.645.498
2013	5.003.288	3.873.491	3.267.476	2.485.394
2014	3.778.101	2.898.121	2.277.174	1.557.725
2015	3.652.083	2.915.393	2.208.055	1.557.807
2016 e seguintes	15.672.192	12.899.449	15.140.481	12.389.605
	28.105.664	22.586.454	26.512.490	20.636.029
Juros	(5.519.209)	-	(5.876.461)	-
	22.586.455	22.586.454	20.636.029	20.636.029
Parcela curto prazo (Nota 25)	-	(3.873.491)	-	(2.645.498)
	22.586.455	18.712.963	20.636.029	17990.531

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra ótica em que o grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - 'Determinar se um acordo contém uma locação'. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos. O valor escriturado destes ativos, bem como o correspondente passivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Ativos líquidos	13.128.401	14.403.224
Passivo corrente	1.076.974	1.006.876
Passivo não corrente	13.841.042	14.869.099



## 21. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização e Transferências	Redução	Saldo final
<b>2012</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 12 e 13)	78.700.909	20.221.342	(15.791.630)	(49.604)	83.081.017
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	12.801.233	286.548	(8.709.992)	-	4.377.789
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	2.368.066	1.658.657	(8.964.477)	43.612.202
	140.052.098	22.875.956	(22.842.965)	(9.014.081)	131.071.008
<b>2011</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 12 e 13)	70.410.631	21.420.143	(12.613.979)	(515.886)	78.700.909
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	14.930.606	153.004	(2.282.377)	-	12.801.233
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	4.901.837	10.531.087	(32.996)	48.549.956
	118.491.265	26.474.984	(4.365.269)	(548.882)	140.052.098

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 632.751 euros (1.258.253 euros em 2011) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33). Em 31 de dezembro de 2011 inclui ainda o montante de 1.365.080 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.d)).

O reforço relativo a 'Perdas de imparidade acumuladas em inventários' encontra-se registado na demonstração de resultados, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.j)). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 21.956.657 euros (23.698.647 euros em 2011).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes e inventários com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados e, a 31 de dezembro de 2011, a reclassificações de responsabilidades que se encontravam registadas na rubrica 'Outros passivos correntes' (Nota 27), por se considerar não poder ser estimado com fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)).

As reduções incluem o montante de 8.940.252 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.d)). A redução verificada durante o exercício de 2012 deve-se ao registo da atualização para o valor presente das provisões criadas para desmantelamento de sites, tendo em consideração a data estimada de utilização das mesmas, a qual foi registada por contrapartida de uma redução de igual montante nos ativos fixos tangíveis (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2011, as reduções incluem 25.663 euros registados, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33).

Desta forma, o montante de redução registado na demonstração de resultados na rubrica 'Outros Proveitos Operacionais' ascende a 73.829 euros em 31 de dezembro de 2012 e a 523.219 euros em 31 de dezembro de 2011 (Nota 29).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2012	2011
Desmantelamento de sites	13.983.949	22.864.201
Contingências diversas	4.338.072	3.337.770
Processos judiciais em curso	2.969.849	3.101.417
Indemnizações a liquidar	877.890	889.124
Outras responsabilidades	21.442.442	18.357.444
	43.612.202	48.549.956

A 31 de dezembro de 2012, o valor das provisões para desmantelamento de sites encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – ‘Provisões, Passivos e Ativos Contingentes’.

A rubrica de ‘Contingências diversas’ diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica ‘Outras responsabilidades’ corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 19 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 (Nota 42) e 5,2 milhões de euros relacionados com descontos de *roaming*.

## 22. TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento ‘Corporate’, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 10).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (‘TAGUS’), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas ‘Magma No. 1 Securitisation Notes’, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas à Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.952.518 euros) foi relevado no passivo corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor registado em ‘Titularização de créditos’ tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	Total
<b>2012</b>			
Titularização de créditos	19.952.518	-	19.952.518
<b>2011</b>			
Titularização de créditos	19.802.596	19.951.846	39.754.442

## 23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Espectro para 4ª Geração	21.602.124	27.423.410
Sociedade de Informação	13.944.247	2.253.107
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 38)	262.047	360.580
Outros	1.923.362	4.682
	<b>37.731.780</b>	<b>30.041.779</b>

A rubrica 'Espectro para 4ª Geração' corresponde ao valor atual do montante a pagar nos próximos anos, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 6).

A rubrica 'Sociedade de Informação' refere-se à parcela de médio e longo prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa no âmbito do programa 'Iniciativas E' (Notas 6, 13 e 27).

A rubrica 'Outros' inclui o montante de 1.919.016 euros referente à parcela de médio e longo prazo do valor a pagar relativo à aquisição da Connectiv (Nota 4).

## 24. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
<b>2012</b>				
Fornecedores, conta corrente	132.268.608	102.355.000	-	29.913.608
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34.189.088	33.189.088	-	1.000.000
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2.538.668	2.538.668	-	-
	<b>168.996.364</b>	<b>138.082.756</b>	<b>-</b>	<b>30.913.608</b>
<b>2011</b>				
Fornecedores, conta corrente	128.480.991	98.567.383	-	29.913.608
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	38.253.595	37.253.595	-	1.000.000
Fornecedores, faturas em receção e conferência	5.888.000	5.888.000	-	-
	<b>172.622.586</b>	<b>141.708.978</b>	<b>-</b>	<b>30.913.608</b>

O saldo de 'Fornecedores, conta corrente' com maturidade superior a 180 dias a 31 de dezembro de 2012 e 2011, corresponde ao diferendo da subsidiária Optimus - Comunicações S.A. mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 (Nota 42).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do grupo e de aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

## 25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 3.873.491 euros (2.645.498 euros em 2011) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 20).

## 26. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros credores	2.147.634	5.686.734
Estado e outros entes públicos	10.594.837	18.145.938
	12.742.471	23.832.672

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

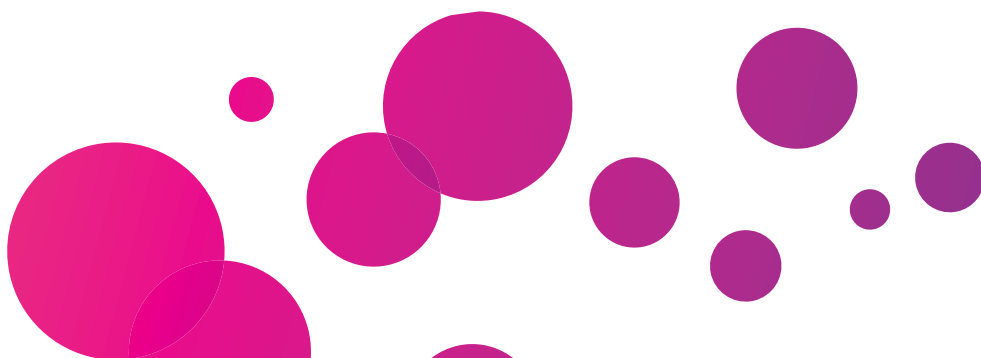
	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2012				
Outros credores	2.147.634	2.147.634	-	-
2011				
Outros credores	5.686.734	5.686.734	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2012	2011
Optimus	3.452.751	13.314.812
Be Artis	3.121.787	679.716
WeDo Brasil	1.348.121	950.529
Digitmarket	481.762	666.930
Mainroad	435.829	540.244
WeDo	425.246	725.160
Público	408.483	397.917
Be Towering	222.972	116.302
Sonaecom	101.116	270.560
Outros	596.770	483.768
	10.594.837	18.145.938

A 31 de dezembro de 2011, o saldo da rubrica de 'Estado e outros entes públicos' da filial Optimus –Comunicações, S.A. incluía um montante credor de 8.868.043 euros de IVA liquidado relativo à venda de ativos fixos tangíveis à Be Artis e Be Towering ocorrida no final do exercício.



## 27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Custos a pagar:</b>		
Faturação a emitir por operadores	30.053.910	33.764.156
Custos com o pessoal	25.883.596	24.585.184
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	10.940.733	87109.212
Trabalhos especializados	6.273.225	5.100.557
Publicidade e propaganda	5.371.261	7.088.870
Comissões	2.999.905	4.204.014
Descontos de quantidade	1.164.820	1.133.174
Sociedade de Informação	640.159	15.793.539
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 38)	272.410	281.169
Conservação e reparação	189.221	398.410
Outros custos a pagar	4.099.266	2.721.004
Outros fornecimentos e serviços externos	11.838.779	11.393.714
	<b>99.727.285</b>	<b>193.573.003</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Receitas antecipadas de clientes (Nota 14)	25.045.532	27.465.209
Outros proveitos diferidos	2.613.731	2.835.549
	<b>27.659.263</b>	<b>30.300.758</b>
	<b>127.386.548</b>	<b>223.873.761</b>

A rubrica 'Ativos fixos tangíveis e intangíveis', em 31 de dezembro de 2012, inclui 6,6 milhões de euros (83 milhões de euros em 2011) referentes ao valor a pagar no curto prazo, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a 'Sociedade de Informação' de 640.159 euros (15.793.539 euros em 2011) euros, é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa, no âmbito do programa 'Iniciativas E' (Notas 6, 13 e 23).

A rubrica 'Receitas antecipadas de clientes' diz respeito, essencialmente, a valores recebidos de clientes, por parte da filial Optimus - Comunicações S.A., associados aos recarregamentos de telemóveis e à compra de minutos de telecomunicações ainda não consumidos.

## 28. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Telecomunicações	719.574.601	753.584.939
Sistemas de Informação	84.938.165	84.155.644
Multimédia	20.915.696	25.870.032
Outros	9.917	23.800
	<b>825.438.379</b>	<b>863.634.415</b>

## 29. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Proveitos suplementares	4.882.076	3.873.033
Redução de provisões (Nota 21)	73.829	523.219
Outros	4.334.058	4.413.033
	9.289.963	8.809.285

## 30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2012	2011 (reexpresso - Nota 1)
Custos de interligação	184.408.238	188.141.719
Trabalhos especializados	41.820.450	48.371.726
Rendas e alugueres	33.669.843	33.571.032
Outros subcontratos	28.540.091	30.062.630
Publicidade e propaganda	25.699.043	31.871.879
Comissões	18.346.882	21.151.373
Aluguer de circuitos	11.693.577	18.184.398
Eletricidade	10.401.495	9.349.685
Honorários	6.598.026	3.283.231
Deslocações e estadas	5.659.661	5.482.738
Conservação e reparação	5.337.415	5.061.148
Comunicação	4.632.371	5.479.917
Outros	15.967.465	19.750.632
	392.774.557	419.762.108

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2012	2011
<b>Pagamentos mínimos de locação operacional:</b>		
2012	-	42.839.962
2013	34.523.148	40.095.819
2014	29.975.673	37.436.967
2015	27.806.013	33.194.388
2016	23.701.830	30.878.165
2017 e seguintes	50.356.290	33.015.458
Renováveis por 1 ano	4.405.988	3.032.699
	170.768.942	220.493.458

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidos 42.226.308 euros (46.043.036 euros, em 2011) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A atualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

### 31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Outros custos operacionais' apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos e taxas	14.213.811	14.869.480
Outros	667.681	794.070
	14.881.492	15.663.550

A rubrica 'Impostos e taxas', em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui, essencialmente, as taxas pagas pela subsidiária Optimus - Comunicações à ANACOM, associadas ao número de clientes ativos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM e UMTS.

### 32. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2012	2011
<b>Resultados financeiros relativos a empresas associadas:</b>		
Perdas relativas a empresas associadas	-	(54.422)
	-	(54.422)
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados:	(16.180.529)	(15.366.263)
Empréstimos bancários	(12.017.565)	(10.306.109)
Juros securitização	(1.611.104)	(2.895.623)
Juros de leasing	(992.784)	(1.007.214)
Outros juros	(1.559.077)	(1.157.317)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2.304.814)	(1.344.613)
Outros custos financeiros	(2.226.499)	(702.301)
	(20.711.843)	(17.413.177)
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	5.459.242	6.966.038
Diferenças de câmbio favoráveis	1.197.957	1.596.801
Outros proveitos financeiros	44.905	12.693
	6.702.104	8.575.532

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

### 33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011 (reexpresso - Nota 1)
Imposto corrente	(3.337.447)	(4.336.037)
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 21)	(632.751)	(1.232.590)
Imposto diferido ativo (Nota 10)	(2.777.093)	(5.704.255)
Imposto diferido passivo (Nota 10)	3.606.259	317.242
	(3.141.032)	(10.955.640)

## 34. PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012			
	Contas a receber (Notas 12 e 13)	Contas a pagar (Notas 24 e 26)	Aplicações de tesouraria (Nota 15)	Outros ativos / (passivos) (Notas 14 e 27)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	14.290	47.256	-	3.026
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	951.191	437.438	-	43.538
Worten	3.228.368	571.551	-	(1.074.423)
Sonaecenter II	1.538.779	32.050	-	(360.514)
Sierra Portugal	1.174.632	123.435	-	181.310
Raso Viagens	58.025	207.980	-	30.131
SC-Sociedade de Consultadoria	157.358	(396)	-	(169.905)
Sonae Indústria PCDM	388.471	-	-	28.155
Sonae Investments BV	-	-	16.810.000	2.029
France Telecom	1.906.520	3.645.753	-	(3.728.782)
	9.417.634	5.065.067	16.810.000	(5.045.435)

	Saldos em 31 de dezembro de 2011			
	Contas a receber (Notas 12 e 13)	Contas a pagar (Notas 24 e 26)	Aplicações de tesouraria (Nota 15)	Outros ativos / (passivos) (Notas 14 e 27)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	41.795	(25.722)	-	(71.211)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	604.433	435.505	-	(390.750)
Worten	3.177.091	(67.007)	-	(746.452)
Sonaecenter II	1.095.731	82.601	-	(64.671)
Sierra Portugal	980.915	9.912	-	(215.700)
Raso Viagens	66.980	65.052	-	(61.660)
SC-Sociedade de Consultadoria	102.887	-	-	(57.504)
Sonae Indústria PCDM	276.156	(6.150)	-	30.084
Sonae Investments BV	-	-	36.810.000	7.166
France Telecom	1.664.010	1.745.346	-	(3.476.185)
	8.009.998	2.239.537	36.810.000	(5.046.883)





## Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	20.932	52.756	274.803	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	4.238.875	1.228.275	-	334.191
Worten	4.249.318	2.293.120	-	314
Sonaecenter II	9.200.803	686.001	-	-
Sierra Portugal	6.835.654	733.080	-	(49)
Raso Viagens	434.283	1.970.933	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.335.587	(274)	-	413
Sonae Indústria PCDM	1.463.673	(5.150)	-	-
Sonae Investments BV	-	-	819.392	-
France Telecom	15.280.993	17.357.805	-	-
	<b>43.060.118</b>	<b>24.316.546</b>	<b>1.094.195</b>	<b>334.869</b>

## Transações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	104.723	127.090	(11.039)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.875.812	1.658.955	-	312.569
Worten	4.563.977	2.596.214	-	4.078
Sonaecenter II	9.253.114	530.772	-	-
Sierra Portugal	6.806.855	1.819.929	-	12.532
Raso Viagens	528.563	2.471.643	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	694.821	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	1.474.118	(5.000)	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.622.984	-
France Telecom	15.052.372	12.983.794	-	-
	<b>41.354.355</b>	<b>22.183.397</b>	<b>1.611.945</b>	<b>329.179</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o grupo celebrou um contrato com a Sonae-SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros, o qual foi registado por contrapartida da rubrica 'Outras reservas' do capital próprio (Nota 38).

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota. Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 35. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	30.000.000	15.000.000
Optimus, Sonaecom, Sontária e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA, RF	8.481.387	8.461.628
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	5.955.731	5.955.731
WeDo	Espírito Santo Bank	Empréstimo bancário (Nota 19)	5.784.826	-
We Do, WeDo Egipto e WeDo Mexico	Digi Telemunications; Emirates Telecom. Corp.; ETISALAT Afghanistan; Pak Telecom Mobile; Scotia Leasing Panama	Boa execução de trabalhos a realizar	1.153.110	910.553
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' - QREN	417.797	417.797
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos, Faro, Chaves e Oeiras	Boa execução de trabalhos a realizar	87476	246.270
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	-	271.511
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	-	104.650
Várias	Outros		1.259.767	1.195.907
			<b>53.140.094</b>	<b>32.564.047</b>

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de dezembro de 2012, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.



## 36. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimídia;
- Sistemas de informação;
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o threshold quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding', engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

O segmento das telecomunicações, a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011 (reexpresso), foi preparado assumindo que a estrutura do grupo Optimus a 1 de janeiro de 2011 correspondia à estrutura do grupo à data de 31 de dezembro de 2012, o que se refletiu no cálculo do Goodwill naquela data.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub- Total		Eliminações		Total	
	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-11 (reexpresso - Nota 1)
<b>Proveitos:</b>														
Vendas e Prestações de serviços	720.658.674	754.730.470	20.935.753	25.912.825	103.824.565	108.485.874	3.492.234	3.879.652	848.911.226	893.008.821	(23.472.847)	(29.374.406)	825.438.379	863.634.415
Redução de provisões	24.225	466.357	15.623	-	33.981	56.862	-	-	73.829	523.219	-	-	73.829	523.219
Outros proveitos operacionais	11.369.235	10.876.288	379.350	641.802	1.472.498	667.646	31.204	896	13.252.287	12.186.632	(4.036.153)	(3.900.566)	9.216.134	8.286.066
Total de proveitos	732.052.134	766.073.115	21.330.726	26.554.627	105.331.044	109.210.382	3.523.438	3.880.548	862.237.342	905.718.672	(2.750.900)	(33.274.972)	834.728.342	872.443.700
Amortizações e depreciações	(139.678.370)	(142.834.219)	(112.3.819)	(1.163.467)	(5.413.406)	(5.161.242)	(68.403)	(75.411)	(146.283.998)	(149.234.339)	(7.120.979)	(4.067.301)	(153.404.977)	(153.301.640)
Provisões e perdas de imparidade	(20.695.836)	(23.117.469)	(129.272)	(29.238)	(1.116.162)	(551.940)	(15.387)	-	(21.956.657)	(23.698.647)	-	-	(21.956.657)	(23.698.647)
Resultado operacional do segmento	102.936.674	88.851.480	(8.252.987)	(4.251.720)	6.635.503	3.511.450	(1.009.256)	(1.045.192)	100.309.934	87.066.018	(7.727.114)	(4.893.114)	92.582.820	82.172.904
Juros obtidos	4.234.754	5.017.991	54.700	90.012	169.225	69.527	14.880.982	13.371.488	19.339.661	18.549.018	(13.880.420)	(11.582.983)	5.459.241	6.966.035
Juros suportados	(13.838.396)	(13.851.070)	(429.913)	(32.732)	(1.111.693)	(972.020)	(13.717.752)	(11.750.079)	(29.097.754)	(26.900.561)	12.917.225	11.534.299	(16.180.529)	(15.366.262)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	(54.422)	-	-	-	-	-	(54.422)	-	-	-	(54.422)
Outros resultados financeiros	(1.729.903)	(249.983)	3.865	(5.076)	(1.087.127)	53.660	113.242.845	(4.693.649)	110.429.680	(4.895.048)	(113.718.131)	4.457.630	(3.288.451)	(4.374.18)
Impostos sobre o rendimento	(3.495.022)	(766.102)	2.166.025	1.149.718	(2.820.487)	(4.151.648)	81.892	(406.678)	(4.067.592)	(11.069.710)	926.560	114.070	(3.141.032)	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado do exercício	88.108.107	72.107.316	(6.458.310)	(3.398.880)	1.785.421	(1.489.031)	113.478.711	(4.524.110)	196.913.929	62.695.295	(121.481.880)	(370.098)	75.432.049	62.325.197
<b>Atribuível a:</b>														
Acionistas da empresa mãe	88.108.107	72.107.316	(6.458.310)	(3.398.880)	1.778.682	(1.489.603)	113.478.711	(4.524.110)	196.907.190	62.694.723	(121.487.813)	(407.325)	75.419.377	62.287.398
Interesses sem controlo	-	-	-	-	6.739	572	-	-	6.739	572	5.933	37.227	12.672	37.799
<b>Ativos:</b>														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	1.514.851.098	1.527.382.802	3.957.923	4.125.705	76.653.543	68.219.146	305.814	363.332	1.595.768.378	1.600.090.985	(115.142.466)	(106.451.825)	1.480.625.912	1.493.639.160
Inventários	13.034.702	6.067.184	615.150	814.340	201.885	483.866	-	-	13.851.737	7.365.390	-	-	13.851.737	7.365.390
Investimentos financeiros	-	-	209.829	209.829	1.504.296	2.494	1.048.336.476	1.127.492.297	1.127.770.462	1.127.770.462	(1.049.838.278)	(1.127.492.297)	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	9764.7755	97.696.644	3.570	3.570	5.892.325	5.573.619	530.961.790	486.935.257	634.505.440	590.209.090	(530.947.999)	(486.090.236)	103.557.441	104.118.854
Outros ativos correntes do segmento	231.930.799	307.175.851	8.116.215	7645.124	53.329.425	48.302.313	136.461.502	105.985.335	429.837.941	469.108.623	(127.161.568)	(36.963.558)	302.676.373	432.145.065
<b>Passivos:</b>														
Passivos do segmento	810.003.305	880.950.206	16.428.857	17.566.429	76.285.566	70.437.346	379.422.086	459.647.654	1.282.139.814	1.428.601.635	(464.459.029)	(425.521.811)	817.680.785	1.003.079.824
CAPEX	130.088.691	234.665.804	956.495	587.517	14.935.082	3.895.291	21.765.914	168.896.696	167.746.182	408.045.308	(24.538.027)	(159.001.299)	143.208.155	249.044.009

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	dez-12	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12	dez-11 (reexpresso - Nota 1)	dez-12	dez-11 (reexpresso - Nota 1)
<b>Proveitos:</b>								
Vendas e prestações de serviços	528.133.982	570.721.343	222.532.480	220.396.630	(30.007.788)	(36.387.503)	720.658.674	754.730.470
Doutros proveitos operacionais	28.501.814	32.214.612	1.255.796	1.002.469	(18.364.150)	(21.874.436)	11.393.460	11.342.645
<b>Total de proveitos</b>	<b>556.635.796</b>	<b>602.935.955</b>	<b>223.788.276</b>	<b>221.399.099</b>	<b>(48.371.938)</b>	<b>(58.176.186)</b>	<b>732.052.134</b>	<b>766.073.115</b>
Amortizações e depreciações	(106.775.613)	(106.054.415)	(32.743.713)	(36.503.852)	(159.044)	(275.952)	(139.678.370)	(142.834.219)
Resultado operacional do segmento	121.064.541	112.577.145	(17.976.589)	(23.503.442)	(151.278)	(222.223)	102.936.674	88.851.480
<b>Ativos:</b>								
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	815.623.907	821.431.822	141.945.160	147.098.094	-	-	957.569.067	968.529.916
Inventários	12.327.368	5.747.066	707.334	320.118	-	-	13.034.702	6.067.184
Investimentos financeiros	-	1.282.025	-	-	-	-	-	-
CAPEX	108.719.937	210.674.140	20.286.718	23.436.664	1.082.036	555.000	130.088.691	234.665.804

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
<b>2012</b>				
Telecomunicações	-	-	18.779.380	3.038.639
Multimédia	373.756	-	104.654	145.875
Sistemas de Informação	620.347	15.257	-	297.803
Atividades de Holding	89.970	4.800	2.366	-
Clientes externos	719.574.601	20.915.696	84.938.165	9.917
	720.658.674	20.935.753	103.824.565	3.492.234
<b>2011</b>				
Telecomunicações	-	-	24.144.824	3.332.236
Multimédia	382.264	-	127.242	171.270
Sistemas de Informação	749.679	44.635	-	352.347
Atividades de Holding	63.560	4.091	3.667	-
Clientes externos	753.536.375	25.864.099	84.210.141	23.799
	754.731.878	25.912.825	108.485.874	3.879.652

## 37. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao grupo (75.419.377 euros em 2012 e 62.287.398 euros em 2011 reexpresso - Nota 1) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, deduzidas das ações próprias (359.390.746 em 2012 e 357.163.073 em 2011).

## 38. PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S. A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 dezembro 2012	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009**	1,685	10-mar-10	08-mar-13	4	247.423
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	365	2.944.458
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	362	3.057.697
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	7	384.120
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	7	761.890

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

\*\* Algumas empresas do grupo pagaram este plano antecipadamente, em dezembro de 2012.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2011:</b>				
Ainda diferidas	1.155	8.892.470	16	1.100.633
Total	1.155	8.892.470	16	1.100.633
<b>Movimentos no ano:</b>				
Atribuídas	367	2.911.077	7	696.026
Vencidas	(381)	(3.802.108)	(4)	(405.776)
Vencidas e exercidas antecipadamente	(369)	(2.516.247)	-	-
Canceladas / extintas / corrigidas/ transferidas <sup>(1)</sup>	(41)	764.386	(1)	97.369
<b>Saldo a 31 dezembro 2012:</b>				
Ainda diferidas	731	6.249.578	18	1.488.252
Total	731	6.249.578	18	1.488.252

<sup>(1)</sup> As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato (Nota 34). A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' (Nota 27) e 'Outros passivos não correntes' (Nota 23).

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS			Ações Sonaecom
	Plano 2009	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2011
Valor nominal	251.337	257.574	323.727	3.291.520
Maturidade	mar-13	mar-14	mar-15	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor				Nível 2
Método de valorização	Custo atual de substituição			
Justo valor*	(37.072)	13.097	193.629	825.660

\* Utilizada a cotação de final de ano no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	27115.317	3.959.810	31.075.127
Custos reconhecidos no exercício	4.619.444	304.175	4.923.619
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(19.838.452)	(3.474.937)	(23.313.389)
Custos dos planos exercidos no exercício	(8.186.296)	(313.825)	(8.500.121)
<b>Total de custos dos Planos</b>	<b>3.710.013</b>	<b>475.223</b>	<b>4.185.236</b>
Registados em 'Outros passivos correntes' (Nota 27)	44.534	227.876	272.410
Registados em 'Outros passivos não correntes' (Nota 23)	14.700	247.347	262.047
Registado em Reservas	3.650.779	-	3.650.779

### 39. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AO PESSOAL CHAVE DA GERÊNCIA

Durante os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de dezembro de 2012 e 2011 (19 dirigentes em 2012 e 2011), foi como segue:

	2012	2011
Benefícios de empregados de curto prazo	3.194.563	3.324.526
Pagamentos com base em ações	825.843	876.286
	4.020.406	4.200.812

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2012 e 2011 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2013 e relativo à performance de 2012 (e atribuído em 2012 relativo à performance de 2011, para o valor de 2011), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2016 e março de 2015, respetivamente. O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

### 40. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 2012 e 2011, o grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2012	2011
Revisão legal de contas	171.699	145.022
Outros serviços de garantia e fiabilidade	34.000	43.637
Consultoria fiscal	47.785	19.081
Outra consultoria	-	20.000
<b>Total</b>	<b>253.484</b>	<b>227.740</b>

## 41. TRABALHADORES AO SERVIÇO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.132 e de 2.152, respetivamente. A 31 de dezembro de 2012 o número de trabalhadores ascendia a 2.121.

## 42. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de dezembro de 2012, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de 'Outros ativos correntes' no valor de 411.649 euros, e de 'Provisões para Outros Riscos e Encargos' no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido entre a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A. e essencialmente a TMN - Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. O grupo considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração do Anacom em abril de 2012, foi aplicada, à subsidiária Optimus, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, no âmbito do processo de contra-ordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, de uma deliberação daquela entidade em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

## 43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012 (Nota 4), entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT.

Em 21 de janeiro de 2013, foi anunciado, pelas administrações da Optimus SGPS e da Zon, a aprovação do respetivo projeto de fusão, estando este condicionado ainda à aprovação por parte dos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais, bem como a não oposição da Autoridade da Concorrência e à emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da CMVM.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT-Orange') concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do sector das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de março de 2013.



## ANEXO

## Pessoal chave gerência - Sonaecom

Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Gonçalves Paiva

## Pessoal chave gerência - Sonae SGPS

Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

## Empresas do grupo Sonae/Efanor

300 Holding GmbH	BA Capital, SGPS, SA
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BB Food Service, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Beralands BV
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskov Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.

### Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Craiova Mall BV	Harvey Dos Iberica, S.L.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	HighDome PCC Limited
Darbo S.A.S	Iberian Assets, S.A.
Deutsche Industrieholz GmbH	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Discovery Sports, SA	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Ecociclo II	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosonae II
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fashion Division, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infocfield – Informática, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Frieengineering International Ltda	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
GHP GmbH	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS
Glunz AG	La Farga – Shopping Center, SL
Glunz Service GmbH	Laminate Park GmbH Co. KG
Glunz UK Holdings Ltd	Larim Corretora de Resseguros Ltda
Glunz Uka GmbH	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
GMET, ACE	Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA

### Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	OSB Deutschland GmbH
Libra Serviços, Lda.	PantheonPlaza BV
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Pareuro, BV
Loureshopping - Centro Comercial, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Parque Principado SL
Marcas do Mundo - Viag. e Turismo Unip, Lda	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marinamagic - Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Marmagno - Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marvero - Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Peixes do Continente - Ind.Dist.Peixes, S.A.
MDS Consultores, S.A.	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
MDS SGPS, SA	Plaza Éboli B.V.
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli - Centro Comercial S.A.
Megantic BV	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Shopping BV
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Plysorol, BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Poliface North America
Modelo Continente Intenational Trade, SA	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.
Modelo.com - Vendas p/Correspond., S.A.	Praedium - Serviços, S.A.
Movelpartes - Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Praedium II - Imobiliária, S.A.
Movimento Viagens - Viag. e Turismo U.Lda	Praedium SGPS, S.A.
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.
Munster Arkaden, BV	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
Norteshopping - Centro Comercial, S.A.	Pridelease Investments, Ltd
Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV	Proj. Sierra Germany 4 (four) - Sh.C.GmbH
Nova Equador Internacional, Ag.ViagT, Ld	Proj.Sierra Germany 2 (two) - Sh.C.GmbH
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	Proj.Sierra Italy 2 - Dev. Of Sh.C.Srl

## Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Proj. Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC Mediterraneo Cosmos B.V
Proj. Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SC, SGPS, SA.
Project 4, Srl	SCS Beheer, BV
Project SC 1 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project SC 2 BV	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 7 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 8 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Charagonis 1 S.A.	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Four, SA	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Charagonis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Charagonis Propert.Management S.A.
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Development Greece, S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Developments Germany GmbH
Project Sierra Two Srl	Sierra Developments Holding B.V.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Romania, Srl
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
RASO, SGPS, S.A.	Sierra GP Limited
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
River Plaza Mall, Srl	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
River Plaza, BV	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Investments Holding B.V.
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra Investments SGPS, S.A.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Italy Holding B.V.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Management Greece S.A.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
SC Aegean B.V.	Sierra Management Romania, Srl
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
SC Finance BV	Sierra Management, SGPS, S.A.



### Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Sierra Portugal, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontur BV
SISTAVAC, S.A.	Sonvecap BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sopair, S.A.
SKK SRL	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Recicladados de Andalucía, SL
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae RE, S.A.	Tool GmbH
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Torre Ocidente Imobiliária, S.A.
Sonae SGPS, S.A.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra Brasil S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Troia Market, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonae UK, Ltd.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Unishopping Administradora Ltda.
SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.



**Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)**

Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Valecenter Srl	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Valor N, S.A.	Worten Canárias, SL
Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.	Worten España, S.A.
Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Via Catarina – Centro Comercial, S.A.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	Zippy Turquia
Vistas do Freixo, SA	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Vuelta Omega, S.L.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
Weierstadt Shopping BV	

**Empresas do grupo FT**

France Télécom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.
----------------------	------------------------------



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.



## 6.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM

### BALANÇOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
<b>Ativo</b>			
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	296.504	361.047
Ativos intangíveis	1.b) e 3	9.310	2.285
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	1.072.873.096	1.097.478.929
Outros ativos não correntes	1.c), 1.m), 4, 6 e 22	521.421.792	542.879.752
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.594.600.702</b>	<b>1.640.722.013</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4, 8 e 22	10.115.242	5.250.772
Outros ativos correntes	1.m), 9 e 22	3.687.639	1.249.804
Caixa e equivalentes de caixa	1.d), 1.g), 4, 10 e 22	103.717.414	61.289.703
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>117.520.295</b>	<b>67.790.279</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.712.120.997</b>	<b>1.708.512.292</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	11	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.p) e 12	(6.299.699)	(13.594.518)
Reservas	1.o)	870.193.067	904.095.590
Resultado líquido do exercício		103.229.835	(796.682)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.333.370.071</b>	<b>1.248.787.258</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.d), 1.h), 1.i), 4, 13.a) e 22	190.239.630	319.485.865
Provisões para outros riscos e encargos	1.k), 1.n) e 14	74.959	68.654
Outros passivos não correntes	1.m), 1.s) e 15	174.176	271.207
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>190.488.765</b>	<b>319.825.726</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.d), 1.g), 1.h), 1.i), 4, 13.b) e 22	186.419.026	137.109.904
Outras dívidas a terceiros	1.d), 4, 16 e 22	828.261	1.579.811
Outros passivos correntes	1.m), 1.s), 17 e 22	1.014.874	1.209.593
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>188.262.161</b>	<b>139.899.308</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.712.120.997</b>	<b>1.708.512.292</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	dezembro 2012	setembro a dezembro de 2012 (Não auditado)	dezembro 2011	setembro a dezembro de 2011 (Não auditado)
Prestações de serviços	18 e 22	3.492.234	606.905	3.879.652	923.030
Outros proveitos operacionais	1.f)	319	-	896	-
		3.492.553	606.905	3.880.548	923.030
Fornecimentos e serviços externos	1.e), 19 e 22	(2.044.286)	(613.122)	(1.986.852)	(431.132)
Custos com o pessoal	1.s), 25, 26 e 27	(2.248.401)	(503.192)	(2.655.517)	(679.966)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(68.403)	(17.227)	(75.411)	(18.529)
Provisões e perdas de imparidade	1.k) e 14	(15.387)	-	-	-
Outros custos operacionais		(56.689)	(21.255)	(100.022)	(22.935)
		(4.433.166)	(1.154.796)	(4.817.802)	(1.152.562)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5, 6 e 20	103.388.419	10.270.291	(9.880.000)	(6.644.000)
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.i), 1.q), 1.r), 13, 20 e 22	(14.238.054)	(3.578.832)	(12.043.254)	(4.063.979)
Outros proveitos financeiros	1.q), 10, 20 e 22	14.938.191	6.519.301	15.312.037	775.022
<b>Resultados correntes</b>		<b>103.147.943</b>	<b>12.662.869</b>	<b>(7548.471)</b>	<b>(10.162.489)</b>
Imposto sobre o rendimento	1.l), 7 e 21	81.892	(551.686)	(412.211)	1.603.411
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>103.229.835</b>	<b>12.111.183</b>	<b>(7960.682)</b>	<b>(8.559.078)</b>
<b>Resultados por ação</b>	24				
<b>Incluindo operações em descontinuação:</b>					
Básicos		0,29	0,03	(0,02)	(0,02)
Diluídos		0,29	0,03	(0,02)	(0,02)
<b>Excluindo operações em descontinuação:</b>					
Básicos		0,29	0,03	(0,02)	(0,02)
Diluídos		0,29	0,03	(0,02)	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



## DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Notas	dezembro 2012	dezembro 2011
Resultado líquido do exercício		103.229.835	(7960.682)
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto		-	-
Rendimento integral do exercício		103.229.835	(7960.682)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Capital social	Ações próprias (Nota 12)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 25)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Reservas Total de reservas	Resultado líquido	Total
<b>2012</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.590	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	(25.172.240)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	103.229.835	103.229.835
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	438.791	-	-	(497.588)	(438.791)	380.690	(555.689)	-	(116.898)
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto e médio prazo	-	9.031.343	-	-	-	(9.031.343)	8.688.712	(342.631)	-	8.688.712
Entrega de ações próprias no âmbito do empréstimo em ações às subsidiárias	-	1.962.514	-	-	-	(1.962.514)	1.962.514	-	-	1.962.514
Devolução de ações próprias no âmbito do empréstimo às subsidiárias	-	(1.962.514)	-	-	-	1.962.514	(1.962.514)	-	-	(1.962.514)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	405.219	-	-	405.219	-	405.219
Derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 25)	-	-	-	-	-	-	(276.500)	(276.500)	-	(276.500)
Aquisição de ações próprias	-	(2.175.315)	-	-	-	2.175.315	(2.175.315)	-	-	(2.175.315)
Saldo em 31 dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

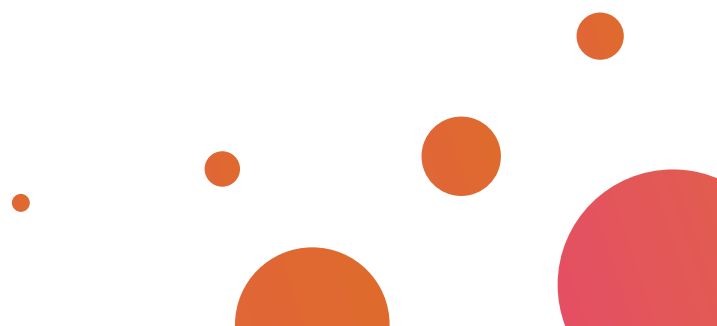
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Capital social	Ações próprias (Nota 12)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 25)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Reservas Total de reservas	Resultado líquido	Total
<b>2011</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	551.381	15.030.834	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	- 6.770.189	-	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17859.403)	(17859.403)	-	(17859.403)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(7960.682)	(7960.682)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	3.659.603	-	-	(186.538)	(3.659.603)	1.775.360	(2.070.781)	-	1.588.822
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	377.682	-	-	377.682	-	377.682
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	-	2.223.287	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
Saldo em 31 dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	799.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.590	(7960.682)	1.248.787.258

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	dezembro 2012		dezembro 2011	
<b>Atividades operacionais</b>				
Pagamentos a fornecedores	-		-	
Pagamentos ao pessoal	(2.145.722)		(2.734.933)	
Fluxo gerado pelas operações	(2.145.722)		(2.734.933)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.854.525)		(1.468.316)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	7133.247		2.847.365	
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>		<b>3.133.000</b>		<b>(1.355.884)</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Investimentos financeiros	486.805.537		17840.000	
Ativos fixos tangíveis	267		800	
Juros e proveitos similares	12.125.271		21.139.843	
Empréstimos concedidos	-		58.320.000	
Dividendos recebidos	129.476.277	628.407.352	-	97300.643
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Investimentos financeiros	(175.415.602)		(177755.291)	
Ativos fixos tangíveis	(2.445)		(1.577)	
Ativos intangíveis	(6.408)		-	
Empréstimos concedidos	(291.414.000)	(466.838.455)	-	(177756.868)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>161.568.897</b>		<b>(80.456.225)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Empréstimos obtidos	50.000.000	50.000.000	104.750.000	104.750.000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Juros e custos similares	(14.360.631)		(11.460.754)	
Dividendos pagos	(25.172.240)		(17.859.403)	
Aquisição de ações próprias	(2.175.315)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(130.566.000)	(172.274.186)	(5.736.000)	(37279.444)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(122.274.186)</b>		<b>67470.556</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>42.427.711</b>		<b>(14.341.553)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		61.289.703		75.631.256
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		103.717.414		61.289.703

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trígoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	dezembro 2012	dezembro 2011
<b>1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais</b>		
<b>a) Outras atividades empresariais</b>		
Alienação da participação na Be Artis à OPTIMUS, SGPS, S.A.	455.735.851	-
Alienação da participação na Sontária à OPTIMUS, SGPS, S.A.	9.380.876	-
Reembolso de prestações acessórias na Be Artis	14.943.304	-
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.243.735	-
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	3.501.771	17840.000
	<b>486.805.537</b>	<b>17840.000</b>
<b>b) Outras atividades empresariais</b>		
Saída de dinheiro para cobertura de prejuízos da Be Artis	14.943.304	-
Saída de dinheiro para cobertura de prejuízos da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	3.243.735	-
Saída de dinheiro para cobertura de prejuízos do Público - Comunicação Social, S.A.	3.501.771	-
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	50.000	-
Constituição da ZOPT, SGPS, S.A.	25.000	-
Prestações acessórias na OPTIMUS, SGPS, S.A.	106.000.000	-
Prestações acessórias na Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	39.951.792	-
Prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	7500.000	1.900.000
Prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	200.000	305.000
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	12.990.000
Pagamento da Aquisição da Optimus - Comunicações S.A.	-	133.700.000
Pagamento da Aquisição do Público - Comunicação Social, S.A.	-	20.000.000
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
	<b>175.415.602</b>	<b>177755.291</b>
<b>c) Dividendos recebidos</b>		
Optimus - Comunicações, S.A.	68.175.378	-
OPTIMUS, SGPS, S.A.	29.684.926	-
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	31.032.500	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	583.473	-
	<b>129.476.277</b>	<b>-</b>
<b>2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes</b>		
Numerário	1.280	10.291
Depósitos à ordem	31.134	74.412
Aplicações de tesouraria	103.685.000	61.205.000
Caixa e seus equivalentes	103.717.414	61.289.703
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>103.717.414</b>	<b>61.289.703</b>



	dezembro 2012	dezembro 2011
<b>3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias</b>		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	69.000.000	106.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard



## 6.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA SONAECOM

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo

da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.





## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 - 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010)</b>	1-jul-11
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
A aplicação desta norma não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)</b>	1-jul-11 (**)
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b>	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b>	1-jan-13(*)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b>	1-jan-13(*)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b>	1-jan-13(*)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b>	1-jan-13(*)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)</b>	1-jan-12(**)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b>	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	---

<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b>	1-jan-14
---	----------

A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.

<b>IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	1-jan-13
---	----------

A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção do IFRS 10, 11 e 12 e as emendas ao IAS 27 e IAS 28, uma entidade deverá utilizar estas normas o mais tardar nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

(\*\*) De acordo com o regulamento que aprova as emendas ao IAS 12 e IFRS 7, uma entidade deverá aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida.

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	---

<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b>	1-jan-13
---	----------

As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.

<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b>	1-jan-15
--	----------

Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b>	1-jan-13
--	----------

O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.

<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b>	1-jan-13
---	----------

As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.

<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b>	1-jan-14
---	----------

Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	5-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-10

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

### c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

### d) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

#### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

#### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

#### (iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.



**(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos co-

tados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

**e) Locação financeira e operacional**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

**f) Outras dívidas de terceiros**

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

#### g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o

método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### j) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

- (i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.
- (ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

#### k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos

e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### **l) Imposto sobre o rendimento**

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12-'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### **m) Especialização de exercícios e Rêdito**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### **n) Classificação de balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 14).

#### **o) Reservas**

##### **Reserva Legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço

da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

#### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

#### Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 178 milhões de euros.

#### p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2012		2011	
	31 dezembro	Média	31 dezembro	Média
Libra inglesa	1,2253	1,2337	1,1972	1,1526
Franco suíço	0,8284	0,8297	0,8226	0,8126
Coroa sueca	0,1165	0,1149	0,1122	0,1108
Dólar americano	0,7579	0,7787	0,7729	0,7189

#### r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;

- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### s) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamentos com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de dezembro de 2012, dois planos de ações Sonaecom em aberto estavam totalmente cobertos através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou, para todos os planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

### t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (‘adjusting events’) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (‘non adjusting events’), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de de-



zembro de 2012 e 2011 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### v) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

### RISCO DE MERCADO

#### a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('natural hedge'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 13) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 13.

### RISCO DE LIQUIDEZ

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor/minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 13.

### RISCO DE CRÉDITO

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.



## 2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
Adições	1.744	360	-	-	-	2.104
Alienações	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo final em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	171	333.756	104	1.103.625
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>						
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Depreciações do exercício	41.473	7.315	-	17.859	-	66.647
Alienações	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo final em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	171	280.140	104	807.121
<b>Valor líquido</b>	<b>236.700</b>	<b>6.188</b>	<b>-</b>	<b>53.616</b>	<b>-</b>	<b>296.504</b>

	2011					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo em 31 dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Adições	-	-	-	1.697	-	1.697
Alienações	-	-	-	-	(515)	(515)
Saldo final em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>						
Saldo em 31 dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Depreciações do exercício	41.444	7.291	1	20.431	53	69.220
Alienações	-	-	-	-	(267)	(267)
Saldo final em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Valor líquido	276.429	13.143	-	71.475	-	361.047

### 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012			
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Adições	-	6.408	2.373	8.781
Saldo final em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do exercício	1.023	733	-	1.756
Saldo final em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Valor líquido	380	6.557	2.373	9.310

	2011			
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Adições	-	376	(376)	-
Saldo final em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Amortizações do exercício	1.035	5.156	-	6.191
Saldo final em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Valor líquido	1.403	882	-	2.285

### 4. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

	2012			
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	521.421.792	521.421.792	-	521.421.792
	521.421.792	521.421.792	-	521.421.792
<b>Ativos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	7.593.137	7.593.137	2.522.105	10.115.242
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	103.717.414	103.717.414	-	103.717.414
	111.310.551	111.310.551	2.522.105	113.832.656

	2011			
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	542.879.752	542.879.752	-	542.879.752
	542.879.752	542.879.752	-	542.879.752
<b>Ativos correntes</b>				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	5.250.772	5.250.772	-	5.250.772
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	61.289.703	61.289.703	-	61.289.703
	66.540.475	66.540.475	-	66.540.475

	2012				
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 13)	190.239.630	-	190.239.630	-	190.239.630
	190.239.630	-	190.239.630	-	190.239.630
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13)	186.419.026	-	186.419.026	-	186.419.026
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	727.186	727.186	101.075	828.261
	186.419.026	727.186	187.146.212	101.075	187.247.287

	2011				
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 13)	319.485.865	-	319.485.865	-	319.485.865
	319.485.865	-	319.485.865	-	319.485.865
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13)	137.109.904	-	137.109.904	-	137.109.904
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	840.372	840.372	739.439	1.579.811
	137.109.904	840.372	1.379.50.276	739.439	1.38.689.715

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos e passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2012	2011
OPTIMUS, SGPS, S.A. ('Optimus SGPS') *	1.005.866.218	107289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	3.738.230	494.495
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	3.551.772	50.000
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP') **	50.000	-
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT') **	25.000	-
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	-	898.576.231
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Be Artis')	-	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	-	6.120.239
	1.170.070.809	1.177.601.426
Perdas de imparidade (Nota 14)	(97.197.713)	(80.122.497)
<b>Total de investimentos em empresas do grupo</b>	<b>1.072.873.096</b>	<b>1.097.478.929</b>

\* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Telecom, SGPS, S.A. para OPTIMUS, SGPS, S.A. em outubro de 2012.

\*\* Empresas constituídas no exercício de 2012

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 dezembro 2012
Optimus SGPS	107289.987	898.576.231	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	3.243.735	-	-	3.738.230
PCJ	50.000	3.501.772	-	-	3.551.772
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
ZOPT	-	25.000	-	-	25.000
Optimus	898.576.231	-	(898.576.231)	-	-
Be Artis	8.230.885	14.943.304	(23.174.189)	-	-
Sontária	6.120.239	-	(6.120.239)	-	-
	1.177.601.426	920.340.042	(927.870.659)	-	1.170.070.809
Imparidades (Nota 14)	(80.122.497)	(10.681.481)	-	(6.393.735)	(97.197.713)
	1.097.478.929	909.658.561	(927.870.659)	(6.393.735)	1.072.873.096

Empresa	Saldo 31 dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 dezembro 2011
Optimus	764.876.231	133.700.000	-	-	898.576.231
Optimus SGPS	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	-	494.495	-	-	494.495
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
	1.043.406.931	134.194.495	-	-	1.177.601.426
Imparidades (Nota 14)	(46.609.902)	(3.628.595)	-	(29.884.000)	(80.122.497)
	996.797.029	130.565.900	-	(29.884.000)	1.097.478.929

O aumento ocorrido na Optimus SGPS e a diminuição ocorrida na Optimus referem-se ao aumento do capital social da Optimus SGPS, totalmente subscrito pela Sonaecom, o qual foi realizado na modalidade de entradas em espécie, através da entrega à Optimus SGPS da participação social representativa de 64,14% do capital social da sociedade Optimus – Comunicações S.A. Após esta operação, a Optimus SGPS (detida a 100% pela Sonaecom) passou a deter a totalidade do capital da Optimus – Comunicações, S. A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Optimus SGPS, empresa totalmente detida pela Sonaecom. As participações foram alienadas pelo valor de 456 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente, incluindo partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 6), tendo sido gerada uma menos valia de cerca de 363 mil euros (Nota 20).

Os valores de 14.943.304 euros, 3.243.735 euros e 3.501.772 euros de aumentos na Be Artis, Público e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos.

O valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A., integralmente detida pela Sonaecom.

A 14 de dezembro de 2012, a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus SGPS na Zon. No âmbito do acordo de fusão, a Sonaecom e a Kento/Jadeium acordaram na constituição de um veículo detido em partes iguais que, condicionadamente à concretização da fusão, reunirá uma parcela substancial da participação da primeira na Optimus SGPS e a totalidade da participação da Kento/Jadeium na Zon. A 21 de dezembro de 2012, foi criado o veículo denominado ZOPT, SGPS, S.A.. O valor de 25.000 euros de aumentos na ZOPT corresponde à constituição da empresa ZOPT, SGPS, S.A., na qual a Sonaecom detém uma participação de 50%.

A variação de perdas de imparidade acumuladas relativas a 2012 resulta do reforço efetuado no montante de 10.681.481 euros (Nota 14) e da transferência no montante de 6.393.735 euros da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Nota 4, 6 e 14).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor de 133.700.000 euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 10,60% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV, passando a empresa a deter 64,14% da Optimus.

O montante de 494.495 euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de perdas de imparidade acumuladas relativas a 2011 resulta do reforço efetuado no montante de 3.628.595 euros (Nota 14) e da transferência no montante de 29.884.000 euros da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Nota 14).



A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.900.923.786 euros, um passivo consolidado de 817.680.785 euros, proveitos operacionais consolidados de 834.728.342 euros e capitais próprios consolidados de 1.083.243.001 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de 75.419.377 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	% Participação	Capitais Próprios	2012		2011	
				Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus SGPS	Maia	100%	977.500.092	40.948.331	100%	165.236.687	(15.347)
Sonae com SI	Maia	100%	84.556.648	35.642.169	100%	39.995.188	444.605
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.579.843	(84.077)	100%	14.663.920	1.167.672
PCJ	Maia	100%	1.913.455	(7.624.773)	100%	9.538.228	(3.501.772)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.615.873	3.246	100%	1.612.627	1.368.186
Público	Maia	100%	1.392.405	(6.489.365)	100%	381.770	(3.299.734)
Miauger	Maia	100%	218.854	(8.512)	100%	27.366	(1.537.672)
Sonaecom SP (a)	Maia	100%	50.035	35	-	-	-
ZOPT (b)	Matosinhos	50%	50.000	-	-	-	-
Optimus (c)	Maia	-	-	-	64,14%	507.715.000	58.513.128
Be Artis (d)	Maia	-	-	-	100%	251.001.145	(16.260.503)
Sontária (d)	Maia	-	-	-	100%	645.042	11.240

(a) Empresa constituída em janeiro de 2012.

(b) Empresa constituída em dezembro de 2012.

(c) Participação entregue em aumento de capital em espécie em setembro de 2012.

(d) Empresas alienadas em junho de 2012.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	12,00%
Sistemas de informação	14,00%



## 6. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo:</b>		
Optimus SGPS	312.850.000	-
Sonae com SI	15.815.000	19.700.000
PCJ	4.690.000	5.160.000
Sonaecom BV	2.075.000	21.785.000
Be Artis	-	179.734.000
Sontária	-	2.676.637
Sonaetelecom BV	-	200.000
	<b>335.430.000</b>	<b>229.255.637</b>
<b>Prestações acessórias:</b>		
Optimus SGPS	144.630.000	38.630.000
Sonae com SI	39.951.792	-
PCJ	9.488.228	12.990.000
Público	7821.770	3.565.505
Miauger	1.305.000	1.105.000
Be Artis	-	265.889.115
	<b>203.196.790</b>	<b>322.179.620</b>
	<b>538.626.790</b>	<b>551.435.257</b>
<b>Perdas de imparidade acumuladas (Nota 14)</b>	<b>(17.204.998)</b>	<b>(8.555.505)</b>
	<b>521.421.792</b>	<b>542.879.752</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo' foram os seguintes:

	2012				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	-	312.850.000	-	-	312.850.000
Sonae com SI	19.700.000	11.950.000	(15.835.000)	-	15.815.000
PCJ	5.160.000	-	(470.000)	-	4.690.000
Sonaecom BV	21.785.000	1.115.000	(20.825.000)	-	2.075.000
Be Artis	179.734.000	2.245.000	(181.979.000)	-	-
Optimus	-	22.850.000	(22.850.000)	-	-
Sonaetelecom BV	200.000	-	(200.000)	-	-
Sontária	2.676.637	584.000	(3.260.637)	-	-
	<b>229.255.637</b>	<b>351.594.000</b>	<b>(245.419.637)</b>	<b>-</b>	<b>335.430.000</b>
	2011				
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	175.720.000	104.014.000	-	(100.000.000)	179.734.000
Sonaecom BV	168.158.000	-	(146.373.000)	-	21.785.000
Sonae com SI	21.190.000	-	(1.490.000)	-	19.700.000
Sontária	2.676.637	-	-	-	2.676.637
PCJ	-	5.160.000	-	-	5.160.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	-	(17941.000)	-	200.000
Lugares Virtuais	1.170.000	-	(1.170.000)	-	-
Wedo Consulting	520.000	-	(520.000)	-	-
	<b>387.575.637</b>	<b>109.174.000</b>	<b>(167.494.000)</b>	<b>(100.000.000)</b>	<b>229.255.637</b>

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	38.630.000	106.000.000	-	-	144.630.000
Sonae com SI	-	39.951.792	-	-	39.951.792
PCJ	12.990.000	-	(3.501.772)	-	9.488.228
Público	3.565.505	7500.000	(3.243.735)	-	7.821.770
Miauger	1.105.000	200.000	-	-	1.305.000
Be Artis	265.889.115	-	(265.889.115)	-	-
	322.179.620	153.651.792	(272.634.622)	-	203.196.790

					2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	165.889.115	-	-	100.000.000	265.889.115
Optimus SGPS	38.630.000	-	-	-	38.630.000
PCJ	-	12.990.000	-	-	12.990.000
Público	-	21.405.505	(17840.000)	-	3.565.505
Miauger	800.000	305.000	-	-	1.105.000
	205.319.115	34.700.505	(17840.000)	100.000.000	322.179.620

As diminuições de Empréstimos na Be Artis e na Sontária, no valor de 182 milhões de euros e de 3,3 milhões de euros, devem-se à alienação destas sociedades à Optimus SGPS, conforme descrito na Nota 5, incluindo ainda 251 milhões de Prestações acessórias na Be Artis. Para além deste movimento, a diminuição de Prestações acessórias da Be Artis, no montante de 266 milhões de euros, inclui a devolução de 15 milhões de euros à Sonaecom.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de 100.000.000 euros da rubrica Transferências de 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo' da Be Artis, correspondeu à conversão de Suprimentos para 'Prestações acessórias'.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de 21.405.505 euros e 17840.000 euros de Aumentos e Diminuições no Público, respetivamente, correspondem à aquisição das Prestações acessórias (no âmbito da aquisição da totalidade do capital social) e à utilização de Prestações acessórias para cobertura de resultados transitados negativos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,94% e 4,00%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 6.393.735 euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), bem como do reforço efetuado durante o exercício no montante de 15.043.228 euros (Nota 14).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2012, os valores de impostos diferidos não registados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites e perdas por imparidade e outros	Total	Ativos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	-	(149.858)	(149.858)	(39.712)
2007	54.563.604	(537036)	54.026.568	13.498.587
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	10.005.009	10.005.009	2.651.327
2012	-	25.537.410	25.537.410	6.767.414
	54.563.604	115.556.999	170.120.603	44.263.507

Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como se segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	103.147.943	(7548.471)
Imposto 25%	(25.786.986)	1.887.118
Tributação autónoma, derrama e correção imposto do ano anterior	(3.335)	(412.226)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 14)	(6.435.738)	(2.524.661)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	32.307.951	-
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	-	637.558
Impostos registados no exercício	81.892	(412.211)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2012 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 20), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

## 8. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Estado e outros entes públicos	2.522.105	-
Outros devedores	7.593.137	5.252.702
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 14)	-	(1.930)
	10.115.242	5.250.772

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 22).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de dezembro de 2012, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade dos saldos de 'Outros devedores' pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
<b>2012</b>									
Outros devedores	7.593.137	5.957.340	1.536.458	51.073	48.266	-	-	-	-
<b>2011</b>									
Outros devedores	5.252.702	4.192.219	959.162	99.365	-	-	-	-	1.956

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

## 9. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Acréscimos de proveitos</b>		
Juros a receber	2.922.733	995.626
Valores a debitar	347.248	31.958
Outros acréscimos de proveitos	289.189	-
	3.559.170	1.027.584
<b>Custos plurianuais</b>		
Seguros	39.219	31.031
Rendas	12.811	10.795
Outros custos plurianuais	76.439	180.394
	128.469	222.220
	3.687.639	1.249.804

## 10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	1.280	10.291
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	31.134	74.412
Aplicações de tesouraria	103.685.000	61.205.000
	103.717.414	61.289.703

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Aplicações bancárias	5.000.000	60.000.000
Optimus SGPS	97.130.000	-
Wedo	640.000	-
Lugares Virtuais	510.000	285.000
Público	365.000	446.000
PCJ	25.000	-
Mainroad	15.000	-
Saphety	-	315.000
Be Towering	-	155.000
Miauger	-	4.000
	103.685.000	61.205.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, venceram juros a uma taxa média de 4,78% (4,02% em 2011).

## 11. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	78.681.339	21,48%	76.737.177	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 12)	4.321.038	1,18%	9.045.200	2,47%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 12. AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 325.098 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivos de médio prazo.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias 6.181.164 ações, ao preço médio de 1,406 euros, no âmbito do plano de incentivos de curto e médio prazo de cada uma das empresas. Além disso, concedeu um empréstimo, em ações, a algumas subsidiárias, correspondente a 1.026.126 ações, tendo como referência um preço de 1,91 euros, empréstimo reembolsado como devolução das referidas ações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a empresa adquiriu 1.782.100 novas ações (a um preço médio de 1,221 euros), detendo, no final do período, 4.321.038 ações próprias, representativas de 1,18% do seu capital social, a um preço médio de 1,458 euros.

## 13. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2011'	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2012'	20.000.000	jul-15	Final	20.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(1.586.070)	(2.885.931)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.745.020	2.371.796
				160.158.950	319.485.865
Papel comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(70.090)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	150.770	-
				30.080.680	-
				190.239.630	319.485.865

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	6.304.168	18.946.282
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(262.458)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	377.316	-
				180.114.858	-
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	-	118.000.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	163.622
				-	118.163.622
				186.419.026	137.109.904

### Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013 a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício, foi de 3,01% (2,98% em 2011).

### Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos.

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de dois outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mes-

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
25 milhões de euros	julho de 2012	Banco Santander Totta	31-jul-2013
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	16-jun-2013

mos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais condicionalismos financeiros ('covenants') incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Optimus SGPS, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (material subsidiaries) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do grupo e dos Ativos Consolidados do grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão



abrangidos por cláusulas de negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das material subsidiaries e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2012, e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados. Encontra-se avançado, o processo negocial com o sistema financeiro, que permitirá resolver os impactos da eventual fusão entre a Optimus e a Zon.

#### Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2012	2011
Digitmarket	3.834.938	4.146.497
Sonaetelecom BV	1.579.000	1.817.977
Saphety	580.668	-
Miauger	260.031	160.037
Sonaecom SP	49.064	-
Público	467	6.264
Optimus	-	10.004.318
Mainroad	-	1.120.726
Wedo Consulting	-	940.060
Sontária	-	665.365
Sonae com SI	-	70.011
Optimus SGPS	-	15.015
Be Towering	-	12
	6.304.168	18.946.282

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,42% e 1,13%, respetivamente.



Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
<b>2012</b>					
<b>Empréstimo obrigacionista</b>					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.405	5.726.552	1.398.895	-	-
<b>Papel comercial</b>					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.168.913	1.168.913	678.930	-	-
	7009.318	6.895.465	192.077.825	-	-
<b>2011</b>					
<b>Empréstimo obrigacionista</b>					
Amortização	-	180.000.000	-	140.000.000	-
Juros	11.410.100	8.367.566	6.479.600	1.450.215	-
<b>Papel comercial</b>					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	11.410.100	188.367.566	6.479.600	141.450.215	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2012</b>					
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	439.000.000	370.000.000	69.000.000		
<b>2011</b>					
Papel comercial	150.000.000	118.000.000	32.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	-	30.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	544.000.000	438.000.000	106.000.000		

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2012 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado subirem (descerem), em média, 75 bp durante o ano de 2012, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 392.000 euros.

## 14. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Utilizações	Saldo Final
<b>2012</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	15.387	-	(17.317)	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 20)	80.122.497	10.681.481	6.393.735	-	97.197.713
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 20)	8.555.505	15.043.228	(6.393.735)	-	17.204.998
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	6.305	-	-	74.959
	<b>88.748.586</b>	<b>25.746.401</b>	-	<b>(17.317)</b>	<b>114.477.670</b>
<b>2011</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 20)	46.609.902	3.628.595	29.884.000	-	80.122.497
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 20)	32.188.100	6.251.405	(29.884.000)	-	8.555.505
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	-	-	68.654
	<b>78.856.419</b>	<b>9.892.167</b>	-	-	<b>88.748.586</b>

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 4.561 euros e 12.167 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 21). O reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui ainda um montante registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono dos escritórios.

## 15. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, era composta pelos valores relativos aos planos de incentivo de médio prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 174.176 euros e 271.207 euros, respetivamente (Nota 25).

## 16. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros credores	727.186	838.286
Estado e outros entes públicos	101.075	739.439
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	-	2.086
	<b>828.261</b>	<b>1.579.811</b>

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
<b>2012</b>				
Outros credores	727.186	727.186	-	-
	727.186	727.186	-	-
<b>2011</b>				
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	2.086	2.086	-	-
Outros credores	838.286	838.286	-	-
	840.372	840.372	-	-

## 17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
<b>Acréscimos de custos</b>		
Custos com pessoal	561.065	763.501
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 25)	225.445	209.119
Consultoria	107.690	56.830
Outros acréscimos de custos	109.633	168.905
	1.003.833	1.198.355
<b>Proveitos diferidos</b>		
Outros proveitos diferidos	11.041	11.238
	11.041	11.238
	1.014.874	1.209.593

## 18. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 22).

## 19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados	1.721.550	1.577.024
Rendas e alugueres	91.185	100.599
Deslocações e estadas	90.333	109.955
Honorários	458	22.664
Outros fornecimentos e serviços externos	140.760	176.610
	2.044.286	1.986.852



Os compromissos assumidos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com contratos de locação operacional são como seguem:

	2012	2011
<b>Pagamentos mínimos de locação operacional:</b>		
2012	-	67060
2013	21.788	46.593
2014	16.692	46.593
2015	16.692	46.593
2016	6.955	16.922
Renováveis por 1 ano	129.974	132.381
	192.101	356.142

## 20. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2012	2011
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo</b>		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 6 e 14)	(26.087.858)	(9.880.000)
Ganhos relativos a empresas do grupo (Nota 7)	129.476.277	-
	103.388.419	(9.880.000)
<b>Outros custos financeiros</b>		
<b>Juros suportados:</b>		
Empréstimos bancários	(3.134.196)	(3.450.521)
Outros empréstimos	(10.601.176)	(8.351.008)
Descobertos bancários e outros	(66)	(99)
	(13.735.438)	(11.801.628)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.622)	(213)
Outros custos financeiros	(500.994)	(241.413)
	(502.616)	(241.626)
	(14.238.054)	(12.043.254)
<b>Outros proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	14.938.191	15.312.037
	14.938.191	15.312.037

Em 31 de dezembro de 2012, as perdas relativas a empresas do grupo incluem o valor de 363.149 euros relativo à menos-valia com a venda, à Optimus SGPS, da totalidade do capital social da Be Artis (Nota 5), o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Nota 14), no valor de 15.043.228 euros e em investimentos em empresas do grupo (Nota 14), no valor de 10.681.481 euros.

Em 31 de dezembro de 2012, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (68.175.378 euros), Optimus SGPS (29.684.926 euros), Sonae com SI (31.032.500 euros) e Sontária (583.473 euros).

## 21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011
Imposto corrente	86.453	(400.044)
Provisão para impostos (Nota 14)	(4.561)	(12.167)
Saldo final	81.892	(412.211)

## 22. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 31 de dezembro de 2012				
	Contas a receber (Nota 8)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 10)	Outros ativos / (passivos) (Nota 9 e 17)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 6 e 13)
<b>Empresas-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	47256	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>					
Miauger	16.014	493	-	255	(260.032)
Optimus SGPS	2.297.518	-	97.130.000	2.719.497	312.850.000
PCJ	189.839	-	25.000	35.316	4.690.000
Público	(2.306.582)	-	365.000	14.762	(467)
Sonae com SI	540	-	-	69.319	15.815.000
Sonaecom BV	93.453	2.935	-	50.823	2.075.000
Sonaetelecom BV	-	12.562	-	-	(1.579.000)
Sonaecom SP	12	288	-	-	(49.064)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Artis	442.210	2.771	-	1.628	-
Be Towering	358.396	-	-	-	-
Digitmarket	24.574	20.890	-	(500)	(3.834.938)
Lugares Virtuais	(154.066)	369	510.000	1.850	-
Mainroad	534.233	4.269	15.000	1.133	-
Optimus	5.354.773	179.032	-	342.629	-
Permar	2.084	-	-	-	-
Saphety	93.180	7056	-	(9.941)	(580.668)
Wedo	589.208	-	640.000	283.489	-
Outros	611	30.940	-	(96.919)	-
	7.535.996	308.861	98.685.000	3.413.341	329.125.831

	Saldos a 31 de dezembro de 2011				
	Contas a receber (Nota 8)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 10)	Outros ativos / (passivos) (Nota 9 e 17)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 6 e 13)
<b>Empresas-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>					
Miauger	-	31.447	4.000	655	(160.037)
Be Artis	(283.924)	2.221.329	-	663.691	179.734.000
Optimus	1.248.088	1.009.348	-	152.899	(10.004.318)
PCJ	191.143	-	-	19.078	5.160.000
Público	46.030	1.117.813	446.000	3.271	(6.263)
Sonae com SI	192.346	(40.890)	-	65.017	19.629.989
Sonaecom BV	282.200	-	-	97.083	21.785.000
Sonaetelecom BV	20.545	-	-	2.932	(1.617.977)
Sontária	24.608	8.928	-	85.970	2.011.271
Optimus SGPS	22	5.609	-	40	(15.015)

(continuação)	Saldos a 31 de dezembro de 2011				
	Contas a receber (Nota 8)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 10)	Outros ativos / (passivos) (Nota 9 e 17)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 6 e 13)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Towering	4.590	604.748	155.000	27653	(12)
Digitmarket	4.466	40.843	-	(500)	(4.146.496)
Lugares Virtuais	(184.268)	1.009	285.000	1.148	-
Mainroad	64.504	16.947	-	(600)	(1.120.726)
Wedo	7.689.985	29	-	-	940.060
Outros	5.335	35.765	315.000	(97303)	-
	9.305.670	5.052.925	1.205.000	1.021.034	212.189.475

(continuação)	Transações a 31 de dezembro de 2012		
	Vendas e prestações de serviços (Nota 18)	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 20)
<b>Empresas-mãe</b>			
Sonae SGPS	(23.800)	52.756	258.537
<b>Subsidiárias</b>			
Miauger	-	-	(2.790)
Optimus SGPS	-	-	6.195.738
PCJ	-	-	239.956
Público	123.347	(3.798)	136.233
Sonae com SI	3.794	(14.494)	621.678
Sonaecom BV	-	-	876.294
Sonaetelecom BV	-	-	(39.665)
Sonaecom SP	-	-	(1.058)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
Optimus	3.038.639	706.905	711.990
Be Artis	-	23.871	5.111.927
Be Towering	-	(51.487)	146.179
Wedo	127.672	-	225.657
Outros	222.582	383.742	(12.290)
	3.492.234	1.097.495	14.468.385

(continuação)	Transações a 31 de dezembro de 2011		
	Vendas e prestações de serviços (Nota 18)	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 20)
<b>Empresas-mãe</b>			
Sonae SGPS	23.800	127.090	(11.039)
<b>Subsidiárias</b>			
Miauger	-	-	(7.757)
Be Artis	-	(4.342)	9.110.001
Optimus	3.332.236	431.699	(357.376)
PCJ	-	-	202.898
Público	145.213	(35.465)	27.984
Sonae com SI	-	(19.847)	741.348
Sonaecom BV	-	-	3.265.965
Sonaetelecom BV	-	-	238.652
Sontária	-	27.009	110.046
Optimus SGPS	-	-	(17)

(continuação)	Transações a 31 de dezembro de 2011		
	Vendas e prestações de serviços (Nota 18)	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 20)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
Be Towering	-	(51.224)	(8.962)
Wedo	154.440	-	195.173
Outros	223.964	234.413	(16.943)
	3.879.652	709.334	13.489.973

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a empresa recebeu dividendos de participadas no montante de 129.476.277 euros (Nota 20).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, procedeu-se, para além destas operações, à alienação da totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Optimus SGPS e ao aumento do capital da Optimus SGPS, pela modalidade de entradas em espécie, através da entrega da totalidade de ações que a Sonaecom detinha da subsidiária Optimus – Comunicações, S.A. (Nota 5).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o grupo celebrou um contrato com a Sonae-SGPS, S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros, o qual foi registado por contrapartida da rubrica 'Outras reservas' do capital próprio. Adicionalmente, no âmbito dos contratos celebrados com a Sonaecom, cada uma das subsidiárias pagou o montante por si devido à Sonaecom, num total de 3.015.020 euros.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

### 23. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	5.955.731	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	2.162.476	2.142.717
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	16.795	16.795
		8.135.002	8.115.243

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.



## 24. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (103.229.835 euros em 2012 e 7.960.682 euros negativos em 2011) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 deduzidas das ações próprias (359.390.746 em 2012 e 357.163.073 em 2011).

## 25. PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S. A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 dezembro 2012	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2008	1,117	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	4	247423
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	3	257457
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	3	281.327
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2008	0,526	10-mar-09	09-mar-12	-	-
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	4	342.242
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	3	282.926
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	3	561.619

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Saldo a 31 dezembro 2011:</b>				
Ainda diferidas	11	799.220	11	981.095
Total	11	799.220	11	981.095
<b>Movimentos no ano:</b>				
Atribuídas	3	264.188	3	516.837
Vencidas	(4)	(325.098)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	47897	-	94.631
<b>Saldo a 31 dezembro 2012:</b>				
Ainda diferidas	10	786.207	10	1186.787
Total	10	786.207	10	1186.787

\* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2009 e 2010 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga a transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato (Nota 22). A res-

responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' (Nota 17) e 'Outros passivos não correntes' (Nota 15).

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS			Ações Sonaecom
	Plano 2009	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2011
Valor nominal	251.337	257.574	323.727	3.291.520
Maturidade	mar-13	mar-14	mar-15	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor				Nível 2
Método de valorização		Custo atual de substituição		
Justo valor*	(37.072)	13.097	193.629	825.660

\* utilizada a cotação de final de ano no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.270.338	3.015.160	5.285.498
Custos reconhecidos no exercício	405.023	247.064	652.087
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(1.472.064)	(2.590.582)	(4.062.646)
Custos de planos exercidos no exercício	(553.141)	(272.021)	(825.162)
	650.156	399.621	1.049.777
Registados em Outros passivos correntes (Nota 17)	-	225.445	225.445
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 15)	-	174.176	174.176
Registados em Reservas	650.156	-	650.156

## 26. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AO PESSOAL CHAVE DA GERÊNCIA

Durante os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

	2012	2011
Benefícios de empregados de curto prazo	1.710.382	1.903.420
Pagamentos com base em ações	455.700	539.100
	2.166.082	2.442.520

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2012 e 2011 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2013 e relativo à performance de 2012 (e atribuído em 2012 relativo à performance de 2011, para o valor de 2011), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2016 e março de 2015, respetivamente.

## 27. TRABALHADORES AO SERVIÇO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa era de 4 em ambos os exercícios. A 31 de dezembro de 2012 o número de trabalhadores ascendia a 4.

## 28. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 2012 e 2011, a empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2012	2011
Revisão legal de contas	9.786	7.999
Outros serviços de garantia e fiabilidade	22.000	40.637
Consultoria Fiscal	30.030	-
<b>Total</b>	<b>61.816</b>	<b>48.636</b>

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012 (Nota 5), entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT.

Em 21 de janeiro de 2013, foi anunciado, pelas administrações da Optimus SGPS e da Zon, a aprovação do respetivo projeto de fusão, estando este condicionado ainda à aprovação por parte dos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais, bem como a não oposição da Autoridade da Concorrência e à emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da CMVM.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT-Orange') concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do setor das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de março de 2013, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de acionistas sem quaisquer alterações.



## ANEXO

A 31 dezembro de 2012, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, são como segue:

**Pessoal chave gerência - Sonaecom**

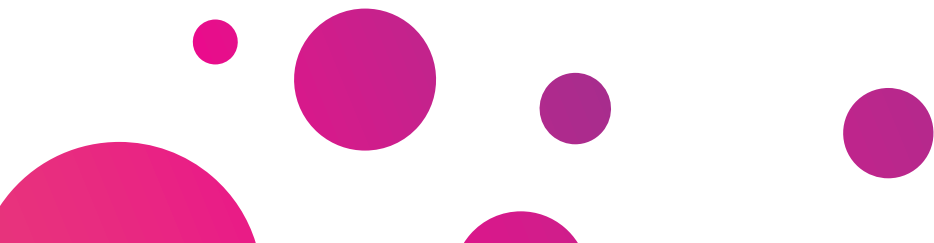
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

**Pessoal chave gerência - Sonae SGPS**

Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

**Empresas do grupo Sonaecom**

Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaetelecom BV
Connectiv Solutions, Inc.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	SSI Angola, S.A.
Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação, S. A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Lugares Virtuais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
OPTIMUS - SGPS, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonaecom – Sistemas Informação, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonaecom BV	WeDo Technologies Chile SpA.
	ZOPT, SGPS, S.A.



### Empresas do grupo Sonae/Efanor

3DO Holding GmbH	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Adlands B.V.	Colombo Towers Holding, BV
Aegean Park, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Cooper Gay Swett & Crawford Lt
Airone – Shopping Center, Srl	Craiova Mall BV
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Darbo S.A.S
ALEXA Holding GmbH	Deutsche Industrieholz GmbH
ALEXA Shopping Centre GmbH	Discovery Sports, SA
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Dortmund Tower GmbH
Alpéssego – Soc. Agrícola, S.A	Dos Mares – Shopping Centre B.V.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Ecociclo II
ARP Alverca Retail Park,SA	Edições Book.it, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	El Rosal Shopping, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Emfísico Boavista
Avenida M – 40, S.A.	Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Equador & Mendes, Lda
BA Business Angels, SGPS, SA	Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
BA Capital, SGPS, SA	Estação Viana – Centro Comercial, S.A.
BB Food Service, S.A.	Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.
Beralands BV	Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.	Farmácia Seleção, S.A.
BHW Beeskow Holzwerkstoffe	Fashion Division Canárias, SL
Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fashion Division, S.A.
Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Boavista Shopping Centre BV	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
BOM MOMENTO – Comércio Retalista, SA	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Frieengineering International Ltda
Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA	GHP GmbH
Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.	Glunz AG
Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.	Glunz Service GmbH
Change, SGPS, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd

## Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Glunz Uka GmbH	Loureshopping – Centro Comercial, S.A.
GMET, ACE	Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Luz del Tajo B.V.
Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.	Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.
Harvey Dos Iberica, S.L.	Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda	Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
HighDome PCC Limited	Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
Iberian Assets, S.A.	Marcas MC, ZRT
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marina de Tróia S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imobiliária da Cacela, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda
Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS Africa SGPS, S.A.
Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Consultores, S.A.
Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.	MDS Malta Holding Limited
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDS SGPS, SA
Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.	MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA
Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.	Megantic BV
Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.	Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Imosona II	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	Modelo Continente Intenational Trade, SA
Infocfield – Informática, S.A.	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Infratroia, EM	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Inparvi SGPS, S.A.	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Integrum - Energia, SA	Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	Munster Arkaden, BV
Integrum Martim Longo - Energia, S.A.	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
Isoroy SAS	Nova Equador P.C.O. e Eventos
La Farga – Shopping Center, SL	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	OSB Deustchland GmbH
Larim Corretora de Resseguros Ltda	PantheonPlaza BV
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Pareuro, BV
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Libra Serviços, Lda.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.

## Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)

Parque Principado SL	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra Spain 2 B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra Spain 6 B.V.
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra Spain 7 B.V.
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	Project Sierra Three Srl
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra Two Srl
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Éboli B.V.	Quorum Corretora de seguros LT
Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	RASO – Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Mayor Parque de Ócio BV	RASO, SGPS, S.A.
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Plaza Mayor Shopping BV	River Plaza Mall, Srl
Plaza Mayor Shopping, SA	River Plaza, BV
Ploi Mall BV	Rochester Real Estate, Limited
Plysorol, BV	RSI Corretora de Seguros Ltda
Poliface North America	S.C. Microcom Doi Srl
PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	SC – Consultadoria, S.A.
Praedium – Serviços, S.A.	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	SC Aegean B.V.
Praedium SGPS, S.A.	SC Assets SGPS, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	SC Finance BV
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	SC Mediterranean Cosmos B.V.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	SC, SGPS, SA
Pridelease Investments, Ltd	SCS Beheer, BV
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Selfrio,SGPS, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project 4, Srl	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project SC 1 BV	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project SC 2 BV	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra 2 B.V.	Shopping Penha B.V.
Project Sierra 6 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra 7 BV	SIAL Participações Ltda
Project Sierra 8 BV	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Charagonis 1 S.A.	Sierra Charagonis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Four, SA	Sierra Charagonis Propert.Management S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Sierra Corporate Services Holland, BV

**Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)**

Sierra Development Greece, S.A.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra Developments Holding B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra Developments Romania, Srl	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae RE, S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Germany GmbH	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management Greece S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sontel BV
Sierra Management Romania, Srl	Sontur BV
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonvecap BV
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sopair, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Spanboard Products, Ltd
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
SISTAVAC, S.A.	Spinarq – Engenharia, Energia e Ambiente, SA
SKK – Central de Distr., S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
SKK SRL	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sport Zone – Turquia
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Soconstrução BV	Spred, SGPS, SA
Sodesa, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Soflorin, BV	Tableros Tradema, S.L.
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Solinca - Health and Fitness, SA	Tafibra South Africa
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafisa Canadá Societé en Commandite
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafisa France, S.A.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Somit Imobiliária	Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tarkett Agepan Lamine Flooring SCS
Sonae Capital Brasil, Lda	Tecmasa Recicladados de Andalucia, SL
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Center Serviços, S.A.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª



**Empresas do grupo Sonae/Efanor (continuação)**

Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.

Tool Gmbh

Torre Ocidente Imobiliária, S.A.

Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.

TP – Sociedade Térmica, S.A.

Troia Market, S.A.

Tróia Natura, S.A.

Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.

Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.

Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.

Unishopping Administradora Ltda.

Unishopping Consultoria Imob. Ltda.

Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.

Valecenter Srl

Valor N, S.A.

Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.

Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.

Via Catarina – Centro Comercial, S.A.

Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.

Vistas do Freixo, SA

Vuelta Omega, S.L.

Weierstadt Shopping BV

World Trade Center Porto, S.A.

Worten – Equipamento para o Lar, S.A.

Worten Canárias, SL

Worten España, S.A.

ZIPPY – Comércio e Distribuição, SA

ZIPPY – Comercio y Distribución, S.A.

Zippy Turquia

Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.

ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.

**Empresas do grupo FT**

France Télécom, S.A.

Atlas Services Belgium, S.A.







07.  
DECLARAÇÃO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

# 07. DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## NOS TERMOS DO ARTº 245, 1, AL.C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigo Jordão

António Sampaio e Mello

Gervais Gilles Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Frank Emmanuel Dangeard

Maia, 6 de março de 2013



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.







08.  
**GLOSSÁRIO**

# 08. GLOSSÁRIO

## 3G

Termo utilizado para descrever uma geração de sistemas de comunicações móveis que surgiu após a segunda geração (2G), rede móvel de GSM. Trata-se de uma evolução nas comunicações, baseada na substituição de circuitos por redes de banda larga móveis de alta velocidade, em que os dados são transmitidos em pacotes.

## 4G

Termo utilizado para descrever a nova geração de sistemas de comunicações móveis, sendo uma evolução das tecnologia de acesso 2G/3G, especificada pelo 3GPP (3G Partnership Project). É uma evolução que contempla a total mobilidade e interoperabilidade com as redes atuais de GSM e UMTS. O 4G (tecnicamente também referenciado como LTE – Long Term Evolution) oferece um meio de transporte mais eficiente para os dados e voz sobre IP (VoIP), permitindo a oferta de maiores larguras de banda a um menor custo por GB (Gigabyte).

## ADSL

*Asymmetric Digital Subscriber Line* – trata-se da tecnologia de transmissão assimétrica amplamente utilizada dentro da família xDSL. Uma ligação ADSL fornece um canal de recepção de comunicações de alta velocidade e um canal de envio de comunicações de velocidade mais baixa, além do serviço telefónico convencional, na gama de baixas frequências e uma tecnologia de modem que converte as linhas telefónicas de par entrançado em linhas digitais de alta velocidade para, por exemplo, acesso rápido à Internet.

## B2B

*Business-to-Business* – uma forma de identificar o mercado (electrónico ou não) de transacções entre duas empresas.

## BACKBONE

Conjunto de circuitos, maioritariamente de alta velocidade, que formam os segmentos principais de uma rede de comunicações, aos quais os elementos secundários se encontram ligados.

## BSC

Controlador de Central – o BSC é responsável pela gestão dos recursos de rádio de uma ou mais BTSs, em todos os aspectos. O BSC estabelece ainda a ligação entre a central móvel e o MSC.

## CENTRAIS

Centrais telefónicas locais (detidas em Portugal pela PT), utilizadas para executar a desagregação local de lacetes.

## CHURN DE CLIENTES

Número de clientes que desistem de um serviço durante um determinado período de tempo.

## FEMTOCELL

Um pequena estação-base da rede móvel, tipicamente concebida para uso residencial ou em pequenos negócios. Permite a ligação à rede do prestador de serviços através de uma ligação fixa de banda larga (tal como FTTH, xDSL ou cabo), possibilitando menor utilização de recursos da rede móvel. Uma *femtocell* permite ainda aos operadores estender a cobertura dentro de edifícios, especialmente em zonas de acesso via rádio limitado ou não disponível.

## FWA

*Fixed Wireless Access* – tecnologia rádio de acesso fixo que permite aos operadores fornecer aos seus clientes uma ligação directa à sua rede de telecomunicações, através de uma ligação fixa de rádio, das instalações do cliente até à central local do operador, em vez de uma ligação por fio de cobre ou fibra óptica.

## GIGABIT ETHERNET

Transmissão de dados através de tecnologia Ethernet, com velocidades até 1000 Mbps. O termo Ethernet refere-se ao tipo de cabo e ao modo de acesso à rede. Trata-se da rede local mais frequentemente utilizada em empresas. Suporta várias velocidades de comunicação, consoante o padrão de Ethernet utilizado.

## GPRS

*General Packet Radio Service* – evolução do sistema GSM, baseada na permuta de pacotes, que permite velocidades de transmissão até 115 Kbps.

## GPS

*Global Positioning System* – sistema de posicionamento global, via satélite.

## GSM

*Global Standard for Mobile Communications* – padrão utilizado em sistemas digitais de comunicações móveis 2G, que especifica a forma como os dados são codificados e transferidos através do espectro.



**HSDPA**

*High-Speed Downlink Packet Access over W-CDMA networks* – tecnologia que melhora a taxa de transferência de dados UMTS, sendo por isso também referida como geração três e meio (3.5G).

**HSUPA**

*High-Speed Uplink Packet Access over W-CDMA networks* – uma tecnologia semelhante à HSDPA, mas relativa ao envio de informação do terminal móvel para a rede (“upload”), que melhora a taxa de transferência de dados UMTS. A curto/médio prazo, a taxa de transferência do envio deverá ser inferior à da recepção,

**IMS**

*IP Multimedia Subsystem* – uma arquitectura de sistemas direccionada para a entrega de serviços multimédia via internet protocol (IP) a utilizadores móveis.

**ISP**

*Internet Service Provider* – fornecedor de acesso à Internet.

**IVR**

*Interactive voice response* - uma tecnologia que permite a um computador detectar voz e sinais telefónicos no decorrer de uma chamada telefónica, possibilitando respostas automáticas através de mensagens áudio pré-gravadas ou geradas dinamicamente, permitindo, por exemplo, direccionar os utilizadores para a melhor forma de prosseguir o contacto. A tecnologia IVR é muito utilizada no sector das telecomunicações, nomeadamente nas linhas de apoio a clientes.

**KBPS**

Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 bits por segundo.

**LTE**

Long term Evolution é um standart desenvolvido pelo Third Generation Partnership Project, uma associação do setor das telecomunicações para o desenvolvimento de comunicações móveis. O LTE permite um significativo aumento de capacidade e velocidade em dados móveis, através da utilização de novas técnicas de modulação.

**MEGA/MBPS**

Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 Kbps.

**MMS**

*Multimedia Messaging Service* – serviço de mensagens multimédia que combina texto, imagem e som, operacional em redes GPRS e 3G.

**MPEG**

Sistemas de codificação e de compressão aprovadas pelo *moving picture experts group*.

**MSC**

*Mobile Switching Centres* – centros de controlo e de comutação, uma das componentes-chave de uma rede GSM, que actuam como nós de interligação entre a rede de rádio e os restantes tipos de rede de um operador móvel.

**MTRS**

*Mobile Termination Rates* – fees mobile phone companies charge other carriers to terminate calls on their networks.

**MVNO**

*Mobile Virtual Network Operator* - operador móvel sem rede de telecomunicações própria, prestando serviços através da utilização da rede de um operador tradicional.

**NODOS-B**

Elemento básico de transmissão de uma rede UMTS.

**PSTN**

*Public Switched Telephone Network* – conjunto de infra-estruturas de telecomunicações que permite o estabelecimento de ligações analógicas entre terminais, para suportar uma ampla gama de serviços de telecomunicações, como telefone e videoconferência.

**SHDSL**

*Symmetric High-Bit-Rate Digital Subscriber Line* – permite uma comunicação bidireccional com velocidades mais elevadas, usando um par entrançado de fios de cobre (por outras palavras, um cabo telefónico normal), mesmo a grandes distâncias.

**SMS**

*Short Messaging Service* – serviço destinado à troca de mensagens de texto em redes móveis.

**TDT**

Televisão Digital Terrestre.

**TRIPLE PLAY**

Oferta integrada de serviços de voz, internet e televisão.

**SOHO**

*Small Offices, Home Offices* - um segmento do mercado empresarial correspondente às pequenas empresas e negócios.

**ULL**

*Unbundling of the Local Loop* – opção de rede de acesso que envolve a desagregação do lacete local para a prestação de serviços aos clientes finais. O ULL permite aos operadores alternativos o acesso ao lacete local de cobre detido pelo operador incumbente.

**UMTS**

*Universal Mobile Telecommunications System* – um dos sistemas de comunicações móveis de terceira geração utilizados, nomeadamente na Europa, integrando uma família mais alargada (IMT-2000).

**VOIP**

*Voice over IP* – tecnologia que permite a conversão de sinais áudio analógicos em sinais digitais, que são depois transmitidos através da Internet e reconvertidos em sinais analógicos. A combinação de dados e voz num único canal encoraja a criação de serviços de comunicação com possibilidades que vão para além da chamada telefonia.

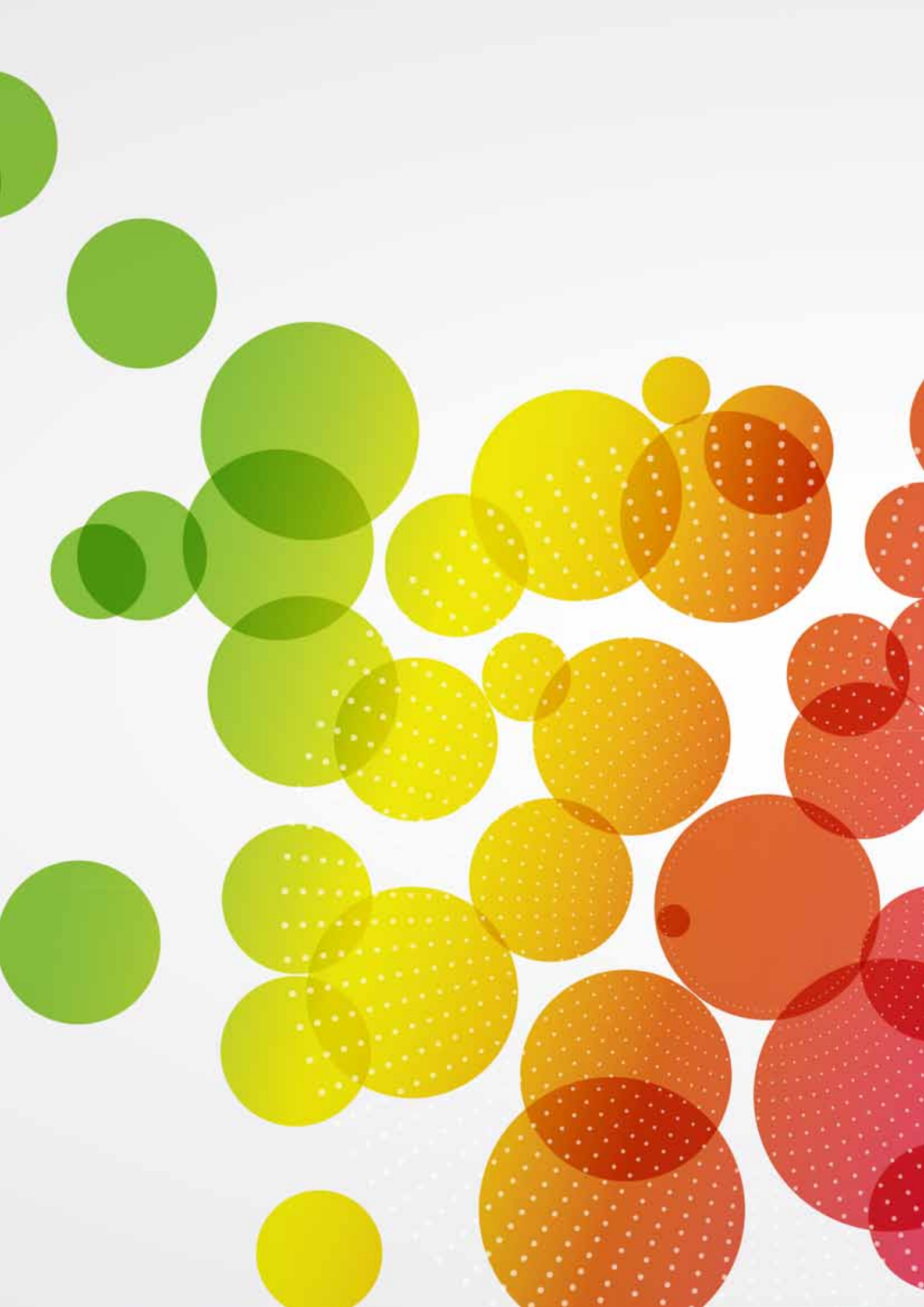
**WI-FI**

Um tipo de tecnologia sem fios, cuja marca é detido pela Wi-Fi Alliance, que promove determinados standards com o objectivo de melhorar a interoperabilidade dos produtos e serviços de redes locais sem fios.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





09.  
CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO  
DE AUDITORIA



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### E

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um activo total de 1.900.923.786 Euros e 1.712.120.997 Euros, respectivamente e um capital próprio consolidado e individual de 1.083.243.001 Euros e 1.333.370.071 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 75.419.377 Euros e um resultado líquido individual de 103.229.835 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfases**

6. O Grupo Sonaecom alterou a sua política contabilística de registo dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, conforme referido na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras. Em conformidade com o previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, pelo que o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data foram reexpressos para estarem em conformidade com aquela política contabilística.
7. Conforme referido no Relatório de Gestão, em 14 de Dezembro de 2012 a SONAECOM, S.G.P.S., S.A., accionista única da Optimus, S.G.P.S., S.A., e outras duas entidades anunciaram publicamente terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A. e da Optimus, S.G.P.S., S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da segunda na primeira. Em 21 de Janeiro de 2013, os Conselhos de Administração da Optimus, S.G.P.S., S.A. e da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A. aprovaram o respectivo projecto de fusão e colocaram o mesmo à aprovação dos órgãos societários competentes. Consequentemente, a evolução das operações do Grupo Sonaecom e a sua actividade futura irão depender do desfecho deste processo de fusão, condicionado à aprovação dos correspondentes órgãos sociais e das necessárias autorizações das entidades reguladoras.

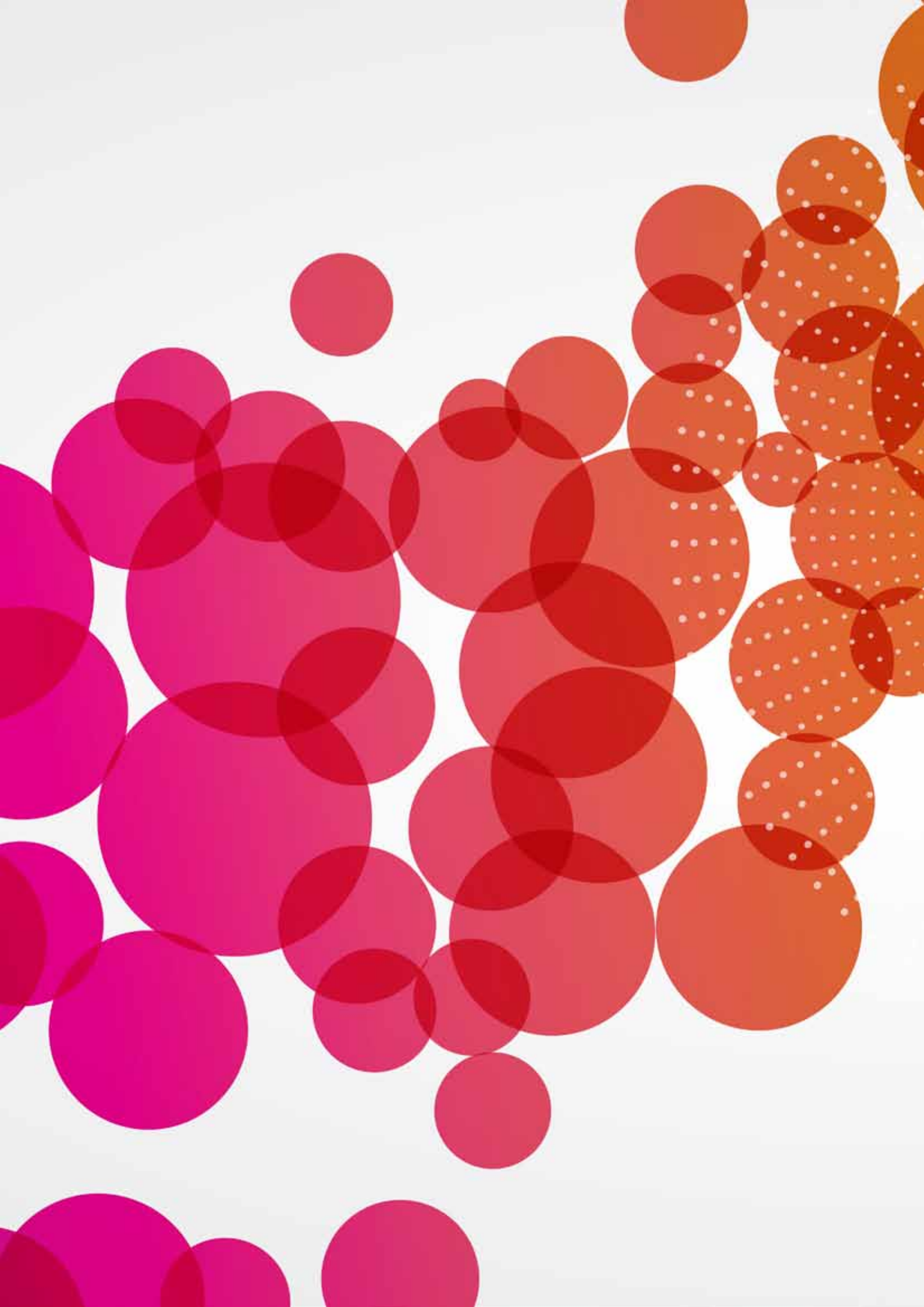
**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 6 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral







10.  
**RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA**

**Aos Senhores Accionistas da  
Sonaecom SGPS, SA**

**1 – Relatório****1.1 - Introdução**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonaecom SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

**1.2 – Fiscalização**

O Conselho Fiscal, no decurso do exercício em apreço, acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efectuou reuniões com a frequência adequada, nas quais, contou com a presença da Administração, de responsáveis operacionais das áreas financeira, da contabilidade, de auditoria interna e gestão de risco e do revisor oficial de contas e auditor externo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício.

O Conselho Fiscal analisou e avaliou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da actividade dos auditores interno e externo. Em particular, o Conselho Fiscal analisou e avaliou o processo de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da actividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do auditor externo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo revisor oficial de contas que mereceu o seu acordo.

**2 – Parecer**

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e individuais das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 3 – Declaração de responsabilidade

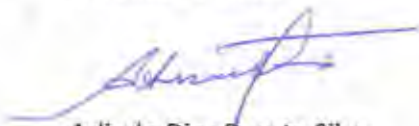
De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo das sociedades cumpre o disposto no art. 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

### 4 – Acontecimentos relevantes

Na presente data, e após a informação ao mercado de 14 de Dezembro de 2012 sobre acordo alcançado para promover junto das Administrações da subsidiária “OPTIMUS – SGPS, S.A.” e da “ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.” uma operação de fusão entre as duas sociedades, o respectivo projecto encontra-se aprovado pelas competentes Assembleias Gerais, dependendo, no essencial, a eficácia jurídica das deliberações (i) da “não oposição” por parte da Autoridade da Concorrência e (ii) da emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória por parte da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários.

Maia, 8 de Março de 2013

O Conselho Fiscal



Arlindo Dias Duarte Silva



Óscar José Alçada da Quinta



Armando Luís Vieira de Magalhães

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projecta", "pretende"; "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas, e em geral todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no sítio na internet da Sonaecom: [www.sonae.com](http://www.sonae.com)

### CONTACTOS PARA OS MEDIA E INVESTIDORES

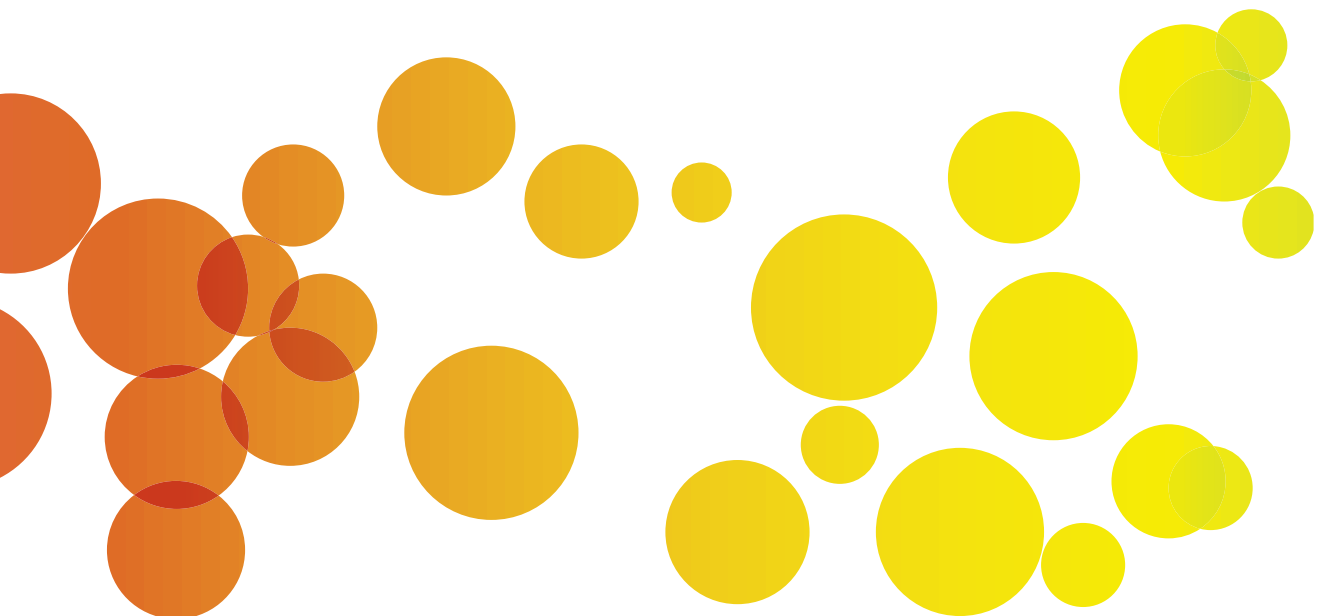
**Isabel Borgas**  
Directora de Comunicação  
[isabel.borgas@sonae.com](mailto:isabel.borgas@sonae.com)  
Tel: 351 93 100 20 20

**SONAECOM SGPS, SA**  
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º  
4460-191 Senhora da Hora  
Portugal

**Carlos Silva**  
Director de Relações com Investidores  
[carlos.alberto.silva@sonae.com](mailto:carlos.alberto.silva@sonae.com)  
Tel: 351 93 100 24 44



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





**SONAE COM**